

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SARAH CALVI AMARAL SILVA

**AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES NAS ORIGENS DO BRASIL: RAÇA E
RELAÇÕES RACIAIS NO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE SALVADOR
(1937) E NO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E
GEOGRAFIA DO IHGRS (1940)**

Porto Alegre

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SARAH CALVI AMARAL SILVA

**AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES NAS ORIGENS DO BRASIL: RAÇA E
RELAÇÕES RACIAIS NO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE SALVADOR
(1937) E NO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E
GEOGRAFIA DO IHGRS (1940)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Regina Célia Lima Xavier

Porto Alegre

2010

SARAH CALVI AMARAL SILVA

**AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES NAS ORIGENS DO BRASIL: RAÇA E
RELAÇÕES RACIAIS NO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE SALVADOR
(1937) E NO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E
GEOGRAFIA DO IHGRS (1940)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em novembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen

Prof. Dra. Letícia Borges Nedel

Prof. Dr. Álvaro Nascimento

Para Mário Cesar e Cecília, meus pais, cujo amor e apoio incondicionais tornaram possíveis as aventuras em busca de minhas identidades.

AGRADECIMENTOS

O final de um trabalho sempre nos remete às pessoas que compartilharam conosco os momentos de alegria e incerteza vividos no decorrer de uma longa jornada. Para elas dedico estes agradecimentos. Início pelos meus pais, pois eles são o início de tudo, o porto seguro nas horas difíceis e a estrutura sólida a partir da qual trilhei meus próprios caminhos e fiz minhas escolhas. Tive o privilégio de crescer num ambiente aberto, franco e livre dos muitos preconceitos que acabaram se transformando em objeto de reflexão. Agradeço também a Valéria e Martina, mulheres de fibra e irmãs queridas que viram este trabalho nascer e me ensinaram que relações sociais de dominação e resistência se aprendem desde cedo, em casa!

No curso de mestrado obtive a orientação extremamente exigente da professora Regina Xavier. Sempre confiante em minha capacidade, Regina me apontou os caminhos necessários à construção de uma pesquisa bem fundamentada, séria e qualificada. A ela meus sinceros agradecimentos pela formação impecável e pelos exemplos de conduta profissional. Agradeço aos professores René Gertz, Helen Osório, Sílvia Petersen e Denise Jardim pelos importantes auxílios formais e informais que, por vezes sem saber, prestaram aos meus estudos. Aos professores Letícia Nedel, Álvaro Nascimento e Sílvia Petersen, agradeço imensamente o aceite do convite para argüir esta pesquisa. Suas contribuições foram valiosas! Também sou grata ao PPG em História da UFRGS pelo apoio recebido. Obrigada ao PROCAD/ CAPES por me proporcionar a estada de um mês no Rio de Janeiro, onde busquei fontes primárias e bibliografia. No Rio, fui gentilmente recebida pelo professor Álvaro Nascimento e pelas professoras Tânia Pimenta e Ângela Porto que comigo dialogaram sobre a pesquisa aqui apresentada. Ressalto, ainda, o bom-humor do Albert, funcionário do Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, que jamais perdeu a paciência com os incontáveis pedidos que fiz junto ao *Arquivo Arthur Ramos* localizado naquela instituição.

Aos colegas Felipe Bohrer, Larissa, Cadu, Vinícius Oliveira, Roger, Raquel, Marquito, Cássia, Ricardo de Lorenzo, Nina, Fagner e Rafael Quinsane, agradeço a convivência e as trocas de idéias. Ao primeiro conselho editorial da Revista *Aedos*, deixo aqui o registro do aprendizado que a participação neste grupo me proporcionou. Meus amigos dos tempos de graduação também fizeram parte desta jornada. Como não lembrar Lua, Rafa Araújo, Fábio Sosa, Karin e Vico? Anna Christina, Milena, Aninha e Marieta vieram depois e me ensinaram o valor da amizade em tempos difíceis. Para vocês um obrigado mais do que especial e um

pedido de desculpas pelas ausências. Ao Vinícius John agradeço imensamente por salvar todos os meus arquivos digitalizados nos instantes finais de elaboração desta dissertação.

Para o Pablo reservei as últimas e mais importantes linhas. Aliado incansável e absolutamente presente, ele esteve sempre e incondicionalmente ao meu lado. Com seu amor preencheu minha vida e tornou tudo mais fácil. Essa dissertação tem um pouco de ti, meu querido companheiro.

RESUMO

A presente dissertação possui, como problemática central, a percepção dos lugares sociais destinados a africanos e afro-descendentes em parte da produção escrita de intelectuais que se apropriaram de noções de raça com o objetivo de explicar a formação histórica e social do Brasil. A partir de uma metodologia que une análises conceituais a perspectivas teórico-metodológicas da História Social, foram analisadas algumas das comunicações apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e ao III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940). Através da remontagem parcial das redes de relações sociais estabelecidas por Arthur Ramos, Dante de Laytano, Emílio Fernandes de Souza Docca e Alfredo Ellis Junior, tornou-se claro que os conceitos de “raça” operados naquelas comunicações resultaram não somente de teorias e métodos apreendidos institucionalmente, como também da circulação de escopos em disputa na própria montagem dos programas de trabalho desenvolvidos em Salvador e no Rio Grande do Sul. Por sua vez, tais perspectivas analíticas foram construídas e resignificadas de acordo com contextos sociais e políticos específicos da década de 30, cujos contornos buscamos considerar em nossos estudos.

Palavras-chave: Raça. Relações raciais. Intelectuais. II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS.

ABSTRACT

This project aims to clarify how the African and African-American people are portrayed by the intellectual written productions which use the idea of 'race' as a means of explaining the social and historical development of Brazil. This study unites theoretical and methodological concepts from the area of Social History and analyzes a group of lectures presented during the Second African-Brazilian Congress of Salvador (1937) and the Third IHGRS History and Geography Congress of Rio Grande do Sul (1940). By partially assembling the social relations established by Arthur Ramos, Dante de Laytano, Emílio Fernandes de Souza Docca e Alfredo Ellis Junior, it was possible to clarify that the concepts of "race" then used in those lectures were not only a result of theories and methodologies institutionally learnt, but also from the circulation of ideas still in discussion during the very design of the work programs in Rio Grande do Sul and Salvador. These analytical perspectives, in turn, were built and newly signified according to the particular social and political context in the 30's, whose characteristics we seek to clarify in our studies.

Key words: Race. Race relations. Intellectual. Second African-Brazilian Congress of Salvador. Third IHGRS History and Geography Congress of Rio Grande do Sul.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cartografia do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937).....	97
Tabela 2 - Trajetórias de Arthur Ramos, Dante de Laytano e Edison Carneiro.....	164
Tabela 3 - Trajetórias de Alfredo Ellis Junior, Souza Docca e Gilberto Freyre.....	247
Tabela 4 - Cartografia do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940)	249

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AFRICANISMOS EM VOGA: RAÇA E CULTURAS NEGRAS NO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE SALVADOR (1937)	39
2.1 PALAVRAS INICIAIS ACERCA DO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE SALVADOR	39
2.2 O PAPEL DE CIENTISTAS SOCIAIS ESTRANGEIROS	43
2.3 BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS.....	57
2.4 ENTRE A NEGRITUDE E A MISTIÇAGEM: CONTROVÉRSIAS INTERPRETATIVAS SOBRE A PRESENÇA NEGRA NO BRASIL.....	66
2.5 A PRESENÇA DA “PROVÍNCIA”: INTELECTUAIS SUL-RIO-GRANDENSES VÃO A SALVADOR	81
3 ESTUDOS AFRICANOS E RELAÇÕES RACIAIS EM ARTHUR RAMOS E DANTE DE LAYTANO	98
3.1 INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DE ACULTURAÇÃO NO BRASIL	99
3.2 ENTRE A PSICOLOGIA E A ANTROPOLOGIA: COMENTÁRIOS SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL DE ARTHUR RAMOS.....	101
3.3 O LUGAR SOCIAL DOS AFRO-DESCENDENTES BRASILEIROS APÓS A ACULTURAÇÃO.....	110
3.4 INTRODUÇÃO AO NEGRO E O ESPÍRITO GUERREIRO NO RIO GRANDE DO SUL	126
3.5 DAS INCURSÕES DE DANTE DE LAYTANO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DO AUTOR E A HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE	128
3.6 O LUGAR SOCIAL DOS NEGROS NO ESPÍRITO GUERREIRO DO RIO GRANDE DO SUL.....	138
4 REGIONALISMOS E RELAÇÕES RACIAIS NO III CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (1940)	165
4.1 PALAVRAS INICIAIS ACERCA DO III CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO IHGRS	171
4.2 ATORES SOCIAIS E PROGRAMA DE TRABALHO.....	176
4.3 EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA E O CARÁTER BRASILEIRO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA	198
4.4 GENTE SUL-RIO-GRANDENSE.....	203
4.5 ALFREDO ELLIS JUNIOR E A RAÇA DE GIGANTES.....	224
4.6 O NEGRO NO BANDEIRISMO	228

4.7 <i>CONTINENTE E ILHA</i> , POR GILBERTO FREYRE.....	238
5 CONCLUSÃO	251
REFERÊNCIAS	262
FONTES PRIMÁRIAS	269

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação possui, como problemática central, a percepção dos lugares sociais destinados a africanos e afro-descendentes em parte da produção escrita de intelectuais que se apropriaram de noções de raça, com o objetivo de explicar a formação histórica e social do Brasil. A partir de uma metodologia que une análises conceituais a perspectivas da História Social, foram analisadas algumas das comunicações apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e ao III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1940), do ponto de vista das orientações teóricas disponíveis aos autores durante a realização dos eventos. Através da remontagem parcial das redes de relações sociais estabelecidas por Arthur Ramos, Dante de Laytano, Alfredo Ellis Junior e Emílio Fernandes de Souza Docca, tornou-se claro que os conceitos de raça operados naquelas comunicações resultaram não somente de teorias e métodos apreendidos institucionalmente, como também da circulação de escopos em disputa na própria montagem dos programas de trabalho desenvolvidos em Salvador e no Rio Grande do Sul. Por sua vez, tais perspectivas analíticas foram construídas e resignificadas de acordo com contextos sociais e políticos específicos da década de 30, cujos contornos buscamos considerar em nossos estudos.

Até os congressos, uma longa trajetória fora percorrida pelos atores do pensamento social brasileiro. Compreender a história nacional com base nas características raciais e culturais de diferentes grupos sociais tornou-se uma das chaves interpretativas mais recorrentes nos escritos de letrados dedicados a desvelar a formação histórica do Brasil. Desde a Geração de 1870¹, representada pelo sergipano Sylvio Romero e o pelo maranhense Raymundo Nina Rodrigues, diversos membros de nossas primeiras instituições formais de produção do conhecimento utilizaram teorias estrangeiras adaptadas à realidade nacional. Através dos Museus de história natural, Institutos Históricos e Geográficos e Faculdades de Medicina e Direito, pressupostos advindos de teorias raciais européias, tais como os

¹ A Geração de 1870 foi composta por membros da elite letrada brasileira ocupada em interpretar a história da nação, a partir da utilização de teorias, à época, definidas como cientificistas, em detrimento de modelos analíticos mais próximos de uma literatura filosófica e especulativa. No contexto da crise do Império, essas novas abordagens marcaram as tentativas de nossa intelectualidade de buscar soluções para os problemas políticos e sociais advindos de processos que envolviam grupos republicanos e abolicionistas questionadores da ordem vigente. Ver: ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

evolucionismos e o darwinismo social², passaram a ser incorporados aos trabalhos de homens preocupados com os rumos que a nação tomava a partir da abolição da escravidão e da proclamação da República.

Após esses primeiros instantes, durante as duas primeiras décadas do século XX, as pesquisas relativas aos estudos africanos diluíram-se em iniciativas mais ou menos esparsas, apesar de importantes no contexto do desenvolvimento da historiografia e das ciências sociais. Intelectuais como José Francisco de Oliveira Vianna, Edgar Roquette Pinto, Mário de Andrade e Gilberto Freyre elaboraram trabalhos bastante diferenciados entre si, mas que possuíram em comum a pretensão de detectar e interpretar os papéis desempenhados por negros, índios, mestiços e brancos, em diversas esferas da realidade nacional. Sob perspectivas que perpassavam a concepção biológica das raças, a cultura popular e as classificações etnográficas baseadas na procedência de indígenas, africanos e imigrantes brancos, esses e outros autores buscaram definir os protagonistas da constituição do “povo” brasileiro. Nesse contexto, as pesquisas sobre as relações de raça, imbricadas nas demarcações teóricas e sociais da cultura popular, estiveram em conexão com um conjunto de debates tocantes à imigração branca européia, necessária para branquear e civilizar a nação, mas, ao mesmo tempo, passível de assimilação obrigatória aos padrões sócio-culturais ditos brasileiros³.

Apesar das atenções dispensadas em inícios do século XX, os estudos africanos e de relações raciais retornariam, com mais força, à agenda de pesquisa das ciências sociais no contexto das significativas redefinições políticas desencadeadas durante a Revolução de 30 e cristalizadas com a instauração do Estado Novo (1937). No período inaugurado com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central, uma série de transformações econômicas e sociais culminou na elaboração de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. O rearranjo da correlação de forças entre elite e classe trabalhadora, as diretrizes ideológicas características à formação de um Estado centralizado e autoritário, e as tentativas de conformar os sujeitos sociais em seus lugares com o objetivo de conduzir, finalmente, a nação

² Lilia Schwarcz discute, em linhas gerais, as orientações referentes a noções de “raça”, evolução, entre outras, que fizeram parte da formação intelectual de letrados atuantes nos Museus, Institutos Históricos e Geográficos e Faculdades de Medicina e Direito. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³ Sobre as relações entre as teorias raciais e as políticas públicas de imigração, ver: SEYFERTH, Giralda. *Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. E, também, na mesma coletânea: RAMOS, Jair de Souza. *Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20*.

ao progresso modificaram profundamente não só a estrutura político-administrativa estatal, como também os mais diversos espaços sociais nacionais.⁴

Esta foi a época na qual o nacionalismo tornou-se mais intenso e expressivo em falas políticas e comemorações públicas oficiais: os desfiles militares, a rememoração de datas solenes, bem como as homenagens a homens ilustres passaram a fazer parte da vida cotidiana da população. Palestras radiofônicas e imprensa escrita, ambas controladas por pessoal indicado pelo governo federal⁵, assim como a reorganização de currículos escolares, auxiliaram na difusão do sentimento de brasilidade entre um “povo”, cujas identidades deveriam ser construídas sempre no sentido da coesão e da homogeneidade. Por trás de discursos inflamados que incluíam todos os atores sociais nesta grande empreitada de conduzir o Brasil ao progresso, elite e “massas” possuíam, na prática, papéis marcados por profundas desigualdades sociais, bem como por uma série de preconceitos ativados em situações vivenciadas na tensão permanente entre grupos dirigentes do Estado e sociedade.

Foi justamente nesse período que as ciências sociais passaram por um processo de definição de suas disciplinas, temas e discussões teóricas, por meio da fundação de instituições de ensino superior e gestão de bens culturais. Nesse contexto, teses importantes estavam sendo publicadas: Gilberto Freyre acabava de lançar o seu mais conhecido trabalho, *Casa Grande e Senzala* (1933); e Arthur Ramos, auto-intitulado discípulo de Raymundo Nina Rodrigues, passara a editar pela Editora Civilização Brasileira, além de obras de seu mestre, livros da autoria de pesquisadores da chamada Escola Nina Rodrigues⁶, da qual o próprio Ramos era um dos idealizadores. Os estudos elaborados por esses intelectuais adquiriram o *status* de área do conhecimento legítima das Ciências Sociais, gerando novos trabalhos e possibilidades interpretativas.

Tal processo foi, igualmente, acompanhado pela recepção de categorias analíticas inovadoras para os padrões da produção científica nacional, numa conjuntura em que a própria noção de “ciência” encontrava-se em disputa. Nesse caso, a Antropologia Cultural estadunidense de Franz Boas parece ter sido o carro-chefe das renovações que eram gestadas

⁴ Sobre a reestruturação administrativa estatal, as relações estabelecidas entre governo federal e trabalhadores, as políticas públicas de saúde, imigração, cultura e educação e o papel das forças armadas na política de repressão do Estado ver: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. Ainda sobre as especificidades sociais, políticas e culturais do período consultar: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁵ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

⁶ Ver: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

nas humanidades. Em resumo, a importância do culturalismo no Brasil residiu no fato de que, teoricamente, o conceito de cultura teria substituído a noção de “raça” como forma de explicação das diferenças humanas. Ou seja, ao invés de as diferenças serem explicadas sob perspectivas características da Antropologia Física, cujo conceito-chave era “raça” biológica, essas mesmas diferenças passaram a ser problematizadas a partir de manifestações culturais observadas em sociedade, através do método etnográfico⁷.

A consolidação dos estudos africanos e de relações raciais, no momento da recepção de novos modelos analíticos, foi materializada na realização do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1934), organizado por Gilberto Freyre, e do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937), empreendido por Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, Reginaldo Guimarães e amplamente apoiado por Arthur Ramos⁸. Ambos os eventos contaram com a presença de pesquisadores brasileiros, cientistas sociais estrangeiros e personalidades pertencentes ao universo religioso e militante afro-descendente. A construção de programas de trabalho variados nesses congressos possibilitou a própria elaboração conceitual da “raça”, de acordo com concepções teóricas e sociais que lhe emprestaram múltiplos significados.

A promoção de dois congressos especificamente direcionados ao “problema do negro”, certamente não ocorreu livre de debates em torno das possíveis explicações para a formação da nação. Por meio de trabalhos escritos e diálogos epistolares e presenciais, Freyre e Ramos disputaram ferrenhamente a legitimidade e autoridade sobre as interpretações da presença africana no Brasil⁹. O primeiro, o mais notório defensor da mestiçagem biológica e cultural como fator fundante do tipo social brasileiro; o segundo, um opositor declarado da miscigenação como chave explicativa das relações raciais brasileiras. Para Arthur Ramos, a observação da negritude expressa na permanência de traços africanos originais nas manifestações sociais afro-baianas seria o caminho para a construção de tipos brasileiros mais relacionados às heranças culturais preservadas desde África.

Explicitamente dedicados à pesquisa e valorização dos chamados “africanismos”, organizadores e participantes do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador empreenderam uma verdadeira cruzada na demarcação do campo dos estudos africanos. As homenagens

⁷ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005.

⁸ Assim como inúmeros pesquisadores da história das relações raciais brasileiras, tais como Osmundo Pinho e Ângela Figueiredo, Lívio Sansone situa a configuração do campo de pesquisa em estudos africanos “ao redor dos dois primeiros Congressos Afro-Brasileiros de Recife e Salvador, em 1934 e 1937, respectivamente (...)” SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*. v. 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002. p. 4

⁹ CORRÊA, Mariza. O mistério dos Orixás e das bonecas: raça e gênero na Antropologia brasileira. *Etnográfica*. v. IV, n. 2, 2000.

prestadas a Nina Rodrigues por Arthur Ramos e Edison Carneiro, no decorrer do congresso, tiveram, ao que parece, repercussão significativa nas tentativas de definir qual perspectiva seria a mais adequada para interpretar a presença negra no Brasil. A reivindicação da Escola Nina Rodrigues como protagonista dos estudos antropológicos, junto a comunidades negras de Salvador, gerou uma série de embates explicitamente colocados na publicação tardia (1937) do segundo volume dos anais do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife.

As divergências observadas nas teses apresentadas por Freyre e Ramos aos congressos afro-brasileiros demonstram que a apropriação da “cultura” como categoria analítica foi complexa, contraditória e dependente de inúmeros fatores relacionados aos múltiplos espaços políticos, profissionais e institucionais ocupados pelos autores. Além disso, uma rápida passada de olhos sobre as comunicações proferidas pelos demais congressistas aponta para um amplo leque de possibilidades interpretativas disponíveis naquele contexto, cujos pressupostos não incorporaram, necessariamente, o conceito de “cultura”. Nesse sentido, ao invés de rupturas teóricas¹⁰, o que houve, em muitos casos, foi a conservação de categorias características de um pensamento social brasileiro fabricado em espaços, tais como os Institutos Históricos e Geográficos. Inobstante, muitos de seus membros possuíam contatos profícuos com os protagonistas das nascentes ciências sociais, bem como autoridade suficiente para subverter determinadas perspectivas.

Esse controverso processo pode ser observado nos desdobramentos que a agenda de pesquisa aqui comentada adquiriu durante e após a realização dos congressos afro-brasileiros. As teses elaboradas a partir de discussões próprias aos estudos africanos e suas mais variadas matizes passariam a circular com maior frequência entre a intelectualidade, através do mercado editorial, da realização de eventos acadêmicos e de debates institucionalizados empreendidos em âmbitos sociais e políticos diversos. Três anos após o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, ocorreu, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Porto Alegre, o III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940). Apesar de

¹⁰ Lourdes Martínez-Echazábal coloca como, em países da América Latina, o deslocamento da noção biológica de “raça” para o conceito de cultura foi mais um deslocamento retórico do que uma ruptura conceitual. A autora busca perceber como a “raça” foi permanentemente reinventada em suas práticas sociais e discursos políticos e intelectuais, de acordo com premissas que nortearam a construção de uma representação mestiça para as nacionalidades latino-americanas. Para tanto, revisita obras de autores importantes, articulando sua produção textual com contextos intelectuais e sociais específicos da virada do século XIX para o XX, passando pela década de 20 e, finalmente, culminando na década de 50. Dentre os autores analisados estão os brasileiros Gilberto Freyre e Arthur Ramos e o cubano Fernando Ortiz. MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual?. In: MAIO, Marcos Chor; e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCB, 1996.

promovido em comemoração ao bi-centenário da colonização açoriana da capital do estado, o certame obteve a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, cujos trabalhos não abordaram, exclusivamente, temáticas referentes à história do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, o evento contou com múltiplas abordagens dos temas em voga nacionalmente, onde as relações de raça perfizeram uma série de textos que compuseram os anais do congresso.

Nesse sentido, por exemplo, Alfredo Ellis Junior, catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo, e mais seis de seus alunos apresentaram comunicações atentando para quais teriam sido as “raças” constitutivas do povo, história e sociedade paulistas. Ao lado de Ellis Junior, o intelectual sul-rio-grandense e presidente da Comissão Organizadora do III Congresso do IHGRS, Dante de Laytano, juntamente com autores como Emílio Fernandes de Souza Docca, discutiram sobre questões tocantes à raça, através de tentativas de incorporação das novas pesquisas em ciências sociais e de discussões historiográficas já consagradas na cena letrada estadual e nacional. Por fim, a presença destacada de Gilberto Freyre demonstra o quanto o enquadramento **exclusivo** do evento sulino numa categoria “regional” limita a compreensão dos debates decorridos em Porto Alegre, cuja análise adquire maior inteligibilidade se inscrita em contextos mais amplos. Mesmo porque, a construção dos regionalismos como perspectiva interpretativa é parte fundamental da elaboração de saberes especializados, cujos objetivos perpassavam as definições dos papéis sociais, econômicos e culturais desempenhados por estados da federação que disputaram o protagonismo da condução política do Brasil.

No caso do Rio Grande do Sul, Letícia Nedel, em sua dissertação de mestrado, aponta o regionalismo como variável intrínseca à elaboração da historiografia proferida por Dante de Laytano, quando de sua atuação como funcionário e, posteriormente, diretor do Museu Júlio de Castilhos (MJC), na década de 50¹¹. Extremamente dedicado às questões imbricadas nas definições sociais, culturais, históricas e antropológicas sul-rio-grandenses, Laytano se constituiu profissionalmente como intelectual interessado em debates correntes para além das problemáticas específicas ao fazer historiográfico sulino, dialogando, ao mesmo tempo, com tradicionalistas rio-grandenses e cientistas sociais de projeção nacional. Segundo Nedel, nas tentativas de angariar um lugar para a história oficial do estado, dentro das interpretações sobre o passado do Brasil, o autor ajudou a estabelecer os vínculos da história com seus usos

¹¹ NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

políticos, bem como a manipular a memória construída nos marcos do MJC, enquanto estratégia de incorporação do Rio Grande à historiografia nacional.

Alexandre Lazzari, por sua vez, apresenta importante reflexão sobre como foram socialmente construídos, tornados perenes e acessíveis ao uso político-educativo os símbolos, discursos e narrativas referentes à identidade sul-rio-grandense¹². Para tanto, o autor problematiza os próprios conceitos de “regional” e “nacional” - cujos contornos teriam sido estabelecidos desde um “centro” (Rio de Janeiro e São Paulo) em relação às suas “periferias” - na tentativa de contar como foi possível a identidade brasileira ter sido imaginada como uma identidade “gaúcha”. Acompanhando as disputas travadas em torno dos significados de “literatura nacional”, “raça”, “tradição” e “nação”, empreendidas por intelectuais reunidos no Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e no Parthenon Literário na virada do século XIX para o XX, Lazzari propõe um olhar instigante sobre como essas noções foram definidas relacionalmente entre corte e província.

Do ponto de vista de orientações teórico-metodológicas operadas na historiografia, o clássico trabalho de Ieda Gutfreind identifica duas matrizes ideológicas sob as quais a intelectualidade teria elaborado teses conectadas pelo objetivo de caracterizar a formação do Rio Grande do Sul: a “lusa” e a “platina”¹³. A primeira estaria centrada no protagonismo da colonização portuguesa no processo de constituição do estado. Já a segunda, filiar-se-ia às especificidades regionais sul-rio-grandenses às intersecções políticas e sociais estabelecidas com o Prata, remetendo as origens históricas do Rio Grande às Missões Jesuíticas do século XVI. Percebendo essas matrizes, a autora visou a demonstrar como a realidade social do estado estaria sendo encoberta, devido à manipulação da história oficial por parte das elites. Nesse caso, o trabalho de Gutfreind possuiu importância, justamente, por identificar duas das principais linhas discursivas recorrentes entre a intelectualidade sulina, atentando para os eixos políticos e interpretativos em disputa na historiografia rio-grandense.

Já no campo da Antropologia Social, Rubem Oliven apresenta extensa bibliografia sobre as relações existentes entre a constituição da identidade sul-rio-grandense e os processos políticos, sociais e econômicos brasileiros a partir dos quais a elaboração da cultura gauchesca teria se consolidado ao longo do tempo. Para Oliven, a invenção das tradições que

¹² LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

¹³ GUTFREIND, Ieda. *A Construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*. Tese (Doutorado em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

caracterizam as dimensões simbólicas e materiais do Rio Grande do Sul em seus aspectos literários, performáticos e sociais é parte de uma conjuntura em que a modernidade recria a tradição, ativada em situações específicas¹⁴.

Para o caso de São Paulo, o trabalho de Antônio Celso Ferreira apresenta como problemática a percepção dos aspectos simbólicos da elaboração, por parte da elite letrada, do mito bandeirante na literatura e na historiografia¹⁵. Acompanhando a atuação de personalidades empenhadas em atividades de escrita desde a segunda metade do século XIX até o início da década de 1940, o autor deslinda o processo de construção do tipo social paulista considerado protagonista da formação daquele estado. Segundo Ferreira, os bandeirantes, definidos por Saint-Hilaire como a “raça de gigantes”, figuraram em inúmeras teses, romances, poemas e ensaios, como portadores de uma identidade específica, calcada em elementos como a raça, o meio rural e as expedições de exploração e expansão interna das fronteiras do território brasileiro.

Os trabalhos acima comentados não abordam, especificamente, a operação de conceitos provenientes das ciências sociais e das teorias raciais, correntes entre nossa elite intelectual em contextos específicos. Tampouco, apresentam como problemática principal a percepção de lugares sociais destinados às “raças” e etnias em teses, pretensamente científicas, proferidas por intelectuais determinados. Porém, mesmo partindo de perspectivas diferenciadas, aqueles autores incorporaram em suas análises algumas das especificidades partícipes da construção de tipos sociais regionalizados, cuja elaboração também dependia da utilização de classificações raciais. Estas, por sua vez, explicitamente manipuladas nos textos apresentados ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador e ao III Congresso do IHGRS. Nesses eventos, a reunião de diversos pesquisadores e especialistas parece fornecer um quadro mais completo e complexo acerca do estado da arte das ciências sociais e da historiografia, em detrimento da análise individualizada de obras canônicas.

No contexto das transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil durante a década de 30, gaúchos e bandeirantes eram concebidos como brasileiros, tendo em vista seus gradientes de brasilidade mais ou menos acentuados, observados através da presença ou ausência de elementos da cultura negra em suas constituições étnicas e raciais. Nesse sentido,

¹⁴ OLIVEN, Ruben. *Nación y modernidad: La reinención de La identidad gaúcha en el Brasil*. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.

¹⁵ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

o ponto de convergência entre os textos de Arthur Ramos, Dante de Laytano, Souza Docca e Alfredo Ellis Junior consistiu, justamente, na possibilidade de incorporação de teorias e métodos que permitiram refletir tanto sobre a construção de tipos sociais racializados, quanto sobre a contribuição negra à cultura brasileira. Em ambos os casos, estavam em jogo definições possíveis de identidade e cultura nacional, centrais nas estratégias de legitimação de saberes construídos em tempos de nacionalismos mais exacerbados¹⁶.

Metodologicamente, unidas às dimensões teóricas, outras variáveis foram consideradas quando da análise dos textos dos referidos intelectuais, correspondentes às esferas institucionais, políticas e sociais, a partir das quais os autores elaboraram suas interpretações. Isto, porque se o desenvolvimento dos estudos africanos e de relações raciais não for encarado como um campo científico encerrado em si mesmo, tal como concebido por Pierre Bourdieu¹⁷, mas como um lugar de saber onde foram pensadas propostas político-sociais que pautaram os lugares de afro-descendentes na história e identidade brasileiras, é possível estabelecer um recorte que inscreva a produção escrita em contextos mais amplos. Não por acaso, a partir do momento em que o governo federal passou a recrutar parte da intelectualidade para ocupar cargos em instituições públicas, Universidades, e esferas administrativas de gestão de bens culturais, as ciências sociais e a historiografia adquiriram um novo patamar dentro do projeto de nação varguista.

Nesse sentido, ao longo desta dissertação, veremos que inúmeros foram os intelectuais que, fazendo parte dos quadros institucionais e administrativos do Estado, instrumentalizaram textos e teorias tendo como “objeto” o “problema do negro” no Brasil. De alguma forma, nos espaços de atuação dessa elite intelectualizada, estavam em jogo possíveis definições de quem seria o “povo brasileiro”, cujos conteúdos científicos de elaboração foram buscados entre

¹⁶ Sobre a constituição da identidade nacional brasileira durante a primeira metade do século XX ver, entre outros: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004; ORTIZ, Renato. *Cultura e Identidade Nacional Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

¹⁷ Para Bourdieu, o campo científico possuiria regras próprias de funcionamento, construídas por pares oponentes, a partir de mecanismos de consagração e exclusão que, combinados entre si, estabelecem hierarquias internas a esse campo. A obtenção de títulos escolares, as publicações em periódicos já legitimados, bem como a elaboração de trabalhos sobre temas científicos definidos como legítimos fazem parte desse sistema, produzido e reproduzido ao longo de lutas internas por posições de destaque, onde o acúmulo de capital intelectual determina os vencedores das disputas. A noção de “autonomia” é a principal chave metodológica desenvolvida por Bourdieu no sentido de compreender a formação do campo científico enquanto uma estrutura marcada pelos contextos sociais e políticos de seu tempo, porém portadora de suficiente independência para desenvolver suas próprias redes de reconhecimento sem, necessariamente, sofrer a interferência de outros campos, como, por exemplo, o jurídico ou o político. BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, [s.d.]

autores empenhados em construir discursiva e socialmente os tipos sociais brasileiros. As classificações raciais desempenharam papel fundamental no interior dessas definições.

Portanto, torna-se pertinente considerar as reflexões de Osmundo Araújo Pinho e Ângela Figueiredo, de forma a compreender as contradições inerentes à constituição do campo de estudos africanos como inscritas numa conjuntura onde as próprias relações raciais brasileiras foram construídas. Em uma sociedade marcada pela vigência de sistemas classificatórios hierarquizantes e excludentes, a elaboração de classificações raciais deve ser pensada como parte de um processo histórico a partir do qual uma elite intelectual proferiu interpretações acerca dos lugares ocupados por sujeitos sociais cientificamente definidos como inferiores. Nesse sentido, segundo Pinho e Figueiredo:

O campo das Ciências Sociais brasileiras, notadamente no que se refere aos estudos das relações raciais, faz parte da história das relações de raça no Brasil. Tanto alimentando as interpretações que entram nas disputas efetivas, extrapolando o campo acadêmico propriamente dito, como, constituindo modelos de leitura legítimos para a realidade, ajuda a ocultar o que deveria esclarecer: as relações entre a produção do conhecimento e a estrutura desigual da sociedade brasileira, racialmente marcada.¹⁸

Assim como a constituição do campo de estudos africanos e de relações raciais deve ser inscrita em contextos sociais e históricos, a definição de “intelectual” perpassa uma série de variáveis referentes a situações concretas correspondentes à atuação da elite intelectual¹⁹. Nesse caso, as implicações decorrentes das interfaces entre a produção escrita e o pertencimento ao aparelho burocrático estatal foram objeto de um rico debate travado entre os sociólogos Sérgio Miceli e Daniel Pécaut. Na tentativa de elaborar modelos explicativos do fazer intelectual brasileiro característico da primeira metade do século XX, ambos os autores atentaram, de forma diferenciada, para as especificidades da atividade escrita e de pesquisa empreendida por letrados formados naquele contexto.

¹⁸ FIGUEIREDO, Ângela e PINHO, Osmundo de Araújo. Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*. ano 24, n.1, Rio de Janeiro, 2002. p. 198.

¹⁹ A noção de “elite” com a qual trabalhamos é inspirada nas reflexões de Bert Barickman e Joseph Love, e Michael Conniff, cujas pesquisas definiram esse conceito, através da prosopografia (biografias coletivas). Através do cruzamento de variáveis relativas às posições ocupadas pelos sujeitos sociais estudados - econômicas, políticas, profissionais, institucionais, escolares, etc. -, os autores formularam perfis correspondentes a elites regionais e nacionais conformadas na República Velha e no Estado Novo. Sob essa perspectiva, a pesquisa institucionalizada desenvolvida em academias tradicionais – específica às trajetórias profissionais de alguns dos autores a serem estudados nesta dissertação - pode ser entendida como parte integrante da definição de quem eram as elites participantes, simultaneamente, de partidos políticos, setores administrativos da burocracia estatal e instituições. Dessa forma, nos é possibilitado um olhar sobre a elite intelectual que escapa a categorias pré-concebidas e que atenta para os seus respectivos espaços de atuação, onde o mesmo sujeito pode ser definido como membro da elite política, econômica, intelectual e assim por diante. Ver: BARICKMAN, Bert J.; LOVE, Joseph L. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006./ CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Miceli defende a ideia de que, a partir de meados da década de 1930, se constituiu no Brasil um campo intelectual autônomo, estruturado em si mesmo e que funcionava de acordo com suas próprias regras²⁰. A construção desse campo teria sido possível graças à formação de um mercado de bens culturais, onde a Cultura tornou-se um negócio de Estado necessitado de pessoal qualificado para a execução de suas tarefas. Segundo o autor, o recrutamento de parte da intelectualidade, naquele período, seria necessário devido ao distanciamento existente entre intelectuais e elites políticas regionais, no contexto da falência do estado oligárquico e da formação de um corpo burocrático centralizado durante o Estado Novo. Esta transformação na estrutura político-administrativa estatal teria permitido o exercício independente de atividades de pesquisa, anteriormente subjugadas a dirigentes regionais.

Dessa forma, o campo intelectual adquiriria sua autonomia, apenas cabendo ao Estado o papel de legitimar a produção científica realizada em seu interior. Nesse sentido, conforme Miceli, com base num conjunto complexo de relações sociais específicas, os intelectuais teriam desenvolvido estratégias individuais de ascensão social, condicionantes à sua entrada diferenciada no campo. Dessas estratégias, teriam surgido duas categorias profissionais: 1) funcionário-escritor: que, não possuindo condições materiais de dedicação exclusiva à atividade intelectual, paralelamente às suas obrigações para com o Estado, escrevia textos de consagração política; 2) escritor-funcionário: que, podendo desenvolver a atividade intelectual paralelamente ao cargo burocrático, não teria necessidade de abandonar seus projetos pessoais. Nesse interregno, a estratégia de atuação dos intelectuais consistiria na manutenção de empregos públicos, sempre presente na consolidação de carreiras profissionais hierarquizadas de acordo com o grau de envolvimento dos letrados com a esfera política.

Para Miceli, quanto mais afastados das obrigações ideológico-estatais estivessem os intelectuais, mais próximos estariam ao “teor do que se entende por excelência intelectual”.²¹ Tal premissa fora construída com base em interpretações do processo de institucionalização das Ciências Sociais brasileiras que tomaram por modelo ideal a fundação da Universidade de São Paulo (1934). A partir dos trabalhos realizados pelos integrantes do projeto de pesquisa por ele coordenado, Miceli desenvolveu a hipótese de que, devido às condições econômico-sociais reunidas na industrialização e urbanização, teria se formado na capital paulista uma reserva de mercado independente para os detentores de títulos escolares adquiridos na universidade instituída, num primeiro momento, para a formação de professores. No caso de

²⁰ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²¹ MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001. p. 104.

São Paulo, devido ao caráter privado dos recursos disponíveis à montagem institucional da USP - ao contrário do que ocorreria na Universidade do Distrito Federal, umbilicalmente ligada aos interesses estatais –, teria sido possível o progressivo afastamento dos interesses dos intelectuais formados na universidade, em relação às demandas políticas mais amplas.²²

Assim, a perspectiva analítica de Miceli consiste em apresentar uma dicotomia entre os modelos de institucionalização paulista e carioca, imputando, ao primeiro, a primazia dos estudos em Ciências Sociais, devido ao seu suposto desligamento da política, bem como à sua constituição docente e disciplinar influenciada por pesquisadores estrangeiros integrantes da missão francesa desembarcada, em São Paulo, no início da década de 40. O restante das instituições de pesquisa brasileiras, universitárias ou não, problematizadas na pesquisa de Miceli foi organizado em torno desse modelo dual, no qual a proximidade à situação paulista denotaria maior evolução em direção à excelência acadêmica. Minas Gerais e Pernambuco foram exemplos considerados num quadro em que foi privilegiado um viés regionalizado e não disciplinar de compreensão dos estudos sociológicos e antropológicos das décadas de 30, 40 e 50. Portanto, o campo intelectual brasileiro estaria localizado em São Paulo, onde as atividades de pesquisa institucionalizadas se desenvolveriam independentemente do âmbito político e ideológico, sendo os profissionais formados na USP os exemplos mais bem acabados da moderna intelectualidade brasileira.

Miceli apresenta um caminho possível para a investigação da produção do conhecimento em ciências sociais. Mas, segundo Daniel Pécaut, impossibilita a percepção de outros tipos de estratégias empreendidas pela intelectualidade em suas atividades escritas e de pesquisa, que não a conservação de empregos públicos²³. Ao analisar três gerações de intelectuais brasileiros entre os anos 20 e 60, Pécaut postula que a definição prévia do ser “intelectual” naquele período não daria conta da heterogeneidade de trajetórias e dos objetivos com os quais inúmeros autores se propuseram a desvelar a chamada “realidade nacional”, categoria comum entre aqueles auto-encarregados de explicar a formação da nação²⁴.

Em sua tese, Pécaut desenvolve a categoria *cultura política* buscando dar conta das continuidades observadas entre letrados de diferentes gerações e orientações doutrinárias que chamaram, para si, a tarefa de reorganizar as instituições e forjar a identidade brasileira cientificamente. A cultura política “implica que tendências diversas (...) possam surgir de uma

²² MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

²³ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

²⁴ Idem, p. 11.

mesma matriz geral; supõe (...) a difusão de um significado comum; e, enfim, refere-se a formas concretas de sociabilidade e comunicação”.²⁵ Sob esse viés, a categoria apresentada pelo autor refere-se à constituição da identidade de um grupo específico, possuindo três aspectos principais: 1) posição social dos intelectuais correspondente ao lugar que os mesmos atribuíram a si próprios e àqueles que lhes reconheceram o poder; 2) representações do fenômeno político expressas na busca, dentro do real, de uma unidade anterior a todos os processos de instituição do social que pudesse escorar a unidade da sociedade política; 3) articulações entre o campo intelectual e a esfera política, considerando a orientação da atividade intelectual pela responsabilidade assumida diante do imperativo nacional.²⁶

Entre o trabalho intelectual e a atividade política, a construção da identidade profissional dos “homens de ciência” esteve atrelada à idéia de que os mesmos representariam uma elite dirigente localizada acima do social, tecnicamente capacitada para realizar a empreitada de conduzir a nação ao progresso e à ordem, ao mesmo tempo em que se colocavam como parceiros do Estado para a construção de aspectos estruturantes de uma sociedade moderna. O darwinismo social e o positivismo, por exemplo, foram dois paradigmas instrumentalizados, então, para os fins da modernização. Ainda, não foram poucos os que se engajaram em movimentos organizados, partidários ou não, para completar os requisitos necessários ao que foi, à época, entendida como a missão da intelectualidade.

Em Pécaut, não se trata de entender a produção escrita como subordinada a demandas políticas, mas de perceber as intersecções entre a elaboração de categorias como “raça”, “povo” e “nação”, e os espaços sob as quais os intelectuais escreveram seus textos, incluindo setores estatais. Afinal, estes últimos reconheciam a vocação dos letrados e “conferiam à ciência o estatuto de componente primordial da política”.²⁷ Nas décadas de 30 e 40, a inserção de intelectuais no Estado, combinada à recepção de modelos analíticos estrangeiros, produziu um uso contextual de conceitos forjados nas articulações entre a política e a ciência, num período em que as instituições eram desprovidas da autonomia necessária à constituição de um pensamento social desgarrado de outras contingências, que não a intelectual-acadêmica. Sendo assim, tanto a definição prévia do que seria um “intelectual” nas primeiras décadas do século XX, quanto a afirmação da existência de um campo intelectual autônomo no Brasil não corresponderiam à realidade de produção, bem como às concepções identitárias presentes

²⁵ Ibidem, p. 17-18

²⁶ Idem, p. 18.

²⁷ Idem, p. 72-73.

entre os próprios intelectuais que não viam contradições entre engajamento político e pesquisa científica.

Com no debate acima colocado, podemos perceber que o modelo da USP era apenas um, entre as tantas possibilidades de atuação intelectual. O que significa afirmar que a Universidade de São Paulo fez parte de uma situação mais ampla no tocante ao desenvolvimento das ciências sociais, onde o diálogo com outras áreas do conhecimento, como a História, e as múltiplas estratégias da intelectualidade não se resumiram a uma grade institucional dicotômica. Tal processo implicou ferrenhas disputas em torno de legitimidade e estatutos de cientificidade entre produções escritas procedentes de instituições rotuladas como “ultrapassadas” e aquelas consideradas mais “modernas”. Nesse sentido, a constituição das universidades e seus respectivos produtos sociais (teses, ensaios, etc...) não devem ser entendidos como um caminho lógico, mecânico e necessário às humanidades. Antes disso, a formação universitária fez parte de um campo aberto de possibilidades, somente compreendido no interior das tensões que envolveram outros tipos de produção intelectual.

No decorrer de nossa discussão, veremos como as discussões ocorridas em torno dos estudos africanos e de relações raciais foram influenciadas por essa dinâmica, cujo funcionamento pressupõe a consideração de vetores variados, característicos da produção do conhecimento. Dessa forma, o jogo de concorrências e apropriações entre membros das universidades e dos Institutos Históricos e Geográficos, por exemplo, esteve diretamente relacionado às tentativas de afirmação profissional de determinados autores em lugares de enunciação, legitimados institucional e politicamente. Inclusive, em alguns casos, um único sujeito poderia fazer parte, simultaneamente, de uma universidade, de um Instituto Histórico e Geográfico e de um partido político, demonstrando o quanto é importante atentar para a circulação desses personagens em variados espaços, ao invés de enquadrá-los em categorias que não dão conta da natureza de suas atividades profissionais.

Sob essa perspectiva, incorporamos à nossa reflexão teórica os apontamentos de Benôit de L’ Estoile, Federico Neiburg e Lygia Sigaud.²⁸ Para os autores, a interlocução estabelecida entre esfera político-social e elaboração de saberes é parte intrínseca tanto da formação dos estados nacionais - através da classificação e gestão de suas populações, possibilitada por um conhecimento científico legitimado -, quanto da construção do

²⁸ L’ESTOILE, Benôit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

conhecimento antropológico. A partir dessa interação, fronteiras disciplinares, objetos de pesquisa, escopos teórico-metodológicos e perfis profissionais seriam definidos. Tal dinâmica colocaria em xeque a principal categoria reivindicada por cientistas sociais, defensores da separação de suas pesquisas das discussões políticas de seu tempo: a *autonomia*.²⁹ Sobre isso, os autores afirmam que “a autonomia da ciência com relação à política aparece (...) como uma reivindicação produzida em determinadas condições históricas por agentes ou grupos sociais específicos”.³⁰ Dessa forma, ao invés de compreendê-la como uma categoria analítica capaz de desvelar toda e qualquer situação de elaboração científica, os autores definem a autonomia como uma categoria nativa, devido ao seu caráter historicamente contingente e socialmente reivindicado por grupos específicos em relação a outros grupos.

Trabalhos importantes que abordaram a história das ciências sociais e do pensamento social brasileiro apresentam, como horizonte metodológico, os contextos mais amplos e as múltiplas relações sociais estabelecidas por intelectuais atuantes no processo de demarcação de disciplinas e produção de saberes científicos.

Em sua tese de doutorado sobre a Escola Nina Rodrigues, Mariza Corrêa busca comprovar como a formação da Antropologia brasileira se deu através da atuação de pesquisadores empenhados em angariar prestígio intelectual junto às elites nacionais e a outros grupos de pesquisadores, desempenhando tarefas profissionais em instituições de produção do conhecimento e repartições públicas³¹. Nesse processo – onde a reivindicação de uma ancestralidade intelectual aos estudos de Nina Rodrigues fez parte da estratégia de legitimação dos trabalhos de Arthur Ramos e Afrânio Peixoto na década de 30 -, a disciplina antropológica foi sendo definida de acordo com problemas sociais e políticos colocados aos autores em seu tempo. Para além de filiações teóricas pré-estabelecidas e considerando dimensões que não se limitam a instituições, Corrêa demonstra o quanto a apreensão e operação de teorias deve ser localizada nas intersecções existentes entre saber e poder.

Ainda sobre a história das ciências sociais, as coletâneas publicadas em dois volumes, sob a organização de Sérgio Miceli, apresentam um amplo panorama dos mecanismos e contingências que marcaram a institucionalização da sociologia e da antropologia no Brasil³². Os autores que contribuíram para a pesquisa versaram sobre diversos temas, como a formação

²⁹ Ibidem, p. 17-19.

³⁰ Idem, p. 15.

³¹ CORRÊA, Mariza. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final da década de 1930. *Anais da Biblioteca Nacional. Seminário Diários de Campo*. v.1. Rio de Janeiro, 1999.

³² MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré/IDESP/FAPESP, 1989./ MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995.

do mercado editorial nacional, a fundação das universidades e as lógicas de funcionamento de outras instituições. Anteriormente, problematizamos os principais aspectos do conjunto das teses defendidas naquelas coletâneas que serão utilizadas no decorrer de nossa discussão com as mediações necessárias.

Sob um olhar atento às dimensões sociológicas, institucionais e simbólicas da constituição de determinadas correntes do pensamento social, Luís Rodolfo Vilhena desenvolve discussão concernente ao movimento folclórico brasileiro. Com o objetivo de compreender a trajetória desse movimento desde a década de 40 até os anos 60, Vilhena discorre sobre os elementos partícipes da construção da identidade dos folcloristas, de suas estratégias de ação político-social e das tentativas de institucionalização da disciplina folclórica.³³ Para tanto, o autor desenvolve seu argumento em torno das três variáveis referidas que, combinadas umas às outras, explicariam a posição periférica delegada aos estudos folclóricos, tanto em pesquisas envolvendo a história do pensamento social e das ciências sociais, quanto nos processos de institucionalização de disciplinas ligadas àquelas ciências. Segundo Vilhena, os principais aspectos que dificultaram o sucesso dos estudos folclóricos no Brasil foram a dificuldade de definir claramente seus objetos, a adoção de um modelo institucional atrelado ao Estado e a formação polígrafa de seus autores.³⁴ Nesse caso, é importante ressaltar que alguns de nossos autores, principalmente Arthur Ramos e Dante de Laytano, estiveram envolvidos em estudos folclóricos ao longo de suas trajetórias.

Por fim, vale mencionar o já consagrado livro de Thomas Skidmore concernente aos estudos de relações raciais no Brasil³⁵. Neste trabalho, o autor não pretende contar a história das ciências sociais ou estabelecer exaustivamente as conexões entre autores, instituições e Estado. Ele apresenta um panorama abrangente do desenvolvimento dos estudos africanos realizados desde o século XIX até, aproximadamente, a década de 50. Skidmore considera o contexto histórico-social mais amplo sob o qual aquelas pesquisas foram desenvolvidas e suas relações com a elaboração de teses diversas sobre a realidade brasileira.

Nosso objetivo não é o de contar uma história das ciências sociais e da historiografia. Tampouco temos a intenção de operar fielmente conceitos e métodos de pesquisa de outros autores nesta dissertação, mesmo porque a discussão aqui proposta tangencia, mas não aborda

³³ VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Funarte, 1997.

³⁴ Idem, p. 55.

³⁵ SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

especificamente a conformação de disciplinas ou teorias, senão seus usos em situações especiais de reflexão. Porém, as breves reflexões teóricas e bibliográficas, acima colocadas, perfazem um guia de trabalho que atenta para aspectos que escapam a filiações intelectuais exclusivas ao mesmo tempo em que busca, nas trajetórias dos autores selecionados, as chaves interpretativas necessárias ao entendimento de noções de “raça” por eles operadas. Inclui, em menor medida, os desdobramentos sociais que o emprego desta categoria acarretou no contexto do próprio desenvolvimento científico e disciplinar das Ciências Sociais e da historiografia. A escolha de textos apresentados ao II Congresso Afro-Brasileiro e ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS é, assim, devida a fatores tanto teórico-metodológicos, quanto políticos e sociais.

Sobre o primeiro aspecto, ambos os eventos apresentam em sua estrutura organizativa o estado da arte da produção escrita das ciências sociais e da historiografia, cujos marcos dificilmente seriam percebidos se observados somente em monografias e trajetórias individuais de personagens já consagrados. Através dos congressos, a remontagem parcial de redes de relações sociais estabelecidas por nossos autores foi eventualmente possibilitada, iluminando a constituição de parcerias e conflitos mais ou menos evidentes em relação aos quais se construíram identificações disciplinares, alianças intelectuais e reivindicações teóricas de ocasião. Neste ponto a observação dessas redes nos auxiliou, quando possível e necessário, a desviar da localização dos autores em correntes intelectuais pré-definidas, elas próprias sujeitas a oscilações de acordo com conjunturas perpassadas por fatores tanto acadêmicos, quanto político-sociais.

No Rio Grande do Sul, a apropriação de pressupostos das ciências sociais pela historiografia fez parte de uma estratégia mais ampla de atuação da intelectualidade sulina em sua tentativa de tomar parte dos debates relativos ao folclore realizados nacionalmente. Tal estratégia foi possibilitada através da construção de interpretações regionalizadas da identidade nacional, institucionalizadas e incorporadas a esferas burocráticas de gestão da cultura. Esse é o objeto de estudo de Letícia Nedel em sua tese de doutorado, na qual a autora nos conta a história da produção e da circulação de autores sul-rio-grandenses, em âmbito estadual e nacional, entre 1948 e 1965³⁶.

Segundo Nedel, as tensas interlocuções estabelecidas entre intelectuais da província (folcloristas do tradicionalismo e folcloristas polígrafos) e críticos nacionais ajudaram a

³⁶ NEDEL, Letícia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

definir os contornos sociais e os conteúdos teóricos e temáticos do regionalismo gaúcho, por meio da manipulação de instrumentos analíticos emprestados da sociologia e da antropologia brasileira e estrangeira. Nesse sentido, as influências sobre a produção historiográfica do Rio Grande do Sul vão desde a incorporação de intelectuais “nativos” já consagrados, até a adoção de propostas de autores como Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Melville Herskovits. O culturalismo, por exemplo, entrou nas agendas de pesquisa de autores sulinos no diálogo com outras disciplinas, que não a História, e a partir de tentativas institucionais e políticas de superar certa marginalidade que o regionalismo sul-rio-grandense experimentava. Tal marginalidade mostrou-se recorrente justamente pelo fato de a produção escrita sulina pouco refletir, em sua estrutura argumentativa, os ingredientes da cultura nacional, fundamentalmente, a miscigenação entre brancos e negros.

Por essa razão, num contexto em que as conformações regionalizadas foram objeto de disputa política em relação a quais teses sobre a formação histórico-social brasileira seriam as mais verdadeiras, torna-se pertinente atentar para as relações travadas entre intelectuais profissionalmente alocados em espaços diversos. Em particular, no caso do Rio Grande do Sul, esses diálogos foram mais profícuos quanto mais próximos aos debates nacionais estiveram os autores sulinos.

No tocante às intersecções entre aspectos intelectuais e político-sociais presentes no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, do qual participou Dante de Laytano, podemos afirmar que a polarização entre os adeptos da mestiçagem de um lado e da exaltação da negritude expressa em heranças africanas, de outro, foi desencadeada através de homenagens e discursos apologéticos às pesquisas de Nina Rodrigues. Nesse sentido, em detrimento do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife, preferimos enfatizar a atuação conjunta e situacional de Arthur Ramos e Edison Carneiro na capital baiana, quando ambos apresentaram abordagens culturalistas da formação histórico-social afro-baiana. Essas abordagens podem ser simultaneamente entendidas como chave interpretativa das relações raciais e da cultura e perspectiva de discussões tocantes aos problemas enfrentados pela comunidade religiosa negra de Salvador, observados na perseguição policial aos candomblés amplamente debatida no conclave soteropolitano.³⁷

³⁷ O que não significa que a proposta de trabalho do congresso pernambucano não tenha sido considerada, já que o isolamento dos eventos como unidades separadas mostrou-se metodologicamente ineficaz. Afinal, por vezes, os mesmos personagens circularam em ambos os espaços, discorrendo sobre os mesmos temas e compartilhando estudos semelhantes.

Em relação ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, nas primeiras páginas dos anais do evento, fica evidente o caráter da programação elaborada pela Comissão Organizadora preocupada em contemplar personalidades políticas, intelectuais brasileiros e estrangeiros, e uma série de participantes ligados a um corpo burocrático estatal incumbido da tarefa de fiscalizar os ingredientes de brasilidade que, certamente, deveriam perpassar eventos que versassem, direta ou indiretamente, sobre a formação das regiões componentes da nação. Assim, no contexto da Campanha de Nacionalização empreendida pelo governo federal a partir de 1939, as discussões sobre a presença imigrante branca européia no Rio Grande do Sul, em comparação aos demais estados da federação, emprestaram ao conclave sulino um significado especial quanto às possibilidades de definição do lugar social dos afro-descendentes nas histórias regionais, devido às vantagens e problemas trazidos por quistos étnicos a serem assimilados à mestiça cultura brasileira.

Compreendidos em perspectiva comparada em aspectos tais como as propostas de trabalho apresentadas, os tipos de interpretações produzidas e os contextos sociais específicos de sua realização, o II Congresso Afro-Brasileiro e o III Congresso do IHGRS demonstram o quanto a construção simbólica de tipos sociais racializados é, também, devida às elaborações proferidas por autores empenhados em explicar a presença de “outros” estranhos aos parâmetros de civilização ocidental. Os contornos dessa civilização foram, por sua vez, invariavelmente tomados como modelo de desenvolvimento e progresso nacional pelos intelectuais que escreveram teses sobre a história e sociedade brasileiras. Nesse sentido, as representações de uma Bahia negra ou de um Rio Grande do Sul branco podem ser também atribuídas a uma série de práticas discursivas que se basearam em quadros teóricos e interpretativos, a partir dos quais foi possível conceber essas representações racializadas.

As implicações do método comparativo foram abordadas em artigo de Micol Seigel, onde são discutidas quais seriam as unidades ou questões passíveis de comparação entre sistemas raciais³⁸. Para a autora, ao invés de partirmos de semelhanças e diferenças, entre estados nacionais, tomadas como verdades consolidadas - como é o caso emblemático do Brasil e dos Estados Unidos -, mais produtivo seria percebermos as conexões transnacionais existentes entre as tantas formas de resistência negra operadas em diferentes países marcados pelo colonialismo e a escravidão. Isso não significa, contudo, desconsiderar as nações em

³⁸ SEIGEL, Micol. Beyond Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*. Issue 91, winter 2005. p. 62-90.

investigações referentes às relações raciais, mas sim incorporá-las como um dos possíveis conjuntos de fenômenos sociais pertinentes à operação comparativa³⁹.

Por outro lado, segundo Seigel, as semelhanças e diferenças supostamente particulares a determinadas nações atribuídas a sociedades racializadas foram, elas mesmas, produzidas por uma intelectualidade interessada na temática da cultura e da raça. Tal movimento ocorreu através da montagem de redes sociais transnacionais, por meio das quais circularam idéias, pessoas e culturas participantes da construção da categoria “raça”.⁴⁰ Ou seja, aqueles cientistas sociais que se utilizaram de comparações baseadas em modelos nacionais pré-concebidos foram, ao mesmo tempo, sujeitos elaboradores desses modelos e, por dentro deles, da “raça” como categoria social e analítica. Por sua vez, tal dinâmica possibilitou a criação de duas construções discursivas diferentes: a primeira é a idéia dos Estados Unidos como um lugar de gritante dicotomia racial; e a segunda é a do Brasil como um local de multiplicidades raciais de contornos mais sutis. Esses dois arquétipos, que possuíram suas realidades sociais e históricas de elaboração e operação, subsidiaram projetos políticos e fizeram parte da própria história das relações raciais dos dois países⁴¹.

A dimensão transnacional esteve amplamente presente na formação de um quadro de saberes especializados sobre as relações raciais e os africanismos brasileiros. Nas trajetórias de alguns de nossos autores os diálogos com pesquisadores estrangeiros e os estudos acadêmicos realizados em outros países foram fundamentais para a construção de comparações baseadas em unidades nacionais. Sob esse viés, a constituição discursiva de regiões brasileiras mais brancas ou mais negras também obedeceu a certos princípios interpretativos já consolidados referentes a contrastes raciais, construídos e reforçados pela própria intelectualidade, entre estados que passaram ou não pela experiência da imigração branca européia. Esse é o caso de São Paulo e do Rio Grande do Sul em comparação à Bahia.

Através da comparação entre os textos apresentados ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador e ao III Congresso do IHGRS, as múltiplas dimensões da construção de tipos sociais, tais como sua localização regional ou realidade demográfica, emergiram não como dados fixos e pré-estabelecidos, mas como condições históricas, sociais e intelectuais de produção discursiva racializada. Dessa forma, seguimos as recomendações de Micol Seigel,

³⁹ Ibidem, p. 63

⁴⁰ Idem, p. 66

⁴¹ Idem, p. 67

para quem o comparável reside nas relações sociais, conexões transnacionais, formas de resistência e possibilidades interpretativas constituídas por meio de redes sociais.

Por conta da complexa elaboração de categorias racializadas, mesmo que nossa intenção não seja debater minuciosamente os desdobramentos sociais por elas subsidiados, torna-se importante colocar o que entendemos por “raça”: um construto social, dependente de vários atores envolvidos e historicamente inscritos em contextos que dão inteligibilidade à categoria. As “raças”, assim como os vários sentidos que a palavra adquiriu ao longo do tempo, só existem em sistemas sociais onde a hierarquização das populações, baseada em características físicas e em outros elementos sociais e culturais atribuídos a essas características, operou historicamente na organização social, econômica e política dessas sociedades. Para Antônio Sérgio Guimarães:

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que (...) denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ela enseja é impossível de ser travado sem que lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.⁴²

Os caracteres fenotípicos, referentes às classificações raciais que atribuíram lugares sociais mais ou menos elevados a pessoas negras, brancas ou mestiças, só adquiriram sentido racializado quando concebidos em contextos históricos nos quais a raça possuiu estatuto de cientificidade capaz de responder a conjunturas bem delimitadas, tais como a expansão imperialista da Europa ocidental em direção à África e à Ásia em meados do século XIX⁴³. Por outro lado, no Brasil e em outros países da América, as classificações raciais baseadas na cor da pele ou na ascendência passaram a significar superioridade ou inferioridade natural com os processos de abolição da escravidão e proclamação da República. Nesse período, as disputas em torno da cidadania colocaram na pauta de discussões científicas e políticas as características a partir das quais a noção de “cidadão” deveria ser concebida⁴⁴. Africanos e

⁴² GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 11.

⁴³ SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Salvador. *Afro-Ásia*, n. 23, 1999. p. 87-144.

⁴⁴ A coletânea organizada por Flávio Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha apresenta uma série de textos que versam sobre múltiplos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que envolveram as complexas relações entre a cor e a cidadania no Brasil. CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio Santos. (Orgs.). *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Já para o caso de países da América Latina e do Caribe, ver: COOPER, Frederick; SCOTT, Rebeca; HOLT, Thomas

afro-descendentes, juridicamente livres, passaram a ter sua humanidade questionada, por conta de supostas heranças raciais inferiores, no momento em que deveriam desfrutar de condições de igualdade perante a lei e em relação aos brancos.

De modo que, quando nos referimos ao conceito de “raça” manipulado por uma intelectualidade empenhada em desvelar a presença africana e afro-descendente na formação histórico-social brasileira, ele deve ser entendido como construído num contexto mundial marcado pelo desenvolvimento científico e social do racismo moderno, a partir do qual categorias racializadas foram operadas. Sobre isso, afirma Antônio Sérgio Guimarães:

(...) acredito que o distintivo do racismo moderno seja justamente a idéia de que as desigualdades entre os seres humanos estão fundadas na diferença biológica, isto é, na natureza e na constituição mesmas do ser humano. A igualdade política e legal seria, portanto, a negação artificial e superficial da natureza das coisas e dos seres. Ora, essa compreensão do racismo o circunscreve à modernidade já que pressupõe o aparecimento da biologia e da filosofia política liberal.⁴⁵

Evidentemente, as premissas que regeram os tipos de racismo desenvolvidos com o advento da modernidade variaram de acordo com as particularidades dos sistemas raciais. No caso do Brasil, a construção da raça obedeceu a uma lógica classificatória baseada na cor da pele, ao contrário dos Estados Unidos, onde a ascendência hereditária figurou como critério hierarquizante entre brancos e negros. Nesse caso, um estadunidense de pele mais clara, por exemplo, poderia ser considerado negro, caso fosse comprovada a existência de pessoas negras entre seus antepassados. Por outro lado, em terras brasileiras, a constituição dessas classificações esteve, invariavelmente, relacionada à figura do mestiço. Essa constituição, por sua vez, foi orientada por certas designações relativas à democracia racial, a processos sociais que envolveram a imigração branca européia e a uma série de diálogos intelectuais transnacionais, elementos estes que abordaremos ao longo desta dissertação. Nesse sentido, muitas das interpretações referentes às relações raciais brasileiras foram elaboradas a partir do pressuposto de que as matizes de cor, constantes em nossa formação sócio-cultural e identitária, impossibilitariam a consolidação de um racismo mais explícito.

Porém, assim como a raça só adquire inteligibilidade se compreendida em seus contextos de elaboração, a noção de cor deve ser inscrita em processos históricos nos quais seus significados operam social e politicamente. Novamente, é Antônio Sérgio Guimarães

(orgs.). *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁴⁵ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 64-65.

quem nos oferece uma reflexão teórica para pensar as relações de raça brasileiras em suas especificidades. Problematizando a categoria cor, o autor afirma:

De fato, não há nada espontaneamente visível na cor da pele, no formato do nariz, na espessura dos lábios ou dos cabelos, ou mais fácil de ser discriminado nesses traços do que em outros (...). Tais traços só têm significado no interior de uma ideologia preexistente (...), e apenas por causa disso funcionam como critérios e marcas classificatórias. Em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais.⁴⁶

No Brasil, os debates intelectuais desenvolvidos em torno da miscigenação apontam tanto para a construção de sujeitos racializados considerados mais próximos à cor negra, como também para aqueles que representaram a formação do grupo dos brancos brasileiros. Isto porque, ao menos do ponto de vista discursivo, a mistura biológica e cultural entre esses grupos caminhou quase sempre no sentido do branqueamento das pessoas negras, originando, através desse processo, o mulato e a mulata portadores de uma brasilidade conformada dentro de padrões progressivamente mais civilizados, porque mais brancos. Ainda, tal construção não se resumiu à percepção de marcadores raciais fenotípicos, pois a eles foram agregados outros elementos, como religiosidade, etnicidade, classe e gênero que, combinados entre si, possibilitaram a elaboração teórica de tipos sociais racializados.

Nesse quadro identitário, explícita ou implicitamente, o padrão a ser seguido foi sempre o do branco ocidental, cuja soma de características positivas atribuídas tanto à sua conformação racial biológica, quanto sócio-cultural considerada superior, cabia pertinentemente à parcela da elite intelectual empenhada em elaborar e colocar em prática um novo projeto civilizatório para o Brasil. Esse projeto deveria preservar elementos culturais e raciais entendidos como tipicamente brasileiros, ao mesmo tempo em que recomendava o enquadramento desses mesmos elementos em padrões modernos de desenvolvimento. Portanto, mesmo dentro da especificidade das relações raciais brasileiras, atravessadas por categorias intermediárias reunidas sob a designação “mestiça”, a noção do que era ser negro também dependia da idéia do que era ser branco. Isso demonstra o quanto a construção de categorias sociais racializadas foi empreendida de maneira relacional.⁴⁷

Nesse sentido, é importante desnaturalizar a compreensão da categoria “negro” como portadora exclusiva de uma carga racializada de significados. Falar em “raça negra”,

⁴⁶ GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 47.

⁴⁷ Barbara Weinstein fez referência ao surgimento do conceito de *whiteness* na historiografia estadunidense na década de 90, quando da constatação de que as identidades raciais eram socialmente construídas e relacionadas umas às outras. WEINSTEIN, Bárbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural. *Revista Brasileira de História*. v. 18, n. 35, São Paulo, 1998.

“problemas dos negros”, “culturas negras” e “cor negra”, por vezes, soa confortável aos nossos ouvidos, mesmo que questionemos e combatamos a discriminação racial e todos os preconceitos a ela referidos. No entanto, substituir a palavra “negro” por “branco” nessas designações – a não ser quando relacionadas às repulsivas organizações brancas racistas espalhadas pelo mundo –, pode ser percebido como algo sem sentido, já que historicamente a categoria “branco” foi entendida como uma normalidade, um padrão de condutas a ser reverenciado como algo mais bonito, culto, inteligente e sofisticado. Porém, aquilo que aparenta normalidade configura-se como uma categoria tão racializada quanto a “negra”. Com a diferença de que a “branca” esteve sempre no topo da pirâmide, desfrutando de uma posição privilegiada, supostamente inquestionável e pouco problematizada. Para dar visibilidade e viabilizar a análise teórica da construção relacional de identidades raciais há algum tempo o conceito de “branquidade” vem sendo utilizado.

Entre a bibliografia especializada a opinião mais recorrente é a de que a branquidade deve ser inscrita em contextos históricos específicos⁴⁸. Afinal, se a raça é entendida como um processo socialmente construído e não como uma categoria fixa, parece lógico que suas correlatas sejam, igualmente, compreendidas desta maneira. Ruth Frankenberg apresenta um conjunto de aspectos importantes para possíveis definições da “branquidade”, cujos elementos podem ser testados e, na medida do possível, aplicados a diferentes sistemas raciais:

1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial;
2. A branquidade é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais globais;
3. A branquidade é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais;
4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe;
5. Muitas vezes, a inclusão na categoria “branco” é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria;
6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam;
7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis;
8. O caráter

⁴⁸ O volume organizado por Vron Ware traz uma série de artigos e ensaios que abordam diferentes problemáticas relacionadas à branquidade enquanto uma categoria presente na literatura, na sociedade de classes, na mídia e nas manifestações culturais. Em todos esses trabalhos, se faz presente a idéia de que tal designação deve ser compreendida em seus contextos de elaboração e aplicação. WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

relacional e socialmente construído da branquidade não significa que esse e outros lugares raciais sejam irrealis em seus efeitos materiais e discursivos.⁴⁹

Tendo como inspiração este plano de observação e análise, os lugares sociais destinados aos afro-descendentes nos trabalhos de Arthur Ramos, Dante de Laytano, Alfredo Ellis Junior, Souza Docca e Gilberto Freyre foram percebidos de acordo com definições relacionais de negritude e branquidade, dentro das quais outras categorias emprestaram conteúdos e significados para o “ser negro” e “ser branco” no Brasil.

Finalizando as considerações teóricas e bibliográficas, passamos à exposição da metodologia utilizada nesta dissertação. Pela necessidade de observar as dimensões conceituais da raça, partindo da atuação dos sujeitos envolvidos no II Congresso Afro-Brasileiro e no III Congresso do IHGRS, buscamos inspiração na noção de redes sociais proposta por Eduardo Míguez.⁵⁰ Inspirado na micro-história e nos instrumentos analíticos da Antropologia Social, o autor profere uma definição de redes que considera a ação dos sujeitos no estabelecimento de relações entendidas, invariavelmente, como inscritas em contextos mais amplos. Esses contextos, por sua vez, influenciam a constituição dessas mesmas redes de relações sociais. O autor pontua, ainda, as dificuldades de aplicação deste método à pesquisa histórica, devido às prováveis lacunas constantes na documentação manipulada para a remontagem das redes, onde, nem sempre, encontramos os indícios necessários à reconstrução de determinadas situações.

As considerações de Míguez nos ajudaram a articular Arthur Ramos, Dante de Laytano, Alfredo Ellis Junior e Souza Docca aos espaços sob os quais foram elaborados os textos apresentados aos congressos. Dessa forma, concordando com a preocupação de Míguez em operar o modelo de redes sociais remontadas com base em fontes documentais, fizemos um uso mais “brando” desta categoria, considerando, previamente, a existência de grupos intelectuais relacionados entre si. Para tanto, elaboramos uma metodologia dividida em duas etapas interligadas. Para cada uma, estabelecemos variáveis pertinentes à compreensão do pensamento social de nossos autores, no que concerne à apropriação de debates sobre raça.

Na primeira etapa, foram percebidas tendências teórico-metodológicas de explicação das relações raciais brasileiras. Quando possível, observamos as relações institucionais e

⁴⁹ FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004. p. 312-313.

⁵⁰ MIGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas e fuentes parcas. In: BJERG, Maria e OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CCELMA – IEHS, 1995.

intelectuais de Arthur Ramos, Dante de Laytano, Ellis Junior e Souza Docca com o objetivo de verificar as possibilidades interpretativas a eles disponibilizadas pelas Ciências Sociais e pela historiografia nas instituições sob as quais produziram. Tais relações foram vistas sob a orientação de três elementos: 1) *Formação*. Para perceber as convergências entre perspectivas advindas de áreas do conhecimento diferenciadas e dar conta das especificidades das trajetórias dos intelectuais; 2) *pertencimento a instituições de produção do conhecimento*. Para articular os autores aos seus múltiplos locais de produção, bem como às influências teóricas de suas obras; 3) *posição em instituições de produção do conhecimento*. Para observar como e quais intelectuais escolhiam trabalhos a serem apresentados nos congressos e privilegiavam determinadas teorias e temáticas em detrimento de outras.

Na segunda etapa, as relações profissionais e políticas foram entendidas como possibilidades de visualizar outros lugares de produção intelectual que não as academias mais tradicionais e as universidades, embora tais relações não tenham sido analisadas mais detidamente. Nosso objetivo foi inscrever explicações racializadas num contexto social mais amplo, a partir das ações dos sujeitos envolvidos no processo de construção do conhecimento científico. Nesse caso, as variáveis utilizadas foram: 1) *Carreira profissional*. Para mapear esferas de atuação profissional perpassadas pelos debates raciais e perceber a quais contextos os autores respondiam; 2) *carreira política*. Para observar, nos textos de nossos intelectuais, algumas pistas referentes a explicações racializadas que possuíam desdobramentos práticos, bem como a influência de conjunturas políticas na elaboração de seus escritos; 3) *Partido Político*. Para compreender de forma abrangente a atividade política sem, no entanto, condicionar nosso olhar a um determinismo ideológico pré-concebido.

O embasamento empírico deste trabalho foi buscado em fontes escritas e depoimentos publicados em livros e teses, sempre levando em consideração os limites e possibilidades interpretativas apresentados na documentação. A instrumentalização consistiu de cartas, dicionários biográficos, obras clássicas do pensamento social brasileiro e estrangeiro, artigos, discursos e textos editados nos anais dos Congressos com os quais trabalhamos, e ampla bibliografia especializada referente às discussões propostas. Soma-se a este conjunto de fontes, a correspondência selecionada do *Arquivo Arthur Ramos*, fundamental para a remontagem das redes de relações sociais estabelecidas, principalmente, entre Ramos e Dante de Laytano.⁵¹ Com a intenção de perceber como eram pensadas as raças na década de 30, as

⁵¹ O *Arquivo Arthur Ramos* localiza-se na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

fontes receberam um olhar voltado para questões relevantes às relações raciais nacionais. Espero abordar essas questões ao longo dos três capítulos que compõem a dissertação.

No primeiro capítulo, será discutida a construção do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, com o objetivo de perceber como entraram em disputa orientações teóricas manipuladas pelos intelectuais. Veremos que lá se montou uma complexa arena de debates, envolvendo boa parte dos pesquisadores em fase de especialização nos estudos africanos e de relações raciais. Nesse terreno, a participação de cientistas sociais estrangeiros, a exaltação da Escola Nina Rodrigues e as farpas epistolares trocadas entre Arthur Ramos e Gilberto Freyre emprestaram ao evento um caráter especial, onde estavam em jogo noções de raça reivindicadas ou rejeitadas pela elite intelectual interessada em entrar para a “vanguarda” científica nacional. Como um dos principais apoiadores do II Congresso Afro-Brasileiro, Ramos influenciou a escolha dos temas desenvolvidos no evento, estabelecendo uma série de alianças situacionais com intelectuais de variadas procedências. Dentre eles, encontra-se o sul-rio-grandense Dante de Laytano, cuja participação no conclave baiano demonstra o quanto perspectivas analíticas, muitas vezes antagônicas, conviveram nos mesmos espaços e foram mutuamente legitimadas.

Partindo dos diálogos travados na Bahia, estudaremos, no segundo capítulo, as comunicações escritas por Arthur Ramos e Dante de Laytano. Desde 1936, ambos os autores passaram a trocar correspondências referentes aos estudos sobre o negro, à publicação de livros e a eventos acadêmicos, perfazendo uma dinâmica de diálogos recheada de elogios de ocasião. Em 1937, Laytano já estava a par das discussões que vinham ocorrendo nacionalmente, cuja apreensão tornou-se extremamente necessária à sua estratégia de ascensão intelectual. Tendo por objetivo perceber os lugares sociais destinados a negros e mestiços nos textos desses autores, alocamos Ramos e Laytano num mesmo espaço de estudo, apresentando suas interpretações como formas possíveis e legítimas de explicação da presença negra no Brasil. Ainda, em função deste recorte, problematizamos a afirmativa de que a historiografia sulina desenvolvia-se alheia a discussões realizadas para além de temas consagrados, como as fronteiras e a Revolução Farroupilha, mesmo que Laytano tenha pensado a formação social e racial do Rio Grande do Sul por dentro desses fatores.

No terceiro e último capítulo, avançamos para 1940, ano de realização do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS, cujo presidente da Comissão Organizadora foi Dante de Laytano. Considerando as especificidades do programa de trabalho estabelecido no certame sulino, finalizaremos nosso debate com o estudo dos

trabalhos do paulista, Alfredo Ellis Junior, e do rio-grandense, Emílio Fernandes de Souza Docca. Representantes de tradições escritas características dos Institutos Históricos e Geográficos, esses autores de protagonismo desigual na historiografia paulista e sul-rio-grandense nos oferecem textos nos quais as interpretações das relações raciais aproximam-se do racismo científico. Tais orientações corresponderam a múltiplos aspectos da vida profissional e política de Souza Docca e Ellis Junior, duas figuras importantes no desenvolvimento de representações regionalizadas da formação histórico-social brasileira. Neste capítulo, privilegiamos a atuação de Dante de Laytano como um articulador fundamental de redes sociais constituídas entre a intelectualidade sulina e brasileira, em detrimento da análise interna do texto apresentado pelo autor, cujo argumento pouco diferiu da comunicação proferida no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador.

Com esta dissertação, pretendemos contribuir com a reflexão histórica da historiografia brasileira, apresentando um quadro complexo de seus mecanismos de construção, a partir de uma problemática que envolveu a esmagadora maioria da intelectualidade nos anos 30. Nesse sentido, procuramos matizar a construção de categorias analíticas racializadas, cujos conteúdos podem ser compreendidos somente quando localizados em seus contextos de elaboração. Ainda, esperamos oferecer um conjunto de explicações, mesmo que parciais, dos motivos pelos quais o Rio Grande do Sul fora historicamente representado como branco e, por essa razão, considerado mais civilizado e próspero se comparado às demais regiões brasileiras. Assim, entendemos que o fazer historiográfico sulino consistiu numa das premissas de construção dessa interpretação.

2 AFRICANISMOS EM VOGA: RAÇA E CULTURAS NEGRAS NO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE SALVADOR (1937)

Os congressos afro-brasileiros de Recife e Salvador expressaram a reestruturação do campo dos estudos africanos e de relações raciais sob novas bases. Do ponto de vista teórico-metodológico, tal processo se deu, fundamentalmente, através da recepção de modelos analíticos que permitiram a substituição da noção biológica de “raça” pelo conceito de “cultura”. A partir de então, as diferenças humanas passariam a ser explicadas como o resultado de conformações culturais construídas em sociedade, ao invés de entendidas como dados naturais. Apesar da centralidade adquirida pelo culturalismo na década de 30, a Antropologia Física ainda estava presente em teses de autores importantes para as ciências sociais e a historiografia brasileira.

Tendo em vista este controverso contexto de renovação, o presente capítulo é dedicado ao estudo do programa de trabalho desenvolvido no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Tem-se como principal objetivo mapear as possibilidades em termos de temas, teorias e métodos disponíveis aos autores naquela ocasião. A partir da remontagem parcial das redes de relações sociais estabelecidas entre intelectuais que participaram do evento, busca-se compreender como foram apreendidas as categorias de análise manipuladas por Arthur Ramos e Dante de Laytano em seus textos apresentados ao conclave. O estudo mais aprofundado dessas comunicações, relacionado ao contexto social no qual o II Congresso Afro-Brasileiro foi realizado, é o objeto do segundo capítulo desta dissertação.

2.1 PALAVRAS INICIAIS ACERCA DO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE SALVADOR

O II Congresso Afro-Brasileiro ocorreu entre os dias 11 e 20 de janeiro de 1937, nas dependências do Instituto Nina Rodrigues (pertencente à Faculdade de Medicina da Bahia) e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Lá, reuniram-se intelectuais brasileiros, cientistas sociais estrangeiros e diversas lideranças negras ligadas, principalmente, ao universo afro-religioso da capital baiana. Dentre as atividades previstas, incluíram-se visitas aos terreiros mais “tradicionais” de Salvador, conferências, homenagens a figuras ilustres e apresentação e leitura de trabalhos que versaram sobre os múltiplos aspectos da presença africana no Brasil.

As teses publicadas nos anais do evento trouxeram interpretações variadas referentes ao papel das relações raciais na formação histórico-social brasileira⁵². Foram incluídos títulos sobre cultura, religião, música, intersecções entre classe e raça, história e literatura. Essa diversidade demonstra que, longe de se constituir num conjunto homogêneo de temas e problemas, o campo dos estudos africanos perpassava diversas áreas do conhecimento possuidoras de pontos convergentes, onde a ênfase em sistemas raciais e nas culturas negras figurou como importante chave investigativa. Nas palavras da Comissão Executiva, composta por Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz e Reginaldo Guimarães:

Este Congresso tem por fim *estudar a influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil*, sob o ponto de vista da etnografia, do folclore, da arte, da antropologia, da história, da sociologia, do direito, da psicologia social, enfim, de todos os problemas de relações de raça no país. Eminentemente científico, mas também eminentemente popular, o Congresso não reúne apenas trabalhos de especialistas e intelectuais do Brasil e do estrangeiro, mas também interessa à massa popular, os elementos ligados, por tradições de cultura, por atavismo ou por quaisquer outras razões, à própria vida artística, econômica, religiosa do Negro no Brasil.⁵³ [grifos meus]

A abrangente proposta de trabalho elaborada por Carneiro e seus pares - não restrita a atividades tradicionalmente definidas como eruditas - se refletiu na grade de debates levados a cabo pelos congressistas. Na Tabela I, encontrada ao final deste capítulo, está colocada a cartografia do II Congresso Afro-Brasileiro. Esse mapa contém a listagem dos textos publicados nos anais, informações sobre seus autores e designações referentes às orientações disciplinares e temáticas que caracterizaram as comunicações apresentadas. É possível observar que, do total de vinte e três contribuições, treze trataram especificamente de assuntos relativos às manifestações culturais e às religiões de matriz africana. Dessa forma, se por um lado existia certa abertura para a discussão de outras questões do mundo afro-descendente que não aquelas propriamente culturais, por outro, ao que parece, os interesses voltados para a temática partiram, principalmente, de estudiosos mais próximos às pesquisas de viés cultural.

Do ponto de vista do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, esses dados iniciais apontam para a progressiva incorporação de temas, teorias e métodos atravessados por um culturalismo boasiano ainda em processo de apreensão, porém já portador de influências expressivas entre a intelectualidade atenta a novidades teóricas. Em algumas das

⁵² Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Coleção Biblioteca de Divulgação Científica, v. XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

⁵³ CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano do Couto; GIMARÃES, Reginaldo. Palavras inaugurais do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia. Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Coleção Biblioteca de Divulgação Científica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 15.

comunicações apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro foram empreendidas tentativas de substituição da noção biológica de raça pelo conceito de cultura, fundamental, à época, para a subversão do racismo científico hegemônico nos trabalhos de nossos letrados desde o século XIX até a década de 1920.

Naquele período, a produção “científica” nacional reunida nos museus etnográficos e de história natural, nos Institutos Históricos e Geográficos e nas faculdades de Medicina e Direito⁵⁴ fora amplamente marcada pelo darwinismo social⁵⁵ e pelo evolucionismo. Influenciados por pressupostos da Antropologia Física, inúmeros letrados brasileiros procederam ao estudo das raças que teriam caracterizado a conformação social do país, utilizando-se de métodos desenvolvidos em academias tradicionais européias, principalmente a craniometria do médico anatomista Paul Broca. Em meados do século XIX, antropólogos físicos franceses postulavam que o nível de civilização das sociedades humanas poderia ser medido através do tamanho do cérebro e do crânio⁵⁶. Associada a outros caracteres fenotípicos, tais como a largura do nariz, a grossura dos lábios, a cor da pele e a textura dos cabelos, acreditava-se que tal perspectiva poderia fornecer dados significativos sobre os estágios evolutivos de desenvolvimento da humanidade. Diziam os estudiosos que, quanto mais afastadas dos padrões da raça branca européia ocidental fossem as “amostras” humanas analisadas, menos civilizadas e mais inferiores elas seriam.

Por aqui, letrados importantes, como o advogado sergipano Sylvio Romero e o médico maranhense Raymundo Nina Rodrigues, fizeram uso das tantas teorias importadas da Europa manipulando conceitos racializados como forma de responder cientificamente à pauta de discussões político-sociais de sua época. No duplo contexto da proclamação da República e da abolição da escravidão, a nova orientação liberal republicana necessitava de definições

⁵⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵⁵ Por “darwinismo social” pode-se entender um tipo específico de evolucionismo teoricamente elaborado com base na noção de seleção natural (sobrevivência do mais apto). Os darwinistas sociais postulavam que somente os exemplares racialmente superiores sobreviveriam às condições dos meios físicos e sociais sob os quais se construíam as sociedades humanas. Esses pesquisadores também acreditavam na monogenia, ou seja, no princípio de que a raça humana possuía uma única origem, uma única ancestralidade. As diferenças entre negros, índios e brancos seriam atribuídas aos níveis desiguais de civilização alcançados pelas coletividades raciais. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol e SÁ, Magali Romero. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do Século XIX. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero e GLICK, Thomas (orgs.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

⁵⁶ Em um texto que aborda as instituições francesas onde foram desenvolvidas pesquisas sobre as raças e culturas (ou civilizações) européias e não-européias, Martin Staum discute os escopos elaborados pelos etnólogos da Sociedade de Etnologia Oriental e Americana e pelos antropólogos da Sociedade de Antropologia de Paris, ambas fundadas em 1859. STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*, v. 65, n. 3, jul., 2004. p. 475-495.

mais precisas acerca dos estatutos jurídicos de negros livres, brancos ricos e mestiços pobres, onde noções biológicas de raça foram amplamente operadas para estabelecer as características dos sujeitos sociais passíveis do exercício da cidadania. Isto, num projeto de nação que, teoricamente, pregava igualdade de todos os homens perante a lei, sem distinções de raça, cor, sexo ou outras categorias classificatórias. Dessa forma, as primeiras pesquisas centradas na presença africana no Brasil foram concebidas num horizonte de questões relativas aos lugares sociais a serem ocupados por uma massa de libertos não condizentes com as pretensões civilizatórias da elite nacional, devido às tendências raciais inferiores e cientificamente comprovadas, supostamente naturais à população negra africana e brasileira.⁵⁷

Nesse sentido, fizeram parte do horizonte de questões colocadas por Romero e Rodrigues a substituição da mão-de-obra escrava, a realidade multirracial de um país de proporções continentais e a necessidade de redefinição das atribuições de cidadania para uma população virtualmente composta de ex-escravos negros e mestiços. O primeiro autor defendeu ferrenhamente a mestiçagem como a síntese da formação histórico-social brasileira que estaria, progressivamente, caminhando para um futuro mais branco, através do caldeamento entre as raças fundadoras da nação. Nina Rodrigues, ao contrário, condenou a miscigenação por considerá-la sinônimo de degenerescência, conforme lição aprendida com o conde Gobineau, para quem as misturas biológicas entre grupos raciais desiguais gerariam híbridos estéreis e ainda mais inferiores em relação às raças puras originais.⁵⁸

Conforme enfatizamos anteriormente, a realização dos Congressos Afro-Brasileiros de Recife e Salvador marcou as primeiras tentativas de superação do corpo teórico-metodológico característico do racismo científico. No contexto da construção e implantação de uma nova proposta de desenvolvimento para o Brasil, na qual o “povo” e a cultura popular brasileira deveriam ser valorizados em suas particularidades, os pressupostos anteriormente proferidos pela elite letrada já não serviam mais. Afinal, não seria possível exaltar uma população constituída de elementos raciais inferiores desprovidos de qualidades civilizatórias.

⁵⁷ Em artigo que versa sobre a recepção do darwinismo e dos evolucionismos nas principais instituições de pesquisa do Rio de Janeiro, Magali Sá e Heloísa Domingues afirmam que as teorias raciais passaram a ser utilizadas para pensar a presença africana e afro-descendente no Brasil, somente no período em torno da abolição da escravidão. Isto porque, segundo as autoras, durante o século XIX os negros eram considerados estrangeiros e, portanto, alheios à construção social da nação brasileira, melhor representada pelos indígenas capazes de servir como mão-de-obra e, ao mesmo tempo, apresentar aos cientistas o vasto e desconhecido território brasileiro. A eminência da liberdade dos escravos foi o fator preponderante para o deslocamento do foco de análises científicas dos índios para os afro-descendentes. Heloísa Domingues e Magali Sá (2003), Op. Cit., p.98

⁵⁸ PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Estudos: Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. n. 7, dez. 1996.

Quanto ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, a participação não-presencial do antropólogo africanista Melville Herskovits pode ser compreendida como um indício das transições conceituais em curso nas nascentes ciências sociais. Por outro lado, no que concerne aos congressistas brasileiros, as teses apresentadas por Edison Carneiro e Arthur Ramos trouxeram tentativas significativas de superação das classificações raciais biológicas elaboradas com base em medições craniométricas e anatômicas. Ramos, um dos principais interlocutores de Carneiro durante os trâmites preparatórios do evento baiano, estabeleceu, ao longo das décadas de 30 e 40, contatos epistolares com inúmeros pesquisadores dedicados aos estudos africanos. Por meio de vasta correspondência, essas redes de relações sociais contribuíram para a construção do pensamento social não só de Arthur Ramos, como também de personalidades a ele ligadas no Brasil, nos Estados Unidos e em países da América Latina e do Caribe.⁵⁹ Entre os correspondentes do autor brasileiro encontra-se Herskovits.

2.2 O PAPEL DE CIENTISTAS SOCIAIS ESTRANGEIROS

Melville Herskovits realizou toda sua formação na Universidade de Columbia (Nova Iorque) e, juntamente com Ruth Benedict e Margaret Mead, fez parte da terceira geração de antropólogos formados por Franz Boas⁶⁰. Desde a década de 1880 – período em que realizou as primeiras incursões junto aos esquimós do norte canadense - Boas colocou em xeque as interpretações evolucionistas e racistas recorrentes na Antropologia Física do século XIX. Seus questionamentos foram teoricamente construídos com base na elaboração do método etnográfico – observação, em campo, das dinâmicas culturais -, combinada à definição conceitual da cultura como uma particularidade. Sob essa perspectiva, cada sociedade humana seria caracterizada por sua própria cultura, manifestada nas formas de organização social, religiosa, festiva, familiar e assim por diante. Por sua vez, as culturas não seriam desiguais (do ponto de vista evolutivo), mas sim diferentes em relação umas às outras, por conta de suas particularidades. Este ponto de vista foi posteriormente denominado de relativismo cultural e,

⁵⁹ As referências das centenas de cartas que expressam essa movimentação estão reunidas no volume organizado por Vera Lúcia Faillace (2004) relativo ao “Arquivo Arthur Ramos”, cujo acervo encontra-se disponível para consulta na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Para os fins desta dissertação, foram selecionadas cerca de noventa cartas, conteúdo conversas entre Ramos e intelectuais que estiveram presentes no II Congresso Afro-Brasileiro. Somadas à bibliografia especializada e aos anais do I e do II Congressos Afro-Brasileiros, as cartas foram as fontes que possibilitaram o acompanhamento dos caminhos percorridos por intelectuais e idéias que influenciaram as atividades ocorridas em Salvador.

⁶⁰ ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 74.

naquele contexto, assumiu importante papel nas ciências sociais pelo fato de apresentar reflexões científicas que valorizavam todas as expressões culturais da humanidade, inclusive aquelas tantas vezes consideradas “primitivas” e “incivilizadas”.

Nesse sentido, Eric Hobsbawm localizou a invenção do racismo científico como disciplina dotada de escopo teórico-metodológico no contexto da expansão imperialista e denominou os nacionalismos construídos sob bases raciais biológicas, culturais e lingüísticas de nacionalismo étnico⁶¹. Segundo o autor, mais ou menos na segunda metade do século XIX, o nacionalismo étnico recebeu reforços em termos práticos através da crescente e maciça migração geográfica e, na teoria, pela transformação da raça em conceito central das ciências sociais. Em suas palavras:

Por um lado, a velha e estabelecida divisão da humanidade em algumas poucas ‘raças’ que se diferenciavam pela cor da pele passou a ser elaborada agora em um conjunto de diferenciações ‘raciais’ que separavam pessoas que tinham aproximadamente a mesma pele clara (...). Por outro lado, o evolucionismo darwinista, suplementado pelo que seria depois conhecido como genética, alimentou o racismo com aquilo que parecia ser um conjunto de razões ‘científicas’ para afastar ou mesmo como aconteceu de fato, expulsar e assassinar estranhos.⁶²

Assim, Franz Boas apresentou importantes alternativas analíticas e políticas, num mundo marcado pela expansão imperialista e, posteriormente, mutilado por guerras durante as quais o racismo ascendia vertiginosamente como justificativa para o “fardo do homem branco” e sua missão civilizatória. De acordo com informações de Celso Castro, o antropólogo defendeu posições progressistas ao longo de sua trajetória⁶³. Em 1906, Boas procurou convencer um grupo de milionários norte-americanos a financiar a construção de um *African Institute* que teria como objetivo mostrar que a “inferioridade” do negro nos Estados Unidos se devia inteiramente a causas sociais e não a raciais. Posteriormente, se opôs ferrenhamente à Primeira Guerra Mundial e apoiou o Partido Socialista nas eleições estadunidenses de 1918. Já em 1919, o antropólogo culturalista denunciou em jornais a atuação de antropólogos que trabalhavam como espões do governo dos Estados Unidos no México, o que motivou sua suspensão por dois anos da *American Anthropological Association*. Por fim, para atestar os desdobramentos sociais e políticos que a teoria boasiana poderia acarretar, durante uma invasão das SS nazistas à Universidade de Heidelberg, os livros de Boas estavam entre os que foram queimados. Em resumo,

⁶¹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

⁶² Idem, p. 131.

⁶³ CASTRO, Celso (org.). *Franz Boas: Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007. p. 13-14.

Boas (...) se dedicou a mostrar o absurdo da idéia de uma ligação entre traços físicos e traços mentais, dominante na época e implícita na noção de ‘raça’. Para ele, era evidente que os dois aspectos dependiam de análises completamente diferentes. E, precisamente por se opor a esta idéia, ele adotou o conceito de cultura que lhe parecia o mais apropriado para dar conta da diversidade humana.⁶⁴

Foi, portanto, a partir desses pressupostos que Melville Herskovits passou a desenvolver estudos sistemáticos acerca das sobrevivências de traços culturais africanos nas sociedades do continente americano. Como antropólogo, voltou seus interesses para a chamada Diáspora Africana, buscando perceber as conseqüências desse processo nas conformações culturais contemporâneas do Novo Mundo⁶⁵. Suas observações possuíram como ponto de partida a história dos movimentos migratórios forçados de negros que deixaram diversas regiões de África para desembarcar nas Américas na condição de escravos. A partir dessa trajetória, a questão a ser resolvida era a seguinte: quais os mecanismos que teriam permitido a transformação ou conservação das culturas negras?⁶⁶ Para responder à problemática, Herskovits utilizou categorias, tais como *sobrevivência* e *aculturação*, no tratamento de seus materiais documentais e etnográficos. Além disso, o antropólogo visitou países como Haiti e Suriname na procura de dados para compor um quadro geral de africanismos na América, e tomaria contato com o mundo afro-brasileiro somente quando de suas conversas com Arthur Ramos.

Quando, em 1937, Herskovits enviou ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador uma comunicação que abordava o sincretismo religioso nas culturas negras do Novo Mundo (ver Tabela I), os diálogos epistolares estabelecidos com Arthur Ramos já existiam. Sobre o significado dessa troca de correspondências, Olívia Maria Gomes da Cunha afirma sua importância para a invenção do campo de estudos africanos no Brasil⁶⁷. No momento em que as perspectivas interpretativas de Herskovits perdiam prestígio nas ciências sociais internacionais, por conta da conjuntura científica do período entre-guerras, Ramos tornou-se um importante interlocutor⁶⁸. Ele passou a difundir os trabalhos do antropólogo estadunidense

⁶⁴ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005. p. 40-41.

⁶⁵ YELVINGTON, Kevin A. *The Anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: Diasporic Dimensions*. *Annual of Anthropology*, v. 30, 2001.

⁶⁶ *Idem*, p. 229.

⁶⁷ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a ‘raça’ e inventando a ‘nação’. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

⁶⁸ Naquele período, o culturalismo foi também tomado como conservador por não dar conta das inter-relações existentes entre as formações culturais e as condições políticas e econômicas desiguais sob as quais viviam negros e brancos. Tal ponto de vista tornava-se ainda mais problemático, dadas as realidades de segregação oficial sob as quais viviam os negros na África do Sul (*Apartheid*) e nos Estados Unidos (*Jim Crow*). Ver: ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007/ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.

entre a intelectualidade brasileira, colocando na pauta de discussão das ciências sociais daqui os conceitos e problemáticas da Antropologia Cultural africanista.

Arthur Ramos comenta uma situação dessa divulgação em rascunho de carta a ser enviada para Herskovits no dia 26 de março de 1936. Entre menções a publicações de seus livros sobre o negro no Brasil, o autor brasileiro afirma: “Estarei tratando de divulgar o mais largamente possível o seu trabalho numa conferência próxima que irei realizar em São Paulo sobre ‘As culturas negras no Brasil’ que lhe enviarei logo que sair publicada”.⁶⁹ A conferência fez parte de uma série de palestras ministradas no curso de Etnografia organizado pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura do estado de São Paulo. A pedido de Mário de Andrade, então diretor daquele Departamento, Ramos preparou a conferência:

Meu caro Arthur Ramos. O Departamento de Cultura que estou dirigindo, acaba de instituir, aliás com grande sucesso, um curso de etnografia. Tem mais de quarenta alunos: Dirige o curso a professora Sra. Levi-Strauss, técnica do assunto. Pretendo ajuntar ao curso um certo número de conferências extra, para o qual estou convidando técnicos nacionais. O seu nome se impôs desde logo e concebi a alegria em vê-lo em São Paulo. Aceitaria o nosso convite?⁷⁰

Ao mesmo tempo, o convite enviado a Arthur Ramos parece revelar outra face da apreensão de teorias estrangeiras no contexto brasileiro, relacionada à correlação de forças que se formava por conta do desenvolvimento dos estudos de folclore. De acordo com a pesquisa de Rodolfo Vilhena sobre a trajetória do movimento folclórico, Mário de Andrade fez parte de uma genealogia de autores que procurou angariar as atenções de letrados e intelectuais brasileiros para aquela área do conhecimento.⁷¹

Conforme aponta Vilhena ao longo de sua tese, os principais objetivos dos folcloristas durante as primeiras décadas do século XX foram: delimitar objetos, teorias e métodos de trabalho a serem utilizados para estudar as manifestações da cultura popular brasileira em contextos variados; institucionalizar a disciplina folclórica, através de movimentações coletivas no sentido de pleitear espaços junto às universidades, bem como de criar institutos e comissões específicas para a pesquisa em folclore; e, por fim, como ação estratégica, realizar congressos de caráter nacional e internacional para definir os estatutos do movimento, reunir estudiosos, discutir as pesquisas em andamento e alimentar os ânimos dos folcloristas.

⁶⁹ Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Arthur Ramos - I, 35, 15, 173 – Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 26 de março de 1936.

⁷⁰ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 21, 542. Carta de Mário de Andrade a Arthur Ramos. São Paulo, 20 de abril de 1936.

⁷¹ VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Funarte, 1997.

Contudo, essas metas não foram facilmente executáveis e exigiram, de intelectuais importantes, grande empenho pessoal, político e acadêmico para a realização das tarefas necessárias à afirmação do folclore.

Na década de 20, Amadeu Amaral expressou grande preocupação em ampliar os esforços de folcloristas espalhados pelo Brasil desprovidos de um programa de estudos comum.⁷² Dentro deste quadro, estava colocada a preocupação em angariar para a disciplina folclórica um estatuto de cientificidade, por muitos considerado imprescindível à compreensão da realidade cultural nacional. Entretanto, as propostas apresentadas por Amaral, referentes à instauração de instituições como a Sociedade de Estudos Paulistas, e as solicitações de apoio feitas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Academia Brasileira de Letras, entre outros, não surtiram os efeitos desejados. A situação refratária vivida pelo folclore seria parcialmente rompida em 1935, momento em que Paulo Duarte, chefe do gabinete do prefeito de São Paulo, Fábio Prado, sugeriu que o recém inaugurado Departamento de Cultura daquela cidade fosse dirigido por Mário de Andrade.⁷³

Dentre as iniciativas da gestão de Andrade, encontra-se a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, formalmente inaugurada em finais de 1936, sendo seus estatutos oficializados em 1937. O primeiro compromisso estatutário da Sociedade foi o de representar o Brasil no Congresso Internacional de Folclore realizado em Paris no mês de junho daquele mesmo ano.⁷⁴ Ainda, o órgão assumiu outra tarefa fundamental para a qualificação e divulgação da pesquisa folclórica: a implantação de um curso de extensão ministrado por Dina Lévi-Strauss, ex-assistente do Museu do Homem de Paris e companheira do professor contratado pela USP, Claude Lévi-Strauss. Segundo Vilhena, Mário de Andrade afirmou que a principal intenção da atividade promovida pela Sociedade fora capacitar folcloristas para o trabalho de campo, escapando da maneira amadora e antiquada como as coletas de materiais eram feitas pelos estudiosos.⁷⁵

Esta breve digressão, a respeito do movimento folclórico brasileiro, se faz necessária para iluminar a conjuntura sob a qual os estudos africanos e de relações raciais foram se desenvolvendo nacionalmente. Durante os anos 30, ao mesmo tempo em que as ciências sociais eram redefinidas em suas balizas disciplinares, temáticas e teóricas, progressivamente reivindicadas por intelectuais radicados nas universidades, ramos legítimos de estudos sociais

⁷² Ibidem, p. 83-88.

⁷³ Idem, p. 90.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

e culturais corriam paralelamente e em constante tensão com as nascentes Antropologia e Sociologia brasileiras. Vilhena aponta em diversos momentos que, no caso da Antropologia, houve importantes impasses entre aqueles identificados com esta disciplina e os folcloristas, devido à proximidade existente entre os objetos de pesquisa e as metodologias empreendidas em ambos os campos de estudo. Quanto ao período acima referido, o autor chama a atenção para o caráter “cordial” que as relações entre folclore e ciências sociais assumiram naquele momento, fato que não se repetiria em períodos posteriores, quando da institucionalização universitária da Sociologia e da Antropologia.⁷⁶

Durante o processo de delimitações disciplinares e temáticas, Vilhena identificou a fábula das três raças como chave interpretativa ao longo da história da pesquisa folclórica no Brasil. Nesse caso, os significados da formação racial brasileira foram renovados de acordo com contextos políticos, sociais, institucionais e teóricos sob os quais eram desenroladas as investigações acerca da cultura popular. Nas intersecções entre demarcações teóricas e metodológicas, estava em jogo o disputado rótulo de ciência almejado para o folclore, somente alcançável se as pesquisas de campo de seus representantes fossem feitas a partir de metodologias definidas como científicas.

Nesse sentido, torna-se necessário chamar a atenção para o fato de que a disponibilidade de Arthur Ramos em divulgar os trabalhos de Herskovits, no curso de etnografia da Sociedade de Etnografia e Folclore, parece fazer parte deste terreno. Ou seja, no ambiente intelectual nacional, havia necessidade de conhecimento das técnicas oferecidas pela Antropologia Cultural, tanto nas ciências sociais, quanto no folclore. Por sua vez, a pesquisa folclórica, apesar de desprovida de instituições e orientações teórico-metodológicas específicas, reunia estudiosos importantes. O próprio Ramos, por exemplo, publicou textos por ele mesmo definidos como estudos de folclore, ao mesmo tempo em que reivindicava um lugar de destaque na Universidade do Distrito Federal como professor de Psicologia Social, porém atento aos estudos africanos.⁷⁷ Ainda, um dos mais ativos folcloristas brasileiros, Édison Carneiro, incluiu o folclore na grade de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, colocando-o entre os ramos de interesse para o estudo do negro no Brasil. Em relação à recepção do culturalismo entre nossa intelectualidade, apesar de Herskovits não

⁷⁶ Ibidem, p. 111.

⁷⁷ Em *As Culturas Negras do Novo Mundo*, diz Ramos: “Este livro é o terceiro volume da série de ensaios iniciados com ‘O Negro Brasileiro’ e ‘O Folk-Lore Negro do Brasil’”. Abandono agora, por um momento, as pesquisas parciais, sobre os cultos, religiões e *folk-lore* do Negro, no Brasil, para lançar uma visão de conjunto sobre o Negro em toda a América”. RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. v. 249. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasileira. São Paulo: Nacional, 1946. p. 13.

trabalhar a conformação das culturas negras sob uma perspectiva racializada e, portanto, pouco referente ao mito das três raças, seus estudos puderam ser resignificados por dentro de interpretações calcadas na presença branca, negra e indígena no Brasil.

Baseando-se, igualmente, nas cartas trocadas entre Arthur Ramos e Melville Herskovits, no período que vai de 1936 a 1940, Olívia Cunha coloca que a institucionalização dos estudos afro-americanos fora preocupação compartilhada por ambos os autores,⁷⁸ o que, certamente, gerou reflexões acerca da delimitação do campo de estudos africanos e de relações raciais em terras brasileiras, dadas as orientações teóricas e metodológicas da Antropologia praticada pelo autor estadunidense. Por conta dessas conversas, Arthur Ramos acumulou prestígio frente a outros intelectuais da cena letrada nacional, além de ter revisitado seu próprio material etnográfico sob novas balizas teóricas, precisamente, no momento em que publicava seus primeiros livros sobre a presença negra no Brasil.⁷⁹

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães também teceu seus comentários sobre os diálogos constituídos entre Ramos e Herskovits⁸⁰. Nesse caso, o material coletado consistiu em dois conjuntos de fontes: 1) correspondência dos Arquivos da biblioteca de Northwestern University, num total de 47 cartas enviadas entre 31/12/1935 e 24/07/1941; 2) correspondências do Arquivo Arthur Ramos da Biblioteca Nacional, num total de 12 cartas trocadas entre 12/08/1941 e 20/08/1949. A partir desse levantamento, Guimarães estabeleceu três periodizações: uma primeira troca de cartas entre 1935 e 1941, a que se segue uma convivência de dois meses, em 1941, na Northwestern University, onde Ramos acompanha o seminário de aculturação de Herskovits; um segundo momento durante o trabalho de campo de Herskovits no Brasil, entre setembro de 1941 e agosto de 1942; e o período que vai do retorno de Herskovits aos Estados Unidos até a morte de Ramos, em 1949.⁸¹

Fundamentalmente, são identificados intercâmbios de materiais referentes aos estudos das culturas negras no Novo Mundo (artigos, livros, conceitos e considerações etnográficas) e também algumas informações sobre publicações de trabalhos de Ramos pela Companhia Editora Nacional. A correspondência entre os autores teria iniciado em 1935 com o envio, por

⁷⁸ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a 'raça' e inventando a 'nação'. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 264.

⁷⁹ Idem, p. 265.

⁸⁰ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herskovits e Arthur Ramos (1935-1949)*. Disponível em:

<www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%2520e%2520democracia%2520racial.pdf>

⁸¹ Idem, p. 1.

parte de Ramos, de um exemplar de *O Negro Brasileiro* (1934) para Herskovits.⁸² A iniciativa teria sido bem recebida pelo antropólogo norte-americano que, além de responder à carta, enviou a Ramos artigos e livros de sua autoria.

Segundo Guimarães, para Herskovits, as trocas de informações com o autor brasileiro significaram a abertura do mundo afro-baiano para a antropologia africanista estadunidense. Por sua vez, tal contribuição foi importante para o avanço do projeto de pesquisa intercontinental de Herskovits sobre a cultura dos povos africanos trazidos para as Américas. Em 1930, ao publicar no *American Anthropologist* a sua declaração sobre o negro no novo mundo, Herskovits viu-se forçado a retirar os negros do Brasil de sua escala de africanismos no comportamento cultural “‘porque [tinha] poucos dados sobre os quais de basear’”. Contudo, em 1955, em sua *Cultural Anthropology*, já podia delegar ao Brasil a terceira posição em sua escala, logo abaixo do Suriname e do Haiti (Simpson 1973:27).⁸³ De modo que, para o desenvolvimento da Antropologia Cultural norte-americana, o estudo das culturas afro-brasileiras em geral e afro-baiana, em particular, mereceram atenção especial de pesquisadores dedicados ao tema.

Portanto, é necessário inserir num quadro mais amplo o protagonismo adquirido pela Bahia entre aqueles que desenvolveram pesquisas sobre culturas africanas e relações raciais. Considerado a “Roma Negra” da América, o estado impressionou os estudiosos que para cá vieram durante a década de 30, quando, justamente, era iniciado o debate entre sociólogos e antropólogos “concentrado em determinar se a cultura negra contemporânea deveria ser interpretada como a sobrevivência da cultura africana ou como uma adaptação criativa às dificuldades e ao racismo”⁸⁴. Tais colocações de Lívio Sansone indicam a possibilidade de coexistência entre perspectivas teórico-metodológicas diversificadas no contexto de realização do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, visto que Herskovits não fora o único representante estrangeiro a participar do evento. Afora os antropólogos em busca de sobrevivências africanas nas Américas, representantes da Sociologia norte-americana atentaram para as relações de raça baianas procurando explicações para as diferenças e semelhanças observadas entre determinados sistemas raciais.

Donald Pierson foi um importante sociólogo que esteve em Salvador. O interesse na sociedade brasileira teve início quando de seu retorno à Universidade de Chicago, após longa

⁸² Ibidem, p. 2.

⁸³ Idem. p. 7.

⁸⁴ SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: EDUFBA/ Pallas, 2007. p. 93.

viagem de estudos durante a qual realizou pesquisas em diversos países ao longo da década de 30.⁸⁵ Influenciado por Robert Park, seu orientador, Pierson vislumbrou no Brasil a possibilidade de estudar os *contatos* estabelecidos entre as três raças supostamente formadoras da humanidade: brancos, negros e índios. A partir de 1935, o sociólogo passou a viver na capital baiana, onde visitou inúmeros candomblés e observou relações sociais racializadas que teriam marcado a constituição de certas especificidades em nosso sistema racial.

Proveniente da Escola de Chicago - orientada para os estudos urbanos e de comunidade⁸⁶ -, Pierson contribuiu significativamente para a conformação de uma sociologia das relações raciais no Brasil. Um dos principais pressupostos que defendia era o de que a cultura e a raça seriam construídas após o contato social, através de situações de *conflito*, *competição*, *assimilação* (mecanismo por meio do qual grupos sociais adquiririam pensamentos, memórias, objetivos e símbolos comuns) ou *acomodação* (processo pelo qual o indivíduo se ajustaria a uma situação de conflito sem admitir mudanças em sua maneira de ver essa situação)⁸⁷. Partindo dos estudos realizados na Bahia, o autor postulou que a barreira fundamental imposta à ascensão social dos negros seria o preconceito de cor por eles sofrido, compreendendo a experiência negra sob a perspectiva das relações sociais contemporâneas que observava. Dessa forma, ao invés de estudar a formação social baiana atentando para a *sobrevivência* de traços africanos, Pierson buscou nas relações sociais – entrecortadas por cor, classe e *status* -, as explicações para as vivências dos negros “nesta parte do Novo Mundo”⁸⁸.

Originalmente, para Pierson, a raça seria o resultado de uma série de práticas sociais concretas, calcadas na discriminação explícita e violenta aos negros, tal qual a situação de segregação oficial experimentada por pessoas negras nos Estados Unidos, contexto a partir do qual o sociólogo desenvolveu seu quadro interpretativo. Como no Brasil não havia uma política estatal de separação oficial dos direitos civis e do exercício da cidadania entre raças consideradas desiguais, Pierson concluiu que aqui não existiam grupos raciais. Ou seja, a

⁸⁵ BACELAR, Jeferson. Donald Pierson e os Brancos e Pretos na Bahia. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, out. 1997. p. 131.

⁸⁶ ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. Op. Cit., p. 84. Os estudos urbanos e de comunidade foram realizados num contexto de intenso fluxo migratório para Chicago. Entre negros, brancos estrangeiros, pobres e trabalhadores, a Escola de Chicago procurou desvelar, nesse emaranhado de situações, o papel das relações inter-étnicas na constituição social das culturas. Exemplos dos padrões culturais definidos pelos sociólogos de Chicago foram os pares de oposição urbano/ rural e moderno/ tradicional.

⁸⁷ PIERSON, Donald. *Um sistema de referência para o estudo dos contatos raciais e culturais*. Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). In: *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 77-95.

⁸⁸ PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. 2. ed. v. 243. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 75.

suposta ausência de identidade racial, constituída pelas estratégias de resistência ao racismo⁸⁹, significou, na pesquisa do autor, a ausência da própria raça.

Em substituição à noção sociológica da raça, Pierson desenvolveu uma alternativa para pensar as situações observadas em Salvador: a cor, ou *grupos de cor*. Categoria entendida como necessária em função da acreditada miscigenação característica das relações raciais brasileiras, cuja ocorrência seria, à época, impensável nos Estados Unidos. Por essa razão, o sociólogo estadunidense avaliou que aqui não existia discriminação racial e sim o preconceito de cor ao qual nos referimos anteriormente. Nesse caso, por discriminação eram entendidas as situações político-sociais marcadas pela segregação oficial e, por preconceito, as situações particulares de desigualdade de tratamento dispensada a brancos e negros. Dessa forma, a cor não era considerada uma categoria racializada e sim um marcador social que, eventualmente, adquiria importância em situações específicas e efêmeras. Qual seria, então, a causa das profundas discrepâncias sociais observadas em Salvador? Para Pierson, o principal problema enfrentado pelas pessoas pretas era a desigualdade de classe.

Antônio Sérgio Guimarães percebeu as especificidades do “racismo à brasileira” também através da constituição das Ciências Sociais nacionais, marcadamente influenciadas por sociólogos e antropólogos estadunidenses⁹⁰. No Brasil, esses estudiosos fizeram pesquisas de campo, ministraram conferências e aulas, e publicaram livros. Esse conjunto de práticas acadêmicas e institucionais fora, quase sempre, realizado em constante diálogo com pesquisadores brasileiros que se apropriaram de modelos interpretativos de fora para pensar problemas internos à cultura brasileira. De modo que nosso sistema racial foi, em grande medida, comparado ao sistema estadunidense, no qual a ascendência vigorava como principal marcador racial dos grupos sociais. Tal critério, somado às políticas públicas oficiais de segregação racial dos Estados Unidos, formou o arcabouço teórico e de experiências político-sociais para cá trazidas na bagagem daqueles interessados em nossa realidade.

Previamente influenciados pela idéia de democracia racial consagrada nacional e internacionalmente durante os anos 30 e 40, quando esses pesquisadores chegaram ao Brasil e constataram a ausência de elementos classificatórios científicos e políticos característicos das relações raciais estadunidenses, logo concluíram que aqui não existia um “problema racial”⁹¹. A partir daí, sociólogos e antropólogos visualizaram no Brasil não a presença de “raças”, mas

⁸⁹ BACELAR (1997). Op. Cit., p. 133.

⁹⁰ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.

⁹¹ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 64-72.

de “grupos de cor”, que não poderiam ser consideradas coletividades raciais por não possuírem, em seu interior, os critérios necessários à sua formação. Exemplo de tais critérios era a consciência da raça, cuja aquisição seria possibilitada somente por meio da resistência desencadeada pela segregação. Dessa forma, e por características específicas à dinâmica sócio-cultural e ao pensamento social brasileiro, no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, a cor da pele se configurou historicamente como marcador racial fundamental na grade classificatória por aqui elaborada.⁹² Combinada a outros caracteres, tais como a textura dos cabelos e a largura do nariz, a cor serviu como embasamento empírico e teórico para a construção do tipo social definido como brasileiro por excelência: o mestiço.

Segundo Guimarães, o mestiço representou a prova concreta de que no Brasil não haveria racismo, visto que brancos e negros teriam se misturado biológica e culturalmente, formando uma nação homogênea nem branca, nem negra. Nesse sistema, a cor da pele passou a ser entendida como uma categoria diferente da “raça”, carregada de atributos democráticos que impediriam o desenvolvimento de um racismo discriminatório por conta de sua capacidade de hibridização entre os povos das “raças originais”.⁹³

Como podemos perceber, as impressões de Donald Pierson foram em parte construídas com base no sistema racial estadunidense. Nesse sentido, o programa político do anti-racismo ocidental⁹⁴, desenvolvido durante os anos 30, influenciou o olhar lançado pelo autor sobre a realidade afro-brasileira, desprovida de políticas públicas estatais de segregação e negação de direitos civis. Evidentemente, hoje sabemos que a ausência histórica de leis segregacionistas no Brasil não significou, absolutamente, a inexistência de práticas discriminatórias concretas, social e politicamente construídas. Mas, à época em que Pierson trabalhou em solo brasileiro, a história social do negro proferida por Gilberto Freyre já era um fato estabelecido, inclusive internacionalmente.⁹⁵ A democracia racial, travestida nas máximas da miscigenação e da ascensão social dos mulatos, parece ter emprestado aos estudos do sociólogo norte-americano alguns aportes discursivos que o conduziram a postular

⁹² Sobre a elaboração histórica de classificações baseadas na cor da pele ver, entre outros: LARA, Sílvia Honold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, [s.d.]/ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁹³ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 33-34

⁹⁴ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 41-42. Esse programa foi construído com base nas realidades político-sociais marcadas por leis oficiais de segregação, principalmente no que concerne a África do Sul (*Apartheid*) e os Estados Unidos (*Jim Crow*).

⁹⁵ GUIMARÃES, 2008. Op. Cit., p.70.

a inexistência de um “problema racial” no país, somados, sem dúvida, às perspectivas analíticas próprias à sociologia da Escola de Chicago.

Contudo, Donald Pierson apresentou importante alternativa ao conceito biológico de “raça”. O autor a entendia como uma conseqüência de relações sociais desiguais, nas quais a ascendência genética (no caso dos Estados Unidos) e a aparência fenotípica (no caso do Brasil) desempenhavam funções específicas nos sistemas classificatórios. Portanto, a “raça” não era considerada um dado natural e sim uma construção social.

Os resultados parciais da pesquisa realizada por Donald Pierson na capital baiana foram divulgados no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador na forma de duas comunicações: uma tratando das intersecções entre classe e raça; a outra, apresentando reflexões teóricas para o estudo de contatos culturais (ver Tabela I). Ao que tudo indica, Edison Carneiro o acompanhou em seus trabalhos de campo⁹⁶, provavelmente facilitados pelas relações existentes entre o autor baiano e lideranças religiosas dos candomblés. Essa parceria pode ter facilitado a adesão do sociólogo estrangeiro ao II Congresso. E, certamente, para Pierson, seria interessante apresentar seus trabalhos num “certame eminentemente científico” dedicado aos estudos africanos e de relações raciais. Ao mesmo tempo, com sua presença, o sociólogo emprestava credibilidade ao evento (e também aos membros da empenhada Comissão Executiva), já que era mais um entre os componentes do plantel internacional que tomou conhecimento das atividades ocorridas em Salvador naquele ano de 1937. Quando Pierson publicou sua tese de doutorado nos Estados Unidos (1942) e, posteriormente, no Brasil (1943), Arthur Ramos não deixou de escrever a Introdução à primeira edição brasileira, na qual comentou o interesse com o qual acompanhou as pesquisas do colega norte-americano, quando de sua estada na Bahia.⁹⁷

No contexto de realização do II Congresso Afro-Brasileiro, a presença de cientistas sociais estrangeiros foi um dos elementos que contribuiu para a conquista de legitimidade e autoridade, freqüentemente reivindicadas pelos intelectuais brasileiros. Atentaremos para esta faceta mais adiante, quando forem discutidas as disputas travadas em torno da “questão racial”, durante os Congressos Afro-Brasileiros de Recife e Salvador. Por enquanto, basta perceber a circulação transnacional que marcou o conclave baiano, explicitada em algumas

⁹⁶ CARNEIRO, Edison. O médico dos pobres. In: *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao segundo Congresso Afro-Brasileiro de Salvador*. Nessa comunicação Carneiro faz alusão a uma saída de campo feita por ele e Pierson.

⁹⁷ RAMOS, Arthur. Introdução à Primeira Edição brasileira. In: PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. 2. ed. p. 67-70.

das adesões expressas em apoios formais, apresentações presenciais de trabalhos e notas de incentivo enviadas aos organizadores, todas amplamente destacadas pela Comissão Executiva. Vale mencionar, além dos norte-americanos, o apoio prestado por pesquisadores da América Latina e do Caribe. Esse é o caso de Richard Patee (de Porto Rico), Fernando Ortiz (dedicado ao estudo das relações raciais de Cuba) e Salvador García Agüero, cuja comunicação discorreu sobre a presença negra na música nacional cubana (ver Tabela 1).

Em relação aos objetivos do II Congresso Afro-Brasileiro – “estudar a influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil” –, parece provável que a participação dos estadunidenses esteja relacionada aos trabalhos mais identificados com a “sociologia”, “antropologia” e “etnografia”. Evidentemente, isso não significou a ausência de interesse pelas temáticas por parte de instituições e intelectuais brasileiros. Porém, conforme salientamos anteriormente, até a década de 30, estiveram em evidência, na cena letrada nacional, categorias e orientações disciplinares próximas à noção biológica de raça, bem como a tradições de pesquisa mais “tradicionais”. E, portanto, portadoras de conteúdos - expressos em (parcas) definições disciplinares - diferentes da “sociologia” e da “antropologia” acima citadas. Os cientistas sociais de fora, por sua vez, já produziam pesquisas em universidades onde a Sociologia e a Antropologia Cultural passavam por um processo mais consistente de institucionalização.⁹⁸ Tal fato parece ter imputado, aos conteúdos trabalhados pelos brasileiros, características importantes dos campos especializados específicos às ciências sociais praticadas nos Estados Unidos.

Por sua vez, esses mesmos conteúdos não fariam sentido nas discussões travadas entre nossos intelectuais se, no Brasil, não existissem situações sociais, políticas e culturais atravessadas pelo racismo, onde se fazia pertinente a problematização das relações sociais racializadas, bem como da cultura definida como nacional. Um clássico exemplo das tensões que envolviam o “problema do negro” é a perseguição policial sofrida pelas religiões de matriz africana em Salvador. Na década de 30, as “batidas” empreendidas nas casas e a divulgação das ações policiais oficiais na imprensa escrita formaram parte de uma série de práticas sociais discriminatórias direcionadas aos afro-descendentes.⁹⁹ Diante desse quadro, os candomblés tornaram-se não só “objeto” de reflexão científica, como também símbolo e meio cultural e material de resistência às ofensivas de setores preocupados em alavancar a Bahia à

⁹⁸ ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 70.

⁹⁹ LUHNING, Ângela. Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. *Revista USP: Dossiê Povo Negro – 300 anos*. n. 28, São Paulo, 2007.

modernidade e à civilização.¹⁰⁰ Nesse sentido, a participação de lideranças religiosas no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador significou, para as pessoas negras, uma das tantas estratégias adotadas com o objetivo de dar visibilidade e valorizar positivamente os traços culturais próprios à negritude.¹⁰¹

Possibilitada pela consolidação de redes de relações sociais estabelecidas entre intelectuais de diferentes procedências, a participação de pesquisadores estrangeiros emprestou um significado especial ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Micol Seigel fala, por exemplo, da importância da colaboração transnacional angariada por Arthur Ramos para realizar suas investigações sobre o negro¹⁰². Segundo a autora, esse movimento significou um importante marco para a participação brasileira nos estudos sobre a Diáspora Africana¹⁰³, quando o candomblé passou a ser citado com mais frequência e maior segurança como uma prova de que a cultura Africana teria sobrevivido nas Américas, do que quaisquer outras instituições africanas norte-americanas.¹⁰⁴ Sobre esse aspecto, vale ressaltar que as pesquisas realizadas nos candomblés serviram como subsídios empíricos e etnográficos para diversos trabalhos apresentados ao conclave baiano. Incluem-se, nessa listagem, as comunicações de Herskovits, Ramos, Pierson e Edison Carneiro. Somam-se a esta grade de debates as já destacadas considerações sobre os conteúdos atribuídos às categorias raça e cor no Brasil, igualmente elaborados de forma transnacional.

Para além da coleta de materiais realizada nas casas de religião, a elaboração de modelos interpretativos sobre a cultura, a sociedade e as religiões negras brasileiras foi perpassada pela construção de quadros comparativos relacionais. Dessa forma, o caso

¹⁰⁰ BACELAR, Jeferson. O legado da Escola Baiana. Para uma Antropologia da reafrikanização dos costumes. In: _____. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 129-131. Durante o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador fora fundada a União das Seitas Afro-Brasileiras, organização composta de lideranças religiosas, intelectuais e demais interessados em desconstruir os preconceitos direcionados ao povo de santo. Segundo Bacelar essa e outras ações desencadeadas na década de 30 fizeram parte do processo de reafrikanização dos costumes negros da Bahia, iniciado ainda em finais do século XIX.

¹⁰¹ BRAGA, Julio. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.

¹⁰² SEIGEL, Micol. Beyond Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*. Issue 91, winter, 2005. p. 77-80.

¹⁰³ Na historiografia e nas ciências sociais, por “Diáspora” se entendem os movimentos migratórios forçados de negros que deixaram a África para desembarcar nas Américas na condição de escravos. As principais áreas marcadas pela escravidão estudadas na década de 30 eram: os Estados Unidos, o Caribe e a América do Sul. Sob essa perspectiva, procurava-se perceber traços africanos existentes em formações culturais e estratégias de resistência ao racismo, desenvolvidas no continente americano por meio das experiências sociais e políticas vivenciadas no chamado Novo Mundo. Para inteirar-se das discussões específicas às ciências sociais estadunidenses que influenciaram a construção das interpretações latino-americanas acerca da Diáspora Africana, ver: YELVINGTON, Kevin A. The Anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: Diasporic Dimensions. *Annual of Anthropology*. v. 1. 30, 2001, p. 227-260.

¹⁰⁴ SEIGEL, Micol. Op.cit, p. 79.

brasileiro foi compreendido em suas especificidades, a partir das características de outros países das Américas, historicamente marcados pela Diáspora Africana e pela formação de sistemas raciais calcados em padrões classificatórios diversos. De modo que, para entender a operação de modelos analíticos por parte de intelectuais interessados na presença afro-descendente, em terras brasileiras, será sempre necessário considerar a dimensão transnacional que caracterizou a própria constituição do campo dos estudos africanos no Brasil.

2.3 BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Considerando os elementos referentes aos temas, teorias e métodos disponíveis aos participantes do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, as possibilidades de ruptura com a noção biológica de raça devem ser compreendidas como parte de um contexto mais amplo: a institucionalização das ciências sociais brasileiras. Os diálogos e proximidades estabelecidos com Pierson e Herskovits, por exemplo, parecem adquirir significados mais complexos no momento em que a Sociologia passou a ser encarada não mais como um “ponto de vista”¹⁰⁵, e sim como uma disciplina dotada de cientificidade e capacidade de responder aos problemas da nação. Numa conjuntura em que as bases econômicas e políticas da República Velha haviam se esfacelado com o desencadeamento da Revolução de 30, as primeiras universidades brasileiras estavam sendo criadas. Somam-se a este quadro, a fundação de institutos de pesquisa estatais e a redefinição de funções profissionais relacionadas à pesquisa em ciências sociais. A partir daí, a elite intelectual foi incumbida de buscar soluções científicas para questões relevantes à reorganização do Estado e da sociedade como um todo, objetivando estabelecer os contornos de uma nação moderna.¹⁰⁶

¹⁰⁵ A expressão é de Antônio Cândido. Ela significa que, em períodos anteriores, a sociologia era mais um lugar de observação, um viés de interpretação da realidade, do que um corpo teórico-metodológico dotado de cientificidade. Ver trabalhos publicados em: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 1989.

¹⁰⁶ Ver os dois volumes organizados por Sérgio Miceli. Todos os autores atentam para as práticas político-profissionais de intelectuais que fizeram parte da institucionalização das ciências sociais. A ênfase da coletânea recai principalmente sobre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, apesar de serem apresentadas reflexões importantes sobre instituições existentes em outras regiões, como é o caso do Instituto Joaquim Nabuco, fundado em Recife por Gilberto Freyre nos anos 40. MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995. E também: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 1989.

Progressivamente, perspectivas teórico-metodológicas, consideradas inovadoras, colocaram-se ao lado de um ensaísmo expresso num misto de literatura, História, filosofia e arte, característico da produção intelectual brasileira da geração de 1870¹⁰⁷. Ciências Sociais inovadoras para a construção da modernidade nacional, cuja constituição racial e cultural tornou-se de fundamental importância para prever as possibilidades de progresso e desenvolvimento do Brasil. Noções como *brasilidade*, *povo brasileiro* e *alma nacional* estiveram intimamente relacionadas àquelas prerrogativas e foram amplamente desenvolvidas e disputadas em textos literários e científicos. Como exemplo da participação estrangeira nesse processo, citamos a importância dos norte-americanos e dos franceses na Bahia, em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando da montagem das primeiras universidades brasileiras e do desenvolvimento de programas de pesquisa intergovernamentais e interinstitucionais¹⁰⁸. As demarcações disciplinares das ciências sociais passaram, necessariamente, pelas teorias trazidas pelos estrangeiros, pelo menos, nos estados acima referidos.

Por essa mesma época, ocorreu a expansão do mercado editorial brasileiro, convertido em espaço privilegiado de divulgação e consagração de trabalhos da elite intelectual. Sobre esse aspecto, Heloísa Pontes destaca a centralidade das coleções concebidas e publicadas pelas principais editoras atuantes na década de 30¹⁰⁹. São elas: *Brasiliana* (Companhia Editora Nacional); *Documentos Brasileiros* (Livraria José Olympio Editora); *Biblioteca Histórica Brasileira* (Livraria Martins Editora). Segundo a autora, as ações político-intelectuais de homens importantes reunidos em torno da elaboração dessas coleções contribuíram para a formação do campo intelectual brasileiro. Sob essa perspectiva, Pontes afirma que as publicações faziam parte de projetos de editores auto-definidos como “heróis culturais” portadores da missão de suprir as deficiências dos poderes públicos e de “civilizar” o país.¹¹⁰ Ao mesmo tempo, a “realidade brasileira” teria se transformado em conceito-chave para pensar as saídas científicas para tais problemas, cujas soluções propostas estiveram presentes nos livros publicados nas coleções. Pelos caminhos editoriais passaram importantes perspectivas de análise daquela “realidade” que certamente marcaram a construção dos

¹⁰⁷ Ver, entre outros: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 1989. p. 225-226.

¹⁰⁸ PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 1989.

¹⁰⁹ PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções brasiliana’ nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

¹¹⁰ Idem, p. 419-420.

“retratos do Brasil”¹¹¹ em circulação no período. Nesses mesmos retratos, se concentraram categorias e métodos a partir dos quais foram pensadas as relações raciais brasileiras.

De certa forma, todas as editoras acima citadas abarcaram um volume considerável de trabalhos versados em múltiplos aspectos da formação do Brasil. Em algumas situações foram privilegiados os textos literários, como é o caso da Documentos Brasileiros, que editou inúmeros romances de cunho regionalista sobre o nordeste. Já em outras coleções, os trabalhos historiográficos e os relatos de viajantes perfizeram a maioria dos livros publicados. A Brasiliana, por exemplo, incluiu em seus catálogos títulos de Pedro Calmon, Pandiá Calógeras, José Francisco de Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Junior. Autores que, segundo Heloísa Pontes, possuíram suas trajetórias largamente marcadas pela atividade política, bem como por uma produção teórica de tipo ensaístico¹¹². Representavam, portanto, a ala mais “tradicional” da elite intelectual brasileira, identificada com temas e orientações teóricas não condizentes com as transformações conceituais discutidas anteriormente e presentes no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador.

Além disso, passaram a fazer parte do mesmo mercado editorial e, por vezes, das mesmas coleções dominadas por uma intelectualidade já consagrada, alguns títulos de cientistas sociais estrangeiros. Juntamente com os autores brasileiros, pesquisadores, como Donald Pierson, publicaram seus livros pelas editoras anteriormente mencionadas. Com o intuito de perceber as conexões entre a comunidade científica nacional e suas congêneres de fora, Heloísa Pontes discute essa faceta do campo intelectual brasileiro¹¹³. Buscando fazer uma “genealogia dos estrangeiros” que estabeleceram intercâmbios institucionais e acadêmicos com o Brasil, a autora identifica, no período que vai da década de 30 à de 60, uma grande quantidade de textos que versaram sobre as relações raciais, o preconceito de cor e as práticas religiosas de matriz africana em nosso país.¹¹⁴ As mesmas discussões que fizeram parte do programa de trabalho organizado por Edison Carneiro e seus pares durante o II Congresso Afro-Brasileiro.

Inseparáveis, portanto, das questões candentes nas agendas de pesquisa daqui, as transformações conceituais ocorridas nas ciências sociais brasileiras por influência estadunidense passaram pelas tentativas, empreendidas por nossos intelectuais, de adoção de

¹¹¹ Idem, p. 423.

¹¹² Ibidem, p. 462.

¹¹³ PONTES, Heloisa. Brasil com Z: a produção estrangeira sobre o país, editada aqui, sob a forma de livro, entre 1930 e 1988. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995.

¹¹⁴ Idem, p. 449.

teorias e métodos considerados mais modernos, como, por exemplo, aqueles identificados com a pesquisa sociológica empírica realizada por Donald Pierson em seus trabalhos apresentados ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Intrinsecamente relacionada às problemáticas construídas acerca da presença afro-descendente no Brasil, a moderna pesquisa em ciências sociais disputou espaços com o ensaísmo característico de um tipo mais tradicional de historiografia que seguia influenciando a produção escrita nacional.

Tal situação pode ser igualmente observada na coexistência de instituições definidas como mais tradicionais e aquelas definidas como inovadoras no que concerne ao tipo de conhecimento gerado em seu interior. A fundação das primeiras universidades brasileiras, cuja produção científica fora muitas vezes apropriada por órgãos governamentais dedicados à elaboração de políticas públicas para o Brasil, faz parte do mesmo processo de renovação constatado no mercado editorial. Ao mesmo tempo em que intelectuais participantes de Institutos Históricos e Geográficos e Academias de Letras publicavam seus trabalhos em coleções importantes, outras formas de compreensão da realidade brasileira iam se consolidando em novos lugares de produção que eram as universidades. Numa época em que as ciências sociais possuíam bases largas de sustentação que extrapolavam as fronteiras acadêmicas¹¹⁵, os ambientes universitários integraram os projetos de desenvolvimento social de importantes setores políticos brasileiros.

Um dos casos mais notórios dessas tentativas, empreendidas com a intenção de formar elites qualificadas capazes de assumir as tarefas relativas à modernização da nação, foi o estabelecimento da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Durante o governo municipal de Pedro Ernesto, o Secretário Municipal da Educação, Anísio Teixeira, se esforçou no sentido de construir uma instituição de ensino superior “como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada”¹¹⁶. Dentro dos quadros disciplinares da UDF foram implementados os seguintes núcleos: Escolas de Filosofia e Letras, Economia, Direito, e Ciências; Institutos de Educação e de Artes. A escolha dos docentes deveria ser realizada mediante concursos divulgados entre a intelectualidade modernizante, bem como a partir da participação de docentes estrangeiros qualificados.

O projeto idealizado no Rio de Janeiro não sobreviveria às intempéries políticas ocorridas com a instauração do Estado Novo. Nesse período, a UDF foi dissolvida e, em seu

¹¹⁵ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 1989. p. 224.

¹¹⁶Idem, p. 233.

lugar, instalada a Universidade do Brasil com sua notória Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). De acordo com Maria Hermínia Almeida, ao contrário da UDF, a FNFfi foi alinhada às pretensões centralizadoras do governo Vargas, dentro das quais couberam interpretações conservadoras da “realidade brasileira” e atuações profissionais intrinsecamente relacionadas a atividades desenvolvidas junto ao aparelho burocrático estatal. A autonomia almejada pelos idealizadores da primeira universidade da capital federal não conquistou aliados o suficiente para enfrentar as contingências políticas impostas a setores da elite intelectual. O conservadorismo católico e as concepções autoritárias de desenvolvimento social teriam marcado a produção acadêmica elaborada na FNFfi.

Certamente, as primeiras universidades fundadas no Brasil exerceram importante papel na definição de disciplinas, teorias e métodos. A participação, nesse processo, de autores importantes que mantiveram contato com pesquisadores estrangeiros, como por exemplo, Arthur Ramos, indica que o ambiente universitário emergiu como alternativa eficaz para aqueles dedicados a pesquisas próximas às Ciências Sociais. Contudo, é fundamental contextualizar a instauração dessas instituições e seus significados acadêmicos em suas próprias circunstâncias de afirmação que, especificamente na década de 30, correspondeu à necessidade vislumbrada pelas elites brasileiras de tomar a questão educacional como central à modernização no país.¹¹⁷ Nesse sentido, UDF, UBR e USP foram gestadas num momento em que o sentido de missão auto-atribuído das elites - tal como nos coloca Daniel Pécaut – esteve relacionado aos propósitos políticos nacionais.¹¹⁸

Em tal conjuntura, a formação qualificada de professores e elites dirigentes se sobrepôs a preocupações que, hoje, poderíamos denominar de estritamente acadêmicas. Nesse caso, em muitas situações, a ciência se colocou a serviço de compromissos políticos assumidos pelos próprios intelectuais que, por vezes, atribuíram aos seus escritos o estatuto de contribuição para o desenvolvimento nacional. Dessa forma, mesmo que seja recomendável atentar para a possibilidade da constituição dos estudos africanos e de relações raciais nas universidades – à época, elas mesmas indefinidas em seus padrões acadêmicos -, é, igualmente, necessário ter em mente que as mesmas teorias circulantes nesses lugares de produção foram apropriadas em outras esferas de construção de saberes. Esse é o caso dos lugares de discussão constituídos pelos folcloristas no período anterior à fundação da Comissão Nacional de Folclore (1947).

¹¹⁷ VILHENA, Luis Rodolfo, (1997). Op. Cit., p.61.

¹¹⁸ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

Na história do movimento folclórico, são procedentes de São Paulo as propostas precursoras de institucionalização do folclore como disciplina autônoma, no duplo contexto da realização da Semana de Arte Moderna de 1922 e da emergência de um “nativismo paulista” opositor da intensa modernização da capital do estado.¹¹⁹ Ainda, são de Amadeu Amaral as primeiras tentativas de definição de padrões científicos para os estudos em questão, em contraposição “‘ao caráter saudosista, complacente e laudatório que eles vinham denotando até então’ (SEVCENKO, 1992, p. 252)”.¹²⁰ A preocupação de Amaral na década de 20 foi, basicamente, esvaziar os estudos folclóricos de seus conteúdos literários, anteriormente presentes em Silvio Romero, para, em seu lugar, propor a operação de métodos que possibilitassem o “estudo objetivo da realidade brasileira.”¹²¹ Segundo Rodolfo Vilhena, Amadeu Amaral, ao propor a introdução do folclore nas instituições de produção do conhecimento brasileiras, justificava a necessidade de elaboração de um inquérito sobre a cultura popular, devido à “‘incalculável influência que o folclore exerce na acentuação e conservação do caráter próprio de um povo’”.¹²²

Anteriormente, dispensamos alguns comentários sobre o insucesso das tentativas de institucionalização da disciplina folclórica empreendidas por Amaral. Vimos, também, que nos anos 30 o folclore adquiriu contornos mais precisos e institucionalmente aceitáveis, ao menos no âmbito do Departamento de Cultura de São Paulo, com o curso de Etnografia e Folclore promovido em parceria com antropólogos estrangeiros e intelectuais brasileiros. Tais considerações ganham importância em, pelo menos, um aspecto. Tanto Amadeu Amaral, quanto os alunos do curso encabeçado por Mário de Andrade, estiveram presentes em ambientes político-intelectuais nos quais circularam as mesmas pessoas participantes da concepção programática e da fundação da USP, por vezes, entendida como o princípio da pesquisa científica em Ciências Sociais no Brasil e detentora do modelo ideal de produção intelectual a partir dos anos 30.

É reveladora a pertença de Amadeu ao grupo político renovador de *O Estado de São Paulo*, jornal em que o autor assinava sua coluna sobre “Tradições Populares”.¹²³ Esse é o mesmo grupo que derrotou a oligarquia do Partido Republicano Paulista (PRP) em 1930 e criou o projeto para a instalação de uma universidade em São Paulo, com o objetivo de

¹¹⁹ VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Funarte, 1997. p. 84.

¹²⁰ Citado em VILHENA, 1997. Idem, p. 85.

¹²¹ Idem, p. 88.

¹²² Idem.

¹²³ Idem, p. 85.

promover a formação das elites culturais do estado. Tal formação viria através do treinamento de professores qualificados pelos cursos da futura Faculdade de Educação da USP, revelando o caráter elitista a partir do qual a instituição fora concebida.¹²⁴ Segundo Vilhena, Amadeu Amaral não compactuou com a proposta de seus pares, pontuando que o principal problema de uma democracia era a educação de seu “povo” e não a das elites.¹²⁵ Dessa forma, Amaral preferiu investir em outras possibilidades de institucionalização da pesquisa folclórica, preconizando, para tanto, a mobilização da juventude como o principal aspecto a ser desenvolvido no sentido da constituição de pessoas atentas ao espírito científico investigativo.

A trajetória de Amadeu no movimento folclórico ilumina uma faceta importante da instauração de instituições universitárias no Brasil, pois revela o quanto esses projetos foram, inicialmente, perpassados por aspectos que escapam a definições prévias do que seria uma pesquisa “acadêmica”, principalmente quanto à separação entre esferas políticas e científicas. O mesmo vale para a compreensão da dinâmica de adoção de teorias e métodos, progressivamente, definidos como mais científicos em relação a outras formas de produção de saberes, inclusive, no tangente a categorias analíticas manipuladas para desvelar a constituição racial do “povo brasileiro”.

Na USP, ao mesmo tempo em que a missão francesa composta de antropólogos e sociólogos adentrava a instituição, diversos alunos de Ciências Sociais participavam do curso de Etnografia e Folclore promovido pela Sociedade homônima dirigida por Mário de Andrade, por sua vez, atrelada a um órgão governamental, o Departamento de Cultura do Município de São Paulo.¹²⁶ É importante lembrar que o principal objetivo dessa atividade era, precisamente, instrumentalizar os aspirantes a folcloristas com métodos de investigação que possibilitassem a observação objetiva da realidade cultural brasileira, através de uma coleta empreendida com base nos mesmos princípios científicos, atribuídos, posteriormente, à Antropologia e à Sociologia institucionalizada na USP.

Portanto, mesmo nas universidades, a utilização de teorias (estrangeiras ou não) para desvelar a realidade nacional era mediada - e não, determinada -, pelos interesses dos estudiosos protagonistas da definição de programas disciplinares e da escolha de escopos analíticos. Considerando que a prática intelectual era também entendida como um meio de

¹²⁴ Ibidem, p. 85.

¹²⁵ Idem, p. 86.

¹²⁶ Idem, p. 91.

intervenção político-social, a *autonomia* do campo intelectual proposta por Sérgio Miceli¹²⁷ perde a capacidade interpretativa, já que pressupõe o afastamento dos “verdadeiros” intelectuais, supostamente distantes da esfera ideológica partidária, de espaços sociais de que nem mesmo os próprios intelectuais pretenderam se afastar.

Especialmente nos anos 30, quando o movimento folclórico, as universidades e instituições, tais como os Institutos Históricos e Geográficos, eram, por vezes, freqüentados pelos mesmos autores, a premissa de Miceli torna-se ainda menos promissora, pois as categorias de análise utilizadas para compreender a “realidade brasileira” perpassavam todos esses espaços, atravessados por reflexões políticas. Como exemplo, podemos citar o caso de Alfredo Ellis Junior, simultaneamente, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, primeiro catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira da USP, membro do PRR e personagem do terceiro capítulo desta dissertação.

Com base nessas reflexões, compartilhamos das críticas de Rodolfo Vilhena ao conceito de *autonomia*, central à tese de Sérgio Miceli:

Os valores de autonomia acadêmica e rigor científico são alguns dos que sustentam a atividade intelectual das ciências sociais hoje. Ao elegê-los como referências fundamentais para a explicação do passado dessas ciências, os representantes das matrizes institucional e sociológica correm o risco de, apesar desse apelo a referências empíricas aparentemente ‘objetivas’, recaírem no que George Stocking chama de ‘presentismo’.¹²⁸

A noção de *presentismo*, em Stockin, refere-se à operação de imputar ao passado das ciências características importantes à sua prática no presente, na qual é traçada uma linha sequencial de desenvolvimento dessas ciências rumo ao que os próprios sociólogos consideram relevante à sua prática acadêmica e de pesquisa. O mais notório “herói fundador”¹²⁹ das ciências sociais no país, Florestan Fernandes, teceu críticas dirigidas aos folcloristas na década de 50 que contribuíram com o processo de marginalização dos estudos folclóricos não só nas humanidades daquele período, como também em interpretações posteriores da história das ciências sociais proferidas por diversos autores.

Seja pela ausência de padrões disciplinares e teóricos hegemônicos nas lutas travadas entre a intelectualidade por espaços de enunciação, seja pelo modelo de institucionalização da

¹²⁷ MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001./ MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

¹²⁸ VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Funarte, 1997. p. 58.

¹²⁹ A expressão é de Rodolfo Vilhena.

disciplina folclórica atrelado ao Estado, o fato é que parte considerável da bibliografia especializada trata das delimitações disciplinares das humanidades como isoladas em si mesmas e desprovidas de intersecções com âmbitos para além das “academias”. Contudo, no momento em que são problematizados modelos explicativos calcados em concepções presentistas das ciências, as ações dos intelectuais emergem de um emaranhado de situações complexas e pouco condizentes com pretensões “autonomistas” da prática intelectual no Brasil da década de 30. Tais considerações, apesar de construídas com base num debate específico às Ciências Sociais, podem ser estendidas à historiografia brasileira nos aspectos tocantes à atuação político-intelectual de autores interessados em escrever interpretações racializadas sobre a formação histórico-social do país, ao mesmo tempo em que deveriam cumprir seus deveres cívicos junto ao Estado. Ambos os elementos fizeram parte de um mesmo processo, inteligível aos sujeitos da época.

Apesar de a institucionalização das ciências sociais não ser o objeto de estudo central desta dissertação, essa faceta é aqui compreendida como uma possibilidade em aberto, concorrente e coexistente com outras formas de produção de saberes, cuja dinâmica influenciou a adoção ou refutação de categorias analíticas manipuladas por autores dedicados a desvelar a realidade brasileira. Ao considerar o amplo cenário da produção do conhecimento, buscamos oferecer um quadro o mais completo possível sobre os lugares a partir dos quais os intelectuais envolvidos nos estudos africanos e de relações raciais se apropriaram de teorias em disputa não só no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, como também no III Congresso de História e Geografia do IHGRS.

Como podemos perceber, pelas vias editoriais e institucionais, é possível atentar para a convivência entre pontos de vista tão diferenciados quanto o racismo científico, o naturalismo, o culturalismo e a sociologia. Tal diversidade interpretativa refletia o estado da arte das ciências sociais brasileiras em vias de renovação, devido à conjuntura político-social e intelectual do Brasil durante os anos 30.

A observação mais atenta dos elementos acima citados torna pertinente a localização do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador numa segunda situação referente à construção do programa de trabalho por lá desenvolvido, além dos contatos transnacionais. Trata-se das disputas domésticas por espaços de enunciação e legitimidade em torno da “questão racial” das quais fizeram parte as relações estabelecidas com cientistas sociais estrangeiros e a ocupação de posições importantes em editoras e instituições. Nesse contexto, a atuação de Arthur Ramos, em oposição a Gilberto Freyre, ajudou a definir alguns dos caminhos possíveis

para o desenvolvimento dos estudos africanos e de relações raciais no Brasil. A materialização dessa arena ocorreu durante os trâmites preparatórios e no decorrer das atividades do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, evento compreendido em seus significados quando observado em relação ao I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1934).

2.4 ENTRE A NEGRITUDE E A MESTIÇAGEM: CONTROVÉRSIAS INTERPRETATIVAS SOBRE A PRESENÇA NEGRA NO BRASIL

Através de publicações de anais, pronunciamentos de discursos, homenagens e elaboração de textos, Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Edison Carneiro tornaram-se protagonistas de alguns embates referentes à seguinte questão: que perspectiva teórico-metodológica seria mais adequada para compreender as relações raciais e a presença africana no Brasil? Durante o I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1934) - organizado por Gilberto Freyre - bem como do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, *africanismos* e *miscigenação* deram o tom de muitas das tensões implícitas naqueles contextos.

Quando a Comissão Executiva do evento ocorrido na Bahia se propôs a “estudar a influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil”, tal afirmação pode ser interpretada como um posicionamento, um sinal de que, naquele espaço, a centralidade recairia sobre as culturas de matriz africana. Em contrapartida, no I Congresso Afro-Brasileiro de Recife, Edgar Roquette Pinto já esclarecia: a prioridade era abordar “as características dos brasileiros, para delimitar, tanto quanto possível, objetivamente, os tipos que vêm emergindo da grande massa dos mestiços (...)”¹³⁰. Nessa passagem, apesar de fazer alusão às suas próprias pesquisas, Roquette Pinto corrobora os postulados de Gilberto Freyre: a mestiçagem biológica e cultural como chave explicativa das relações de raça, bem como da constituição do suposto tipo social brasileiro por excelência, o mulato.

Freyre acabava de lançar o seu livro *Casa Grande e Senzala* (1933), quando decidiu organizar o I Congresso Afro-Brasileiro de Recife. Amplamente reconhecido no cenário científico internacional e nacional – afinal, havia estudado com o próprio Franz Boas e, provavelmente, conhecido Melville Herskovits, pessoalmente -, reuniu em Pernambuco uma série de intelectuais interessados nos estudos de raça e cultura. Temos como exemplos das tendências temáticas, teóricas e metodológicas constantes nos trabalhos apresentados naquela

¹³⁰ PINTO, Edgar Roquette. Prefácio. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

ocasião: considerações estatísticas sobre a situação da população negra pernambucana, elaboradas por autores representantes de instituições governamentais; história da escravidão africana, o processo de abolição e suas conseqüências para a população negra; noções de raça e etnia provenientes da Antropologia Física; contribuições de militantes da Frente Negra de Pelotas; perspectivas próximas ao culturalismo; materialismo histórico marxista.¹³¹

Uma programação extremamente diversa, assim como a do II Congresso Afro-Brasileiro, mais uma vez indicadora da heterogeneidade dos estudos das relações raciais brasileiras correntes naquele período. Participaram do evento pernambucano personagens com os quais já estamos familiarizados: Arthur Ramos, que apresentou uma comunicação sobre *Os mitos de Xangô e sua degradação no Brasil*; Edison Carneiro, com um trabalho também sobre *Xangô* e outro que tratou da *Situação do Negro no Brasil* (este último de orientação materialista marxista); e, por fim, Melville Herskovits, que levou a Recife seus estudos sobre *a Procedência do Negro no Novo Mundo e A arte do pano e do bronze no Daomé*.

Essas informações apontam para o fato de que africanismos e mestiçagem não se constituíram enquanto filiações teóricas e disciplinares fixas, sob as quais as teses de nossos autores foram invariavelmente elaboradas. Prova disso é a participação dos mesmos intelectuais e cientistas sociais – formados em suas próprias tradições institucionais de pesquisa e produção de saberes – em dois congressos que, no plano discursivo, buscaram se diferenciar em termos de perspectivas interpretativas, através de seus porta-vozes mais ilustres. Sob esse viés, é importante destacar que, no primeiro volume dos anais do I Congresso Afro-Brasileiro, não constam palavras de confronto ou demarcações “territoriais” entre aqueles alinhados com os africanismos e os mais próximos à orientação assimilacionista da miscigenação. Rugsas e reivindicações de legitimidade, entre os autores envolvidos na valorização da negritude ou no elogio à mestiçagem, somente ocorreriam quando a Escola Nina Rodrigues ascendeu no cenário intelectual brasileiro.

A Escola Nina Rodrigues surgiu na década de 30 quando um grupo de intelectuais formados na Bahia decidiu migrar para o Rio de Janeiro, então, capital federal. Visando fazer frente à hegemonia de Gilberto Freyre nas nascentes ciências sociais brasileiras, os médicos Afrânio Peixoto e Arthur Ramos, juntamente com o educador Anísio Teixeira, passaram a disputar colocações e cargos públicos no aparelho burocrático estatal, assim como em

¹³¹ Essas informações foram sistematizadas a partir dos índices e textos dos anais do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife. ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

universidades e editoras importantes.¹³² Auto-intitulados discípulos do mestre em “africanologia”, Raymundo Nina Rodrigues, os idealizadores de sua Escola revisitaram os materiais etnográficos por ele deixados, coletados nos candomblés de Salvador na virada do século XIX para o XX. Com isso, Ramos, Peixoto e Teixeira tiveram por objetivo legitimar os seus próprios trabalhos, a partir da reivindicação de uma filiação ancestral aos estudos do médico maranhense. Afinal, para que fosse possível a construção simbólica de uma “Escola” capaz de pleitear espaços de enunciação, seria necessário legitimá-la cientificamente e dotá-la de uma história (no sentido de uma origem) plausível e consistente.

Segundo Mariza Corrêa, o empreendimento levado a cabo pelos discípulos de Nina ocorreu precisamente num momento de “renhida disputa político-intelectual” em torno da precedência e pioneirismo referentes aos estudos sobre o negro¹³³. Daí a necessidade de se buscar, em pesquisas anteriores e passíveis de consagração, o respaldo necessário para perspectivas interpretativas que pudessem concorrer com a sociologia das relações raciais freyreana. Nesse sentido, é importante recordar que, no contexto de elaboração de um novo programa de desenvolvimento para o Brasil encabeçado pelo governo Vargas, a democracia racial figurou como importante pilar discursivo e político-social, cujos conteúdos subsidiaram projetos culturais elaborados naquele período. A nacionalidade brasileira fora amplamente pensada a partir desses critérios e, por isso, considerada capaz de assimilar em seus ingredientes simbólicos e materiais calcados na mestiçagem todos os contrastes e particularidades emergentes na sociedade. Desse modo, a “operação de guerrilha”¹³⁴, montada pelos intelectuais reunidos, ocasionalmente¹³⁵, sob o rótulo de Escola Nina Rodrigues, teve de ser dotada de estratégias concretas.

¹³² CORRÊA, Mariza. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final da década de 1930. *Anais da Biblioteca Nacional. Seminário Diários de Campo*. v. 1, 1999. A autora coloca que nessa arena de disputas os estudos de *relações raciais* foram reivindicados pelos especialistas alinhados com as perspectivas freyreanas, enquanto que os estudos *sobre o negro* ficaram por conta daqueles identificados com a proposta de Arthur Ramos e Edison Carneiro.

¹³³ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. p. 220.

¹³⁴ A expressão é de Mariza Corrêa.

¹³⁵ É importante destacar que, em seus textos, Mariza Corrêa sempre atesta a heterogeneidade das perspectivas teórico-metodológicas adotadas nos trabalhos dos eventuais membros da Escola Nina Rodrigues. Dessa forma, enfatizamos que os intelectuais participantes da Escola não procederam, de forma alguma, à adoção automática e mecânica de pressupostos manipulados pelo médico maranhense no século XIX. Nem mesmo Arthur Ramos, um dos mais empenhados militantes da causa em questão, defendeu as teorias racistas presentes nas teses de Nina Rodrigues. Ainda, houve situações nas quais os intelectuais da Escola se afastaram publicamente do grupo liderado por Ramos, como é o caso de Edison Carneiro. Assim, a Escola Nina Rodrigues não deve ser encarada como um lugar de produção escrita em ciências sociais, marcado por orientações teóricas bem definidas. Sua constituição representou uma intensa disputa por posições de enunciação, onde a autoridade de figuras

Em primeiro lugar, do ponto de vista teórico, Arthur Ramos esteve à frente de uma intensa revisão crítica das teses defendidas por Nina Rodrigues, devido à presença de postulados provenientes do racismo científico nos trabalhos de seu mestre. Mesmo que Nina tenha sido um dos primeiros letrados brasileiros a realizar pesquisas de campo nas comunidades negras de Salvador – o que, metodologicamente, se aproximava muito das modernas etnografias culturalistas -, as teorias por ele manipuladas, na interpretação dos dados coletados em campo, foram buscadas nas hierarquias raciais biológicas. Nesse sentido, o objetivo de Nina Rodrigues ao estudar as comunidades negras da Bahia era o de perceber manifestações sociais e culturais de substrato patológico, tais como a propensão ao crime, à loucura e ao alcoolismo. As raças negras – por conta de suas determinações raciais inferiores – seriam as populações que mais expressariam este estado de doença¹³⁶.

Teorias certamente questionáveis entre uma intelectualidade atenta às prerrogativas da Antropologia Cultural, num contexto de valorização da cultura (mestiça) nacional. Arthur Ramos passou a se posicionar como um dos precursores brasileiros dos estudos africanos após as tentativas de filtragem do racismo científico característico dos escritos de Nina. E, a partir de então, a permanência de africanismos nas conformações culturais afro-descendentes como forma de explicação da presença negra no Brasil seria privilegiada nos trabalhos de Ramos.

Quando o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador foi realizado, Arthur Ramos desenvolvia suas atividades profissionais em, pelo menos, três lugares institucionais. A primeira, como médico psiquiatra, na Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, onde chefiava a Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental, por indicação de seu colega Afrânio Peixoto. Ramos concebia, a partir desse espaço, uma série de políticas públicas para o estudo e correção comportamental de jovens da periferia do Rio de Janeiro. Para tanto, defendeu a instalação de clínicas de higiene mental nas escolas públicas da capital federal, realizando uma série de visitas às comunidades carentes daquela cidade¹³⁷.

Apesar do enfoque inscrito nas preocupações com o estatuto civilizatório (do ponto de vista branco ocidental) da sociedade brasileira, característico das letras nacionais daquele

importantes na cena político-intelectual brasileira serviu como alavanca de carreiras profissionais em desenvolvimento, mesmo que, entre os participantes desse processo, existissem discordâncias teóricas.

¹³⁶ CORRÊA (1998). Op. Cit. Ver principalmente o capítulo 1, onde a autora expõe as orientações teóricas de Nina Rodrigues.

¹³⁷ CORRÊA (1998). Op. Cit. p. 245.

período¹³⁸, Ramos parece ter se distanciado das perspectivas de Nina Rodrigues. Mesmo proferindo teses marcadamente evolucionistas, o “discípulo” de Nina procedeu a explicações mais sociais e psicológicas do que racial-biológicas, quando interpretou o estado de desenvolvimento das populações negras do país. A educação seria, por exemplo, uma solução plausível para o atraso cultural e social dos morros cariocas, proposta esta condizente com as tarefas que a elite intelectual assumiria no bojo da implantação de um novo projeto de nação.

Afora a atuação em órgãos governamentais, quando da ocorrência do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, o médico Arthur Ramos ocupava a cadeira de Psicologia Social da UDF, por indicação de Anísio Teixeira. Neste espaço, ao que parece, foram empreendidas as primeiras aproximações de Ramos com a Antropologia Cultural. Em carta enviada a Melville Herskovits no dia 28 de fevereiro de 1935, o autor brasileiro afirma: “tenho atualmente um curso de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal e estou procurando inteirar-me da bibliografia norte-americana. Muito grato ficaria se me fornecesse, ao seu critério, qualquer indicação neste particular.”¹³⁹

Entendendo as culturas como manifestações de personalidades coletivas, por sua vez, indicadoras do estado civilizatório de determinados grupos sociais, Ramos necessitou se apropriar do método etnográfico culturalista para observar, na prática, as manifestações culturais e sociais dos grupos que pretendia classificar. Por outro lado, suas interpretações teóricas dos materiais coletados em campo nas comunidades negras foram quase sempre permeadas por teorias da psicologia social. De modo que, se por um lado existia a operação metodológica da etnografia, por outro, o escopo teórico utilizado para interpretá-la era proveniente da psicanálise¹⁴⁰. Nesse caso, os “objetos de pesquisa” foram as populações negras e suas expressões coletivas de personalidade e cultura, materializadas nas chamadas práticas religiosas “fetichistas”. A orientação psicanalítica fez parte da formação primeira de Arthur Ramos em período anterior à sua ida para o Rio de Janeiro, enquanto médico atuante em hospitais de Salvador, bem como na Faculdade de Medicina da Bahia.

¹³⁸ DUARTE, Luiz Fernando Dias. Arthur Ramos, Antropologia e Psicanálise no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional: Seminário: Diários do Campo: Arthur Ramos, os Antropólogos e as Antropologias*. v. 119, 1999. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2004. p. 11-12.

¹³⁹ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 15, 172 - Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1935.

¹⁴⁰ Em *As Culturas Negras do Novo Mundo*, o próprio autor define sua tese como um “ensaio de psicologia social e antropologia cultural”. Nesse livro, Ramos propõe examinar “os padrões de culturas que os negros transportaram da África para o Novo Mundo, e o destino que aqui tiveram.” RAMOS, Arthur. “Prefácio à Primeira Edição.” In: _____. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasileira v. 249. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. p. 14. Sobre a faceta psicanalítica da obra de Artur Ramos, ver: DUARTE (1999), Op. Cit.

Através das aproximações com a Antropologia Cultural, Arthur qualificava seus trabalhos no campo de estudos africanos. Não bastava, portanto, inventar uma ancestralidade relativa aos trabalhos de Nina, considerados pioneiros por seus auto-intitulados discípulos. Era necessário enfrentar os pares oponentes atuantes nas mesmas esferas institucionais e político-intelectuais das quais faziam parte alguns dos membros da Escola Nina Rodrigues.

Dessa forma, torna-se revelador o exercício da docência de Gilberto Freyre também na UDF, porém como professor de Antropologia Social e Cultural, área de interesse igualmente visada por Arthur Ramos. Em meados da década de 30, ao mesmo tempo em que Ramos dedicava-se aos estudos de psicologia social, o autor de *Casa Grande e Senzala* consolidava seu prestígio intelectual e angariava legitimidade para seus trabalhos numa das principais instituições “modernas” de ensino superior do Brasil. Ao mesmo tempo, a entrada de Arthur nessa arena logo nos instantes posteriores ao I Congresso Afro-Brasileiro de Recife, parece ter significado a abertura de um horizonte de concorrência às teses calcadas na miscigenação. Ao que tudo indica, na metade dos anos 30, Freyre já não detinha sozinho o privilégio de beber em fontes estrangeiras o conhecimento necessário à construção de interpretações culturalistas acerca da presença negra no Brasil.

Além da revisão dos trabalhos de Nina, da atuação em universidades e órgãos governamentais e do estabelecimento de diálogos junto a pesquisadores estrangeiros, o mercado editorial foi palco da estratégia concorrencial empreendida pela Escola Nina Rodrigues. No mesmo período em que desempenhava funções na UDF e na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, Arthur Ramos dirigia a coleção Biblioteca de Divulgação Científica, da Companhia Editora Nacional (posteriormente, Civilização Brasileira). Como um dos principais editores brasileiros e detentor de expressivo prestígio intelectual e profissional, o autor ocupava posições concomitantes de consagração. Através do espaço editorial, Ramos demarcou incisivamente o campo de estudos africanos e de relações raciais em seu favor, procedendo à reedição dos principais ensaios de Nina Rodrigues, bem como à publicação de trabalhos dos idealizadores da “Escola de Nina”¹⁴¹.

Essa estratégia demonstrou-se extremamente necessária, pois ao mesmo tempo em que a Biblioteca se voltava para os estudos africanos, Gilberto Freyre editava seus inúmeros escritos na coleção Documentos Brasileiros, por ele dirigida. Pela Livraria José Olympio Editora, o autor pernambucano publicou cerca de treze títulos de sua autoria, entre 1936 e

¹⁴¹ CORRÊA, 1999. Op. Cit., p. 35.

1939¹⁴². Sobre esse aspecto, é revelador o privilégio dispensado por Freyre aos romances literários que traziam, como interpretação da formação histórico-social brasileira, o regionalismo (mestiço) nordestino como síntese da *brasilidade*.

Dado esse conjunto de situações, não é de se estranhar que, no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, Arthur Ramos tenha aproveitado a oportunidade para, mais uma vez, se colocar como protagonista dos estudos africanos. Vale lembrar que, até então, a única iniciativa de realizar um evento especializado e exclusivamente dedicado a este tema e seus correlatos havia partido do próprio Gilberto, em 1934. No Prefácio que abre o primeiro volume dos anais do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife, Edgar Roquette Pinto exaltaria tal iniciativa: “hoje a palavra de fé e de cultura, articulada superiormente por Gilberto Freyre, encontra a réplica dos pertinazes e talentosos trabalhadores que ele conseguiu reunir no opíneo Congresso Afro-Brasileiro do Recife”¹⁴³. Ao evento pernambucano, Arthur apresentou apenas uma comunicação¹⁴⁴ e, aparentemente, relegou para um segundo plano a promoção de seus trabalhos como herdeiros da Escola Nina Rodrigues. Situação que não se repetiria três depois em Salvador, quando a ênfase no “elemento africano” corroborou a necessidade de especialistas em *africanismos*.

A influência de Arthur Ramos sobre a elaboração do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro pode ser percebida na inclusão da Psicologia Social como disciplina pertinente à compreensão da cultura negra brasileira. Ao menos no discurso inaugural proferido pela Comissão Executiva, aquela área do conhecimento aparece enfatizada ao lado da “sociologia”, “antropologia” e “etnografia”. Nesse sentido, destacamos o fato de que nenhum outro congressista presente no evento baiano apresentou comunicações perpassadas pela Psicologia Social, além de Ramos, evidentemente. Nossos indícios apontam, enfim, para o fato de que Arthur conseguiu converter o prestígio profissional e intelectual por ele acumulado em importante reserva de influências para a construção do campo de estudos africanos no Brasil.

Outra situação que demonstra a projeção ascendente de Ramos e da Escola Nina Rodrigues pode ser percebida em carta enviada ao autor durante os trâmites preparatórios do II Congresso Afro-Brasileiro. No dia 12 de dezembro de 1936, Edison Carneiro informava:

¹⁴² PONTES, 2001. Op. Cit., p. 468.

¹⁴³ PINTO, Edgar Roquette. Prefácio. In: *Estudos Afro-brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 2.

¹⁴⁴ RAMOS, Arthur. Os mitos de Xangô e sua degradação no Brasil. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 49-54.

“Aderimos à ideia e homenagem a Nina. Já oficiamos ao diretor da Faculdade [de Medicina] e ao Instituto [Nina Rodrigues] para eles colaborarem. A solenidade será na Faculdade. Lá você terá de ler a sua tese sobre a escola de Nina. Vale?”¹⁴⁵ De fato, a “adesão” da Comissão Executiva às congratulações a serem prestadas a Raymundo Nina Rodrigues rendeu àquele evento duas pequenas comunicações: uma escrita por Carneiro¹⁴⁶ e outra, por Ramos¹⁴⁷ (ver Tabela I). Os textos exaltam as qualidades intelectuais do “mestre” e sua preocupação científica pioneira com a população africana e afro-descendente de Salvador, reunida nas casas de candomblé. Com os elogios do que seriam os primórdios dos estudos africanos brasileiros vieram, como de praxe, ressalvas quanto aos instrumentos teóricos racistas operados por Nina na interpretação dos materiais por ele recolhidos em campo.

Edison Carneiro fazia parte de um grupo de intelectuais baianos que, eventualmente, correspondia-se com Arthur Ramos¹⁴⁸. Grupo também integrado por: Aydano do Couto Ferraz, um dos membros da Comissão Executiva do II Congresso Afro-Brasileiro e autor de comunicação sobre a poesia negra de Castro Alves; e o escritor Jorge Amado, cujo trabalho apresentado ao evento consistiu em homenagem a Martiniano do Bonfim, respeitadíssimo líder negro das comunidades afro-religiosas soteropolitanas (ver Tabela I). No que concerne aos contatos estabelecidos entre Carneiro e Ramos, Mariza Corrêa chama a atenção para a assimetria característica dos diálogos por eles travados: “o jovem mulato baiano procurando o apoio do professor de medicina branco, já consagrado”¹⁴⁹. Dentre os conteúdos a serem destacados naquelas conversas, a publicação dos livros de Edison pela Biblioteca de Divulgação Científica merece atenção especial.

Mesmo formado em direito, Edison Carneiro nunca chegou a ocupar posições importantes em faculdades como professor de direito, antropólogo, folclorista ou pesquisador.

¹⁴⁵ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I - 35, 25, 880 – Carta de Edison de Souza Carneiro a Arthur Ramos. Salvador, 12 de dezembro de 1936. As fontes apontam para o fato de que Arthur Ramos não participou ativamente da organização do II Congresso Afro-Brasileiro. No período antecedente à realização do evento são muitas as informações fornecidas de Carneiro para Ramos sobre o calendário, a grade de programação e as personalidades que teriam se comprometido com o envio de teses. Também é curioso o pedido feito de Edison a Arthur para que este último autor aumentasse o tamanho de sua comunicação escrita em homenagem a Nina Rodrigues. É que, segundo Carneiro, o texto original estaria pequeno demais para ser publicado: “Você precisa fazer o acréscimo que queria à saudação à Nina. Senão, fica muito pequena para os Anais.” FBN – I – 35, 25, 882 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 27 de março de 1937.

¹⁴⁶ CARNEIRO, Edison. Homenagem a Nina Rodrigues. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

¹⁴⁷ RAMOS, Arthur. Nina Rodrigues e os estudos negro-brasileiros. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

¹⁴⁸ CORRÊA (1999). Op. Cit., p. 36.

¹⁴⁹ Idem, p. 44.

Sua trajetória profissional extremamente heterogênea aponta para esta direção¹⁵⁰: foi jornalista de periódicos importantes de Salvador e, posteriormente, do Rio de Janeiro, em finais da década de 30; funcionário do Serviço Social da Indústria (SESI) e da CAPES; e, já na década de 40, dedicou-se aos estudos sobre o folclore brasileiro na Comissão Nacional de Defesa do Folclore, atrelada à UNESCO e ao governo federal. De modo que, do ponto de vista institucional, sua carreira passou ao largo dos bancos de universidades¹⁵¹, onde as ciências sociais eram desenvolvidas a partir de contornos disciplinares nos quais Carneiro estava interessado, inclusive por conta do viés folclórico de seus estudos. Afinal, conforme destacamos anteriormente, na década de 30 a relação entre Antropologia e Folclore era bastante próxima e a coexistência entre ambientes institucionais diferenciados, propícia ao jogo de enunciação empreendido por estudiosos de variadas áreas do conhecimento. Os estudos antropológicos culturalistas experimentados por Edison renderam, inclusive, duas comunicações apresentadas no II Congresso Afro-Brasileiro (ver Tabela I). Como mote temático e teórico-metodológico, os textos enfatizavam as religiões de matriz africana.

A posição de Arthur Ramos na Editora Civilização Brasileira ajudou a imprimir o caráter assimétrico, comentado por Mariza Corrêa, às relações constituídas com Edison Carneiro. Pela Biblioteca de Divulgação Científica - desde 1937, pertencente à Companhia Editora Nacional -, Ramos lançou os primeiros livros de Carneiro sobre as culturas afro-descendentes de Salvador. Podemos observar tais transações editoriais em correspondências trocadas instantes após o II Congresso Afro-Brasileiro. Entre assuntos referentes aos detalhes da publicação dos anais do conclave, o intelectual baiano indaga: “O meu ‘Negros Bantus’ está quase completo. Faltam uns três capítulos só. Haverá lugar para ele, este ano, na Biblioteca? (...) O Jorge Amado quer que eu publique na Documentos Brasileiros do Gilberto Freyre. Eu não vou nisso. Estou muito melhor com você.”¹⁵²

Além de solicitar os serviços editoriais de Arthur, em suas palavras, Edison deixa transparecer facetas da conformação do campo de estudos africanos às quais nos referimos

¹⁵⁰ As informações sobre este autor foram retiradas, principalmente, de: OLIVEIRA, Waldir Freitas. “Edison Carneiro”. *Afro-Ásia*, nº13. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n13_p5.pdf>

¹⁵¹ Sobre esse aspecto, destacamos a seguinte solicitação de Edison Carneiro feita a Arthur Ramos: “Espero que você consiga o pagamento dos direitos autorais dos Negros Bantus adiantadamente, como lhe pedi por carta aérea, a fim de que eu possa me candidatar a livre-docente da Faculdade de Direito.” Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 25, 885. Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 24 de maio de 1937. Essa passagem refere-se à publicação do livro de Carneiro pela Editora Civilização Brasileira. Ao que parece, o jornalista estava interessado em se alçar ao meio “acadêmico”, através de auxílio profissional pleiteado junto a Arthur Ramos.

¹⁵² Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 25, 882 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 27 de março de 1937. É possível, inclusive, que Jorge Amado tenha publicado livros pela Documentos Brasileiros, já que a coleção dirigida por Freyre privilegiava os romances literários regionalistas.

anteriormente. Na passagem acima citada, o protagonismo de Freyre parece ter sido manipulado, por Carneiro, como elemento de barganha para a conquista de objetivos próprios: publicar trabalhos de viés antropológico numa das coleções mais importantes do Brasil. Nesse caso, a reciprocidade sinalizada por Arthur Ramos seria convertida em conquista de aliados importantes para a Escola Nina Rodrigues, devidamente referida durante o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador.

As disputas editoriais entre os porta-vozes da negritude e da mestiçagem podem ser consideradas uma entre as inúmeras estratégias de legitimação e consagração intelectual levadas a cabo por nossos autores. Em se tratando da conquista de hegemonia num campo de pesquisa em expansão, parece lógico que tanto Arthur Ramos, quanto Gilberto Freyre tenham se empenhado em imprimir os selos de suas coleções nos trabalhos de personalidades importantes. Não por acaso, a Biblioteca de Divulgação Científica se encarregou, em 1937, da publicação do segundo volume dos anais do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife¹⁵³, cujo prefácio fora escrito por ninguém menos do que Arthur Ramos. No mesmo ano de realização do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, Ramos afirmava em seu prefácio:

Desejo fazer apenas uma pequena observação ao prefácio do eminente professor Roquette Pinto, no 1º volume dos *Estudos Afro-Brasileiros*, editado por Ariel. É que desde 1926, na Bahia, o nome de Nina Rodrigues, o sábio iniciador dos estudos negro-brasileiros, foi retomado no propósito firme de uma reinterpretação do problema negro-brasileiro à sombra de sua escola imensa. Esta prioridade, (...) é agora tacitamente reconhecida pelo grupo do Recife, com a homenagem referida por Gilberto Freyre, no seu artigo deste livro, e pelo fato de haver o eminente sociólogo de *Casa Grande e Senzala* exigido de mim estas palavras de prefácio. (...) A Biblioteca de Divulgação Científica, que tenho a honra de dirigir, surgiu com a intenção, entre outras do seu programa, de atualizar os estudos sobre o problema do Negro no Brasil.¹⁵⁴

É importante atentar para o fato de que Ramos reivindica para si e seus pares a anterioridade da realização de pesquisas sobre o negro. Mariza Corrêa já nos apresentou esta constatação quando discutiu os mecanismos de constituição da Escola Nina Rodrigues, cujos contornos programáticos foram também perpassados pelas disputas travadas em relação a Freyre. Nesse sentido, a omissão de Edgar Roquette Pinto à Escola de Nina pode realmente ser verificada no Prefácio referido por Arthur Ramos. Entre a exaltação da iniciativa de Gilberto Freyre em promover o I Congresso Afro-Brasileiro e as críticas à suposta ausência de estudos sistemáticos sobre a “questão do negro no Brasil”, Roquette Pinto não arrolou os

¹⁵³ GILBERTO FREYRE e outros. *Novos Estudos Afro-Brasileiros (segundo tomo)*: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. Prefácio de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

¹⁵⁴ RAMOS, Arthur. Prefácio. In: GILBERTO FREYRE e outros. *Novos Estudos Afro-Brasileiros (segundo tomo)*: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. p. 9-10.

nomes dos auto-intitulados discípulos do médico maranhense. Porém, fez alusão ao pioneirismo do próprio Nina Rodrigues, ao lado de Braz Amaral e Manoel Querino. Ou seja, parecia ser possível mencionar as pesquisas de campo realizadas por Nina nas comunidades negras de Salvador sem, necessariamente, reconhecer o grupo que reivindicava filiação aos trabalhos do “mestre”.

Tal afirmação pode ser verificada em comunicação de Freyre publicada no segundo volume dos anais do I Congresso Afro-Brasileiro. Dentre as citações a personalidades ilustres que compareceram ao Teatro Santa Isabel em 1934, o autor categoricamente informa aos leitores:

Neste volume de *Novos Estudos Afro-Brasileiros* cumpre-se uma das resoluções votadas pelo 1º Congresso Afro-Brasileiro: a de publicar nos seus anais o retrato de Nina Rodrigues. Homenagem ao professor da Faculdade de Medicina da Bahia que deu tão grande impulso aos estudos afro-brasileiros impondo-se ao respeito dos africanologistas de toda parte.¹⁵⁵

Tanto no discurso de Arthur Ramos, citado anteriormente, quanto no texto de Gilberto percebe-se uma clara competição em torno da figura de Nina Rodrigues. A homenagem torna-se objeto de disputa entre Ramos e o mais importante defensor da miscigenação como chave interpretativa das relações raciais nacionais. Ao omitir os discípulos de Nina Rodrigues de considerações públicas a respeito da centralidade e importância dos estudos africanos para a ciência e a sociedade brasileira, Freyre utiliza um dispositivo discursivo que marginaliza o grupo liderado por Arthur Ramos. Por outro lado, explicitando suas opiniões enaltecedoras sobre os escritos do “mestre em africanologia”, o intelectual pernambucano parece desautorizar as constantes afirmações de Ramos sobre sua filiação ancestral e exclusiva às prerrogativas metodológicas operadas por Nina ainda no século XIX.

Nesse sentido, os debates acima colocados revelam um aspecto importante sobre as perspectivas teórico-metodológicas defendidas por Ramos e Freyre. Segundo Mariza Corrêa, a principal crítica de Gilberto aos trabalhos de Arthur era direcionada ao “psicanalismo” que o intelectual alagoano dispensava aos materiais etnográficos utilizados em seus estudos sobre as culturas negras brasileiras.¹⁵⁶ Freyre, inclusive, em algumas ocasiões chamou para si a prerrogativa de ter introduzido Arthur Ramos às leituras antropológicas. Em contrapartida, Corrêa nos conta o quanto as comunicações apresentadas ao I Congresso Afro-Brasileiro de

¹⁵⁵ FREYRE, Gilberto. O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. In: GILBERTO FREYRE E OUTROS. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934. v. 2. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1988. Edição Fac-similar. p. 352.

¹⁵⁶ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. p. 228.

Recife foram influenciadas pelas mesmas perspectivas provenientes da psiquiatria e da psicanálise criticadas por Gilberto nas teses de Arthur. É que Ulysses Pernambucano - primo de Freyre em primeiro grau e grande apoiador da realização do evento recifense - também desempenhava atividades profissionais como médico psiquiatra, levando ao I Congresso Afro-Brasileiro alguns trabalhos desenvolvidos na Assistência a Psicopatas do Recife.¹⁵⁷

Dessa forma, do ponto de vista da manipulação de teorias e métodos, o campo de estudos africanos e de relações raciais foi demarcado mais em função de um jogo concorrencial de posições prestigiosas, do que a partir de filiações teóricas e institucionais inescapáveis e pré-concebidas. Assim, a elaboração do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador pode ser entendida como o resultado de contingências apresentadas em circunstâncias específicas, construídas pelos próprios atores envolvidos na disputa. A circulação de teorias e métodos nos Congressos Afro-Brasileiros faz parte dessa complexa rede de relações sociais, a partir das quais os campos de conhecimento das humanidades brasileiras foram repensados em seus conteúdos e disciplinas. As alianças situacionais comentadas participaram da constituição dessa arena e forneceram, aos intelectuais, arcabouços analíticos apreendidos e resignificados, através de debates travados entre pares opositores.

Em carta enviada a Arthur Ramos, no mês de novembro de 1936, Edison Carneiro informava: “o Gilberto Freyre deu uma entrevista no Recife, escangalhando o Congresso, falando em [?] improvisada, não sei o que mais”¹⁵⁸. Essa passagem certamente refere-se à entrevista concedida por Freyre ao jornal *Diário de Pernambuco*, na qual declarava a seguinte opinião: “Receio muito que [o segundo congresso] vá ter todos os defeitos das coisas improvisadas... que só estejam preocupados com o lado mais pitoresco e mais artístico do assunto: as *rodas* de capoeira e de samba, os toques de candomblé, etc.”¹⁵⁹. Ainda questionando a perspectiva teórica e temática enfatizada em Salvador, Gilberto expõe suas

¹⁵⁷ PERNAMBUCANO, Ulysses. “As doenças mentais entre os negros de Pernambuco.” In: ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: *Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. (1º volume). Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 93-103. Afóra esta comunicação, outros textos baseados na Antropologia Física aplicada ao estudo de doenças mentais formaram parte dos anais daquele congresso. Como exemplos, podemos arrolar: CAVALCANTI, L. Robalinho. “Longevidade: sua relação com os grupos étnicos da população.” In: ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: *Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. (1º volume). Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935./ ÁVILA, Bastos de. “Contribuição ao estudo do Índice de Lapiçque: Trabalho do Instituto de Pesquisa do Departamento de Educação do Distrito Federal” In: ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: *Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. (1º volume). Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 29-38.

¹⁵⁸ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 25, 879 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Salvador, 30 de novembro de 1936.

¹⁵⁹ Citado em: CARNEIRO, Edison. O Congresso Afro-Brasileiro da Bahia. In: CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. p. 99.

críticas ao desempenho de pesquisadores que passaram a disputar espaços de enunciação no campo de estudos africanos e de relações raciais. Em texto publicado no segundo volume dos anais do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife – no qual defende a excelência científica e o alto nível de *brasilidade* das atividades decorridas na capital pernambucana -, Gilberto coloca:

O Congresso do Recife (...) deu novo feitio e novo sabor aos estudos afro-brasileiros, libertando-os do *exclusivismo acadêmico ou cientificista das 'escolas' rígidas*, por um lado, e por outro, da leviandade e da ligeireza dos que cultivam o assunto por simples gosto do pitoresco, por literatice, por politiquice, por estetismo, sem nenhuma disciplina intelectual ou científica, sem um sentido social mais profundo dos fatos.¹⁶⁰ [grifos meus]

Para além das ressalvas apresentadas aos assuntos e pontos de vista privilegiados no II Congresso Afro-Brasileiro, resumidas em expressões como “pitoresco”, “literatice” e “estetismo”, Freyre posicionava-se frente à emergência de seus opositores. Nesse mesmo discurso, o organizador do evento recifense deslegitimava “cientificamente” os estudos calcados nas sobrevivências de traços africanos nas culturas negras brasileiras e desmerecia a atuação da Escola Nina Rodrigues. Como resposta às críticas (um tanto ácidas) direcionadas ao grupo baiano, são emblemáticas as palavras proferidas pela Comissão Executiva do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador:

Dentre as realizações, no campo da africanologia, da escola baiana de Nina Rodrigues, uma avulta nos últimos tempos, devida à equipe de novos que a integram – o 2º Congresso Afro-Brasileiro. Certame de caráter rigorosamente científico, (...) o Congresso da Bahia somente nas vésperas da sua realização logrou vencer a descrença dos curiosos dos estudos africanos na Roma Negra do Brasil. Pensaram que um congresso de africanologia, para ser levado a efeito com reais proveitos para esses estudos, precisava ter à frente um Gilberto Freyre. Acharam que um grupo de rapazes (...) não conseguiria reunir um conclave científico igual ou, ao menos, parecido com o realizado no Recife em 1934, que vinha precedido de tanta fama.¹⁶¹

As palavras de Edison dispensam maiores comentários. Os principais elementos utilizados nos embates que envolveram Ramos e Freyre e, com isso, a negritude e a mestiçagem, já foram colocados. Basta destacar que, entre outros aspectos, ambos os conclaves apoiaram-se na participação estrangeira para reivindicar sua legitimidade científica, sendo o nome de Melville Herskovits um dos mais citados ao longo dos discursos de baianos e pernambucanos. É importante lembrar que Gilberto Freyre havia estudado pessoalmente

¹⁶⁰ FREYRE, Gilberto. O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. In: GILBERTO FREYRE E OUTROS. *Novos Estudos Afro-Brasileiros. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934*. v. 2. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1988 [1937]. Edição Fac-similar. p. 348-352.

¹⁶¹ CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano do Couto; GUIMARÃES, Reginaldo. Congresso Afro-Brasileiro da Bahia. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. Coleção Biblioteca de Divulgação Científica, v. 20. p. 7-8.

com Franz Boas durante sua formação acadêmica realizada nos Estados Unidos, onde parece ter estabelecido contatos profícuos com Herskovits. Segundo o intelectual recifense, o “sábio africanista” teria se disponibilizado a colaborar com o I Congresso Afro-Brasileiro¹⁶² e, de fato, o antropólogo estadunidense enviou duas comunicações ao evento.

Ao mesmo tempo, Gilberto não poderia deixar de mencionar os pares concorrentes e apoiadores brasileiros, cuja atuação ganhava destaque no cenário científico nacional, além de explicitar o apoio conquistado junto a setores representantes das comunidades afro-descendentes do Recife. Nesse caso, o destaque ao comparecimento de babalorixás e ialorixás tornava-se obrigatório, já que, em Salvador, as manifestações culturais do povo de santo impressionaram os mesmos especialistas com os quais Freyre mantinha relações acadêmicas e profissionais. Dessa forma, é importante frisar que o intelectual pernambucano somente destacou as presenças de pais-de-santo, rainhas de maractu e descendentes de negros de engenho no I Congresso Afro-Brasileiro, quando soube da organização do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. No primeiro volume dos anais do certame recifense, publicado em 1935, não houve menção oficial à participação “popular” nas atividades ocorridas no Teatro Santa Izabel, apesar de constarem, naquele mesmo volume, comunicações referentes a toadas e culinária, além do discurso de Miguel de Barros, militante da Frente Negra Pelotense.

A empolgação dos congressistas reunidos na Bahia com a Roma Negra das Américas talvez tenha despertado em Gilberto a necessidade de enfatizar as heranças africanas trazidas pelos sujeitos portadores dessas heranças, na tentativa de definir a brasilidade aos moldes da miscigenação em diálogo com o culturalismo africanista. Em suas palavras:

A prova de que o Congresso do Recife atraiu, ao mesmo tempo que a boa vontade da gente mais simples, o interesse da mais douda, a simpatia dos maiores especialistas em assuntos negros, ou de antropologia em geral, e afro-brasileiros, em particular, está a atenção que lhe dedicaram Franz Boas, Nancy Cunard, Roquette Pinto, Odum, Froes da Fonseca, Nuno Simões, Osório de Oliveira, Rudiger Bilden, Azevedo Amaral e, fora da especialidade, o professor Cannon, o grande mestre de psicologia da Universidade de Harvard; na importância que lhe deram os jornais europeus e americanos, entre outros *The New York Times*; na colaboração que lhe enviaram mestres como Rodolfo Garcia, Mário de Andrade, Arthur Ramos, Antônio Austregesilo, Bastos de Ávila, Cunha Lopes, para não falar no sábio africanista, professor Melville J. Herskovits e no grande antropologista brasileiro Roquette Pinto.¹⁶³

¹⁶² FREYRE (1988). Op., Cit. p. 351-352.

¹⁶³ FREYRE, Gilberto. O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. In: GILBERTO FREYRE E OUTROS. *Novos Estudos Afro-Brasileiros. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934*. v. 2. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1988. Edição Fac-similar. p. 351-352.

Fazendo uso, portanto, da mesma estratégia implantada pela Escola Nina Rodrigues e seus aliados de ocasião, Freyre buscou em diversos setores sociais (intelectuais, militantes, pais-de-santo e afro-descendentes em geral) as justificativas para a centralidade e pioneirismo atribuído ao I Congresso Afro-Brasileiro de Recife. Evidentemente, a Comissão Executiva do conclave congênere fez seu pronunciamento diante da posição de autoridade angariada por Gilberto. Na abertura dos anais do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador seus organizadores afirmam incisivamente:

O principal organizador do Congresso do Recife, o sociólogo Gilberto Freyre, chegou mesmo a dar uma entrevista no 'Diário Pernambucano' prevendo o insucesso do Congresso da Bahia e a abstinência de colaboração dos estudiosos estrangeiros, *entre os quais destacava o professor Melville Herskovits*, que, não sabia ele, àquela altura já nos enviava o seu substancial trabalho que vem neste volume. O certo é que, vencendo a clássica hostilidade do meio e da descrença dos próprios estudiosos e de alguns *donos do assunto*, o Congresso Afro-Brasileiro da Bahia se realizou entre 11 e 20 de janeiro de 1937, talvez com um sucesso pouco comum aos nossos certames científicos. A ele acorreram os maiores especialistas do país e do estrangeiro. E, quando, por uma questão de brevidade de tempo, não lhe pudessem enviar trabalhos especialistas estrangeiros, as referências feitas ao Congresso por um Rudiger Bilden, um Fernando Ortiz, um Reuter, um Charles Johnson, um Robert Park, um Richard Patee, um Henri Walon, uma Maria Archer, foram as mais encorajadoras para os moços que assumiram a responsabilidade de sua realização. Não é nosso intento relembrar aqui o brilho das festas oferecidas pelos 'terreiros' da Bahia aos congressistas (...). Essas festas (...) francamente deslumbraram os seus visitantes, entre os quais se acham o cel. Borges Fortes, comandante da VI Região Militar, o te. Léo Fortes, o romancista Jorge Amaro [sic], o músico Fructuoso Vianna, o poeta Julio Patennostró, o prof. Donald Pierson, da Universidade de Chicago, e o jornalista João Calazans (...).¹⁶⁴ [grifos meus]

Com base nas falas dos intelectuais empenhados na elaboração dos programas de trabalho, bem como na realização qualificada e cientificamente respaldada dos Congressos Afro-Brasileiros de Recife e Salvador, percebemos o quanto as categorias analíticas referentes à raça e suas correlatas percorreram caminhos diversos. Como objetos de disputas constituídas no processo de formação do campo de estudos africanos no Brasil, aquelas categorias foram incorporadas às tantas teses proferidas em situações nas quais a busca por legitimidade e espaços de consagração se entrecruzou com questões sociais, a partir das quais a brasilidade e a cultura brasileira eram definidas. Nesse sentido, a substituição da noção biológica de raça pelo conceito de cultura da Antropologia Cultural pode ser contextualizada em meio a esta conjuntura, onde as ações dos sujeitos envolvidos influenciaram diretamente a apreensão e resignificação de teorias e métodos.

¹⁶⁴ CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano do Couto. Congresso Afro-Brasileiro da Bahia. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 7-8.

Considerando as estratégias empreendidas por nossa intelectualidade, no próximo tópico deste capítulo veremos como e por que personagens aparentemente distantes dos debates tocantes aos estudos africanos e de relações raciais engajaram-se na agenda de pesquisa em voga na década de 30. Com isso, buscamos abordar a complexidade com a qual a formação histórico-social brasileira foi compreendida por representantes de diversas áreas do conhecimento ainda em processo de consolidação na cena letrada nacional. E, também, demonstrar o quanto a inserção desigual de determinadas personalidades, nas redes sociais estabelecidas entre especialistas nos assuntos em questão, contribuiu para a elaboração de interpretações mais negras ou mais brancas das origens do Brasil e suas regiões.

2.5 A PRESENÇA DA “PROVÍNCIA”: INTELECTUAIS SUL-RIO-GRANDENSES VÃO A SALVADOR

Até aqui, foram problematizados alguns dos aspectos que contribuíram para a construção do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador: a participação estrangeira e suas relações com a operação de novas perspectivas teórico-metodológicas; os contextos de institucionalização das ciências sociais e sua influência sobre as disputas travadas entre autores importantes; e as estratégias de atuação individual e coletiva frente à conformação do campo de estudos africanos e de relações raciais. Contudo, a combinação desse conjunto de elementos nem sempre ocorreu de forma homogênea.

Os modelos de institucionalização universitária ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, apesar de não terem se configurado, inicialmente, como um espaço estritamente acadêmico aos moldes com os quais nos deparamos hoje, possibilitaram algumas particularidades em relação às disciplinas, teorias e métodos por lá desenvolvidos. Ou seja, mesmo de forma muito incipiente, nos anos 30, essas instituições abriram suas portas para novas abordagens de temáticas já consagradas nas humanidades brasileiras, cujos instrumentos analíticos e metodológicos foram repensados de acordo com padrões científicos em ascensão. Esse parece ser, no contexto com o qual estamos trabalhando, o significado em termos teóricos e disciplinares da recepção da Antropologia Cultural e da Sociologia norte-americanas pelos personagens circulantes nos Congressos Afro-Brasileiros.

Ao mesmo tempo, salientamos que a emergência das universidades não culminou, absolutamente, no desaparecimento e na ausência de legitimidade de interpretações

elaboradas em outras instituições. Mesmo porque, em se tratando das possibilidades de construção de conhecimento sobre a realidade nacional, tanto o ambiente universitário, quanto os Institutos Históricos e Geográficos, por exemplo, eram passíveis de influências para além das diretrizes temáticas e teóricas institucionais, elas mesmas constituídas pela elite intelectual com base nas pautas de pesquisa colocadas pelas tarefas nacionalistas que deveriam desempenhar. Ainda, na tentativa de apresentar um quadro mais complexo das perspectivas disponíveis aos congressistas reunidos em Recife e Salvador, chamamos a atenção para as sobreposições de campos de estudo, tais como a pesquisa antropológica e a folclórica, bem como para a convivência entre paradigmas opostos, fundamentalmente, o culturalismo e o racismo científico.

Essas situações demonstram o quanto estava ainda em aberto o leque de opções a serem seguidas por intelectuais de procedências diversas que possuíam em comum a incumbência de desvelar a formação brasileira. Naquela conjuntura, pensar os problemas da nação significava pensar a constituição de seu “povo” e cultura e, dentro deste quadro, o papel das relações raciais em tal constituição. Sob essa perspectiva, a participação do intelectual sul-rio-grandense, Dante de Laytano, no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, aponta para a existência de outras abordagens legítimas da “questão racial”, que não aquelas encaminhadas por autores atuantes no “centro” do país, onde se desenvolviam as teses que adquiriram o rótulo de “nacionais”, por meio de disputas político-intelectuais em torno dos conteúdos da brasilidade.

As relações estabelecidas entre intelectuais do Rio Grande do Sul e demais grupos de autores brasileiros foram profundamente estudadas por Letícia Nedel em sua tese de doutorado, na qual são discutidos os múltiplos mecanismos de elaboração da historiografia regionalista sul-rio-grandense.¹⁶⁵ A autora nos conta como, durante as décadas de 40, 50 e 60, a busca por espaços mais amplos de projeção profissional, por parte de intelectuais sul-rio-grandenses, esteve relacionada aos debates travados nas ciências sociais em fase de institucionalização cada vez mais portadoras do rótulo da cientificidade. Tais tentativas ocorreram num contexto em que personagens importantes, como o historiador polígrafo Dante de Laytano, procuravam abordar conteúdos e problemáticas que dialogassem com as discussões correntes no centro do país.

¹⁶⁵ NEDEL, Letícia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

Para tanto, o engajamento na Comissão Estadual de Folclore (CEF), não só de Laytano, como também de outros profissionais ligados à pesquisa histórica - ela própria constituída a partir dos diálogos mencionados -, foi fundamental para o alcance dos objetivos em questão. Filiada à Comissão Nacional de Folclore, a CEF se transformou em importante arena de atuação para intelectuais “de província”, preocupados em firmar suas interpretações historiográficas frente à hegemonia conquistada por cientistas sociais e historiadores radicados no nordeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ambas as comissões foram fundadas na década de 40 e faziam parte do projeto de institucionalização da disciplina folclórica encabeçado por Renato Almeida.¹⁶⁶

Segundo Nedel, a articulação dos intelectuais sulinos com seus pares de outros estados se deu através do estabelecimento de redes sociais entre círculos letrados envolvidos em trabalhos de pesquisa que visavam desvelar as facetas da cultura brasileira. A construção de um programa de pesquisa unificado sobre a cultura popular foi, inclusive, um dos principais objetivos dos folcloristas em suas tentativas de afirmação e institucionalização do folclore como uma disciplina autônoma. Por sua vez, tais redes se converteram em teias de relações que ajudaram a conformar a identidade profissional dos atores envolvidos, sendo permanentemente marcadas por ambigüidades e tensões referentes às formas mais adequadas de interpretar as manifestações culturais definidas como “essencialmente” nacionais.

Do ponto de vista das disciplinas entendidas como mais ou menos legítimas, reivindicadas ou refutadas por pesquisadores do “centro” e da “periferia” do país, o folclore apareceu como alternativa possível àqueles mais interessados em estabelecer contornos regionalizados em sua produção escrita. Esse é o caso de Dante de Laytano, dirigente da CEF e coadjuvante do processo de institucionalização da Sociologia e da Antropologia Cultural, em andamento no Rio de Janeiro e em São Paulo. Para Nedel, tal fato não significou o abandono dos temas e perspectivas teórico-metodológicas manipuladas por Laytano em seus próprios lugares de produção, quais sejam o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Museu Júlio de Castilhos, principalmente. Constituiu, antes, a deixa para que ele estabelecesse estratégias de atuação que, de alguma forma, dialogassem com as ciências sociais em ascensão nas universidades. Nesse sentido, o folclore, enquanto disciplina, foi construído de acordo com as aspirações dos próprios estudiosos em relação à “vanguarda intelectual” do centro do país, progressivamente composta por sociólogos e antropólogos cada vez mais profissionalizados.

¹⁶⁶ VILHENA, 1995. Op. Cit.

O protagonismo conquistado pelas “modernas” Ciências Sociais acrescentou novos elementos às tentativas de legitimação de interpretações elaboradas em instituições consideradas mais tradicionais, como é o caso dos Institutos Históricos e Geográficos e das Academias de Letras. Dante de Laytano, admitido sócio efetivo do IHGRS, em 1935, aparece como interlocutor atento às movimentações da produção intelectual nacional, somando aos seus próprios escritos os escopos manipulados por pares oponentes e aliados em outras esferas. Percebendo a ascendente influência da Antropologia Cultural boasiana e da Escola de Chicago e, por conseqüência, de Gilberto Freyre e Arthur Ramos sobre a produção escrita brasileira, Laytano passou a citar e reivindicar os pressupostos presentes nas teses daqueles autores. Conforme nos aponta Letícia Nedel, tal estratégia não culminou no estabelecimento de alianças incondicionais ou na “superação” de uma historiografia calcada em vastas pesquisas documentais e em modelos analíticos operados no IHGRS. Ao invés, ocorreu a constituição de redes de reconhecimento intelectuais e institucionais, por meio das quais ambas as partes (intelectuais de “província” e cientistas sociais) pleitearam lugares mais amplos de enunciação.

Foi por meio desse processo que, na década de 40, o folclore tomou emprestados, das ciências sociais, alguns conceitos importantes para a construção do pensamento social da época, tais como a noção de *cultura*. Não só as orientações culturalistas foram apreendidas, como também os temas, problemáticas e métodos referentes aos estudos africanos e de relações raciais passaram a fazer parte do horizonte de pesquisa dos folcloristas. Nesse sentido, segundo Nedel, o cenário intelectual brasileiro das décadas de 30 e 40 esteve marcado pela tensa e controversa convivência entre universidades, institutos de pesquisa mais atrelados ao Estado e instituições já consagradas de produção do conhecimento histórico.

Em se tratando do estado da arte da historiografia sul-rio-grandense, em comparação aos estudos sobre a cultura popular brasileira, procedentes de outras regiões, a autora afirma:

(...) as mesmas décadas de trinta e quarenta, que marcaram a culturalização da imagem do cadinho racial brasileiro, representaram no âmbito local o momento de afirmação de um projeto historiográfico que sabidamente recalrava a presença negra, imigrante e castelhana da formação histórica e social do Rio Grande. Enquanto a mestiçagem era revertida em elemento positivo, apto a distinguir o tipo brasileiro das nações civilizadas – ou por outra, quando a miscigenação pode ser definitivamente exorcizada sob a forma do sincretismo cultural, deixando, a experiência escravocrata, de figurar com nódoa condenatória da auto-estima brasileira – a historiografia rio-grandense ocupada que estava em nacionalizar a memória farroupilha, passava ao largo dos temas ‘quentes’ de pesquisa surgidos nesse interregno. No geral, os historiadores do IHGRS continuavam zelando pela

frondosa árvore genealógica que ligava seus heróis militares às elites do Estado Imperial.¹⁶⁷

Nessa passagem, Letícia Nedel refere-se à produção historiográfica dos “escribas de província” – dentre eles, os filiados à CEF -, num contexto marcado pela ascensão dos nordestinos como porta-vozes da autêntica cultura nacional. O desafio imposto aos historiadores polígrafos, reunidos nas instituições e grupos intelectuais sulinos, consistia, portanto, em incorporar as premissas da mestiçagem e da presença negra a interpretações sobre a formação histórico-social do Rio Grande do Sul. Estratégia, esta, necessária àqueles que desejassem expandir nacionalmente suas áreas de atuação, cujos escritos, até então, estiveram à margem das problemáticas colocadas em outras regiões do país.

A autora nos conta que Dante de Laytano foi uma exceção a esta regra. Por meio de seus trabalhos, Dante buscou acrescentar elementos de brasilidade às definições da história, sociedade e cultura regional do estado sulino, por ele definido como uma particularidade dotada de aspectos culturais de um todo, que era a nação brasileira. Entre as práticas recorrentes, na atuação de Laytano, incluíam-se a presença em eventos importantes, a exaltação pública das qualidades intelectuais de homens ilustres e a ampla citação dos nomes daqueles, junto aos quais, buscava construir sua carreira.

Sob essa perspectiva, é possível compreender a participação de Dante de Laytano no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador como parte da estratégia profissional empreendida pelo autor, no sentido de pleitear maior visibilidade acadêmica. Com isso, Dante poderia divulgar um tipo de historiografia sabidamente mais conservador, contudo, desembaraçado das orientações elitistas que o caracterizavam, em comparação às emergentes sociologia e antropologia. Certamente, o engajamento nos debates dos estudos africanos e de relações raciais tornou-se um caminho possível e recomendável. Melhor ainda seria participar do conclave soteropolitano, onde circulariam especialistas e simpatizantes das temáticas referentes à “questão do negro”, cuja proximidade com Laytano poderia render alguns contatos e alianças importantes. Nesse sentido, as conversas ocorridas, desde a “província”, entre o autor sul-rio-grandense e Arthur Ramos contribuíram para os desdobramentos das redes sociais a partir das quais as relações raciais e a cultura negra foram abordadas.

De acordo com a correspondência constante no *Arquivo Arthur Ramos*, os diálogos epistolares entre Dante e Arthur existiam, pelo menos, desde 1936. Entre esta data e o ano de

¹⁶⁷ NEDEL, Letícia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 245-246.

1940, encontramos quinze cartas trocadas entre os autores, sendo catorze enviadas de Laytano para Ramos. O teor das correspondências é perpassado pelos informes do autor sul-rio-grandense sobre atividades de pesquisa por ele realizadas no sul, bem como pelo enaltecimento do brilhantismo intelectual do “mestre da africanologia” brasileira. Na primeira carta, datada de 10 de agosto de 1936, o “humilde discípulo” fala a respeito de um ensaio publicado pela Editora Globo, devidamente dedicado ao “mestre”:

Ousei, sem lhe consultar, dedicar meu modesto ensaio: ‘Negros sul-rio-grandenses’. Livro que não tem pretensões científicas mas que representa uma tentativa e um esforço para consolidação da questão africana na pampa brasileira. (...) Reuni agora, dois capítulos publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul uma separata que leva, por adiantamento ao livro, a dedicatória ao mestre da africanologia Arthur Ramos, autor dos mais fortes ensaios brasileiros sobre o negro. Os seus livros foram, prezado mestre, que me avivaram o desejo, a vontade, a predisposição de pesquisar a intervenção e o papel do negro na minha província.¹⁶⁸

A carta reflete o esforço de Laytano em levar, para o Rio Grande, parte das discussões travadas em espaços aos quais poucos de seus pares tinham livre acesso. E a dedicatória oferecida a Ramos pode ser considerada uma das portas de entrada, abertas pelo intelectual sul-rio-grandense, que possibilitou um trânsito mais fluido entre especialistas renomados.

As estratégias implantadas por Dante não deixaram de causar incômodos entre letrados consagrados regionalmente, tendo sido a dedicatória acima mencionada, comentada por autores locais. Letícia Nedel reproduz e analisa alguns depoimentos e memórias de Laytano relativos à repercussão que suas pesquisas sobre o negro obtiveram em terras sulinas. Segundo a autora, o intelectual “deixou um testemunho significativo a respeito do desinteresse de seus colegas por um assunto legitimado por intelectuais de outras partes do país como central à antropologia Brasileira”¹⁶⁹. Nesse caso, o testemunho refere-se ao questionamento feito a Laytano pelo mineiro Nelson Senna sobre como havia sido recebida *Os africanismos no Dialeto Gaúcho*, separata publicada na Revista do IHGRS e dedicada a Ramos. A resposta de Laytano teria sido direta: “‘Com restrição. – Restrição? Por quê? – Há preconceito brancóide, nega-se a presença do negro’ (Laytano, 1986: 62)”¹⁷⁰. Ainda, em entrevista concedida a Nedel em 1998, Dante teria reagido prontamente às observações da autora sobre o pioneirismo dele e de Carlos Galvão Krebs nas abordagens da questão do

¹⁶⁸ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1610 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 10 de agosto de 1936.

¹⁶⁹ NEDEL, Letícia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, 2005. p. 245-246.

¹⁷⁰ Idem, p. 246.

negro: “‘Não foi fácil. ‘O Rio Grande não tem negros’. Digo ‘então o negrinho do pastoreio é inglês!’ [risos] é, eu chateava o cara. [...]. Eles não *querem* ouvir a verdade, esse é o mal da oposição [...] Pois é. Como eu lutei nessas guerras malucas!’ (Laytano, Entrevista... 1998)”¹⁷¹.

Afora a real possibilidade da reprodução do racismo no fazer historiográfico, evidentemente, as falas de Dante de Laytano devem ser contextualizadas num quadro de disputas mais amplo, onde estavam em jogo as posições já consagradas de intelectuais sulinos que, talvez, não se dispusessem a penetrar em terrenos ocupados por opositores. Os temas e teorias relativos, especificamente, à historiografia sul-rio-grandense, apesar de questionados nacionalmente, deveriam ser preservados em seus conteúdos mesmo frente às condições adversas apresentadas pela nova conjuntura intelectual, afeita aos estudos sobre a raça e a cultura brasileiras. Na tentativa de demarcar, constantemente, suas diferenças em relação ao todo nacional – onde a quase completa ausência de negros figurou num dos elementos mais importantes dessa diferenciação - a história escrita nas pampas tornou-se, em parte, refratária a outros objetos que não a defesa das fronteiras, as batalhas militares, a Revolução Farroupilha ou a imigração européia.

Por outro lado, é importante compreender que nas disputas ocorridas em torno das definições da brasilidade, o Rio Grande do Sul esteve à margem do modelo ideal construído por agentes que, segundo a concepção de Pierre Bourdieu, conquistaram poder e autoridade para nomear as diferenças e impor, aos “outros”, as classificações consideradas destoantes de um todo entendido como nacional¹⁷². No caso do Brasil, esses agentes se encontravam em espaços diferentes daqueles onde a dinâmica de produção era conhecida e reconhecida, interna e externamente, como “provinciana”, por não comportar em sua estrutura argumentativa os elementos que poderiam incluí-la na categoria “nacional”. Sob a perspectiva de Bourdieu, no Brasil, a “região” e o regionalismo podem ser considerados como o resultado das relações que envolveram não só a construção de um projeto de nação, como também do que estava em jogo entre os próprios cientistas.¹⁷³ Aqueles legitimamente posicionados como detentores dos instrumentos necessários à elaboração de interpretações nacionais da história do país rotularam a historiografia sulina de regionalista e isolacionista por não reconhecerem, em seus conteúdos, critérios como a miscigenação entre brancos e negros.

¹⁷¹ Idem [grifo da autora]

¹⁷² BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. [1984]. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989.

¹⁷³ Idem, p. 108.

Podemos afirmar que Dante de Laytano percebeu a movimentação que excluiria o fazer historiográfico do Rio Grande do Sul do arcabouço temático e teórico nacional, levando o autor a agir incansavelmente na contramão do isolamento. Como parte dessa estratégia, podemos citar algumas informações prestadas por Dante a Arthur Ramos. Em carta de 22 de dezembro de 1936, o autor sul-rio-grandense menciona os “três pequenos trabalhos” que pretendia apresentar ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. São eles: “A luta entre o negro e o alemão na sociedade gaúcha do século XIX” – ‘Aproveitamento da força guerreira do africano nas conquistas militares do Rio Grande’ e ‘Sobrevivência negra num tema do folk-lore pampeano.’¹⁷⁴ Pelas temáticas arroladas, a intenção de Laytano não era abandonar a historiografia que praticava no IHGRS, mas sim incorporar novos elementos a esta mesma historiografia, gerando escritos que pudessem responder, ao mesmo tempo, às demandas nacionais e ao contexto regional de produção.

Sinalizando certa disponibilidade em aceitar a correspondência com representantes da intelectualidade sulina, Arthur Ramos dedica, aos seus interlocutores, algumas citações em notas de rodapé. No capítulo correspondente às culturas negras dos países hispano-americanos de *As Culturas Negras do Novo Mundo*, Ramos fala sobre Laytano na nota de número treze:

A Sociedade de Investigações Africanistas e Ameríndias, recentemente fundada em Porto Alegre por um grupo de intelectuais, e da qual me concederam a honra de me elegerem o seu presidente honorário, está decidida a pesquisar todas as culturais [sic] do Negro nos Pampas, no sentido de pesquisar-lhes as sobrevivências culturais do Negro Sul-Rio-Grandense. Dante de Laytano publicou recentemente um valioso ensaio ‘Os africanismos no Dialeto Gaúcho’ e tem em preparo a obra de conjunto sobre o Negro nos pampas, a ser publicada oportunamente. Pelo interessante plano de estudos a ser desenvolvido, e que o seu Autor gentilmente me confiou à minha curiosidade, acredito que se resolvam muitas questões relativas às tradições culturais – religião, *folk-lore*, linguagem ... – do Negro dos Pampas, um capítulo novo na História cultural do Negro brasileiro.¹⁷⁵

Dante havia comunicado a Ramos a concessão da tal presidência de honra em carta remetida em março de 1937: “A Sociedade de Investigações Africanistas e Ameríndias é a única a felicitar-se com o seu presidente honorário, título que lhe foi conferido unanimemente pela nossa modesta corporação, em prova de admiração ao mestre da africanologia brasileira”¹⁷⁶. A mesma Sociedade de Investigações Africanistas e Ameríndias esteve presente no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, onde foi mencionada por Edison Carneiro ao

¹⁷⁴ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1612 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1936.

¹⁷⁵ RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasileira v. 249. São Paulo: Nacional, 1946. p. 249.

¹⁷⁶ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1613 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 2 de março de 1937.

lado de outras entidades nacionais e internacionais dedicadas aos estudos africanos e à luta anti-racista.¹⁷⁷ Infelizmente, as fontes não apresentaram maiores informações sobre os trâmites que envolveram a fundação da Sociedade idealizada pelo grupo de intelectuais de Porto Alegre. Contudo, somente o fato de existir a preocupação em institucionalizar as pesquisas sobre o negro no Rio Grande do Sul aponta para a possibilidade de se incorporar, à tradicional historiografia dos pampas, as orientações temáticas e teórico-metodológicas provenientes de outros lugares de enunciação.

Do conteúdo das considerações feitas por Arthur aos trabalhos e à atuação de Dante, podem ser extraídos, ao menos, dois elementos sobre a constituição de redes de relações sociais entre os autores. Em primeiro lugar, Ramos chama para si mais um importante aliado no processo de consagração de seus trabalhos frente à hegemonia conquistada por Gilberto Freyre. Dizer, perante os leitores e pares, que se tornou presidente de honra de uma associação fundada em terras tão longínquas, certamente fez parte do conjunto de estratégias levadas a cabo por Ramos nas disputas travadas no campo de estudos africanos. Outra questão passível de ser levantada é a possibilidade de retro-alimentação daquelas redes de relações sociais, a partir do reconhecimento público das pesquisas de autores dispostos a colaborar com as obras do “mestre da africanologia”.

Nesse sentido, vale reproduzir a resposta de Dante de Laytano em agradecimento aos elogios recebidos:

Depois do primeiro contato com ‘As Culturas negras no Novo Mundo’, obra de raro equilíbrio científico, passado o deslumbramento intelectual, isto é, caldeada a emoção para um terreno mais duradouro, sinto-me no dever de confessar todo o meu mais puro reconhecimento pela citação com que me honrou em seu livro. (...) O que mais pode desejar um provinciano? Jogado, pela distância geográfica, longe da corte, sem bibliotecas, sem intercâmbio e lutando contra a permanente dissolvença do ambiente, o estudante do interior é, antes de tudo, uma vítima de si mesmo. (...) Então, permita-me a honra de agradecer mais uma vez aquela citação salvadora do deserto do silêncio nacional.¹⁷⁸

Além de citações, intercâmbio de materiais, dedicatórias e elogios, as vias editoriais parecem ter contribuído para a consolidação de diálogos epistolares entre Arthur e Dante. Das quinze cartas trocadas durante o período que vai de 1936 a 1940, quatro delas apresentam assuntos relacionados às aspirações de Laytano em publicar livros pela coleção Biblioteca de

¹⁷⁷ CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano do Couto; GUIMARÃES, Reginaldo. Palavras inaugurais do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

¹⁷⁸ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1617 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 8 de novembro de 1937.

Divulgação Científica e uma explícita a intenção do autor em inserir, no Boletim da Ariel Editora (Rio de Janeiro), algumas notas sobre o livro *História da República Rio-Grandense*, originalmente lançado em 1935 pela Editora Globo. Mesmo possuindo considerável prestígio junto à editora mais importante do Rio Grande do Sul e uma das mais destacadas do país, Dante visualizava na Civilização Brasileira um dos caminhos obrigatórios a ser percorrido rumo à expansão de suas relações¹⁷⁹. A título de exemplificação, podemos citar a carta endereçada a Arthur Ramos, datada de 25 de setembro de 1937, na qual Laytano coloca: “Estou terminando o meu livro sobre o negro da província fronteiriça e conto ainda com a sua benevolência do mestre para merecer a honra de ser publicado na Biblioteca de V.S.”¹⁸⁰

Nos anais do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, consta apenas uma comunicação da autoria de Dante de Laytano, que versa sobre o papel do negro na formação do espírito guerreiro no Rio Grande do Sul (ver Tabela I)¹⁸¹. Ainda assim, o texto de Dante assume grande importância para a constatação de que a superação de noções biológicas de raça – amplamente recorrentes em ensaios e teses construídos a partir de pressupostos teórico-metodológicos característicos dos Institutos Históricos e Geográficos – passou por caminhos complexos. Laytano fazia parte de uma instituição política e intelectualmente legitimada na qual as ciências sociais não penetrariam facilmente, por conta de disputas por espaço de consagração entre novas e velhas teorias. No IHGRS, assim como nas instituições co-irmãs, a Antropologia Física e os modelos analíticos próximos ao darwinismo social e ao racismo científico perfaziam os programas de pesquisa por lá desenvolvidos. E, com isso, a raça biológica, tão questionada pela Antropologia Cultural, persistiria nas interpretações elaboradas pelos intelectuais reunidos nos Institutos.

Em contrapartida, para além de suas fronteiras profissionais e filiações teóricas, Dante buscou o culturalismo como chave interpretativa diferenciada, visando, estrategicamente, uma nova frente de trabalho: o folclore, aliado à pesquisa histórica. Junto às tantas disciplinas citadas pela Comissão Executiva do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, a História se fez presente nas falas proferidas de abertura do conclave baiano. Nos anos 40, Edison

¹⁷⁹ Sobre a fundação, funcionamento, principais linhas editoriais e coleções publicadas pela Editora Globo, ver, entre outros: CORADINI, Odaci Luiz. As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.º.32, 2003.

¹⁸⁰ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1616 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 25 de setembro de 1937.

¹⁸¹ LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2): 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

Carneiro e Dante de Laytano se encontrariam nas Comissões de Defesa do Folclore, onde provavelmente, trocariam experiências de pesquisa sobre os temas da negritude e da mestiçagem.

Nessas intersecções, Dante de Laytano construiu os caminhos para uma possível acomodação entre perspectivas teórico-metodológicas em si mesmas contraditórias (a raça biológica e a cultura são categorias opostas), mas reveladoras de uma conjuntura mais ampla, a partir da qual eram pensadas as relações raciais brasileiras. Natural de um estado historicamente representado como branco e supostamente desprovido de conteúdos “brasílicos”, ou seja, da experiência afro-descendente, a partir da década de 30, Laytano passa a questionar essa afirmativa, quando dá início a seus trabalhos dedicados à presença das culturas negras no Rio Grande do Sul. Perspectiva esta que, a partir da década de 40, ganha contornos cada vez mais explícitos, devido a uma segunda frente de diálogo aberta pelo autor, desta vez, com Gilberto Freyre. Pelas vias do folclore, Laytano também receberia em seu gabinete personalidades como Donald Pierson e Melville Herskovits, além de ter se tornado informante desses e de outros cientistas sociais estrangeiros.¹⁸²

A participação de Dante no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador revela o quanto categorias analíticas centrais para a compreensão da formação histórico-social brasileira ainda estavam em disputa na década de 30. Longe de se constituir num processo homogêneo, a recepção do conceito de cultura nas ciências sociais, na historiografia e também no folclore foi fruto de uma série de redes de relações sociais estabelecidas entre intelectuais que respondiam a múltiplos contextos de produção escrita e consagração. Ao mesmo tempo em que alianças de ocasião, estabelecidas entre autores de renome nacional e internacional, facilitavam a superação da noção biológica de raça, novas contingências iam se impondo no caminho. Como por exemplo, o jogo de interesses constituído em torno de conjunturas nacionais e regionais do fazer historiográfico e científico.

No tocante ao conclave baiano, as interpretações baseadas na presença africana e afro-descendente no Brasil foram concebidas tendo em vista as múltiplas possibilidades teórico-metodológicas disponíveis aos autores em seus lugares originais de produção. Ao mesmo tempo, por conta dos objetivos propostos pela Comissão Executiva e, em certa medida, das aspirações pessoais e coletivas de intelectuais que encabeçaram a construção do programa de

¹⁸² NEDEL, Letícia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, 2005.

trabalho do evento baiano, esses mesmos autores tiveram de adaptar suas agendas de pesquisa àquela situação específica. Sob esse viés, as contradições internas aos textos apresentados aparecem contextualizadas, as ambigüidades teóricas ganham inteligibilidade, e a constituição situacional de “escolas” e espaços legítimos de enunciação, bem como de estratégias empreendidas com objetivo de angariar maior prestígio, escapam a filiações teóricas e institucionais pré-estabelecidas.

A própria Escola Nina Rodrigues não representava um grupo coeso e reuniu pesquisadores que nem sempre concordaram entre si. Porém, no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, os membros da Escola possuíam um objetivo em comum. Do ponto de vista de seus projetos intelectuais, este objetivo pode ser, por conveniência, resumido nas tentativas de pleitear visibilidade num campo de estudos ainda não definido, mas em franca ascensão no contexto dos debates políticos e sociais que envolviam concepções de brasilidade e de cultura nacional. As definições de raça e cultura estavam, implícita e explicitamente, em disputa nesta complexa rede, assim como as fronteiras disciplinares e a barganha por objetos de pesquisa que ajudaram a circunscrever os estudos africanos nas práticas sociais e profissionais dos sujeitos interessados.

Ainda assim, a formação acadêmico-institucional, a partir da qual Ramos e Laytano organizaram suas linhas de pensamento e elaboraram suas teses, perfaz uma das dimensões importantes para a composição teórico-metodológica de seus escritos. Da mesma forma, por meio do desempenho de atividades profissionais em variadas esferas político-institucionais, problemáticas acerca da “realidade brasileira” certamente foram construídas como respostas aos contextos nos quais viviam, trabalhavam e pensavam nossos autores. Tendo em vista essas múltiplas dimensões, no próximo capítulo procederemos às análises das comunicações apresentadas por Arthur Ramos e Dante de Laytano ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Porém, antes de avançarmos em nossa discussão, cabem algumas ressalvas sobre a ausência de dois importantes intelectuais nas investigações textuais que propomos realizar.

Apesar de ter organizado o I Congresso Afro-Brasileiro de Recife e se tornado um dos principais interlocutores de Arthur Ramos e Edison Carneiro em inúmeras situações, Gilberto Freyre não teve sua comunicação publicada nos anais do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. As palavras iniciais da Comissão Executiva que abrem o volume deste evento indicam a presença ou, ao menos, o envio de contribuição escrita pelo intelectual pernambucano:

(...) no Congresso da Bahia, ao lado das teses de, por exemplo, Melville Herskovits, Arthur Ramos e Gilberto Freyre, serão discutidas as teses de Escholastica Nazareth, chefe do 'terreiro' de Gantois, de Silvino Manuel da Silva, tocador de tabaque nesse mesmo 'terreiro', e de Eugenia Anna Santos, chefe do Centro Cruz Santa do Aché Opô Afonjá.¹⁸³

As razões para o silêncio dispensado a Gilberto nos registros da memória do II Congresso não foram apontadas pelas fontes. Mas, em termos especulativos, podemos deduzir que, talvez, esta estratégia tenha feito parte das ações de intelectuais interessados em destacar a produção de autores que não aqueles alinhados com as prerrogativas interpretativas freyreanas. Ao mesmo tempo, anteriormente comentamos o teor das críticas feitas por Gilberto à realização do II Congresso Afro-Brasileiro, cujos conteúdos foram direcionados para a perspectiva africanista de compreensão das relações de raça brasileiras. Por essa razão, e para, justamente, dar visibilidade ao estudo das sobrevivências africanas na cultura brasileira em detrimento da miscigenação assimilacionista, é possível que a Comissão Executiva encabeçada por Edison Carneiro tenha optado por ocultar o texto de Freyre.

Além disso, Gilberto Freyre será personagem importante do terceiro e último capítulo desta dissertação, quando sua participação imensamente destacada no III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940) rendeu discussões importantes e acúmulo considerável de prestígio para Dante de Laytano, presidente da Comissão Organizadora do certame sulino. Lá, em seções específicas, foram debatidas as contribuições e conseqüências da presença negra para a formação histórico-social do Rio Grande, assim como de outras regiões brasileiras.

Por fim, torna-se obrigatório dedicar algumas palavras a Edison Carneiro. Num período em que as manifestações afro-religiosas eram constantemente reprimidas pelo aparelho policial da Bahia, Carneiro estabeleceu, com o povo de santo, laços fundamentais para as estratégias de resistência levadas a cabo pelas comunidades negras soteropolitanas¹⁸⁴. Como ogan¹⁸⁵ de importantes terreiros e jornalista dos principais periódicos de grande circulação da capital baiana (*O Estado da Bahia* e *Bahia Jornal*), Edison procedeu a duas frentes de atuação para desconstruir o preconceito que rondava os candomblés.

¹⁸³ CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano. Palavras inaugurais do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 15.

¹⁸⁴ Sobre a história das práticas sociais repressivas coloniais e republicanas direcionadas às aos candomblés, ver: SILVEIRA, Renato da. Pragmatismo e milagres de fé no Extremo Ocidente. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁸⁵ Segundo Renato da Silveira, ogans "são os membros masculinos do candomblé que nunca entram em transe e se encarregam tanto de tarefas administrativas e diplomáticas, como da música e dos sacrifícios." Idem, p. 182.

Em primeiro lugar, por ser membro masculino do candomblé que “detinha um estatuto elevado no seio da sociedade oficial” e convertido em protetor de culto, Carneiro foi recebido por lideranças, como mãe Aninha (Axé Opô Afonjá) e mãe Escolástica Nazaré (Gantois)¹⁸⁶. Através desses contatos, essas e outras lideranças enviaram suas contribuições escritas ao II Congresso Afro-Brasileiro dedicando, aos congressistas, registros de elementos culturais que faziam parte da organização social das casas de religião, bem como das tão procuradas sobrevivências africanas nas culturas do Novo Mundo. O comparecimento de representantes do povo de santo a um evento científico foi encarado com maior legitimidade, do ponto de vista da intelectualidade, dado o engajamento de um importante intelectual local em comunidades que os próprios especialistas julgavam relevantes para o desenvolvimento dos estudos africanos. Nesse sentido, para Jeferson Bacelar, o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador significou também a decadência da política de exclusão cultural da africanidade em âmbitos oficiais, onde a atuação de uma intelectualidade imersa nos problemas de seu tempo desempenhou papel fundamental¹⁸⁷.

Não por acaso, Edison Carneiro informou Arthur Ramos sobre sua intenção de fundar, a partir das atividades decorridas no evento baiano, a União dos Capoeiras da Bahia e uma congênere que congregasse os pais e mães de santo de Salvador: “Vamos fundar a União dos Capoeiras da Bahia, com os melhores capoeiras da terra. Talvez façamos o mesmo – e você sabe como isso é difícil – com os pais-de-santo.”¹⁸⁸ A União das Seitas Afro-Brasileiras fora instaurada ainda em 1937, reunindo intelectuais, militantes e, evidentemente, representantes dos candomblés. Outra situação que demonstra a intersecção construída entre os âmbitos “científico” e “popular” foi a concessão da presidência de honra do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador a Martiniano do Bonfim, respeitado babalaô, filho de pai e mãe africanos da atual região de Lagos. Conforme nos conta Vivaldo da Costa Lima, Martiniano

¹⁸⁶ Ibidem, p.183. Historicamente, os terreiros de Salvador possuíam ogans de lugar social e político prestigioso, como por exemplo, Nina Rodrigues. O médico maranhense ocupava cargos públicos e posições de destaque centrais para lideranças religiosas atentas às possibilidades de superação e escape de leis repressivas calcadas no racismo. Nesse sentido, é sabido que Nina defendia a elaboração de leis diferenciadas para camadas sociais, supostamente, dotadas de capacidades desiguais por conta de sua raça. Apesar de, obviamente, as comunidades e lideranças afro-descendentes não corroborarem esta prerrogativa, as tentativas de Nina em elaborar normativas mais “amenas” para os “menos capazes” foram, estrategicamente, bem vistas pelo povo de santo. É importante ressaltar ainda que, segundo Renato da Silveira, a função de ogan foi mantida em seus significados e complexidades nos candomblés, sendo a permissão da entrada de ogans brancos um acréscimo necessário ao sistema de culto, devido a fatores sócio-políticos externos que ultrapassavam as possibilidades de ação e resistência das casas.

¹⁸⁷ BACELAR, Jeferson. O legado da Escola Baiana. Para uma Antropologia da reafricanização dos costumes. In: _____. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 129.

¹⁸⁸ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I 35, 25, 880 – Carta de Edison de Souza Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 12 de dezembro de 1936.

exerceu a função a ele confiada por Edison Carneiro com “grande interesse e dignidade”, participando do conclave como autor e homenageado de Jorge Amado (ver Tabela I)¹⁸⁹.

Somada à inserção nas comunidades negras, Edison Carneiro passou a publicar na imprensa escrita sucessivas notícias sobre o II Congresso Afro-Brasileiro, no sentido de divulgar positivamente o caráter cultural africano que o evento ia, aos poucos, assumindo¹⁹⁰. Desde 1936, nos meses que antecederam a instalação oficial do conclave, além de escrever artigos em jornais, Edison informou aos seus colaboradores o esforço por ele depositado em abrir espaços sociais e lugares de enunciação onde lideranças religiosas pudessem se expressar. Pelas palavras do intelectual baiano a respeito dos locais das atividades do II Congresso, Arthur Ramos toma conhecimento do trânsito de personalidades afro-descendentes nos meios de comunicação convencionais:

As sessões vão ser no Instituto Histórico. O Club Itapagipe vai nos ceder o ‘court’ de tênis pros jogos de capoeira. Temos já duas festas prometidas, uma no candomblé do Gantois, outra no da Goméa. No dia 15 deste, vou falar pela Rádio Comercial, sobre o Congresso, antes de que o João da Pedra Preta comece, with his orchestra, a cantar cânticos de candomblé. Se você quiser ouvir, sintonise PRF 8, às 7,30 da noite.¹⁹¹

Apesar do inquestionável protagonismo assumido por Edison Carneiro na realização do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, suas comunicações não serão analisadas no próximo capítulo desta dissertação. Certamente seria mais produtivo e esclarecedor se abordássemos os textos do autor a partir dos desdobramentos que as noções de raça e cultura obtiveram em situações sociais e políticas concretas. Poderíamos, por exemplo, analisar as notícias de jornal que trouxeram em suas linhas os conceitos aos quais estamos atentos, aplicados aos relatos sobre a perseguição policial às manifestações afro-religiosas. Nesse sentido, através da dupla atuação de Carneiro junto às comunidades e à imprensa, seria possível articular as estratégias de pessoas negras em situação de repressão às discussões “científicas” vigentes à época.

Assim, não só as manifestações concretas dos debates constituídos entre a intelectualidade ganhariam novas leituras, como também as influências do contexto sócio-

¹⁸⁹ LIMA, Vivaldo da Costa. “O Candomblé da Bahia na década de 30.” *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, 18 (52), 2004. p. 205.

¹⁹⁰ Ver, entre outros: LIMA, Vivaldo da Costa. O Candomblé da Bahia na década de 30. *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, 18 (52), 2004./ CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

¹⁹¹ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I 35, 25, 880 – Carta de Edison de Souza Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 12 de dezembro de 1936.

político, a partir dos quais os autores produziram, poderiam ser compreendidas. Contudo, tal abordagem, mesmo fazendo parte de nosso horizonte de preocupações ao longo de toda a investigação, escapa ao recorte por nós estabelecido, no qual a prioridade recai sobre o estudo interno de teses escritas. Nesse sentido, do ponto de vista do acúmulo de prestígio intelectual, a zona de atuação de Arthur Ramos, no contexto em questão, era mais ampla do que a de Edison, o que nos possibilitou um olhar mais amplo sobre o desenvolvimento dos estudos africanos e de relações raciais. A seguir, veremos então como o contexto ora apresentado influenciou a produção escrita de Arthur Ramos e Dante de Laytano.

TABELA 1 – CARTOGRAFIA DO II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE SALVADOR (1937)

DISCIPLINA/ TEMA	TÍTULO	AUTOR	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO A QUE PERTENCE	TOTAL TEMA	TOTAL ABSOLUTO
1. Antropologia	Deuses africanos e santos católicos nas crenças do negro do Novo Mundo.	Melville Herskovits	Antropologia C.	Northwestern University		
	Contribuições bantus para o sincretismo fetichista	Reginaldo Guimarães	x	x		
	Os ministros de Xangô	Martiniano do Bomfim	x	x		
	A concepção de Deus entre os negros Yorubás	Ladipô Sôlamkê	x	x		
	Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira	Edison Carneiro	Direito	Jornal <i>O Estado da Bahia</i>		
	Costumes e práticas do negro	Ademar Vidal	x	x		
	O moleque do carnaval	Clovis Amorim	x	x		
	O negro e a cultura no Brasil	Renato Mendonça	x	x		
	Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil	Arthur Ramos	Medicina	Universidade do Distrito Federal		
	Danças negras no nordeste	Alfredo Brandão	x	x		
	Presença africana na música nacional de Cuba	Salvador García Aguero	x	x		
	Influência da mulher negra na educação do Brasileiro	Amanda Nascimento	x	x		
	O médico dos pobres	Edison Carneiro	Direito	Jornal <i>O Estado da Bahia</i>		
					13	
2. Sociologia	Um sistema de referência para o estudo dos contatos raciais e culturais	Donald Pierson	Sociologia	Universidade de Chicago		
	A raça e a classe na Bahia	Donald Pierson	Sociologia	Universidade de Chicago		
					2	
3. História	O ainhum nos anúncios dos escravos fugidos	Robalinho Cavalcanti	x	x		
	O negro e o espírito guerreiro nas origens do RS	Dante de Laytano	Direito	IHGRS		
	Documentos antigos sobre a guerra dos negros Palmarinos	Alfredo Brandão	X	x		
A liberdade religiosa no Brasil: a macumba e o batuque na face da lei.	Dario de Bittencourt	Direito	Academia Rio-Grandense de Letras			
					4	
4. Homenagens	Homenagem a Nina Rodrigues	Edison Carneiro	Direito	Jornal <i>O Estado da Bahia</i>		
	Elogio a um chefe de seita	Jorge Amado	X	x		
	Nina Rodrigues e os estudos negro-brasileiros	Arthur Ramos	Medicina	Universidade do Distrito Federal		
					3	
5. Literatura	Castro Alves e a Poesia negra na América	Aydano do Couto Ferraz	X	x		
					1	
						23

3 ESTUDOS AFRICANOS E RELAÇÕES RACIAIS EM ARTHUR RAMOS E DANTE DE LAYTANO

No capítulo anterior apresentamos, em linhas gerais, a construção do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Vimos que a circulação de perspectivas teórico-metodológicas que caracterizaram suas atividades fez parte de uma complexa rede de relações sociais estabelecidas entre diversos autores que participaram do evento. Naquela situação, modelos analíticos mais ou menos identificados com o processo de renovação das ciências sociais perfizeram a grade de teses apresentadas. Nesses textos, conceitos de raça e cultura, provenientes de diversas tradições de pesquisa e disciplinas ainda em construção, emprestaram aos estudos africanos e de relações raciais um amplo leque de possibilidades teóricas para a compreensão da presença africana no Brasil.

Considerando a disponibilidade de teorias e métodos em Salvador, o presente capítulo é dedicado ao estudo das comunicações apresentadas por Arthur Ramos e Dante de Laytano. A partir da análise das noções de raça operadas pelos autores, objetivamos perceber os lugares sociais destinados aos afro-descendentes em suas interpretações sobre a formação histórico-social brasileira. Vale ressaltar que, junto à raça, outras categorias, como a classe e a etnia – esta última tal qual entendida nos anos 30 - são observadas, visto que as classificações raciais dependem de outros conceitos que lhe atribuem significados diversos.

Metodologicamente, a elaboração das comunicações é localizada no entrecruzamento de contextos sob os quais Ramos e Laytano escreveram, tendo em vista as noções de “intelectual” discutidas na introdução desta dissertação. De modo a articular a produção dos autores aos seus lugares de enunciação, as seguintes variáveis serão observadas: 1) formação acadêmico-institucional; 2) carreira profissional (até 1937); 3) pertencimento a instituições de produção do conhecimento; 5) posição em instituição de produção do conhecimento; 4) carreira política (se existente e relevante para a análise).

A pretensão de inscrever os textos do II Congresso Afro-Brasileiro num contexto mais amplo não significa, contudo, a abordagem detalhada de todas as variáveis na análise das comunicações. Ramos e Laytano representam, claramente, duas possibilidades importantes e legítimas de estudo sobre a presença negra nas regiões do Brasil. Ainda, participaram ativamente do processo de renovação conceitual anteriormente discutido, onde a raça e a cultura estavam sendo repensadas sob novas balizas teóricas. Pela relevância dos escritos desses autores, realizaremos uma análise mais interna dos textos, cujos contornos teóricos são

prioritariamente percebidos com base na formação acadêmica, na carreira profissional e no pertencimento a instituições de produção do conhecimento. Embora, os contextos político-sociais, nos quais os autores estavam inseridos, façam parte de nosso horizonte de preocupações quanto aos conteúdos apresentados nas teses, pois a construção da identidade intelectual de nossos personagens – necessária à escolha de temas e problemas de investigação - dependeu de fatores articulados a conjunturas mais amplas.

3.1 INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS DE ACULTURAÇÃO NO BRASIL

Na comunicação intitulada *Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil*, Arthur Ramos apresenta algumas considerações acerca das continuidades e transformações que teriam ocorrido nas culturas negras quando transportadas de África para o Brasil¹⁹². Para tanto, o autor utiliza o método histórico-etnográfico com o intuito de classificar essas culturas de acordo com sua procedência étnica desde o continente africano (Iorubás, Gêges, Nagôs, Bantus, etc.). A partir das áreas culturais delimitadas por Melville Herskovits¹⁹³, Ramos observa e analisa as características específicas às etnias - língua e religião, principalmente - para, num momento posterior, comparar os traços “originais” africanos àqueles percebidos nas manifestações culturais negras contemporâneas da Bahia.

Dos resultados dessas comparações, nosso autor conclui que a “pureza” africana já não existia no Brasil, devido às transformações ocorridas através de processos de *aculturação*, quais sejam: a escravidão, as migrações intensas e a subjugação dos negros pelos brancos. Na comunicação de Arthur Ramos, tais processos podem ser entendidos como mecanismos de troca cultural por meio dos quais a originalidade vai se perdendo e dando lugar a outros elementos de cultura. O que restasse das culturas tradicionais era denominado de *sobrevivências (survivals)* ou, em outras palavras, manifestações materiais e imateriais de cultura das etnias africanas resistentes à aculturação.

¹⁹² RAMOS, Arthur. *Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil*. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

¹⁹³ Herskovits dividiu o continente africano em áreas e sub-áreas de acordo com as manifestações culturais que seriam características de cada uma delas. Os elementos privilegiados na delimitação desses espaços foram: a produção de cultura material (arte, objetos de culto, trabalhos em metal referentes aos ofícios exercidos nas “tribos”, etc.); e a cultura imaterial (língua, organização social, práticas religiosas, festas, sistemas políticos, etc.).

As classificações étnico-culturais elaboradas por Herskovits, principal premissa utilizada por Arthur Ramos, foram a base metodológica de elaboração do quadro de africanismos operado pelo antropólogo estadunidense em seus estudos sobre as culturas diaspóricas do Novo Mundo¹⁹⁴. Em escala transnacional, as manifestações culturais negras das Américas seriam mais preservadas, quanto mais próximas fossem das culturas negras africanas. A etapa histórica do método histórico-etnográfico consistia em buscar, nas fontes documentais e nos relatos de viajantes e oficiais coloniais que passaram pela África, os registros escritos de suas impressões acerca daquele continente. Já a etapa etnográfica referia-se à observação, em campo, das culturas negras contemporâneas, quando a escuta das tradições orais e a observação de elementos de cultura material e imaterial (organização social, familiar, festas, religiosidade) formavam parte da coleta. Através da comparação entre dados históricos e etnografia, eram estabelecidas as conexões e descontinuidades entre as culturas “originais” da África e aquelas constituídas nas Américas.

Do ponto de vista metodológico, portanto, o trabalho de Ramos alinha-se perfeitamente aos ensinamentos culturalistas. Porém, no que tange ao escopo teórico, os empréstimos feitos ao discípulo de Franz Boas não incluíram algumas discussões conceituais importantes. Por exemplo, aquelas sobre o conceito de cultura e todos os processos que a conformariam, enquanto subversão de pontos de vista evolucionistas e hierarquizantes das diferenças humanas. Ao invés de utilizar a noção de *cultura* para interpretar os dados etnográficos que lhe serviram de base empírica, Arthur Ramos recorre a um arcabouço analítico mais próximo à psicanálise e à psicologia. Autores como Lucien Levy-Bruhl e Leo Frobenius aparecem em *Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil*, e apontam para a adoção da perspectiva de que as manifestações culturais seriam o resultado da mentalidade e personalidade coletivas de determinados grupos. Nesse caso, os grupos em questão são aqueles representados pelas culturas negras conformadas no Brasil, supostamente portadoras de um pensamento pré-lógico primitivo expresso nos “cultos fetichistas”.

As combinações entre métodos da Antropologia Cultural e teorias da Psicologia Social marcaram profundamente as pesquisas de Arthur Ramos dedicadas à “questão do negro”. Não se trata, portanto, de uma característica específica do texto apresentado ao II Congresso Afro-Brasileiro. Quando foi a Salvador, Ramos já havia publicado dois livros calcados nos estudos africanos, intitulados *O Negro Brasileiro* (1934) e *Folk-lore Negro do Brasil* (1935). O

¹⁹⁴ HERSKOVITS, Melville. Procedência dos negros no Novo Mundo. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 195-198.

pequeno texto de doze páginas, publicado nos anais do evento baiano, consiste num resumo recortado de alguns capítulos do terceiro livro dessa série. Em *As Culturas Negras no Novo Mundo* (1937), o autor propõe-se a apresentar um estudo comparativo entre as culturas negras do Brasil e as de outros países das Américas “para a melhor compreensão dos contingentes negros que aqui aportaram”¹⁹⁵. Entendendo o “Negro como representante de suas culturas”, Ramos define seu trabalho como “um ensaio de psicologia social e antropologia cultural”, refletindo as orientações teóricas que, invariavelmente, perpassam seus escritos.

Dessa forma, antes de procedermos à análise mais detalhada da comunicação em questão, se tornam necessárias algumas palavras sobre a formação acadêmica e o exercício profissional de Arthur Ramos. Ambas as disciplinas acima referidas fizeram parte da construção de seu pensamento social, elaborado a partir de múltiplos lugares de enunciação. Por meio de atividades desempenhadas em instituições acadêmicas, médicas e em órgão público governamental, Ramos imprimiu, em suas pesquisas, teorias e métodos característicos de sua atuação como médico psiquiatra e, ao mesmo tempo, como antropólogo parcialmente alinhado com as novidades em voga nos principais círculos intelectuais brasileiros. Na intersecção entre a medicina e as ciências sociais, a seguir apresentaremos alguns aspectos da trajetória profissional e acadêmica de nosso autor¹⁹⁶.

3.2 ENTRE A PSICOLOGIA E A ANTROPOLOGIA: COMENTÁRIOS SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL DE ARTHUR RAMOS

Nascido em 1903, na cidade de Pilar, Alagoas, foi na Bahia que Arthur Ramos realizou toda sua formação acadêmica. Ingresso na Faculdade de Medicina na década de 20, já em 1926 apresenta uma tese de doutorado sobre a *Loucura Primitiva*, com a qual completa seus estudos como médico. Nesse período, inicia sua carreira profissional: foi livre docente da Faculdade de Medicina, psiquiatra do Manicômio Judiciário do Instituto Nina Rodrigues e legista do mesmo instituto, nomeado por Bernardino Madureira Pinho, chefe de polícia da

¹⁹⁵ RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª v. 249. Brasileira. São Paulo: Nacional, 1946. p. 14.

¹⁹⁶ As informações biográficas de Arthur Ramos foram retiradas, principalmente, de: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 1989./ CORRÊA, Mariza. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final da década de 1930. *Anais da Biblioteca Nacional. Seminário Diários de Campo*. v. 1., 1999./ CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a ‘raça’ e inventando a ‘nação’. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

Bahia. No Instituto que, após sua nomeação, passou a se chamar Sociedade de Medicina Legal, Criminologia e Psiquiatria da Bahia, Ramos angariou apoio junto aos demais sócios para a instalação de uma seção independente que “cuidasse dos estudos e do controle dos assuntos de psicanálise”¹⁹⁷. Além das funções desempenhadas na academia, o intelectual trabalhou no Hospital São João de Deus, em Salvador, onde atuou como perito em casos judiciais. Até 1928, portanto, a carreira de Arthur Ramos esteve voltada para a área médica, herdeira da intensa militância de Raymundo Nina Rodrigues em conquistar, para a medicina legal, o estatuto de disciplina independente dotada de seus próprios objetos de pesquisa.

É sabido que, na segunda metade do século XIX, Nina Rodrigues chegou ao mundo afro-baiano por conta de seus estudos de caso sobre a loucura, a histeria e outros distúrbios mentais atribuídos à raça negra. Com base nas observações das comunidades africanas e afro-descendentes, onde foram também percebidas e diagnosticadas as manifestações religiosas de diferentes etnias procedentes da África, Nina Rodrigues buscou as causas patológicas de um “corpo social” doente e degenerado: o Brasil virtualmente negro e mestiço do período pós-abolição. De acordo com a tese de Mariza Corrêa, buscando a cura para as doenças e vícios característicos da parte da população composta pelos negros, Nina foi construindo, através da Medicina Legal, o que seria a Antropologia brasileira¹⁹⁸.

O médico maranhense classificou as populações negras de Salvador, através da craniometria e da frenologia provenientes da Antropologia Física praticada na escola criminológica italiana de Cesare Lombroso. Basicamente, as medições do tamanho da cabeça e do cérebro, combinadas aos pressupostos racistas evolucionistas, eram realizadas com o objetivo de estabelecer os perfis de criminosos, articulando os resultados matemáticos de seus fenótipos aos seus hábitos de vida e condições mentais¹⁹⁹. Contudo, ao mesmo tempo em que se apoiou em noções biológicas de raça, Nina Rodrigues considerou as especificidades culturais (língua, religião, organização social) de etnias africanas por ele identificadas, estabelecendo hierarquias entre a própria raça negra. Os malês, ou negros sudaneses de religião islâmica, são os mais notórios exemplares dos estudos de caso de Nina: racialmente

¹⁹⁷ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. p. 230.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 209-210.

inferiores, porque negros; porém, culturalmente superiores em comparação a outras etnias africanas, devido à sua ancestralidade supostamente mais próxima à raça branca²⁰⁰.

Na realidade, a principal preocupação de Nina Rodrigues era com a criminalidade, entendida como um desvio de conduta atribuído a estados mentais “anormais” por conta da inferioridade racial. Para ele, a desigualdade entre as raças apontava para a necessidade de se estabelecer um tratamento judicial diferenciado entre os brancos saudáveis – que poderiam responder pelos seus atos, já que mentalmente capazes - e os negros e mestiços doentes. É nesse contexto, marcado pela emergência do liberalismo brasileiro e pela recém-oficializada liberdade dos escravos, que os estudos de caso de Nina ganham inteligibilidade. Mais tarde, suas incursões em campo serão reivindicadas, pelos fundadores da Escola Nina Rodrigues, como pioneiras dos estudos africanos.

Nos anos 20, quando Arthur Ramos ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, novas perspectivas de compreensão da situação social e racial brasileira começavam a surgir. O enfoque patológico dos estudos sobre as raças é deslocado do diagnóstico de degeneração incontornável para a regeneração possível²⁰¹. Sob essa perspectiva, ingressa na grade de discussões da medicina baiana a noção de “eugenia” ou, em outras palavras, de limpeza das raças. Na *Gazeta Médica da Bahia*, revista editada e coordenada por Nina Rodrigues em tempos anteriores, afirmava Pontes de Miranda: “‘É fato que o Brasil está enfermo, mas nem todo. Parte e parte considerável de nossa gente apenas se acha envenenada pela preguiça, abatida pela ignorância dos preceitos elementares da hygiene’ (GMB, 1923:36)”²⁰².

As soluções propostas para o problema que afetava o progresso da nação variavam desde a profilaxia matrimonial, passando pela prática da educação física como mecanismo de aperfeiçoamento dos tipos raciais, até a recomendação de cruzamentos entre tipos “saudáveis” e tipos “degenerados”²⁰³. Já na segunda metade da década de 20, as referências aos estudos psicanalíticos de Freud, presentes na seção de psiquiatria e neurologia da *Gazeta Médica da Bahia*²⁰⁴, são um exemplo da transformação em curso nas pesquisas médicas, precisamente, no período em que Arthur Ramos elaborava sua tese sobre a *Loucura Primitiva*, finalizada em 1926. Além da psicanálise, na década de 30, a eugenia passa a ser explicada sob uma

²⁰⁰ RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1932. p. 62.

²⁰¹ SCWARCZ (1993). Op. Cit., p. 215-217.

²⁰² Idem, p. 215.

²⁰³ Idem, p. 215-216.

²⁰⁴ Idem, p. 217.

roupagem mais culturalista do que racial biológica, apesar de os jargões do darwinismo social ainda se fazerem presentes na Gazeta Médica.

Inicialmente, a trajetória acadêmica e profissional de Arthur Ramos se dá, portanto, num contexto marcado pela coexistência entre visões pessimistas da situação racial brasileira, entendida como um problema insolúvel, e aquelas mais identificadas com a psicanálise e, em menor medida, com um incipiente “culturalismo eugênico”. Obviamente, a noção biológica de raça estava longe de ser superada. Apenas chamamos a atenção para o fato de que perspectivas diferenciadas relacionadas ao exercício profissional da psiquiatria emergiam como um horizonte de possibilidades teórico-metodológicas, ainda evolucionistas e, sem dúvida, calcadas no darwinismo social, porém já agregadas a outros pressupostos teóricos de compreensão da condição humana. Foi, portanto, com a formação e a experiência adquirida na Faculdade de Medicina, no Instituto Nina Rodrigues, no Manicômio Judiciário e no Hospital São João de Deus que, em 1933, Arthur Ramos migrou para o Rio de Janeiro. Com o auxílio de colegas baianos mais velhos que já haviam se estabelecido por lá – o também médico, Afrânio Peixoto e o educador Anísio Teixeira - Ramos, progressivamente, iria reorientar suas preocupações como psiquiatra para os estudos de relações raciais.

Por essa época, inicia o trabalho de recuperação e reedição dos trabalhos esgotados de Nina Rodrigues, ao mesmo tempo em que propõe uma revisão dos escritos de seu recém-nomeado mestre: a designação “raça” deveria ser sempre substituída pela “cultura” nos escritos psiquiátricos e antropológicos de Nina²⁰⁵. Uma das intenções de Arthur, ao propor esse deslocamento, era eliminar a noção de *conflito racial* sob a qual foi desenvolvida a idéia de que as lutas entre as raças teriam contribuído para o processo evolutivo, tal como propunham as teorias darwinistas sociais manipuladas por Nina Rodrigues. Ao invés do *conflito*, Arthur Ramos preconizava a *acomodação* e a *aculturação*, mecanismos de trocas e transformações das culturas que não pressupunham um confronto direto entre brancos e negros. As disputas por espaço e prestígio no ascendente campo dos estudos africanos e de relações raciais, entendido como instrumento científico de definição da cultura brasileira, possibilitaram a Ramos e a seus colegas da nascente Escola Nina Rodrigues a abertura de outra frente de trabalho que não a medicina e a área educacional.

²⁰⁵ Na introdução de um dos primeiros livros de Nina reeditados por Ramos, as recomendações acerca da substituição da noção de raça pela de cultura já se fazia presente: “Se, nos trabalhos de Nina Rodrigues, substituirmos os termos raça por cultura, e mestiçamento por aculturação, por exemplo, as suas concepções adquirem completa e perfeita atualidade” (1939b:12; Cf.1952:87).” Citado em: CORRÊA (1998). Op.Cit., p. 236.

No mesmo ano de 1934, paralelamente ao trabalho editorial e à elaboração dos primeiros escritos de cunho antropológico²⁰⁶, Arthur Ramos inicia uma terceira atividade, quando nomeado pelo secretário de educação e saúde, Anísio Teixeira, para a chefia do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal. Como psiquiatra, passou a desenvolver estudos sobre a *criança-problema* que, assim como a raça negra e mestiça brasileira, tais como definidas por Nina Rodrigues, possuiria comportamentos mentais e sociais desviantes²⁰⁷. Mereciam, pois, estudos de caso detalhados para que suas anormalidades fossem corrigidas pela higiene mental, bem como pelo sistema educacional público gerenciado pelo Estado²⁰⁸.

Influenciado pela psiquiatria, Arthur Ramos empregou os ensinamentos de Lucien Levy-Bruhl acerca do *pensamento pré-lógico* nas pesquisas médicas que buscaram elucidar a estrutura mental das crianças. Esta seria caracterizada pelo pensamento *patológico-primitivo*, anterior à consciência adulta e civilizada do eu, supostamente semelhante à dos esquizofrênicos e dos seres humanos ditos primitivos²⁰⁹. Sobre o viés psicanalítico em Arthur Ramos, Luis Fernando Duarte coloca:

A psicanálise lida por Arthur Ramos (...) era fundamentalmente uma teoria da ‘civilização’ ou ‘educação’ individual. Como já apontaram outros comentadores de Ramos (cf. Corrêa, 1982; Mokrejs, 1993; e Carvalho, 1995), a teoria freudiana era consumida, sobretudo, pela via da oposição entre um ‘inconsciente’ mais ‘primitivo’ (com todas as ambigüidades dessa palavra) e uma ‘consciência’ capaz de se ‘educar’, de se controlar (e eventualmente se autocontrolar) pela própria via dos recursos psicoterapêuticos colocados à disposição do processo civilizatório.²¹⁰

Como veremos a seguir, o pensamento pré-lógico foi atribuído por Ramos aos negros praticantes das religiões de matriz africana. Em 1934, o autor publica *O Negro Brasileiro*

²⁰⁶ A participação de Ramos no I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1934) inscreve-se nesse contexto de intercâmbios cada vez mais intensos entre a psicanálise e a antropologia. A comunicação intitulada *Os mitos de Xangô e sua degradação no Brasil* é um indício da renovação dos interesses profissionais e teórico-metodológicos de Arthur Ramos. Neste texto, o autor comenta o sincretismo religioso sofrido pelo mito de Xangô, procedente da cultura Iorubá, quando vindo da África para o Brasil, principalmente no que tange à sua “deturpação” na mistura do mito original com a crença em Nosso Senhor do Bonfim. Nas palavras de Ramos: “Esses mitos yorubanos de Xangô foram deturpados no Brasil (...). Ficou, porém, no inconsciente coletivo dos negros brasileiros, a força oculta de um extraordinário dinamismo mítico”.²⁰⁶ O “inconsciente coletivo”, nesse caso, é um conceito da psicanálise utilizado para explicar as “sobrevivências” dos cultos africanos nas culturas negras da Bahia. RAMOS, Arthur. Os mitos de Xangô e sua degradação no Brasil. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 49-54.

²⁰⁷ CORRÊA (1998) Op. Cit., p. 247.

²⁰⁸ DUARTE, Luiz Fernando Dias. Arthur Ramos, Antropologia e Psicanálise no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional: Seminário: Diários do Campo: Arthur Ramos, os Antropólogos e as Antropologias*. v. 119, [1999]. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2004.

²⁰⁹ Idem, p. 15.

²¹⁰ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. p. 240-241.

propondo-se a estudar as formações culturais negras do Brasil, através do “sentimento religioso” das “tribos” ou etnias africanas que para cá vieram²¹¹. Nas palavras de Arthur, esse sentimento “leva diretamente a esses estratos profundos do inconsciente coletivo, desvendando-nos essa base emocional comum, que é o verdadeiro dínamo das realizações sociais”²¹². O livro é dividido em duas partes: *Religiões e Cultos Negros no Brasil*; e *A exegese psicanalítica*. A primeira é dedicada ao estudo detalhado dos elementos de cultura característicos das religiões brasileiras de matriz africana, buscadas nas classificações elaboradas por Nina Rodrigues, em fontes jornalísticas impressas e em relatos de agentes coloniais que visitaram a África. Já a segunda parte trata das especificidades das manifestações religiosas africanas como expressões de um pensamento pré-lógico.

Especificamente no capítulo dedicado ao *Problema da Mentalidade Primitiva*, Arthur Ramos se dedica a desvelar os símbolos e representações específicos aos “cultos” de diversas etnias, cujos elementos de cultura teriam sido preservados no Brasil. Apoiando-se em Levy-Bruhl, Ramos centra sua análise na *lei de participação* ou o “princípio próprio da mentalidade primitiva que rege as ligações e as preligações destas representações.”²¹³ Na mentalidade primitiva, os objetos, os seres e os fenômenos teriam a capacidade de emitir forças, qualidades e ações místicas sem, contudo, deixarem de ser o que são. Em outras palavras, elementos da natureza e objetos portadores de forças sobrenaturais seriam características das representações criadas por mentes pré-lógicas. Segundo Ramos:

Esta mentalidade (...) persiste por muito tempo, desafiando o progresso. A mentalidade das sociedades inferiores ainda se tornando menos impermeável à experiência, fica pré-lógica durante muito tempo e guarda a impressão mística na maior parte de suas representações. É essa persistência da mentalidade *pré-lógica* que vem a explicar a todos os fatos de *survival* fetichista entre os negros baianos de nossos dias.²¹⁴

O *fetichismo* (culto de objetos portadores de significados especiais) explicado pelo pensamento pré-lógico é entendido como uma manifestação cultural inferior, resistente às experiências mais sofisticadas e lógicas (civilizadas) de religiosidade. Se a mentalidade das “sociedades inferiores” não consegue atingir os níveis satisfatórios do progresso é porque, segundo Ramos, existiria um choque de realidades entre a mentalidade lógica e a pré-lógica. Quanto aos primitivos, estes não teriam condições de compreender a organização cultural de religiões mais adiantadas e, conseqüentemente, se distanciariam da possibilidade de ingressar

²¹¹ RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: etnografia religiosa*. v. 1. [1940]. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

²¹² Idem, p. 28-29.

²¹³ Idem, p. 234.

²¹⁴ Idem, p. 235.

no mundo civilizado. Já no caso inverso, Ramos propunha que os “responsáveis pela cultura e pelo progresso sociais” empreendessem um amplo processo de educação dos portadores do pensamento pré-lógico – os afro-brasileiros dos *candomblés*, *Xangôs* e *macumbas* -, em detrimento da repressão violenta de suas manifestações religiosas.²¹⁵

Esse seria, portanto, o caminho para superar as sobrevivências da herança africana na religiosidade de seus descendentes brasileiros. Uma noção bastante distinta do conceito proveniente da Antropologia Cultural, já que, nesta última, o *survival* seria o resultado de processos de aculturação ocorridos em sociedade, através de contatos entre culturas e dos sucessivos processos que esses contatos acarretariam nas formações culturais. Ou seja, na Antropologia Cultural, a sobrevivência não é considerada um fenômeno psicológico e, tampouco, hierarquizado, sob o ponto de vista evolucionista, de acordo com padrões ocidentais de cultura. Para os antropólogos culturalistas, a sobrevivência era um fenômeno essencialmente sócio-cultural.

Em Arthur Ramos, as articulações entre a formação médica, o exercício profissional na Secretaria de Ortofrenia e Higiene Mental, e as tentativas de aproximação à Antropologia Cultural aparecem logo na introdução de *O Negro Brasileiro*:

Entre outros afazeres deste Serviço, pus-me a estudar a população dos morros do Rio de Janeiro e por aí, progressivamente penetrei no recôndito das macumbas, e dos centros de feitiçaria. Deste modo, o presente trabalho não deixa de ter um largo *alcance higiênico* e educacional. Evidentemente nada teremos realizado em *matéria de educação* se, preliminarmente, não procuramos conhecer a própria estrutura dinâmico-emocional da nossa vida coletiva.²¹⁶ [grifos meus]

O estudo das macumbas e das casas de feitiçaria foi realizado, inicialmente, por conta dos programas de trabalho da Secretaria, para os quais era necessário definir quem seriam os sujeitos sociais necessitados de seus serviços: macumbeiros, feiticeiros, habitantes dos morros. Ou seja, a população negra e mestiça quase em sua totalidade pobre e “precisada” da assistência curativa e educacional do Estado. Enfim, as “classes atrasadas da população brasileira”.²¹⁷ Assim como Nina Rodrigues buscou nas comunidades negras da Salvador as respostas para os distúrbios mentais desencadeadores do crime, Ramos recolheu impressões sobre os negros para cumprir suas tarefas profissionais como psiquiatra. Porém, ao contrário de Nina, Arthur afirmava não endossar os postulados de inferioridade do negro e de sua capacidade de civilização. Para o autor, as representações coletivas pré-lógicas existiriam “em

²¹⁵ Ibidem, p. 236.

²¹⁶ Idem, p. 31.

²¹⁷ Idem, p. 31.

qualquer tipo social atrasado em cultura. É uma conseqüência do pensamento mágico e pré-lógico, independente da questão antropológico-racial”.²¹⁸ Um tipo social atrasado que deveria ser ajustado, pelo médico Arthur Ramos, aos padrões da “normalidade” mental das religiões ditas mais adiantadas. Para Ramos, os negros e seus mestiços eram, ao mesmo tempo, “objeto” de pesquisa e “objeto” social de correção.

Afora a missão de conduzir a nação ao progresso, os intelectuais brasileiros cultivavam o dever de tornar-se uma força social capaz de forjar a consciência nacional e promover a organização do país sob bases racionais, objetivos muitas vezes cumpridos através de instituições constituídas em torno do Estado.²¹⁹ Num período em que a prática de pesquisa e as atividades profissionais diversas se misturavam acadêmica e politicamente, as afirmações de Arthur Ramos parecem corresponder às expectativas colocadas pelos órgãos responsáveis pela saúde pública do Distrito Federal, no sentido de forjar uma sociedade mais “saudável” e civilizada. Particularmente em relação às pesquisas sobre as populações afro-brasileiras, L’Estoile, Neiburg e Sigaud atestam a inseparabilidade entre a faceta científica da “questão negra” no Brasil e a proposição de políticas públicas, especialmente na esfera educacional, embasadas em saberes antropológicos desenvolvidos sobre populações a serem administradas.²²⁰

Sob essas circunstâncias, o olhar lançado sobre as comunidades dos morros cariocas permitiu, a Ramos, não só a realização de suas incumbências enquanto psiquiatra alocado no serviço público estatal, como também o incremento de seus estudos antropológicos acerca das culturas negras, interpretadas, por sua vez, à luz de teorias da medicina psiquiátrica. Para os autores acima citados, a trajetória de Arthur é um produto típico de um:

espaço caracterizado por uma diferenciação [de figuras sociais] relativamente fraca, permitindo ao mesmo homem ser reconhecido como um erudito em especialidades que em seguida se tornariam independentes, e, simultaneamente, ocupar uma série de cargos em instituições psiquiátricas e educativas, primeiro em Salvador, depois no centro do aparelho do Estado Federal.²²¹

Com a entrada de Ramos na Universidade do Distrito Federal, nos anos 30, progressivamente as atividades do autor se voltaram para a pesquisa antropológica culturalista especializada, em detrimento da psiquiatria aplicada aos “problemas” sociais. Contudo, ao

²¹⁸ Ibidem, p. 32.

²¹⁹ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 25.

²²⁰ L’ESTOILE, Benôit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa. In: L’ESTOILE, Benôit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 18.

²²¹ Idem, p. 19.

desempenhar um papel na diplomacia cultural brasileira, Arthur permanece atrelado aos interesses de Estado, ainda que de forma mais amena e afastado de tarefas administrativas burocráticas.²²² No âmbito da UDF, o autor se apropriou dos estudos africanistas de Melville Herskovits, cujas premissas ajudaram no processo de valorização das culturas negras da Bahia, fundamentais para se pensar a brasilidade para além da esfera acadêmica.

Nesse contexto, a hipótese sugerida por L'Estoile, Neiburg e Sigaud de que “os discursos acadêmicos e os debates sobre políticas estatais se desenvolveram em parte, em um mesmo espaço social”²²³, convida a refletir a respeito das conexões existentes entre as múltiplas atuações da intelectualidade brasileira e sua influência sobre a conformação de saberes teóricos e disciplinares. Quanto aos estudos africanos e de relações raciais, através da trajetória de Arthur, as referidas conexões podem ser percebidas em momentos diferentes da carreira profissional do médico e antropólogo.

Após a primeira edição de *O Negro Brasileiro*, Arthur Ramos proferiu palestras e conferências, ministrou cursos e estabeleceu relações importantes com figuras centrais dos círculos político-intelectuais e científicos nacionais e internacionais. Em 1936, fora convidado por Mário de Andrade para dar aulas no curso de Etnografia realizado pela Secretaria de Cultura de São Paulo; Melville Herskovits, por essa época, passou a se corresponder com nosso autor; em meados dos anos 30, a Escola Nina Rodrigues é oficialmente fundada, tendo como seu chefe proclamado Afrânio Peixoto e, finalmente, após dois anos de estada no Rio de Janeiro, em 1935, Arthur Ramos é nomeado professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal pelo próprio Afrânio Peixoto, reitor da UDF. A partir de então, a escalada de Ramos rumo à Antropologia Cultural norte-americana será mais intensa. Os resultados das pesquisas mais orientadas para o culturalismo estão reunidos em *As Culturas Negras no Novo Mundo*, terceiro livro de sua série sobre os estudos africanos, dividido em seis partes e dezesseis capítulos.

Publicado em 1937, nesse trabalho Ramos amplia sua escala de análise, passando a uma perspectiva transnacional de observação e comparação das culturas negras de diferentes regiões das Américas. A partir dessas comparações, localiza o Brasil no Novo Mundo, atentando novamente para as sobrevivências culturais africanas que teriam permanecido no continente. Claramente influenciado por Herskovits, Ramos realiza um imenso esforço para combinar, num único trabalho, as áreas culturais africanas estabelecidas pelo antropólogo

²²² Ibidem, p. 19.

²²³ Idem, p. 19.

norte-americano às teorias da Psicologia Social. *As Culturas Negras no Novo Mundo* é, pois, fruto do acúmulo de reflexões sobre a “questão do negro”, construído por meio do desempenho de atividades profissionais e intelectuais em múltiplos espaços de enunciação.

Assim, quando envia ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador a comunicação intitulada *Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil*, Arthur Ramos já traz em sua bagagem teórica um arcabouço conceitual bastante variado. Vejamos então, como o autor compreendeu a presença negra no Brasil na referida comunicação.

3.3 O LUGAR SOCIAL DOS AFRO-DESCENDENTES BRASILEIROS APÓS A ACULTURAÇÃO

Relembrando o conteúdo do texto de Arthur, podemos resumi-lo numa tentativa de enumerar os processos de aculturação ocorridos nas culturas negras da África quando transportadas para o Brasil. Nesse sentido, o autor elogia as “novas luzes” trazidas pelo método histórico-cultural etnográfico, porém ressaltando a não resolução de questões de psicologia social, por ele consideradas em aberto. Dessa forma, no trabalho apresentado em Salvador, Ramos destaca a definição teórica de cultura proposta por Leo Frobenius:

Para os organicistas da cultura, e é esta a posição de Frobenius, com a sua teoria do Paideuma, a cultura teria uma existência super-individual – a alma da cultura – como expressão de um tempo e de um lugar de civilização. É o que os norte-americanos chamam o ‘foco cultural’, isto é, um processo psico-social, de inter-influência entre o indivíduo e o seu grupo de cultura. *Interesses, atitudes, opiniões... só são compreendidos como expressão do indivíduo, dentro de uma área cultural.* (...) O comportamento humano, em última análise, é um precipitado psico-social, é a *resultante da personalidade integrada na sua área cultural*, sofrendo a influência de seu foco de cultura, ‘penetrada’ pela alma de cultura.²²⁴ [grifos meus]

Basicamente, a teoria de Frobenius consistia na divisão das culturas em “círculos culturais”, territorialmente localizados e dotados de sua individualidade. Ou seja, cada cultura se desenvolveria de acordo com seu ritmo próprio e representaria, em si mesma, um organismo absoluto. Nesse sentido, segundo Frobenius, citado em Ramos, as culturas deveriam ser comparadas a um ser vivo “que passa por um nascimento, uma idade infantil, viril e senil”, de forma a estabelecer paralelos entre as culturas e o desenvolvimento orgânico dos seres humanos. Nesse caso, os estágios de desenvolvimento cultural gerariam três estados

²²⁴ RAMOS, Arthur. *Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil*. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 151.

de cultura: *Barbarei*, *Kulturei* e *Mekanei*, correspondentes às três fases de evolução da história da humanidade²²⁵.

A importância das teorias de Frobenius, para Arthur Ramos, não reside somente em inspiração teórica para explicações psicológicas das culturas negras. Apesar de afirmar a centralidade do pesquisador alemão pelo fato de ele ter estabelecido as primeiras divisões das culturas africanas em territórios específicos²²⁶, Ramos buscou nos ensinamentos da “Ciência Social” – que incluíam a psicologia social e a antropologia – os meios possíveis para a superação de um viés evolucionista da definição conceitual da *cultura*. O que, por outro lado, não incluiu, necessariamente, o abandono de um evolucionismo psicológico nas interpretações de Arthur. Nesse sentido, conforme destacamos acima, a própria definição de cultura proposta por Frobenius pressupõe a compreensão daquela categoria como um processo psico-social que seria a “expressão de um tempo” e “um lugar de civilização”, organizado a partir de estágios bem definidos de desenvolvimento atribuídos, por sua vez, às sociedades, de acordo com padrões evolutivos.

No segundo capítulo de *As Culturas Negras do Novo Mundo*, ao lado de Levy-Bruhl, os pressupostos de Frobenius são discutidos como uma das alternativas ao “evolucionismo clássico”, também denominado à época de método histórico. Este tipo de evolucionismo colocou numa só escala possível de desenvolvimento todas as formas de manifestação cultural material e imaterial da humanidade. Os padrões a serem atingidos, desnecessário afirmar, eram os brancos europeus ocidentais que, na visão de Ramos, “(...) serviram apenas para apontar os ‘negros da África’ como grupos humanos inferiores”²²⁷. Sobre os pesquisadores que teriam adotado essa perspectiva, Ramos aponta como um de seus mais notórios representantes o antropólogo britânico Edward Tylor (1832-1917).

Na história da Antropologia, Tylor é tido como o primeiro estudioso a formular um conceito etnológico de *cultura* em oposição à noção biológica de raça²²⁸. Na virada do século XIX para o XX, durante a vigência do racismo científico e da expansão imperialista, Tylor rejeitou a premissa da hereditariedade como mecanismo de transmissão de caracteres culturais de geração para geração. Sob essa perspectiva, concebeu o conceito de *cultura* por entendê-lo como uma palavra neutra, o que permitiria pensar a unidade de todos os seres humanos e

²²⁵ RAMOS (1946). Op. Cit., p. 46.

²²⁶ RAMOS (1940). Op. Cit., p. 150.

²²⁷ RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. v. 249. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasileira. São Paulo: Nacional, 1946. p. 42.

²²⁸ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005. p. 35.

romper com certa abordagem dos “primitivos” - no racismo científico, as raças inferiores - que os transformava em seres à parte da humanidade. Nesse sentido, Tylor compreendeu a cultura como a expressão da totalidade da vida social do homem e a caracterizou por sua dimensão coletiva²²⁹. Uma noção universalista, portanto, que pressupunha a unidade da natureza humana.

Em contrapartida, o conceito de Tylor fora elaborado tendo em vista a noção de *civilização*. Para ele:

Cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. (...) À investigação desses dois grandes princípios [uniformidade da civilização e seus estágios de desenvolvimento] em vários departamentos da etnografia, com atenção especial à civilização das tribos inferiores como relacionada com a civilização das nações mais elevadas, está dedicado este livro.²³⁰

O livro referido na citação é *A Ciência da Cultura* (1871), onde o autor apresenta sua definição da categoria, entendida quase como um sinônimo de *civilização*. Para Tylor, a noção de civilização perdia toda a sua operacionalidade se aplicada aos “primitivos”, supostamente ainda não plenamente civilizados, no sentido de sua capacidade em produzir culturas materiais mais sofisticadas, tais como prédios, grandes monumentos, etc. Ou seja, mesmo não concebendo a humanidade como dividida em raças inferiores e superiores, as culturas produzidas por diferentes sociedades representariam, igualmente, estágios diferenciados da *Cultura* universal. A partir da aplicação do método comparativo, Tylor buscava, enfim, a história da evolução humana nas denominadas *sobrevivências culturais* dos “primitivos”, observadas, fundamentalmente, em sua materialidade. Os estágios de cultura compreendidos como menos avançados representariam o “conjunto cultural original”²³¹ e, a partir dele, as demais culturas se localizariam na escala evolutiva.

Pretendendo subverter a noção linear de evolucionismo, Arthur Ramos dizia defender uma “evolução de estruturas”²³²: familiares, econômicas, religiosas ou, ainda, uma perspectiva de “evolução psicológica do indivíduo dentro das suas culturas”²³³. Sob esse viés,

²²⁹ Ibidem, p. 35-39.

²³⁰ TYLOR, Edward Burnett (1871). *A Ciência da Cultura*. In: CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazier*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 69.

²³¹ CUCHE, Op. Cit., p. 37.

²³² RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. v. 249. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasileira. São Paulo: Nacional, 1946. p. 45.

²³³ Idem, p. 59.

o autor procurou, na realidade, resolver o dilema entre o descarte do método histórico da Antropologia de Tylor e a manutenção de outro evolucionismo: o psicológico-social.

Sobre esse aspecto, é importante colocar que Lucien Lévy-Bruhl - uma das principais referências de Arthur na elaboração teórica do conceito de *pensamento pré-lógico* - fez parte da primeira geração de etnólogos franceses formados por Émile Durkheim na virada do século XIX para o XX. Anti-evolucionista e extremamente crítico à noção biológica de raça, bem como aos métodos da Antropologia Física, Lévy-Bruhl rejeitava a divisão das culturas entre mais ou menos civilizadas²³⁴. Nesse sentido, a teoria do pensamento pré-lógico fora por ele elaborada com o objetivo de abordar as particularidades das mentalidades de diferentes grupos sociais, pois, para Lévy-Bruhl, nem todas as sociedades possuíam a mentalidade lógica do pensamento ocidental²³⁵. Sob essa perspectiva, sua noção de “primitivo” pretendia-se esvaziada de conteúdos evolucionistas, já que pressupunha a existência de diferenças e não de desigualdades entre os grupos sociais. Porém, como nos ensina Martin Staum, os durkheimianos ainda aceitavam os discursos colonialistas a partir dos quais, no contexto da subjugação de povos não-brancos e não-ocidentais na segunda metade do século XIX, foi construída, pelos estudiosos, a própria noção de “primitivo”²³⁶.

É partindo do pressuposto da inferioridade ou pré-civilidade mental e, portanto, cultural dos africanos desembarcados no Brasil durante o tráfico Atlântico, que Arthur Ramos irá se apropriar da metodologia de Herskovits. Com o objetivo de corrigir as deficiências do evolucionismo (cultural) linear, Ramos afirma na comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador:

Depois da escola da Ciência Social, multiplicaram-se os estudos sobre as culturas africanas. Esses métodos novos da Antropologia Cultural (...) corrigirão, pelo paralelo das culturas, as deficiências históricas, já apontadas. É o que temos realizado em alguns dos nossos trabalhos, quando, pelo estudo das religiões e do folclore, conseguimos identificar padrões diferentes de culturas e por aí, concluir quais os grupos negros detentores dessas culturas.²³⁷

O método histórico-etnográfico ao qual Ramos se refere foi, inicialmente, desenvolvido por Franz Boas e é exatamente o oposto do método comparativo evolucionista de Edward Tylor. Definido como “método indutivo”, a etnografia culturalista parte da

²³⁴ STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*. v. 65, n. 3, jul., 2004. p. 493-495.

²³⁵ CUCHE, Op. Cit., p. 60.

²³⁶ STAUM, Op. Cit., p. 495.

²³⁷ RAMOS, Arthur. Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 151.

observação empírica dos processos de constituição das culturas ao longo da história em espaços geográficos delimitados²³⁸. Após detalhado exame dos processos externos (influência do meio, no mais amplo sentido) e internos (influência psicológica e de elementos internos à cultura), pode-se proceder às comparações, buscando, com isso, perceber as possíveis conexões estabelecidas entre as culturas ao longo do tempo, até se chegar às semelhanças observadas no presente. Essas conexões seriam explicadas pelo *contato* e, posteriormente, pela *difusão* - dada em sociedade - de elementos culturais diferenciados entre as culturas.

Portanto, tais conexões não poderiam ser compreendidas através da observação de características supostamente idênticas a todos os grupos humanos, tal como o conceito universalista de Cultura proposto por Tylor. Dessa forma, segundo Boas, o “método comparativo” identificaria elementos semelhantes entre culturas diferentes e atribuiria tais semelhanças a uma única causa histórica e psicológica. Para realizar a comparação, os evolucionistas partiriam de teorias pré-concebidas sobre a constituição histórica das culturas, que caminhariam a partir de uma única lógica de desenvolvimento no sentido evolutivo.

As *áreas culturais* identificadas por Herskovits na África e apresentadas por Arthur Ramos em sua comunicação foram, portanto, elaboradas com base no método indutivo, através de fontes documentais e da etnografia. Nesse sentido, o intelectual brasileiro esclarece que as áreas culturais compreendem as regiões onde os povos que a habitam possuem culturas parecidas, não possuindo, contudo, linhas nítidas de separação entre si²³⁹. Dentro deste esquema, em cada uma das regiões existiria um *centro cultural* formado pela parte da área de cultura onde os traços culturais estariam presentes em sua forma mais pura. Quanto mais afastadas do centro, mais marginais seriam as culturas, cuja localização representaria os pontos de suas fronteiras (*bordelines*) com outras áreas de cultura. Vejamos, resumidamente, quais são as áreas culturais africanas de Herskovits:

Divide o professor Herskovits o continente africano em nove áreas culturais e duas sub-áreas, assim rapidamente discriminadas: I- Área hotentote (...); II- Área boschiana (...); III- Área oriental do gado [língua bantu] (...); III A – Sub-área ocidental [língua bantu] (...); IV- Área do Congo [língua bantu] (...); IV A – Sub-área ocidental do Golfo da Guiné [sudanese] (...); V – Ponta Oriental (...); VI – Área do Sudão Oriental (...); VII – Área do Sudão Ocidental (...); VIII e IX – Áreas do deserto e Egípcia (...).²⁴⁰

²³⁸ BOAS, Franz. (1896). As limitações do método comparativo da antropologia. In: CASTRO, Celso (org.). *Franz Boas: Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007. p. 25-40.

²³⁹ RAMOS, Arthur. Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro* (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 150.

²⁴⁰ Idem, p. 151-153.

As classificações de Herskovits obedecem, basicamente, a critérios geográficos, lingüísticos e culturais, do ponto de vista dos sinais diacríticos observados nas fontes e em campo. Percebidas a língua falada, a religião e outros elementos de organização social das etnias – nesse caso, definidas a partir desses mesmos critérios -, o antropólogo estabelece as fronteiras entre as áreas culturais, a partir das características coletadas. Com base nessa grade classificatória, Herskovits montou todo o seu quadro de africanismos do Novo Mundo, percebendo as manifestações culturais mais ou menos puras. No que concerne às fontes escritas manipuladas, essas classificações merecem mediações, pois se trata de material etnográfico construído a partir de documentação oficial das metrópoles européias, elaboradas por agentes coloniais brancos que estiveram na África a serviço e que, por certo, imprimiram seu próprio olhar sobre as impressões registradas em diários e relatórios de viagem²⁴¹.

Lívio Sansone menciona em alguns de seus trabalhos que muitos antropólogos, incluindo Herskovits, buscaram informações a respeito de sobrevivências culturais africanas no Novo Mundo nos relatos deixados pelo coronel Alfredo Ellis²⁴². O oficial britânico, em finais do século XIX, classificou a cultura da Costa Ocidental da África, precisamente do Golfo de Benim, como uma das mais adiantadas culturas negras presentes no lado Atlântico do continente. Os trabalhos em metal, a sofisticação dos cultos religiosos e a complexa organização social dos Iorubás – classificação étnica baseada na língua -, impressionaram Ellis que, desde então, passou a estabelecer uma hierarquia entre todas as culturas africanas, a partir desse padrão. Por sua vez, Sansone informa que os relatos de Ellis foram construídos sob a influência de versões novas e antigas da hipótese camítica, elaborada com base numa interpretação da Bíblia na qual as civilizações da África negra eram consideradas herdeiras de povos vindos do Mediterrâneo ou até de Israel²⁴³. Ou seja, do ponto de vista do agente da expansão imperialista européia, a sofisticação cultural dos habitantes do Golfo de Benim seria devida à sua ancestralidade ligada à raça branca civilizada.

Vale relembrar que essa mesma hipótese camítica fora endossada por Nina Rodrigues em *Os africanos no Brasil*, quando julgou os cultos islâmicos dos negros sudaneses (falantes

²⁴¹ Em comunicação apresentada no I Congresso Afro-Brasileiro, Herskovits arrola algumas das fontes que utilizou para descobrir a procedência dos negros trazidos para as Américas. Entre elas, citamos: *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade to America*; “informantes antigos”, como Taes Mungo Park e Bryan Edwards; William Bosman e Jan Jacob Harstink, viajantes do século XVIII; e, naturalmente, Nina Rodrigues. HERSKOVITS, Melville. Procedência dos negros no Novo Mundo. In: ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 195.

²⁴² SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: EDUFBA/ PALLAS, 2007. p. 100.

²⁴³ Idem, p. 101.

de Iorubá) a forma mais avançada e impressionantemente inteligente de todas as culturas de matriz africana de Salvador²⁴⁴. A cultura Iorubá seria, inclusive, dotada de uma individualidade tão superior em relação às demais culturas negras, que teria dificultado aos estudiosos o reconhecimento de “sua origem primitiva”.²⁴⁵

Nina Rodrigues fora reivindicado por Arthur Ramos na comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador como o primeiro pesquisador brasileiro a subverter o método histórico evolutivo, pelo fato de, em tese, dar conta das especificidades culturais dos negros africanos e afro-descendentes da Bahia. Porém, essa interpretação dos escritos de Nina é teoricamente impossível por duas razões: a primeira refere-se à própria classificação étnico-cultural intrinsecamente evolucionista empregada, vista a organização das culturas negras numa escala que pressupõe a herança branca como padrão a ser seguido; a segunda razão tem a ver com a inscrição dessa mesma classificação em quadros raciais biológicos que pressupõem o evolucionismo no momento em que hierarquizam as raças desiguais.

No caso das classificações culturais construídas por Herskovits com base nos relatos do coronel Alfredo Ellis, a *branquidade* – ou o padrão branco inglês ocidental – imprimiu, nas culturas negras, os seus próprios marcadores de civilização. Assim, mesmo que a noção biológica de raça não seja uma variável possível na grade classificatória do africanista estadunidense - já que as culturas africanas são vistas em oposição a classificações raciais da Antropologia Física - ela é parte desse mesmo horizonte de classificações, dadas as fontes utilizadas para a elaboração do quadro de africanismos. Do ponto de vista das elites intelectuais brancas, por exemplo, a atribuição de lugares sociais aos afro-descendentes, na formação histórico-social da Bahia, seria muitas vezes baseada nesse duplo critério constituído por uma cultura racializada: todos são negros, portanto inferiores. Porém, existem os mais e os menos civilizados. Esse segundo elemento dependeria, justamente, do nível de desenvolvimento cultural das etnias, sempre relacionados aos padrões da civilização ocidental. A “pureza” dos elementos de cultura pertencentes às etnias procedentes da África, muitas vezes fora avaliada a partir de traços de originalidade verificados nas manifestações materiais e imateriais das culturas ocupantes de posições mais elevadas nesta escala.

Corroborando a operação do método histórico-etnográfico para o estudo das culturas africanas, Ramos faz apenas uma ressalva quanto a esse instrumento de análise: para ele, a delimitação de áreas de cultura negras no Brasil não deveria obedecer aos mesmos critérios da

²⁴⁴ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. p. 62.

²⁴⁵ Idem, p. 63.

delimitação cultural de África. Em diálogo com Herskovits – ele próprio atento às aculturações recorrentes entre as culturas africanas, bem como entre as africanas e as do Novo Mundo -, Arthur afirma que na “transplantação” das culturas africanas para o Brasil, alguns fatores levaram à contaminação da pureza de sua originalidade. Como exemplos desses processos, Ramos cita: a desproporção com a qual os contingentes étnicos procedentes da África desembarcaram no Brasil, sobressaindo-se a área do Congo (IV-A) e a subárea ocidental (III-A); as migrações secundárias que culminaram no “entrosamento” dos negros bantos com os sudaneses; a escravidão que teria apagado no “negro do Novo Mundo” muitas de suas características culturais de origem; as formas “caricaturais” em que teriam se transformado as culturas puras, como estratégia de resistência à opressão branca.²⁴⁶

Sob essa perspectiva, Arthur afirma terem sido corroboradas suas interpretações acerca das divisões culturais afro-brasileiras tanto por Herskovits, quanto por Levy-Bruhl, com os quais nosso autor trocava correspondências²⁴⁷. O primeiro, pelo lado da Antropologia Cultural, avaliou como pertinentes as classificações étnico-culturais propostas pelo estudioso brasileiro. Já Levy-Bruhl, certamente se viu interessado nas constatações relativas às manifestações do pensamento pré-lógico existentes em cada uma das áreas culturais estabelecidas por Ramos, de acordo com as personalidades coletivas das culturas.

A perda da originalidade acima mencionada teria se dado, portanto, devido aos processos de aculturação sofridos pelas conformações culturais puras vindas de África quando colocadas em contato com as culturas brancas por aqui já existentes²⁴⁸. Vale ressaltar que, especificamente na comunicação apresentada por Arthur Ramos ao II Congresso Afro-Brasileiro, a mistura entre culturas brancas e negras não apresenta conotação biológica, o que aponta para o esforço do autor em não operar categoriais racializadas. Porém, no parágrafo de abertura do segundo capítulo de *As Culturas Negras do Novo Mundo*, Arthur coloca suas considerações teóricas acerca do conceito de *raça*, apresentando algumas contradições quanto à utilidade e veracidade científica dessa categoria:

²⁴⁶ RAMOS (1940). Op.Cit., p. 148.

²⁴⁷ RAMOS, Arthur. Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro* (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 148.

²⁴⁸ Idem, p. 154-155.

(...) impõe-se a discriminação prévia das suas culturas originárias [dos negros]. Na antropologia cultural e na psicologia social, este critério visa corrigir os simples métodos da antropologia física, adstrita à noção de raça. Com o termo de ‘raça’, com efeito, a antropologia designa ‘um grupo de homens que se aparentam unicamente pelos seus caracteres físicos, isto é, anatômicos e fisiológicos, em outros termos, por seus caracteres somáticos’. O seu estudo não nos interessa no momento; ficará reservado para um futuro volume dedicado à biologia do Negro Brasileiro. Em vez de raças, devemos pois, estudar *culturas* ²⁴⁹. [grifo no original]

Aparentemente, Ramos apresenta uma definição esvaziada de prerrogativas classificatórias no que concerne à atribuição naturalizada de características hierarquizadas de civilização a raças consideradas desiguais. Nesse sentido, o autor concentra-se nos caracteres puramente fenotípicos e somáticos das raças sem, no entanto, delegar a elas os elementos de cultura que lhe seriam próprias. Porém, num contexto como o brasileiro, onde a cor da pele informava o lugar social e as práticas culturais às quais os sujeitos deveriam pertencer, a definição de raça, expressa por nosso autor, torna-se problemática. Como não relacionar fatores somáticos e fenotípicos aos estereótipos constituídos em torno dos significados de ser negro, branco ou mulato? Ainda, considerar a “biologia do Negro” como elemento a ser estudado e agregado a pesquisas futuras contradiz a intenção do autor em substituir os pressupostos da Antropologia Física por conceitos de cultura, ainda que evolucionistas. Conforme destacamos, no campo de estudos africanos e de relações raciais dos anos 30, a *cultura* pressupunha o abandono de categorias raciais baseadas no tamanho do crânio, no peso do cérebro e na cor da pele. Ou seja, pressupunha, precisamente, o abandono dos próprios caracteres fenotípicos citados por Arthur.

Essas considerações a respeito do aporte teórico-metodológico manipulado por Arthur Ramos iluminam parte do debate presente no Capítulo XVI de *As Culturas Negras do Novo Mundo*, onde a mistura racial biológica aparece como um dos processos característicos da formação cultural da América²⁵⁰. No referido capítulo, nosso autor discorre sobre o papel desempenhado pela escravidão nas relações de raça brasileiras, destacando os estudos realizados por Gilberto Freyre e Ruediger Bilden. Segundo Ramos, o regime escravocrata teria, de fato, alterado a essência das culturas negras africanas quando transportadas para o Novo Mundo. Mas, esse regime deveria ser visto como um fator condicionante de “dois processos psicossociais de relevante significado: a) a separação dos indivíduos em seus

²⁴⁹ RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasiliana v. 249. São Paulo: Nacional, 1946. p. 36.

²⁵⁰ Idem, p. 355.

grupos de cultura; b) os contatos de raça e de cultura com a *miscigenação*, na ordem biológica, e a *aculturação* na ordem cultural”²⁵¹.

Após essa passagem, Arthur afirma estar mais atento ao exame das relações de cultura do que nas de raça, indicando uma delimitação entre o campo de estudos africanos (no primeiro caso) e o de relações raciais (no segundo caso). De qualquer forma, a apreensão de categorias culturalistas se dá de maneira extremamente contraditória, visto que a *cultura*, no sentido boasiano do termo, pressupõe a subversão da *raça*. Algo que não ocorre em Ramos que corrobora, em *As Culturas Negras do Novo Mundo*, as classificações raciais propostas por Edgar Roquette Pinto, construídas, fundamentalmente, através de critérios de cor provenientes da Antropologia Física: “1) Leucodermos (Branco), 2) Faidodermos (Branco x Negro), 3) Xantodermos (Branco x Índio), 4) Melanodermos (Negros), considerando os demais tipos (Cafusos, Xibaios, Caborés...) numericamente insignificantes”²⁵².

Ao mesmo tempo, no tocante às relações de raça, Arthur menciona os trabalhos de Donald Pierson realizados na Bahia sobre os *contatos raciais*²⁵³. Nesse sentido, Ramos apresenta a linha de cor (*color line*) como um dos marcadores de fronteira resultantes dos contatos raciais entre brancos e negros, cujas conseqüências seriam variantes entre a ausência dos antagonismos raciais e a ativação de preconceitos de cor²⁵⁴. Tais afirmativas, por sua vez, acrescentam um segundo elemento contraditório à tese de Ramos, visto que a noção de *raça* proposta pela Escola de Chicago consiste numa categoria sociológica e não biológica. Ou seja, Donald Pierson e Robert Park atentavam, em suas pesquisas, para os desdobramentos sociais que as raças, supostamente naturais, adquiriram na América. Em outras palavras, na Escola de Chicago, o importante era desvelar o papel das relações sociais racializadas na constituição de hierarquias e conflitos políticos, gerados pela suposta existência de diferenças naturais biológicas entre brancos e negros.

Tendo em vista as contradições intrínsecas ao pensamento social de Arthur Ramos, a sutileza de sua afirmação em *Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil* - referente ao contato ocorrido entre brancos e negros no país -, pressupõe, ao menos, duas facetas que atribuem lugares sociais aos africanos e seus descendentes que vieram para o lado de cá do Atlântico: a primeira é a pressuposição de que, no Brasil, as culturas previamente existentes seriam as brancas; a segunda, relacionada à primeira, é a ausência das etnias indígenas nas

²⁵¹ Ibidem, p. 355. [grifos no original]

²⁵² Idem, p. 356.

²⁵³ Idem, p. 356.

²⁵⁴ Idem, p. 355.

interpretações de Ramos acerca da *cultura nacional*. Sob uma perspectiva evolucionista dos estudos de contatos culturais (racializados), talvez esse esquema seja devido ao fato de Arthur ter considerado corretos os postulados de Gilberto Freyre concernentes à ação civilizadora de escravos fugidos portadores de culturas européias entre os índios de diversas regiões do território nacional. As culturas indígenas, ao que parece, teriam desaparecido devido às leis de Tarde, referentes à imitação das culturas de povos mais adiantados (negros civilizados por conta dos contatos com europeus) pelos mais atrasados, nesse caso, as etnias indígenas²⁵⁵.

Ao que parece, os brancos já estariam aqui desde sempre; e os negros seriam os “estrangeiros” que chegaram e se misturaram ao corpo social da Nação pelos processos aculturativos. Seu lugar seria, então, pré-estabelecido de acordo com esses processos ocorridos em relação ao lugar de uma branquidade pressuposta, ainda que geradora de opressões. Mesmo assim, Ramos considera que, por meio desses mecanismos de “dar e tomar”, as culturas negras não só aceitaram os padrões brancos, como lhes emprestaram muitos dos seus próprios elementos. Porém, sempre em forma de sobrevivências culturais um tanto cristalizadas e traduzidas em elementos de cultura somente entendidos como relevantes se, em comparação aos “originais” africanos, expressassem sua africanidade intocada por outros processos sociais, como o racismo, por exemplo.

Nas palavras de Arthur, “guiando-nos pelo critério de estudos de sobrevivências religiosas, folclóricas, lingüísticas, sociais... podemos distinguir três padrões principais de culturas negras, no Brasil”:

1º Cultura proveniente da sub-área ocidental. Foi a cultura introduzida pelos negros gêge-yorubanos. A Bahia conserva ainda em formas relativamente puras, a religião, o culto e outras instituições de origem gêge-nagô (...). 2º Culturas provenientes da área do Congo, com elementos da II e III áreas. Foram introduzidas pelos negros de língua bantu, principalmente os anglo-conguenses e moçambiques (...). Na religião – sobrevivências do culto de Zambí e do culto dos antepassados (...). No folclore: sobrevivências cerimoniais (...). Língua geral: o quimbundo, já diluído e incorporado à língua nacional (...). 3º Cultura proveniente da zona do Sudão Ocidental. Foi introduzida pelos negros haussás e outros de influência muçulmana. É o grande grupo dos negros malês da Bahia, cujo trabalho de aculturação com outras culturas negras e com as culturas brancas provocou movimentos reacionais, contra-aculturativos.²⁵⁶

Na comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, Arthur Ramos não desdobra suas análises acerca daquelas que considerou as principais culturas africanas sobreviventes no Brasil. Porém, no terceiro capítulo de *As Culturas Negras do Novo*

²⁵⁵ Ibidem, p. 357.

²⁵⁶ RAMOS (1940). Op. Cit., p. 155-156.

Mundo, o autor apresenta detalhadamente não só essas análises, como também as divisões e subdivisões que tomou emprestadas de Melville Herskovits. Dessa forma, para melhor compreender os postulados de Ramos, nos apoiaremos novamente no livro que deu origem à referida comunicação.

Em relação à sub-área ocidental (III-A), formada pelas culturas gêge e iorubá, Arthur a entende, tal como Herskovits, como uma subdivisão ocidental da área oriental do gado (III)²⁵⁷. Ela foi assim chamada por ter como elemento central de sua organização cultural o trato com o gado econômica e ritualmente. Seriam características sociais e econômicas da subárea ocidental os seguintes elementos: especialização da pecuária, assegurada pelo trabalho em ferro e a propriedade privada, incluindo heranças de terras; casas bem construídas em relação aos povos nômades da área II (Bosquimana), considerada a cultura mais primitiva da África, devido à pobreza cultural em termos materiais e de sofisticação dos cultos religiosos; poligamia para os homens, relacionada à posse do gado²⁵⁸. Com uma organização social relativamente complexa, considerados os padrões ocidentais de desenvolvimento civilizatório com os quais foram significados seus elementos de cultura – herança de terras, propriedade privada, sofisticação religiosa -, esta área incluiria, segundo Ramos, algumas “tribos” bantos.

Já a área do Congo (IV) é compreendida como uma das mais importantes para o estudo dos problemas das culturas negras do Novo Mundo²⁵⁹. Para Arthur, os Congo-Angola, povos de língua banto, foram duas das principais etnias que preservaram, no Brasil, suas instituições sociais e elementos de cultura, tais como os cultos religiosos e os ritos cerimoniais. Na classificação de Ramos, as principais características culturais dos Congo-Angola, seriam: organização econômica baseada na agricultura; vida sedentária em aldeias compostas por casas retangulares construídas com paredes de barro e cobertura de palha; vestuário de tecidos; alto grau de desenvolvimento da cerâmica e dos artefatos de ferro; fabricação de utensílios domésticos, armas de caça e pesca; fabricação de objetos da “arte africana”, tais como máscaras, desenhos geométricos e objetos decorativos; fabricantes de tambores, utilizados em todos os atos da vida social e entendidos por missionários como o “primitivo telégrafo”, pois teriam servido para a transmissão de mensagens à distância.

²⁵⁷ RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasiliana. v. 249. São Paulo: Nacional, 1946. p. 65.

²⁵⁸ Idem, p.64.

²⁵⁹ Idem, p. 65.

Com base nessas descrições, Ramos destaca a extrema complexidade que seria característica da organização social e política dos Congo-Angola, etnia possuidora de um “cerimonialismo que evoca as pompas européias”.²⁶⁰ A organização matrilinear e os cultos totêmicos completam as designações do autor sobre as etnias de língua banto, cuja complexidade cultural fora novamente significada, em grande medida, com base em padrões brancos ocidentais: as “pompas” européias de suas cerimônias ritualísticas, assim como a vida sedentária e o trato com artefatos de ferro são os principais aspectos a partir dos quais Arthur classificou os bantos.

Porém, o ponto mais interessante do destaque ofertado aos Congo-angola em *As Culturas Negras do Novo Mundo*, é o fato de que, justamente na época em que Arthur apresentou ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador a comunicação derivada desse livro, intelectuais importantes estavam revendo sua posição quanto à ausência de bantos na Bahia. Edison Carneiro, por exemplo, escreveu para este mesmo evento um texto intitulado *Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira*, onde corrobora as observações de Arthur Ramos quanto à existência, em Salvador, de cultos afro-bantos. O principal elemento de cultura desses cultos seria a crença em Olorun: o Céu-Deus, ou o criador de tudo, “registrado no candomblé do Paim, no Alto do Abacaxi”. Para Carneiro:

Houve, portanto (...) o culto negro a um deus superior, um deus que fosse o Pai de todos os santos, o Criador do mundo. Suponho, porém, que exatamente por todas essas qualidades, e mais por constituir esse deus um enorme esforço de abstração, o culto não se enraizou na massa – e por isso mesmo se perdeu.²⁶¹

Ao admitirem a presença banto nos candomblés de Salvador, Ramos e Carneiro quebravam uma hegemonia histórica dos estudos africanos empreendidos na capital baiana, que via somente nos negros sudaneses (malês) a possibilidade de sobrevivências de elementos culturais africanos naquela região. Em todo caso, mesmo afirmando a existência dos negros bantos, Carneiro interpreta suas manifestações culturais a partir de padrões brancos. Sob lentes etnocêntricas, os cultos religiosos daquela etnia foram colocados em proximidade com religiões monoteístas ocidentais, no que concerne aos significados atribuídos ao culto de Olorun. A interpretação deste Orixá na organização dos cultos bantos, como sinônimo de um pai-criador, é bastante semelhante ao Deus do catolicismo, por exemplo. Ainda, “o esforço de abstração” necessário à manutenção do culto a Olorun foi entendido por Edison como o

²⁶⁰ Ibidem, p. 66.

²⁶¹ CARNEIRO, Edison. Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 62.

motivo de seu desaparecimento entre os negros pertencentes àquela etnia. Ou seja, implicitamente, o autor afirma a impossibilidade de os afro-descendentes das camadas populares (designadas pela expressão “massa”) levarem adiante a figura de Olurun em suas manifestações religiosas, por conta da pouca capacidade de abstração dos negros em geral de perpetuar a parte supostamente mais complexa do sistema religioso banto.

Ao mesmo tempo, admitindo a complexidade dos cultos bantos, Ramos parece, inclusive, rever suas próprias posições, já que em *O Negro Brasileiro* (1934) o autor afirma a “pobreza da mítica banto, em relação aos sudaneses, fato reconhecido por todos os etnógrafos, o que resultou na sua quase total absorção, no Brasil, pelo fetichismo jeje-nagô.”²⁶² Pobreza mítica identificada, naquela ocasião, como proveniente desde África, onde a mitologia Congo-Angola fora, outrora, considerada “paupérrima” por Arthur. Aparentemente, ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas sobre os negros no Brasil, o olhar relativista cultural parecia estar cada vez mais próximo às concepções de Ramos acerca das sobrevivências culturais, embora o autor não tenha abandonado completamente uma noção teórica de cultura evolucionista e psicologizada.

Por fim, Arthur Ramos coloca, em seu quadro de sobrevivências, a área do Sudão ocidental (VII), de onde seriam procedentes os negros malês (ou haussás). Segundo o autor, nessa região teriam ocorrido “lutas seculares entre a civilização maometana e as culturas aborígenes”, cujos resultados, supostamente, culminaram na eliminação de culturas originais da região, que não aquelas pertencentes ao islamismo²⁶³. Sob essa perspectiva, nosso autor afirma que, por conta da história agitada e violenta dos sucessivos reinos erguidos e destituídos no Sudão Ocidental, o comportamento psicossocial dos malês teria se tornado agressivo²⁶⁴ e suas características transportadas ao Novo Mundo, originando, dessa maneira, algumas das manifestações sociais e políticas da Bahia. A revolta dos malês (1835), tão discutida e, ao mesmo tempo, exaltada por Nina Rodrigues, foi o exemplo arrolado por Arthur Ramos para ilustrar seus argumentos. Talvez, devido a esse olhar sobre os negros sudaneses - entendidos como dotados de grande capacidade civilizatória, traços fortes de personalidade e consagrados nos estudos de Nina Rodrigues como superiores às demais etnias africanas - Ramos tenha colocado a reação “contra-aculturativa” como a marca dos descendentes dessa

²⁶² RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: Etnografia religiosa*. v. 1. [1940]. Rio de Janeiro: Graphia, 2001. p. 85.

²⁶³ RAMOS (1946). Op. Cit., p.70.

²⁶⁴ RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasileira. v. 249. São Paulo: Nacional, 1946. p. 71.

etnia no Brasil. Os malês teriam resistido, portanto, a processos de aculturação por conta da resistência cultural derivada de sua superioridade.

Em se tratando da apropriação do quadro de africanismos de Herskovits, o método histórico-etnográfico aparentemente não apresenta contradições em relação às definições psicológicas de cultura apresentadas por Arthur Ramos. Afinal, ambos os pressupostos partem da particularidade: a cultura como um ser individual dotado de seu ritmo próprio de desenvolvimento (Frobenius) e a cultura como o resultado de processos de transformação ou conservação de elementos culturais (Herskovits). Porém, o evolucionismo implicitamente contido na tese de Ramos, característico do pensamento de Lévy-Bruhl e Frobenius, não faz parte do horizonte metodológico e, tampouco, interpretativo dos antropólogos culturalistas estadunidenses. Nesse sentido, mesmo que as classificações étnicas de Herskovits tenham sido perpassadas por olhares estrangeiros, eles próprios etnocêntricos, o tratamento desses mesmos materiais não é realizado com o objetivo de estabelecer padrões de civilização, como é o caso das teorias de outros estudiosos utilizados por Arthur.

Contudo, é bem verdade que, em *As Culturas Negras do Novo Mundo*, as colocações de Lévy-Bruhl, acerca do pensamento pré-lógico, parecem ceder espaço a uma noção de cultura mais antropológica do que psicanalítica. Uma contradição que, por vezes, aparece como indissolúvel nos escritos de Arthur Ramos e que, de fato, reservou aos afro-descendentes lugares sociais diferentes. Se, nos primeiros tempos de incursões culturalistas, nosso autor se viu mais próximo à psicologia que separava em lógica e pré-lógica as mentalidades de civilizados e primitivos, em 1937, Arthur é categórico em sua afirmação:

Chegamos agora a uma conclusão geral com respeito à psicologia social dos povos da África. Não existe um homem africano (...) no sentido da velha etnografia. Os vários padrões de cultura examinados vão definir outros tantos tipos psicológicos dos habitantes da África. Não existe ali apenas o habitante da silva equatorial, o ‘selvagem’ antropófago, adorador de fetiches e vivendo na promiscuidade da horda primitiva. Esta concepção ‘branco-européia’ deve desaparecer. Na África, existem representantes de diversíssimos padrões de cultura.²⁶⁵

Embora tenha buscado subverter o padrão branco-ocidental e, com maior sucesso, abandonar os postulados de Lévy-Bruhl para compreender as sobrevivências religiosas, Arthur Ramos acabou caindo na armadilha que ele próprio procurou desmanchar. Quais seriam os conteúdos teóricos e culturais que emprestariam significação a categorias como “selvagem antropófago”, “adorador de fetiches”, “promiscuidade” e “horda primitiva”? Nesse caso, podemos interpretar a operação dessas noções, em Ramos, a partir do emprego de

²⁶⁵ Idem, p. 42.

termos científicos construídos com base nos mesmos padrões raciais biológicos e evolucionistas lineares que o próprio autor disse refutar, mas que, ao mesmo tempo, utilizou para estabelecer o seu quadro de classificações das culturas africanas sobreviventes no Brasil.

Portanto, a negritude foi preenchida com as designações raciais, culturais e psicológicas do que os negros não eram: brancos ocidentais. Lugares sociais cristalizados foram destinados aos afro-brasileiros nos textos de Arthur Ramos, devido à alocação dessas pessoas em posições social e culturalmente definidas a partir de sobrevivências culturais não contextualizadas nas situações de opressão contemporâneas vividas pelos negros baianos, por exemplo. A negritude, vista como uma sobrevivência parece deslocada do tempo e do espaço, numa complexa operação teórico-metodológica que combina classificações raciais biológicas, teorias evolucionistas da psicologia social e manipulação parcial de métodos culturalistas.

Evidentemente, existem especificidades quanto ao uso de premissas da Antropologia Cultural e da Sociologia manipuladas pelo nosso autor, cuja principal discordância, nos anos 30, foi precisamente canalizada para a interpretação das culturas negras do Novo Mundo como sobrevivências desde África ou, em contrapartida, como adaptações a contextos marcados pela escravidão e pelo racismo. Porém, mesmo atentando para as lógicas teóricas particulares a essas disciplinas, é importante apontar as possíveis conseqüências da instrumentalização de uma ou outra orientação teórica. No caso de Arthur Ramos, a junção de paradigmas contraditórios gerou teses que resumiram a experiência negro-africana a manifestações culturais sobreviventes mais relevantes quanto mais próximas à branquidade.

Ao mesmo tempo, a exaltação das sobrevivências culturais africanas na Bahia foi convertida, como vimos no capítulo anterior desta dissertação, em instrumento de luta constituído e apropriado pelas comunidades afro-religiosas soteropolitanas. Nesse sentido, a consolidação do viés culturalista nas ciências sociais brasileiras perpassou, igualmente, os problemas político-sociais da década de 30, visto que a valorização da negritude pôde ser manipulada, no melhor sentido da palavra, por pessoas que sofreram perseguição policial pelo fato de pertencerem aos candomblés. Nesse contexto, as próprias categorias utilizadas pelos intelectuais, para pensar as relações de raça e a cultura popular brasileira, foram elaboradas de acordo com observações e construção de pareceres sobre uma realidade que deveria ser desvelada por meio de escopos científicos. Dessa forma, os conceitos de *raça* e a *cultura*, a partir dos quais diversos autores designaram lugares sociais aos afro-descendentes, podem ser considerados um produto social e político gerado nas intersecções entre a prática intelectual e outras práticas sociais e profissionais. Disso, traz-se o exemplo do engajamento de Edison

Carneiro na luta anti-racista, pela defesa dos cultos de matriz africana por ele compreendidos através de conhecimentos científicos formais. Ainda, as sugestões educacionais fornecidas por Arthur Ramos que, como médico psiquiatra a serviço do Estado, propôs aos interessados em contribuir com o progresso da nação um esforço pela larga educação do povo com vistas a superar as práticas religiosas “fetichistas” resultantes do pensamento pré-lógico.

Ao longo de uma carreira construída em torno da medicina psiquiátrica, do funcionalismo público, da docência universitária e da atividade editorial, Arthur Ramos atuou amplamente na construção do campo de estudos africanos. Sua movimentação possibilitou a expansão de perspectivas de análise africanistas para outras localidades, nem sempre lembradas, quando o assunto é raça e relações raciais. Na tentativa de enquadrar outras possibilidades de compreensão da presença negra no Brasil, na grade de debates levados a cabo no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, passamos, a seguir, para o estudo da comunicação de Dante de Laytano.

3.4 INTRODUÇÃO AO NEGRO E O ESPÍRITO GUERREIRO NO RIO GRANDE DO SUL

Dante de Laytano foi um dos autores sul-rio-grandenses mais reconhecidos e prestigiados de sua geração. Sempre em busca de colocações abrilhantadas na cena letrada nacional, Dante representava o típico *escriba de província* atento às novidades temáticas e teórico-metodológicas da *corte* e, ao mesmo tempo, à produção escrita sobre sua região²⁶⁶. Sob essa perspectiva, atentando para a conjuntura de isolamento que se formava em torno da historiografia sulina, Laytano se construiu profissionalmente como um intelectual polígrafo que pretendeu integrar o Rio Grande do Sul positivamente ao quadro historiográfico brasileiro, preservando, contudo, as especificidades folclóricas, culturais e sociais do estado²⁶⁷. Para tanto, o autor elaborou interpretações acerca da formação histórico-social sul-rio-grandense dando conta de alguns ingredientes que, na década de 30, adquiriram grande centralidade nas definições majoritárias da brasilidade. A ênfase na colonização açoriana e a

²⁶⁶ Conforme vimos no Capítulo 1 desta dissertação, as duas expressões por nós destacadas são do próprio Dante de Laytano e foram utilizadas para marcar o seu lugar de enunciação em relação aos lugares de pares concorrentes. Ambas as designações foram retiradas das cartas enviadas de Laytano para Arthur Ramos, devidamente comentadas e referenciadas anteriormente.

²⁶⁷ NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

afirmação da presença negra no Rio Grande do Sul, durante a escravidão, se tornaram as portas de entrada teóricas e temáticas, através das quais Dante buscou espaços de enunciação.

Uma das principais estratégias por ele empreendida, com o objetivo de angariar visibilidade para os seus trabalhos, foi a constituição de redes sociais em relação a intelectuais de renome nacional e internacional. No capítulo anterior, analisamos o conteúdo das correspondências trocadas entre Laytano e Arthur Ramos. A este quadro acrescentamos, pelo menos, um segundo canal de diálogo aberto nessa teia de relações: as conversas estabelecidas entre Dante e Gilberto Freyre, através das quais foram possibilitadas visitas, palestras e conferências proferidas pelo autor pernambucano em eventos importantes organizados no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo.²⁶⁸ Dos significados e desdobramentos dessa dinâmica, trataremos no próximo capítulo. Neste momento, apenas gostaríamos de destacar a importância de tais redes para a recepção da sociologia das relações raciais freyreana, nos escritos de Laytano, quando de suas tentativas de incluir as especificidades do Rio Grande do Sul ao corpo da nação. As premissas reunidas sob a miscigenação, agregadas a pressupostos de autores destacados, caracterizaram as teses do autor sulino, cujas intersecções estabelecidas com o regionalismo nordestino – também preocupado em ressaltar os autênticos elementos da brasilidade pernambucana -, são fundamentais para a compreensão do conjunto de sua obra.

Por outro lado, as marcas de uma historiografia mais “tradicional” permaneceram nos trabalhos de Dante de Laytano, elaborados, principalmente, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e do Museu Júlio de Castilhos (MJC). Pesquisas baseadas em vasto acervo documental, bem como em teorias próximas ao positivismo e à Antropologia Física, emprestam características importantes aos textos do autor. Dessa forma, embora Laytano tenha se dedicado à adoção do culturalismo em termos teórico-metodológicos, alguns dos temas já consagrados no IHGRS – Revolução Farroupilha, batalhas militares, fronteiras, história das elites políticas sulinas, imigração européia – foram por ele incorporados. Isso demonstra o quanto as teses de Dante referem-se às contingências político-institucionais a ele colocadas no ponto de intersecção entre a necessidade de responder aos pares sul-rio-grandenses e a vontade de participar dos debates nacionais. No que concerne, especificamente, à elaboração regionalizada da história do Rio Grande no IHGRS, tal perspectiva corresponde à dinâmica das relações estabelecidas entre os Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo país e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

²⁶⁸ NEDEL, Letícia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*. v. 13. n. 1. Rio de Janeiro, abril de 2007. Ver também: GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

(IHGB). O programa historiográfico desenvolvido no interior daquelas instituições presumia, justamente, a manutenção das particularidades regionais, desde que mantidas em consonância com o todo nacional, o que parece ter sido seguido à risca por Dante de Laytano.

Os resultados dessa complexa teia de reciprocidades podem ser vislumbrados em comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Intitulada *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*, essa comunicação teve por objetivo destacar o papel desempenhado pelos negros na formação histórico-social sul-rio-grandense, a partir das atividades militares sob as quais, segundo Laytano, fora organizado um dos espaços sociais de maior convivência democrática e harmônica entre estancieiros luso-brasileiros (convertidos em chefes militares) e empregados afro-descendentes (convertidos em soldados): o acampamento militar²⁶⁹. Para tanto, nosso autor utiliza como bibliografia básica a tese de Jorge Sallis Goulart²⁷⁰, bem como algumas considerações de Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Nina Rodrigues acerca de aspectos relevantes da construção de relações sociais, manifestações religiosas e organizações culturais dos afro-descendentes. Ainda, mesmo enfatizando os acampamentos militares, Dante não deixa de considerar a situação dos negros nas charqueadas, estâncias e em outras atividades econômicas sulinas.

Para que sejam compreendidos os caminhos percorridos por Dante de Laytano em sua pretensão de exaltar a brasilidade do Rio Grande do Sul, a seguir serão colocadas algumas considerações sobre parte de sua trajetória profissional, intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento das perspectivas regionalistas da historiografia sul-rio-grandense²⁷¹.

3.5 DAS INCURSÕES DE DANTE DE LAYTANO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DO AUTOR E A HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE

Dante de Laytano nasceu em 1908, na cidade de Porto Alegre, local onde realizou seus estudos na Faculdade de Direito, em meados da década de 30. Quando estudante, militou na imprensa universitária sulina pela propagação dos ideais de uma “república nova”,

²⁶⁹ LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro* (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

²⁷⁰ GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/ Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

²⁷¹ As informações biográficas de Dante de Laytano foram buscadas principalmente em: BARCELLOS, Daisy M. Dante de Laytano e o folclore no Rio Grande do Sul. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n.7, out. 1997. p. 252-275./ NEDEL (1999). Op. Cit.

desempenhando a função de diretor do jornal *Oásis*. Posteriormente, com o desencadeamento da Revolução de 30, passou a integrar a *Agência de notícias da Revolução*, onde recebia e repassava os informes sobre os acontecimentos decorrentes naquele processo aos jornais do Rio Grande, bem como a outros estados.²⁷²

A carreira de Dante, assim como a de muitos de seus contemporâneos atuantes nos anos 30 e 40, foi entrecortada por inúmeras atividades, tais como o jornalismo, a advocacia e a docência em escolas públicas e privadas. Da Faculdade de Direito de Porto Alegre, nosso autor certamente trouxe uma bagagem teórica calcada nos textos filosóficos de Augusto Comte, cujos pressupostos previam “caminhos de racionalização científica das estruturas sociais e políticas”²⁷³, através da implantação de um conjunto de leis universais e um ambiente político-intelectual no qual havia se formado, em tempos anteriores, a chamada “Geração de 1907”, composta por Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, entre outros personagens que protagonizaram a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao poder central na década de 30²⁷⁴.

Com base nos ensinamentos do Direito, Laytano pretendeu lançar um ensaio sobre o negro brasileiro, conforme informações repassadas a Arthur Ramos, em 1939:

Tenho um capítulo que quase deu um volume: - o negro no direito brasileiro antigo. Até sinto vontade de publicar em separado. Queria mesmo consultá-lo. Submeter o trabalho ao Sr. É um ensaio sobre a teoria e a prática do processo relativo ao elemento servil. Reuni todas as leis, decretos, avisos sobre a escravidão e juntei alguns bons autores, decisões de tribunais. Ao que parece, fiz um livro inédito.²⁷⁵

Nesse período, Dante já havia iniciado suas incursões nas ciências sociais e, certamente, buscou junto a Ramos o apoio editorial necessário à ampla divulgação do trabalho

²⁷² NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. p. 167.

²⁷³ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a faculdade de Direito de Porto Alegre*. Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005. p. 298. Em sua tese de doutorado, o professor Luis Alberto Grijó problematiza a centralidade da Faculdade de Direito de Porto Alegre como um espaço de consagração doutrinária e intelectual. Através da reconversão de capital social e econômico trazido de outras esferas políticas e sociais, os membros da Geração de 1907 acumularam capital cultural e intelectual, cujos benefícios proporcionaram notoriedade e visibilidade político-social para Vargas, Collor e Flores da Cunha, por exemplo. Nesse sentido, para esses sujeitos, a experiência na Faculdade de Direito – marcada não só pelo aprendizado de doutrinas político-filosóficas, mas também pela construção de redes de relação social com bases clientelares e figuras políticas importantes – serviu de alicerce intelectual, político e institucional na construção de carreiras político-profissionais.

²⁷⁴ GRIJÓ, Luiz Alberto. Uma cena campeira na avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 30. In: GRIJÓ, L. A.; KUHN, F.; GUAZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. S. (orgs.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 291-320.

²⁷⁵ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1618 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 8 de dezembro de 1939.

considerado “inédito” nas letras brasileiras. Mas, a orientação teórico-metodológica e a prática profissional de Laytano, perpassada pela incorporação dos estudos de relações raciais, não se referem, primordialmente, aos escopos aprendidos no Direito.

Na realidade, como nos ensina Letícia Nedel, uma das principais frentes de trabalho abertas pelo autor foi a participação no “grupo da Livraria do Globo”, uma das editoras mais importantes do país. Até o início da década de 30, a Globo, juntamente com os jornais, aglutinava grande parte das elites políticas e culturais do estado²⁷⁶, apontando para o fato de que as instituições formais de produção do conhecimento não abarcavam, sozinhas, os espaços possíveis de projeção e consagração intelectual. Mesmo porque, a reinauguração do IHGRS, por exemplo, só ocorreria na década de 20 e as universidades, tais como aquelas criadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, ainda não existiam no Rio Grande do Sul.

Definida por Odaci Luiz Coradini como “a confluência de uma multiplicidade de empresas”²⁷⁷, a Globo foi concebida com base em inúmeros interesses políticos e intelectuais, desde a intervenção direta do então governador do estado, Getúlio Vargas, para a criação da *Revista* homônima à Editora, até a elaboração de estratégias de definição dos temas a serem tratados pelos participantes daquele círculo. Num primeiro momento, a articulação do grupo teria sido politicamente constituída em torno da mobilização do movimento que resultou na Revolução de 30. Nesse período, foram privilegiadas publicações de literatura estrangeira, bem como de um tipo de regionalismo calcado na definição dos panteões heróicos do Rio Grande do Sul. Conforme nos informa Coradini, a direção de Mansuetto Bernardi – intelectual próximo a Dante de Laytano - esteve diretamente relacionada às deliberações de quais problemáticas deveriam ser privilegiadas pelo grupo da livraria, do ponto de vista de uma cultura a serviço de empresas políticas.

Posteriormente, com a substituição da primeira diretoria, Érico Veríssimo e outros intelectuais que a ele se seguiram, buscaram resignificar as primeiras definições desse regionalismo heróico. Composto por estudiosos cada vez mais distanciados da esfera política governamental, o grupo passou a publicar livros e artigos em sua *Revista*, centrados na necessidade de incorporar o conjunto de categoriais ou grupos étnicos regionais à suposta especificidade das elites políticas e culturais locais, em oposição a outras elites brasileiras.

²⁷⁶ CORADINI, Odaci Luiz. As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*. n. 32. Rio de Janeiro, 2003. p. 3.

²⁷⁷ Idem, p. 5.

Além desses temas, os percalços do governo Vargas e as razões da impossibilidade da ‘democracia’ compuseram as publicações comentadas²⁷⁸.

Nesse ambiente, caracterizado pela intersecção entre a política e as letras, bem como pelas definições literárias do regionalismo sul-rio-grandense, Dante de Laytano publica seus primeiros escritos literários (1931), paralelamente ao exercício do Direito no município de Rio Pardo, onde era promotor público²⁷⁹. Algum tempo depois, os sócios fundadores do IHGRS, Eduardo Duarte e Alcides Maya, o chamaram para realizar algumas pesquisas históricas no âmbito do MJC, cujos resultados puderam ser publicados em jornais de grande circulação, devido ao prestígio já consagrado de Duarte e Maya no Rio Grande do Sul²⁸⁰. Como integrante de um seletto círculo intelectual e ainda residente em Rio Pardo, Laytano participa de um projeto de pesquisa nacional, novamente a convite de Eduardo Duarte, realizando um levantamento dos monumentos artísticos e históricos daquele município.²⁸¹ Após os primeiros contatos com a história, Dante elabora um ensaio sobre o “Dialeto Gaúcho”, atentando para as influências africanas que teriam ajudado a constituir o falar sul-rio-grandense, temática, até então, praticamente ignorada por seus pares.

Deduzimos que, das primeiras incursões sobre a “questão do negro”, tenha resultado o artigo intitulado *Os africanismos do Dialeto Gaúcho*, publicado pela primeira vez em 1936, como separata da Revista do IHGRS²⁸². Dedicado a Arthur Ramos, neste texto Laytano busca desvelar, através da identificação de línguas africanas, a procedência dos negros que, por meio da influência castelhana (negros desembarcados no Prata) e portuguesa, imprimiram certas particularidades no vocabulário sul-rio-grandense:

(...) somente em Albert Drexel, a filologia negra encontraria uma nova orientação científica mais precisa. Drexel classifica as línguas negras assim:” I – Sudanesas [entre as quais encontram-se, segundo a classificação apresentada por Laytano, as ‘manfu’(ioruba), e as ‘wule’ (grupo oriental, ocidental, central, ‘fang’ e ‘yaund’)] (...); II – Bantus (...); III – Bantuídeas (transição entre o bantu e o sudanês) [contêm, entre outras, o grupo norte (norte-oriental e norte-ocidental); o grupo meridional (‘togo’, línguas do norte, sul e isoladas); grupo central-meridional (‘mossi’ e ‘grussi’)].²⁸³

²⁷⁸ Ibidem, p. 11.

²⁷⁹ NEDEL, 1999. Op. Cit., p. 169-170.

²⁸⁰ NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. p. 171.

²⁸¹ Idem, p. 173.

²⁸² LAYTANO, Dante de. *Os africanismos do Dialeto Gaúcho*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – II Trimestre do Ano XVI. Porto Alegre, 1936.

²⁸³ Idem, p. 17-18.

Partindo de uma problemática de pesquisa relacionada à filologia, Laytano opera um sistema de classificação étnico-cultural semelhante àquele utilizado nos trabalhos de Arthur Ramos. Evidentemente, as classificações utilizadas não são exatamente as mesmas e, tampouco, partem dos mesmos pressupostos de construção, visto que, em Drexel, o elemento privilegiado é a língua e não a cultura material e imaterial. De qualquer forma, a proximidade com categorias mais desligadas da raça biológica e, ao mesmo tempo, próximas a uma etnologia anteriormente aplicada somente ao estudo de “tribos” indígenas, aponta para o esforço de Laytano em estabelecer diálogos para além da província.

Com seus escritos, Dante operava um importante deslocamento nos estudos das relações raciais no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, no entendimento da presença afro-descendente na formação histórico-social do estado. Nesse sentido, é importante destacar a citação das classificações étnico-culturais elaboradas por Renato Mendonça – estudioso presente no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador -, em *Os africanismos no dialeto gaúcho*. A referida grade classificatória distribuía, entre as regiões brasileiras, os africanos de variadas procedências demarcadas pela língua e pela cultura. Destacando os sudaneses como as etnias “mais importantes da África”, Laytano arrola, com base em Mendonça, as populações negras do Brasil: ““(…) prevaleceram os Nagôs na Bahia, talvez os Congos em Pernambuco e os Angolas no Sul, no Rio e em São Paulo””²⁸⁴. Dante elenca, ainda, as línguas africanas que seriam mais faladas no Brasil: “o nagô ou iorubá, língua sudanesa empregada na Bahia, e o quimbundo, língua banto, usada no sul e no norte”²⁸⁵. Para completar, naturalmente a menção a Nina Rodrigues se fez presente, cujas pesquisas pioneiras não deixaram de ser exaltadas por Dante de Laytano.

Quanto ao Rio Grande do Sul, embora considere relevante a influência dos africanismos no dialeto gaúcho, Dante é categórico em suas afirmações a respeito da densidade demográfica do “elemento negro” presente no estado em tempos de escravidão: “A contribuição africana do vocabulário gaúcho se reduz, mais ou menos, a palavras de origem banto, uma vez que foram insignificantes as entradas de escravos negros no Rio Grande”²⁸⁶. Sinais de uma historiografia comprometida com uma metodologia calcada em fontes escritas oficiais, tratadas de forma positivista, aos moldes tradicionais do IHGRS.

²⁸⁴ Ibidem, p. 19.

²⁸⁵ Idem, p. 20.

²⁸⁶ Idem, p. 21.

Após apresentar suas considerações sobre a procedência dos africanos desembarcados no Brasil, Laytano enquadra a presença negra no Rio Grande do Sul à paisagem pampiana. Nesse sentido, afirma que as transformações ocorridas nos dialetos africanos foram devidas à mescla com os outros povoadores do Rio Grande (açorianos, principalmente), bem como à adaptação dos afro-descendentes ao meio rural sulino. Somado ao elemento geográfico, o autor destaca as condições de trabalho apresentadas nas charqueadas, local, por excelência, marcado por grandes contingentes negros, devido à sua dinâmica econômica necessitada de muitos braços para o desempenho de suas árduas tarefas.

A colonização lusitana e a passagem de escravos castelhanos pela fronteira seriam, pois, os caminhos percorridos pelos dialetos africanos que formariam parte do linguajar sul-rio-grandense. No entanto, cabem algumas ressalvas acerca dos “castelhanismos” observados por nosso autor na filologia do estado. Apesar de admitir as trocas culturais e lingüísticas ocorridas através da fronteira, Dante de Laytano é enfático ao afirmar a primazia da brasilidade – representada pelo “elemento negro” na formação histórico-social do Rio Grande do Sul - sobre as influências estrangeiras. Concordando com “sociólogos” e “historiadores”, como Félix Contreras Rodrigues e Otelo Rosa, Dante questionava aqueles que insistiam demasiadamente na influência platina sobre a constituição do estado:

Nós mesmos levamos as nossas vozes para o Prata e, depois, outra vez as recebemos mais ou menos modificadas. O negro desempenha, então, um papel mais importante. Torna-se um veículo do desenvolvimento lingüístico. Fornece elementos para o português e para o brasileiro, para o espanhol e para o rio-platense, formando os linguajares afro-luso-brasileiro e afro-hispano-rio-platense (...). O elemento negro, o ‘criolo’ do Prata ou o próprio negro brasileiro, quando na Argentina e no Uruguai, penetrou na língua espanhola falada nessas regiões, o castelhano, e chegou até nós, incorporando-se no dialeto gaúcho do Brasil. Recebemos as vozes platinas como modismos hispano-americanos quando essas mesmas vozes não eram apenas hispano-platinas, mas também africanas. Assim, para estudarmos a etimologia do vocabulário do pampa rio-grandense, embora de fale de castelhanismos, temos que recorrer aos dicionários africanos.²⁸⁷

Portanto, em Dante de Laytano, os *africanismos* significaram não só a inclusão dos negros na historiografia do Rio Grande, como também uma via de acesso às pesquisas da vanguarda intelectual nacional dedicada a estabelecer os contornos da cultura brasileira. Ao mesmo tempo, tal inclusão significou para a nova geração de estudiosos sul-rio-grandenses, reunidos no IHGRS, a tentativa de superação de uma perspectiva separatista do fazer historiográfico sulino. Sob essa perspectiva, o caminho encontrado para a incorporação do Rio Grande do Sul à pauta principal das discussões em voga nas ciências sociais e na

²⁸⁷ Ibidem, p. 15-16.

historiografia brasileiras foi, precisamente, a inclusão de ingredientes de brasilidade nas interpretações científicas sobre a formação do estado.

Segundo Letícia Nedel, esse processo data de finais dos anos 20, quando iniciada a crise econômica e política que marcou a redefinição dos papéis a serem exercidos pela história sobre a sociedade sul-rio-grandense²⁸⁸. Anteriormente, no contexto da ascensão e consolidação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no poder, as interpretações calcadas na proximidade histórica, cultural e social do estado com o Prata emergiram como possibilidade de explicar as virtudes, as qualidades e as especificidades do desenvolvimento político e econômico do Rio Grande, frente aos demais estados da federação.

Como um dos principais representantes dessa geração de estudiosos, a autora cita Alfredo Varela, cuja tese versada nos significados políticos e históricos da Revolução Farroupilha foi escrita sob um viés marcadamente separatista. Fundamentalmente, Varela entendia o pampa como um território indivisível e localizado acima das fronteiras nacionais, cuja proximidade com a “banda oriental” teria imprimido à formação histórico-social do Rio Grande do Sul características baseadas mais nas relações estabelecidas na fronteira, do que nos laços afetivos, étnicos e culturais característicos do corpo da nação²⁸⁹. Sobre essas características, Letícia Nedel nos coloca alguns exemplos categóricos: isolamento geográfico da região; elevação do substrato moral de um povo forjado nas guerras, revoluções e na rústica vida na campanha; afinidades ancestrais com os vizinhos platinos; dificuldade de comunicação estável com o país; a original ascendência portuguesa sobre a população do “continente”, submetida à influência da colonização açoriana e, por fim, a suposta possibilidade de o Rio Grande do Sul sobreviver economicamente com os seus próprios recursos naturais e econômicos, sem a necessidade de recorrer às regiões centrais do Brasil²⁹⁰.

Os estigmas construídos com base nessa compreensão regionalizada “isolacionista” e “autonomista” da história, da cultura e da sociedade sulina, foram os responsáveis, segundo Nedel, pela pecha angariada, pelo Rio Grande do Sul, como sendo um estado estranho ao corpo da nação. Foi com o objetivo de quebrar esse paradigma que um grupo de estudiosos mais identificados com a interpretação lusitana da formação do estado procedeu, a partir do

²⁸⁸ NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. p. 133.

²⁸⁹ Idem, p. 120-122.

²⁹⁰ Idem, p. 122-123.

final da década 20, a um verdadeiro “patrulhamento historiográfico”²⁹¹ sobre as teses separatistas que deveriam, a partir de então, ser engavetadas e esquecidas. Tal empreendimento esteve igualmente relacionado à necessidade de fazer frente às oligarquias paulistas, principais detentoras do poder econômico e político até a Revolução de 30 e que reivindicavam, para si, a primazia sobre as demais regiões em questões referentes à direção política da nação. Com a chegada do movimento de outubro, o restabelecimento dos laços sociais e patrióticos com a nação brasileira se fez candente e o grupo dos lusitanistas pôde, enfim, passar para uma posição hegemônica nas disputas ocorridas internamente no IHGRS. O evento que marcou definitivamente a ascensão dessa perspectiva foi o I Congresso de História e Geografia do IHGRS (1935), em comemoração ao centenário farroupilha e especialmente receptivo a teses revisionistas sobre o assunto.²⁹²

Também vale ressaltar o processo de renovação em curso nas letras sulinas daquele período, cuja profissionalização e institucionalização da prática historiográfica emprestariam, às atividades relacionadas à escrita, novos contornos metodológicos²⁹³. As pesquisas em arquivo se tornariam fundamentais para a elaboração de teses com pretensões de cientificidade e não mais seriam aceitos, como embasamento científico, a tradição oral ou os “relatos fidedignos” enunciados em tempos anteriores por Alfredo Varela e Assis Brasil²⁹⁴.

A produção historiográfica de Dante de Laytano inscreve-se nesse contexto, a partir do qual passa a fazer parte do quadro de sócios efetivos do IHGRS (1935), bem como do corpo de funcionários do MJC (1934). Logo depois do ingresso nessas instituições, Laytano inicia seus empreendimentos junto a Arthur Ramos e outros intelectuais e publica *Os africanismos no dialeto gaúcho* e, também, um de seus mais importantes trabalhos, *História da República Rio-Grandense*, cuja primeira edição data de 1936²⁹⁵. Segundo o autor, esse livro teve origem no final de 1934, quando ministrou na Rádio Sociedade Gaúcha um pequeno curso composto de conferências sobre a história do Rio Grande do Sul²⁹⁶. No prefácio à primeira edição, Laytano expõe aos leitores a vasta pesquisa documental realizada em “fontes originais” presentes em arquivos públicos e privados, destacando a importância de sua atuação no

²⁹¹ A expressão é de Nedel (1999). Op. Cit., p. 138.

²⁹² NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. p. 139.

²⁹³ Idem, p. 135-136.

²⁹⁴ Idem, p. 136.

²⁹⁵ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983.

²⁹⁶ Idem, p. 11.

departamento oficial do MJC, “para o qual fomos designados pelo governo do Estado”. O desempenho de funções na instituição garantiu, segundo o autor, a possibilidade (e o dever) de elaboração de trabalhos sobre uma “cultura em formação”.

Dante não define o seu trabalho como separatista ou anti-separatista, reconhece a importância de Alfredo Varela para a historiografia, mas chama para si a tarefa de escrever uma história que estaria ainda por ser contada. Fundamentalmente, a interpretação proposta por Laytano pretende redefinir os contornos políticos e sociais da fundação da República de Piratini, cuja principal característica teria sido o “cunho nitidamente brasileiro” que jamais teria abandonado “as linhas centrais da Revolução Farroupilha”²⁹⁷. Para tanto, nosso autor recorre a listas de colaboradores da Revolução, carregadas de nomes de militares procedentes de várias províncias do Império do Brasil. Pelas “Teorias da Co-Participação” platina, italiana, anglo-americana, alemã e brasileira, Laytano busca resolver os dilemas do separatismo isolacionista, anteriormente comentados²⁹⁸.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, em *História da República Rio-Grandense*, a inserção dos colaboradores platinos se dá com algumas ressalvas, apresentando uma lógica diferente daquela proferida por Alfredo Varela. Ao invés de estabelecer intersecções primordiais entre o Rio Grande do Sul e a cultura e sociedade platinas, Dante de Laytano destaca a participação dos castelhanos como sendo de “natureza puramente geográfica”. Ou seja, embora tenha mencionado a importância dos vizinhos fronteiriços no curso dos acontecimentos farrapos, o autor pontua que a “(...) Revolução Farroupilha não foi uma revolução cisplatina ou platina. Em hipótese alguma. A fronteira atuou no aspecto de acolhimento. (...) A vizinhança não é para ser desprezada, mas cultivada. [Porém] As razões são puramente geográficas”²⁹⁹. Tais considerações referem-se à própria noção de *fronteira* operada em Dante de Laytano, cuja definição, segundo Letícia Nedel, é política imaginária³⁰⁰. Ou seja, as trocas culturais entre fronteiras são aceitas e problematizadas, porém não subvertem, necessariamente, o nacionalismo supostamente cultivado pelos sul-rio-grandenses.

Como baliza interpretativa privilegiada, Dante compreendeu a ação farroupilha como um mecanismo de defesa do território lusitano Imperial brasileiro e não como um movimento com pretensões de se desligar da nação. Nesse sentido, a proclamação da República de Piratini teria possuído um caráter de vanguarda, já que antecessora do regime republicano

²⁹⁷ Ibidem, p. 31.

²⁹⁸ Idem, p. 64-114.

²⁹⁹ Idem, p. 66.

³⁰⁰ NEDEL, 1999. Op. Cit., p. 179.

federalista que pressupunha as particularidades regionais e estaduais no interior de um quadro unificado nacionalmente. Dessa forma, conforme aponta Nedel, Laytano nunca objetivou superar a concepção regionalista da história do Rio Grande do Sul. Pelo contrário, o autor sempre reivindicou positivamente as particularidades do seu lugar, porém, buscando constantemente as relações dessa parte com um todo complexo e, por vezes, estranho, chamado Brasil. Sobre esse aspecto, devemos recordar, igualmente, que o rótulo de “regionalista” foi constantemente negociado, através de tensões político-intelectuais desenvolvidas em torno das definições da cultura popular e do “povo” brasileiro, cujos principais elementos de disputa foram apresentados no capítulo anterior desta dissertação, com base nas reflexões de Pierre Bourdieu³⁰¹.

Uma das soluções encontradas por Dante de Laytano para resolver o dilema referente à articulação do Rio Grande do Sul com o quadro identitário e historiográfico nacional consistiu, justamente, na ênfase depositada sobre a colonização portuguesa e a presença negra no estado, sendo esta última considerada sob os aspectos da escravidão africana e suas conseqüências para a composição étnico-racial sulina. Nesse sentido, tal como havia colocado no artigo discutido anteriormente, em *História da República Rio-Grandense*, o autor analisa os africanismos do dialeto gaúcho, para cá trazidos com os portugueses proprietários de escravos, somados, desta vez, a outros fatores culturais: entrada dos negros na cozinha, “na arte do forno e fogão” e sincretismo “afro-católico” resultante do “mistério da unidade portuguesa”³⁰².

Entre a participação nos círculos literários reunidos na Editora Globo, a realização das primeiras pesquisas em história quando desempenhava funções jurídicas e a admissão no IHGRS e no MJC, Dante de Laytano incorporou, dentro de uma historiografia que enfatizava a ação colonizadora lusitana, suas considerações sobre o negro no Rio Grande do Sul. Vejamos, então, como o autor empreendeu a articulação entre os pressupostos teórico-metodológicos provenientes dos IHG’s, marcadamente evolucionistas e presos a noções biológicas de raça³⁰³ e as lições aprendidas com Arthur Ramos e Gilberto Freyre.

³⁰¹ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. [1984]. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989.

³⁰² LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983 p. 46.

³⁰³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

3.6 O LUGAR SOCIAL DOS NEGROS NO *ESPÍRITO GUERREIRO* DO RIO GRANDE DO SUL

Conforme colocamos anteriormente, o objetivo de Dante de Laytano, na comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, foi demonstrar a importância da participação dos negros nas batalhas militares travadas no estado, ao longo de sua formação histórico-social. Para compor o cenário dessas empreitadas, em *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*, o autor reporta-se aos primórdios do povoamento das terras sulinas, salientando os contingentes étnicos que por aqui teriam estabelecido as primeiras células sociais construtoras da sociedade e da cultura “gaúchas”. Desses primeiros povoadores, entrados no século XVIII, Laytano nos dá notícias de alguns “raros paisanos brancos”, bem como de uma “massa de índios”³⁰⁴. O contexto político-social apresentado foram as guerras ocorridas entre as coroas espanhola e portuguesa pela demarcação das fronteiras imperiais. Nesse sentido, as lutas para a manutenção do território nos marcos do império lusitano teriam determinado a ação povoadora de um território, convertido em “praça de combate” nesse processo³⁰⁵.

A partir desse quadro, Dante discorre sobre o papel desempenhado pela colonização luso-brasileira na construção dos “alicerces” fundadores do Rio Grande: o acampamento militar e a estância, resultantes das primeiras incursões daqueles povoadores no pampa. Por sua vez, tal paisagem teria se diversificado em duas unidades produtivas distintas: os latifúndios de criação de gado, correspondentes à organização social e familiar encabeçada pelos estancieiros, paulistas e fronteiriços brasileiros, nesse caso, e a agricultura estruturada em pequenas propriedades, atribuída aos lusitanos. Com o tempo, as roças e granjas teriam sido substituídas por unidades produtivas maiores, tornado-se novas estâncias ou charqueadas. A pouca participação dos bandeirantes e rio-platenses e as “enormes entradas de “ilhéus açorianos”, bem como de militares de alta patente, líderes das explorações territoriais, foram definidas como especificidades do povoamento primeiro sul-rio-grandense.

Das explicações fornecidas para a combinação entre a ação humana e o meio geográfico, podemos recorrer ao livro *História da República Rio-Grandense*. No primeiro capítulo, intitulado *Origens*, Dante de Laytano discorre sobre três temas por ele considerados

³⁰⁴ LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 96.

³⁰⁵ Idem, p. 97.

relevantes para a compreensão da Revolução. Além das “Origens da Revolução Farroupilha”, temos a “Filosofia da Revolução Farroupilha” e as “Teorias da Co-participação”. Em resumo, nosso autor busca estabelecer os contornos políticos, sociais e geográficos que caracterizariam os acontecimentos de 1835, informando sobre as peculiaridades do território, do “povo” e das tradições culturais sulinas. No tópico “Filosofia da Revolução”, Dante apresenta dois conjuntos de fatores referentes a tais peculiaridades: os “estáticos” e os “dinâmicos”³⁰⁶. Sob a designação de “estáticos”, Laytano abarcou o “Isolacionismo”, a “Fronteira”, a “Paisagem”, o “Clima”, a “Tradição”, o “Dialeto” e o “Povo”. Quanto à paisagem, nos fala o autor:

Um dos fatores muito apreciados pelos que defendem a tese da influência da paisagem sobre a criatura humana é que o Rio Grande se apresenta de maneira própria com as imensas coxilhas. O horizonte distante, livre e longe, além de enorme, a planura verde, as elevações moderadas das coxilhas que ocupam uma parte importante da área ecológica e do espaço que se chama pampa. (...) O Pampa, ou a Pampa, de fato é um dos contextos típicos da natureza gaúcha. (...) A paisagem modificaria a formação do gaúcho de que maneira? Até que ponto? A criatura vence ou domina a paisagem? (...) A doçura do Pampa – mar verde – autorizou o gaúcho a alongar seu olhar, permitiu-lhe uma visão de profundidade da paisagem. O Pampa é o Rio Grande típico. (...) Uma economia se prenderá à paisagem melhor, muito melhor do que a desenvoltura, o proceder e a forma de viver ou do viver interior (...), pois o Pampa desempenha um valor sociológico na vida do gaúcho, da mesma forma nítidas variedades se observam em toda a paisagem brasileira.³⁰⁷

Nessa passagem podem ser percebidos alguns dos pressupostos analíticos que orientaram as pesquisas de Dante de Laytano. O principal deles, evidentemente, é o diálogo estabelecido com a geografia, cuja importância é devidamente destacada não só nesse livro, como também na comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro. Em seus textos, o autor busca sempre relacionar as contingências geográficas e populacionais que, combinadas umas às outras, teriam formado o tipo social sul-rio-grandense por excelência: o gaúcho³⁰⁸. Sobre as variações dos habitantes do Pampa, Laytano afirma existirem igualmente o gaúcho serrano, o litorâneo, o missioneiro, entre outros. Porém, como ele mesmo coloca, os pampianos teriam constituído o mais exemplar e autêntico representante das tradições folclóricas sul-rio-grandenses, devidamente acomodadas em suas linhas de expressão cultural pelas contribuições açorianas³⁰⁹. Na realidade, a fixação primordial dos lusitanos, em terras

³⁰⁶ Para uma análise dos significados de cada elemento, ver: NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro, 1999. p. 179-185.

³⁰⁷ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983. p. 43.

³⁰⁸ Naquele contexto, os significados da palavra “gaúcho” eram os seguintes: habitante da Pampa e gentílico natural do estado. NEDEL, 1999. Op. Cit., p. 181.

³⁰⁹ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983 p. 45.

sulinas, seria também explicada pela capacidade de adaptação dos ilhéus, bem como de outros contingentes populacionais, às condições geográficas apresentadas no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido a mencionada “ação sociológica” do meio, sobre os grupos humanos, só teria sido possível devido a uma predisposição, principalmente dos portugueses, em desenvolver, no Pampa, algumas das atividades econômicas com as quais já haviam se acostumado em sua terra natal. O mesmo ocorreria com lagunenses, paulistas e fronteiriços. Em *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*, tal questão é esclarecida:

Não se pode dizer que o filho da terra, o lagunense, paulista ou fronteiriço fosse estancieiro e o açoriano granjeiro, mas acentuaram nas suas preferências, no campo, as origens do habitat primitivo. Mesmo que o ilhéu entrou em seguida ao brasileiro para sustentar a posse portuguesa no Rio Grande.³¹⁰

Segundo Letícia Nedel, a localização regional (geográfica) do tipo social sul-rio-grandense, combinada à herança portuguesa presente nas tradições do estado, significou em Laytano “a execução prática da máxima do regionalismo freyreano”³¹¹. Pelas vias do lusitanismo – supostamente comum ao conjunto nacional - as condições de pertença à nação brasileira estariam garantidas, já que, em Freyre, a nação somente seria apreensível quando tomada em suas partes, por sua vez formadoras de um todo. Ao mesmo tempo, as peculiaridades do “gaúcho” se viam asseguradas, porque dotadas de caracterizações específicas atribuídas à sua formação histórico-social. Dentre essas especificidades destaca-se, justamente, a composição étnica do “povo” sulino.

Em *História da República Rio-Grandense*, Dante arrola os contingentes entrados no estado, com o objetivo de apresentar diferenças substanciais existentes entre o gaúcho do Rio Grande brasileiro e o gaúcho platino da Argentina e do Uruguai. O primeiro, visto como o “cigano”, o “pobre”, o “nômade” e o “gaudério”. Já o segundo, definido com base em três elementos interligados: a condição social de peão de estância, a miscigenação étnico-racial com o índio e a dependência do uso do cavalo nas atividades pastoris³¹². Procedendo a tal diferenciação, o autor livrava-se do estigma separatista presente nas teses de outros estudiosos³¹³ ao mesmo tempo em que demarcava os ingredientes necessários à pertença

³¹⁰ LAYTANO, 1940. Op. Cit., p. 98.

³¹¹ NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. p.180.

³¹² LAYTANO, 1983 [1936]. Op. Cit., p. 44.

³¹³ NEDEL, 1999. Op. Cit., p. 181.

brasileira. Afora os lusitanos e índios, Laytano menciona alemães, italianos, fluminenses, baianos, lagunenses, paulistas e pernambucanos como participantes do povoamento sulino.

É neste quadro multiétnico – também necessário à definição da brasilidade -, que nosso autor inscreve a contribuição negra na formação do estado. Ao passo que considera inócua a contribuição indígena - embora, paradoxalmente, necessite reivindicá-la para construir o perfil do peão de estância -, salienta a presença de africanos no Rio Grande do Sul durante a escravidão do século XIX. De dez a quinze por cento seria o contingente negro do total da população do estado naquele período. Mas, quem eram essas pessoas? Como teriam participado da constituição histórico-social da pampa brasileira? Afinal, que lugar o negro ocuparia nas interpretações de Dante de Laytano?

As respostas a esta pergunta não são de fácil percepção e devem ser buscadas não só nas afirmações explícitas acerca do povoamento e desenvolvimento social e econômico do estado, como também nos silêncios existentes acerca do “elemento negro” nas teses do autor. Nesse sentido, as sutilezas referentes à compreensão da raça e das relações raciais nesse tipo de historiografia são muitas e merecem atenção especial pelas possibilidades interpretativas que sugerem. Dentre elas reside o fato de que, mesmo afirmando a importância dos africanos e seus descendentes, Laytano não inclui esses mesmos sujeitos na conta dos coeficientes étnicos que fundaram as células sociais primordiais do Rio Grande. Nem na estância e, tampouco, nos acampamentos militares, os negros aparecem como agentes de tais construções: são quase sempre incluídos numa sociedade previamente entendida como herança lusitana. Algumas exceções são apresentadas para o caso das charqueadas, por exemplo. Porém, são poucas e raramente apontam para a subversão de conceitos e classificações biológicas de raça, quando definidos os tipos raciais existentes no estado.

Sob essa perspectiva, encontraremos em *O negro e o espírito guerreiro na formação do Rio Grande do Sul*, tanto citações dos nomes e trabalhos de Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Edison Carneiro, quanto referências a autores como Jorge Sallis Goulart, importante intelectual sul-rio-grandense que discorreu sobre a formação histórica do estado. Em Laytano, a instrumentalização das noções de *acampamento militar* e *estância*, como células sociais fundantes do Rio Grande, é proveniente do trabalho de Goulart e explicam quais teriam sido os caminhos trilhados pelos negros nas terras meridionais do Brasil:

O negro apareceu nessa balança política e econômica como camponês, como soldado e como operário. No momento não indagamos seu papel de camponês no cuidado, cultura e plantio do trigo nas regiões do centro e sul, de operário nas charqueadas e nas estâncias; não era necessário a presença do negro uma vez que o trabalho de criação de gado não requeria senão poucos homens, seis a dez, para rodeio, marcação ou tropear, procuramos, sim, apreciar o negro-soldado.³¹⁴

Nesta passagem, estão colocados os papéis sociais sob os quais os africanos e afro-descendentes foram enquadrados na comunicação de Dante de Laytano. Apesar de pretender enfatizar o “negro-soldado”, o autor tece alguns comentários acerca da vida dos escravos no desempenho das atividades econômicas junto a estancieiros e charqueadores. Aliás, o acampamento militar era entendido como um desdobramento, uma reprodução das dinâmicas sociais democráticas, harmônicas e igualitárias, características das famílias patriarcais habitantes dos latifúndios. Considerando esses elementos, nossa intenção na presente análise não consiste em destrinchar a construção historiográfica realizada por Laytano em torno dos complexos sociais supostamente tradicionais do Rio Grande do Sul. Ao invés disso, atentaremos para a caracterização étnico-racial dos personagens construtores da pampa, de modo a perceber como essa caracterização influenciou na elaboração do trabalho do autor. De qualquer forma, se fazem necessários alguns comentários mais aprofundados acerca da montagem da paisagem rural sulina.

Afirmamos que boa parte das reflexões de Dante de Laytano em *O negro e o espírito guerreiro na formação do Rio Grande do Sul* foi buscada em Jorge Salis Goulart. Em *A Formação do Rio Grande do Sul* (1927), Salis Goulart desenvolve uma interpretação calcada em pressupostos da geografia social de Vidal de la Blache, entendendo o meio geográfico como uma possibilidade (não um fator determinante) de interferência do meio natural sobre os acontecimentos históricos. Complementando este primeiro fator, Goulart considera de igual importância a interferência das forças sociais ou raciais sobre os fatores humanos, quando inter-relacionadas com as condições ambientais apresentadas³¹⁵. Sob essa perspectiva, o autor coloca duas situações – ou, “leis sociológicas” –, a partir das quais se desenvolveriam as sociedades: leis de combinação e leis de oposição das forças³¹⁶. No primeiro caso, a predisposição racial e social dos homens agiria em consonância com o meio geográfico, gerando sociedades extremamente avançadas e tendentes ao progresso. Já na segunda situação, o

³¹⁴ LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro* (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 99.

³¹⁵ GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martim Livreiro/ Caxias do Sul: EDUCS, 1985. p. 9-10.

³¹⁶ Idem, p. 9.

estabelecimento de células e dinâmicas sociais seria dificultado, ou melhor, rearranjado de acordo com as possibilidades impostas pela geografia em tensão com os homens.

A geografia seria preponderante sobre povos, cujo fator racial e social era considerado inferior, tais como as sociedades negras africanas. Nesse caso, as contingências apresentadas pelo meio natural se tornariam mais decisivas e moldariam as sociedades de acordo com o clima e o relevo. Tal situação seria, supostamente, contrária aos países de colonização branca européia, “explorados por povos organizados, com um patrimônio de ideias e de tradições” mais adiantado, onde a combinação entre leis sociológicas culminaria no desenvolvimento social e econômico³¹⁷. No Brasil, este seria o caso do Rio Grande do Sul. Povoador por contingentes brancos lusitanos e apresentando canais fluviais de fácil navegação, o estado teria oferecido aos seus primeiros habitantes – racialmente superiores – as condições necessárias ao “florescimento mais robusto, mais pujante (...) em torno dessa grande estrada natural”³¹⁸, uma estrada de progresso. Da combinação entre forças sociais e raciais e fatores geográficos, seria originária a democracia sul-rio-grandense, resultado da ação dos primeiros colonizadores sobre o meio físico. O trabalho pastoril empreendido a partir da inter-relação geográfica e humana teria “irmanado” patrões e empregados, já que “os modestos trabalhadores que aqui chegaram não traziam desigualdades de castas, nem mesmo de classes”³¹⁹, condição atribuída por Salis Goulart também à sociedade paulista, cujas conformações familiares e religiosas teriam se dado em moldes semelhantes às do Rio Grande.

A partir dessas considerações teóricas, Goulart desenvolve sua tese sempre buscando estabelecer as particularidades do “povo” gaúcho, enaltecendo a harmonia e a democracia no pampa e atribuindo a esta formação inicial todas as características positivas atribuídas à “força coletiva portuguesa” nas pampas sulinas. Este autor corrobora, igualmente, as máximas da pouca necessidade de braços escravos na atividade pastoril, a descrição da casa da estância como simples e livre das opulências existentes nas famílias latifundiárias nortistas, a relação de amor intrínseco constituído entre o peão e o seu cavalo, e a “atividade” e benevolência intrínseca ao espírito do gaúcho criador de gado e tolerante com sua escravaria. Dante de Laytano recorreu a estes pressupostos não só na comunicação em estudo, como também em *História da República rio-grandense*, livro no qual endossa os itens referentes à formação

³¹⁷ Ibidem, p. 10.

³¹⁸ Idem, p. 11.

³¹⁹ Idem, p. 11.

econômica - estâncias de criação, pastoreio, charqueadas -, e à constituição social do estado, calcada na ação lusitana e na democracia sulina pampiana.³²⁰

Para acompanhar os debates em voga na agenda de pesquisa nacional, Dante de Laytano menciona Gilberto Freyre, cuja importância das inter-relações estabelecidas entre a casa grande e a senzala, tornou-se o pilar de outra democracia, a racial. Junto à abordagem freyreana – que, afinal, dialogava com a Antropologia Cultural em seus próprios termos -, as considerações de Salis Goulart, unidas aos relatos de Saint-Hilaire, forneceram uma nova roupagem aos escritos de Laytano. Mesmo ainda preso a uma historiografia mais conservadora (distante que era dos debates culturalistas), Dante procede à “colagem” dos pressupostos de Freyre à construção teórica e historiográfica do espírito democrático dos estancieiros lusitanos: “A casa grande, completada pela senzala, representa ‘todo um sistema econômico, social, político’, ensina magistralmente Gilberto Freyre (...). A significação da casa é um elemento primário no estudo do caráter de um aglomerado humano.”³²¹

Ao mesmo tempo, em Laytano, as indagações apresentadas acerca das relações entre a vastidão dos campos verdes do pampa e o tipo de sociedade surgida em terras meridionais no século XIX correspondem, marcadamente, à caracterização de Salis Goulart. Neste cenário, insere-se a participação militar do negro, percebida por Dante em sua comunicação:

A estância é medíocre, a atividade do homem de campo se conduz sempre distante da casa, perde-se na planície, alimenta-se em pleno deserto verde (...). Isso nas épocas normais, porque, durante as lutas armadas, então, a fazenda é um desolado casarão de nenhuma vida. *O acampamento sem o aparato dos quartéis e dos palácios, não inspirava sentimento algum de orgulho nos militares (...)* o negro quando pousa na estância tem a honra de hóspede, porque ele esteve acantado na mesma barraca do fazendeiro durante as últimas marchas. Democrático, o homem da estância, pela falta de pompa da habitação, pela ausência de tradição e pelo acanhamento do espírito, as suas origens guerreiras se desenvolveram com os característicos eminentemente populares. O negro foi mais companheiro do que servo...³²²

Evidentemente, as descrições de Jorge Salis Goulart e Dante de Laytano não foram resultantes somente da interlocução estabelecida entre a geografia e a história. Como historiadores orientados pelos princípios empíricos da manipulação documental positivista, ambos recorreram a fontes oficiais escritas. No caso de Goulart, por exemplo, a simplicidade da estância é atestada pelos bens arrolados em inventários de estancieiros do século XIX, a

³²⁰ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983. p. 205.

³²¹ LAYTANO, 1940. Op. Cit., p. 99.

³²² LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 100.

partir dos quais o autor busca comprovar a escassez de riquezas naquelas células sociais³²³. Somados aos inventários, estão os relatos de viagem de Saint-Hilaire³²⁴, quando de sua passagem pelo Rio Grande do Sul, em 1823, cujas descrições embasaram documentalmente as considerações sobre a democracia no pampa, o bom tratamento dispensado aos escravos nas atividades pastoris e a simplicidade das estâncias.

Esses mesmos relatos foram utilizados por Dante de Laytano não só nas descrições acima citadas, como também na montagem do quadro histórico-social que seria característico das charqueadas: trabalho escravo violentamente tratado pelos feitores, definidos como agentes de uma “barbaria escravagista” presente nas “primeiras células industriais” rio-grandenses³²⁵. Novamente, o acampamento militar aparece como um refúgio, onde os negros encontraram sua “verdadeira casa”: “no acampamento o repouso seguro e no combate uma demonstração de coragem e energia”³²⁶.

Em *História da República Rio-Grandense*, é em Nicolau Dreys, outro viajante francês que passou pelas terras do Brasil meridional, que Laytano busca os elementos para compor o perfil das qualidades guerreiras dos negros do Rio Grande:

Dreys, referindo-se ao nosso negro, com a simplicidade que o caracteriza como um narrador sério, diz: ‘... negro é um bom soldado e talvez seja essa a única profissão para que ele é naturalmente próprio. Um amigo nosso, oficial superior da República Argentina, chamava os negros – Suíços da América – em referências às suas disposições guerreiras.’ Os farrapos encontraram nos negros, não o soldado mercenário de seu Estado criado pelas bolsas avaras de Portugal, em comum pela libertação das necessidades regionais presas aos grilhões da Corte, como reflexo da inépcia daquela Metrópole de esbanjamento e decadência. Os negros constituíram por todos os títulos, um elemento poderoso para a conquista dos ideais de 35.³²⁷

Para Laytano, a presença negra no Rio Grande do Sul aparece previamente subordinada não só à sociedade já construída pelo espírito democrático lusitano dos

³²³ GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martim Livreiro/ Caxias do Sul: EDUCS, 1985. p. 43-49.

³²⁴ Segundo Renato da Silveira, o naturalista Auguste Saint-Hilaire fez parte de um grupo de cientistas que encabeçaram consideráveis renovações nas ciências francesas. Herdeiros da “fê iluminista nas forças da razão”, esses personagens assumiram a tarefa de construir uma nova sociedade, transformando a “ciência em força produtiva massiva”. Todos eles assumiram postos políticos, administrativos e militares e substituíram a Academia Real pelo Comitê de Instrução Pública, instituição que agrupou as ciências, o ensino, as técnicas, a pesquisa e a cultura. Nesse período, esses homens tornaram-se as figuras públicas de maior autoridade na França. SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Salvador, *Afro-Ásia*. n. 23, 1999. p. 92.

³²⁵ LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro* (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 101.

³²⁶ Idem, p.101.

³²⁷ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983. p. 210.

estancieiros, como também aos ideais republicanos farroupilhas. Ou seja, mesmo apontando para o considerável “coeficiente” de afro-descendentes existentes no Rio Grande do Sul durante o século XIX, tal constatação não vai além dos cenários histórico-sociais pré-estabelecidos na historiografia sulina. Mesmo Gilberto Freyre, o representante máximo do regionalismo preservador das tradições herdadas de além-mar, procede a descrições mais detidas dos elementos de cultura deixados pelos africanos no processo de inter-relação entre casa grande e senzala.

Particularmente, refiro-me ao quarto capítulo de *Casa Grande e Senzala*, no qual Freyre analisa o “Escravo negro na vida sexual e de família do Brasileiro”³²⁸. Através da manipulação de conceitos construídos com base em princípios do neo-lamarckianismo – transmissão biológica de caracteres adquiridos no ambiente natural e social, onde os representantes de cada uma das raças deveriam viver em equilíbrio para construir uma sociedade harmônica³²⁹ -, Freyre pretende descrever e analisar as influências dos africanos na sociedade contemporânea brasileira. Longe, portanto, de romper com o conceito biológico de raça, o autor pontua uma série de elementos culturais que formariam parte dos costumes reproduzidos pela elite rural pernambucana. Devidamente caldeados pelo processo biológico e cultural da mestiçagem, os negros africanos de outrora teriam imprimido na cozinha, nas “cantigas de embalar menino”, nas histórias infantis e nas brincadeiras das crianças as suas contribuições para a cultura brasileira.

Dessa forma, mesmo participando de redes sociais mais amplas referentes aos debates das ciências sociais nacionais, Dante de Laytano não incorpora alguns dos pontos-chave das discussões encabeçadas pelos seus principais interlocutores. A escravidão e as relações raciais não são, em si, o objeto central de análise. Perpassam as argumentações e contribuem para a construção das teses, mas não apresentam reflexões mais inovadoras sobre o problema.

É assim que, ao lado das “raras” estatísticas e censos demográficos que comprovariam a existência dos negros em “proporções apreciáveis” no Rio Grande do Sul, bem como das afirmações sobre a “quietude tumular” que teriam acompanhado os silêncios sobre a presença afro-descendente no estado, Laytano procede à sua análise em *O negro e o espírito guerreiro na formação do Rio Grande do Sul*.

³²⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

³²⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.

Com o objetivo de quebrar os silêncios por ele detectados na historiografia sulina quanto à contribuição dos negros para a formação do estado, Dante cita, por exemplo, as estatísticas militares do século XVIII recolhidas pelo tenente Córdova e apresentadas, posteriormente, por Aurélio Porto:

(...) observando aquele censo temos uma população de 9433 brancos, 5102 negros e 3888 índios distribuída em 14 localidades onde como Cachoeira, Triunfo e Anjos da Aldeia o elemento negro era superior ao branco e outros núcleos como Rio Pardo, Mostardas e Viamão a população negra era quase igual à branca.³³⁰

Ainda quanto aos documentos manipulados para atestar os contingentes negros do Rio Grande do Sul, Laytano apóia-se em números coletados por Eleutério Camargo no século XIX e em assentamentos de batismo do século XVIII, ambos os conjuntos de fontes igualmente divulgados por Aurélio Porto. Com base nessas fontes, nosso autor chega a duas conclusões. A primeira é a de que os negros teriam entrado no Rio Grande juntamente com os contingentes lusos, bandeirantes e fronteiriços nos anos 1700:

Retornando aos índices colhidos por Aurélio Porto (...) apreciaremos que o africano entrou logo junto com os contingentes do século XVIII que vieram tomar posse na Capitania d'El Rey. O presídio de Jesus-Maria-José, fundado em 1737, acusa nos livros iniciais de batismo o seguinte: 71 batismos de brancos, 31 de índios e 24 de negros em 4 anos. (1738-41).³³¹

A segunda conclusão se refere ao suposto desaparecimento desses afro-descendentes entre 1824 e 1835, período em que a predominância do trabalho livre, a emancipação política do país e a entrada de imigrantes europeus teriam substituído os escravos:

Ao chegar em 1823 a população negra baixa para 15000 e a branca sobe para 85000. De 1824 a 1835: trabalho livre – emancipação política do país – crescimento da população pela imigração – retiram-se os trabalhadores escravos – 4736 colonos os substituem.³³²

É importante ressaltar que, mesmo possuindo informações documentais acerca da presença africana nas primeiras entradas povoadoras do Rio Grande, Dante de Laytano não incorpora esses dados em sua interpretação. Basta atentar para o fato de que, nas primeiras linhas de sua comunicação, ainda são preservadas as caracterizações de Salis Goulart sobre a preponderância lusitana e, em menor medida, bandeirante, nos tempos primordiais da

³³⁰ LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 102.

³³¹ Idem, p.103.

³³² Idem, p. 103.

colonização. Dessa forma, Dante mantém intactas as qualidades naturais de estancieiros democráticos que, ao lado dos peões, formariam o tipo social sul-rio-grandense. Sob essa perspectiva, está igualmente subentendida a relação existente entre classe e raça na composição do panorama histórico-social do estado: invariavelmente, os estancieiros eram lusitanos puros (ou descendentes diretos de lusitanos); os peões de estância, mestiços de índios com brancos e, os pobres, negros e mestiços de negros.

Indo nessa direção, ao restringir a presença negra ao período da escravidão, além de não apontar as influências culturais que os afro-descendentes poderiam ter imprimido à sociedade sulina contemporânea, Dante enuncia a substituição das manifestações da negritude pelos contingentes de imigrantes brancos. Sobre esse último aspecto, é apresentada uma segunda explicação, cujo conteúdo não é histórico (substituição da mão-de-obra escrava), mas racial biológico: o caldeamento sofrido entre negros e indígenas, comprovado pelos relatos de Saint-Hilaire³³³. Nesse caso, é fundamental perceber a afirmação implícita de que a herança africana não teria imprimido suas marcas na população branca do Rio Grande do Sul, visto que a miscigenação biológica entre brancos e negros, tal como proposta por Gilberto Freyre, não teria existido no Brasil meridional. A suposta inexistência de pessoas mestiças de raças ditas desaparecidas (negra e indígena), dava a tônica da construção do gaúcho como um homem branco, não só devido à ascendência portuguesa, como também à própria ausência de negros no ponto da mistura. Afinal, a raça negra teria se caldeado com a indígena, sendo a branca – representante dos gaúchos -, preservada nesse processo ou, no máximo, misturada ao sangue índio, no caso dos peões de estância.

Se, levarmos essa lógica à possibilidade última de interpretação, podemos deduzir que, para Laytano, no Rio Grande do Sul não existiriam mulatos. Menos ainda, pretos. É o que esclarece o autor em *História da República Rio-Grandense*:

Não fomos nenhum bom mercado de escravos nem sequer constamos dos primeiros mapas do povoamento negro do Brasil. O Rio Grande, se deslocando quase três séculos da civilização brasileira, teve, em compensação, uma menor dosagem preta na formação de seu tipo mestiço. Ainda, o atrito negro mais se enfraquecia diante da colonização européia, que processamos, em menos de cinquenta anos de desbravamento do nosso território pela metrópole.³³⁴

Evidentemente, a comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, na qual Dante apresenta suas estatísticas populacionais com recorte racializado, foi

³³³ Ibidem, p. 102-103.

³³⁴ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983. p. 205.

escrita depois de 1936, ano da primeira edição do livro acima citado. Mesmo assim, é interessante notar que, além de não ter incorporado os dados constantes nas fontes, o autor tenha se desprendido da “civilização brasileira” justamente no texto em que busca angariar brasilidade para o Rio Grande. Nesse sentido, pode ser detectada uma contradição entre a intenção de Laytano e aquilo que ele escreve, já que a negritude – e suas variadas formas de mistura mais claras ou mais escuras - deveria fazer parte dos ingredientes brasílicos demonstrados. Porém, analisando a problemática sob outro ângulo, ou seja, atentando para os contingentes brancos enfatizados em *O negro e o espírito guerreiro na formação do Rio Grande do Sul*, o Brasil meridional estaria em perfeita harmonia com o todo nacional formado, fundamentalmente, por luso-descendentes. Ao menos da perspectiva de Freyre, cujo regionalismo nordestino inspirou os escritos regionalistas de Dante.

A decadência da escravidão e a adoção da mão-de-obra livre são também explicadas pelo espírito democrático natural aos estancieiros que “não suportara nunca a escravatura africana”³³⁵. Por sua vez, a escravatura não seria compatível com a “linha geral do sentimento gaúcho que [se] traçava num desprezo pelas manobras de acumular dinheiro com o capital humano”³³⁶. Entendido como uma necessidade social dos tempos áureos da criação de gado e das charqueadas pelotenses, o sistema econômico incompatível com o espírito de liberdade dos gaúchos, afinal foi extinto. Em seu lugar, veio a mão-de-obra livre formada por brancos europeus:

Todo o norte e o centro do Brasil apelava para o trabalhador negro, enquanto o remédio para corrigir o desastre agrícola do sul era o de trazer o camponês alemão. A política imigratória do Império não procurou somente atender as razões do clima, porém o fundo psicológico do novo povoador (...). Um mundo diferente, a terra virgem, um céu bem claro e isolado para criarem novos núcleos, novas colônias, novas roças, que foram novas vilas e novas cidades da América livre e ainda meio bárbara.³³⁷ [grifos meus]

Para além dos comentários necessários à suposta compatibilidade de alemães e italianos com as condições geográficas favoráveis existentes em terras sulinas, são dignas de atenção as comparações estabelecidas entre o norte, o centro e o sul do Brasil. Já comentamos que em Jorge Salis Goulart a vida dos estancieiros gaúchos foi comparada com a dos latifundiários nordestinos. Na caracterização proposta por Salis Goulart, os latifundiários nordestinos foram considerados cultivadores da opulência e do luxo e os estancieiros gaúchos

³³⁵ LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 104.

³³⁶ Idem, p. 106.

³³⁷ Idem, p. 104.

afeitos às simplicidades. A este quadro, Dante de Laytano acrescenta um novo elemento quando atribui, a outras regiões brasileiras, uma dupla designação: a de escravocratas avessos ao trabalho livre e a de mestiços e negros, visto que, em outros lugares que não o Rio Grande do Sul, a escravidão teria perdurado por mais tempo, possibilitando a recepção de maiores contingentes de pessoas pretas. Nesse sentido, se analisada relacionalmente, a construção de tipos sociais racializados tem sempre em vista a ideia do “outro”, daquele que é diferente de si mesmo e, talvez, inferior e menos civilizado. Ao menos é o que Dante afirma, implicitamente, com base em citação feita a um dos trabalhos de Oliveira Vianna: “Oliveira Vianna, na sua *Evolução do Povo Brasileiro* reafirma o conceito de que ‘o gaúcho atual é o mais organizado dos nossos tipos regionais.’”³³⁸

José Francisco de Oliveira Vianna influenciou profundamente diversos intelectuais que escreveram sobre a formação brasileira sob um viés regionalista. Um de seus mais conhecidos livros é intitulado *Populações Meridionais do Brasil* (1920), no qual o autor estabelece um quadro comparativo entre as constituições históricas, sociais e culturais do Rio Grande do Sul e de São Paulo, apresentando caracterizações acerca de ambos os estados³³⁹. Com esse objetivo, Oliveira Vianna define sua obra como:

uma tentativa de aplicação desses critérios novos [antropo-geografia de Ratzel e teorias raciais do darwinismo social de Gobineau e Lapouge], à interpretação da nossa história e ao estudo da nossa formação nacional. Todo o meu intuito é estabelecer a caracterização social de nosso povo, tão aproximada da realidade quanto possível, de modo a ressaltar quanto somos distintos dos outros povos (...).³⁴⁰

Metodologicamente, o autor estabelece contornos regionais de abordagem da realidade brasileira, sendo os estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul os representantes máximos da categoria *meridional*. Contrário “ao preconceito da uniformidade do nosso povo”, Oliveira Viana percebe nas diferenças existentes entre caldeamentos étnicos (aqui, sinônimo de raciais), bem como em fatores sociais e históricos, as condições para a formação de três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas e a dos pampas. Para cada uma delas, fora atribuído um tipo diferente: o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Tal tipologia fora construída com base em classificações raciais biológicas utilizadas por Vianna para a caracterização física, cultural e psicológica dos representantes sociais das regiões brasileiras.

³³⁸ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983. p. 207.

³³⁹ VIANA, J. F. de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra [s.d]. PRADO, Maria Emília. Leituras da colonização Portuguesa no Brasil do Século XX. *Revista Intellectus*, Ano 5, v. 1. 2006. ISSN 1676-7640.

³⁴⁰ Idem, p.14.

No caso do Rio Grande do Sul e de São Paulo, a mistura entre brancos e índios teria predominado ao lado da quase inexistência de negros, sendo a democracia no pampa e no planalto paulista a principal característica sociológica atribuída por Oliveira Vianna àqueles estados. Essa e outras características foram teoricamente elaboradas a partir de classificações raciais biológicas que atestariam a superioridade civilizatória das populações meridionais em relação às populações do norte, por exemplo. Fundamentalmente, portanto, a tese do autor desenvolve-se sob o ponto de vista do determinismo racial, onde a constituição física dos tipos sociais determinaria sua capacidade de civilização, sobrevivência e progresso³⁴¹. Extremamente conservador, Oliveira Viana submete à raça, as condições de classe dos seres humanos, apresentando um quadro bastante pessimista e discriminatório do desenvolvimento do Brasil, onde a comparação entre sulinos e nortistas ajudou imensamente na constituição estereotipada de tipos regionais. Mais adiante, no terceiro e último capítulo desta dissertação, discutiremos como o regionalismo paulista se conformou sob balizas muito semelhantes ao regionalismo sul-rio-grandense, com base em pressupostos biológico-raciais.

Em *História da República Rio-Grandense*, a citação feita a Oliveira Vianna vem logo após a exposição de estatísticas de povoamento referentes à Capitania de São Pedro nas quais Dante de Laytano apresenta alguns dados sobre o século XIX. Mesmo admitindo a entrada de negros no século XVIII, junto aos bandeirantes e lagunenses que “desceram” para o futuro Rio Grande do Sul, Dante traz alguns dados que autorizam a interpretação de que, progressivamente, a população sulina estaria branqueando: “O Rio Grande do Sul tinha a seguinte população negra: 1814 – 1.439; 1822 – 22.000; 1835 – 100.000; 1872 – 148.770; 1884 – 80.000”³⁴². Desenvolvendo seus argumentos através da combinação entre fontes documentais e teorias raciais, Dante afirma, ao final de suas considerações, que no sul “As cifras não apresentavam, nas parcelas negras, aquele mesmo acúmulo que se registrava nos centros econômicos do resto do Brasil”³⁴³. E completa:

³⁴¹ Segundo Maria Emília Prado, *Populações Meridionais do Brasil* se inscreve num contexto em que as possibilidades de futuro do Brasil oscilavam entre a cópia do modelo liberal norte-americano e a reivindicação das heranças coloniais européias. Defensor da segunda “solução” para os problemas brasileiros, Viana tinha por objetivo político conhecer a estrutura social brasileira em seu próprio tempo, para que seus contornos fossem definidos e suas deficiências sanadas. Como balizas interpretativas, além dos determinismos geográfico e racial, o autor estabeleceu dois elementos centrais: 1) Estrutura social inclinada para um vertente doméstico privatista; 2) Propriedade privada da terra. PRADO, Maria Emília. Leituras da colonização Portuguesa no Brasil do Século XX. *Revista Intellectus*, Ano 5, v. 1. 2006. ISSN 1676-7640.

³⁴² LAYTANO (1983) Op. Cit., p. 207.

³⁴³ LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983. p. 207.

Estudando a proporcionalidade das raças no Brasil em 1890, temos, em função do Rio Grande, alguns aspectos dignos de observação. A percentagem dos brancos na nossa população foi de 70,37%, somente ultrapassada por Santa Catarina, que tinha 84,79%, quando existiam Estados, como o de Alagoas, com 31,08% apenas. A população de caboclos foi, entre nós, de 5,35%, ultrapassado por Santa Catarina em 3,25% e Distrito Federal em 3,33%, chegando à mais alta percentagem no Amazonas, 48,38%, no Pará 39,94% e no Ceará 37,12%. A população de mestiços nos pampas era apenas 15,80% e atingiu a 48,99% no Sergipe, a 46,19% na Bahia e 41,42% no Mato Grosso. Apenas Santa Catarina com 7,16% tinha uma percentagem inferior ao Rio Grande. A proporcionalidade, quanto ao negro, era a seguinte: Rio Grande do Sul, 8,68%; abaixo, Santa Catarina 4,80%, Amazonas 3,03%, Paraná 5,37%, Pará 6,76%, Paraíba 7,08% e Ceará 8,65%. Acima, no máximo: Rio de Janeiro 46,79%, Minas 38,31%, Espírito Santo 36,09% e Bahia 20,39%.³⁴⁴

Num período em que as teorias reunidas sob o rótulo de *branqueamento* estavam ainda operantes no contexto do desenvolvimento do campo de estudos africanos e de relações raciais, Dante de Laytano parece corroborar tal perspectiva. Nesse sentido, analisando rapidamente a citação acima colocada, onde o Rio Grande do Sul aparece como o estado mais branco do Brasil depois de Santa Catarina, torna-se pertinente discorrer brevemente acerca do branqueamento e suas facetas teóricas e analíticas. Vale destacar que a seção denominada *Papel dos negros nas Forças Republicanas*, presente em *História da República Rio-Grandense*, versa, justamente, sobre as “qualidades guerreiras” dos afro-descendentes sulinos, compreendidas com base na discussão até aqui colocada. Essa seção parece ter originado a comunicação apresentada por Dante ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador.

O branqueamento fez parte dos horizontes científicos de inúmeros intelectuais desde inícios do século XX. Seria improdutivo citar a enorme quantidade de trabalhos escritos com base nessa teoria, cujas nuances são muitas e impossíveis de serem matizadas em todos os seus detalhes no espaço deste trabalho. Porém, é possível indicar suas principais balizas teóricas fundadas, principalmente, na ideia de que a miscigenação se daria na direção da formação de uma raça mais branca, pressupondo, para tanto, a existência de raças biológicas. Dentro desse esquema, os negros deveriam cruzar com brancos superiores de modo a extinguir as marcas físicas da ascendência africana, entendida como portadora de inferioridades intrínsecas à sua constituição racial.

No Brasil, um dos primeiros intelectuais a buscar no branqueamento as soluções para os problemas nacionais foi o advogado sergipano Sylvio Romero, um dos inspiradores das obras de Gilberto Freyre. Em finais do século XIX, Romero passou a enunciar a miscigenação como um mecanismo capaz de salvar o Brasil dos males da desorganização social e da

³⁴⁴ Ibidem, p. 209.

impossibilidade de progresso atribuída aos negros africanos que experimentavam a abolição. Nas páginas da Revista do IHGB, suas interpretações foram colocadas ao lado de teses mais pessimistas que entendiam a “questão racial” como insolúvel e condenatória ao futuro da nação.³⁴⁵ A ideia do “caldeamento”, tão cara às elites intelectuais brasileiras durante toda a primeira metade do século XX, fora assim relacionada à necessidade da entrada de maiores contingentes brancos para a substituição da mão-de-obra escrava, considerada incapaz de empreender atividades laborais em liberdade. Ao mesmo tempo, a mestiçagem tal como interpretada sob a teoria do branqueamento perpassou inúmeros projetos de imigração e se colocou como teoria hegemônica nos âmbitos políticos e científicos do Brasil³⁴⁶.

As considerações de Dante de Laytano sobre a formação da população sul-rio-grandense apontam para este sentido, já que construídas com base na suposição de que, necessariamente, os negros teriam desaparecido com o fim da escravidão e com a entrada de alemães no estado. Enfim, estavam dadas as premissas para a construção de uma idéia branca para a formação do Rio Grande do Sul. Os valores de liberdade, benevolência, democracia e aversão ao sistema escravista e à divisão da sociedade em classes foram implicitamente atribuídos a colonizadores lusitanos brancos. Procedentes de um país específico, composto por gentes trabalhadoras e capazes de realizar a civilização da pampa em harmonia com o meio geográfico, os portugueses são, ao fim e ao cabo, os estancieiros sulinos.

De todos os valores e qualidades morais arrolados em Laytano, nenhum é atribuído aos negros que teriam existido no Rio Grande durante a escravidão. Isso aponta, igualmente, para a construção relacional das classificações raciais, já que as qualidades que os brancos têm faltam à constituição étnico-racial dos “outros”, nesse caso, os negros. Nesse passo, compreender a composição do tipo social gaúcho sob as lentes da *branquidade* ajuda, inclusive, a entender a mestiçagem, pois o importante não é perceber o quanto de sangue negro corria nas veias dos sul-rio-grandenses. Melhor seria atentar para o grau de herança branca que existiria no estado, em comparação à realidade racial de outras regiões. Ainda, não bastava ao Rio Grande do Sul apresentar em seu corpo social gradientes de branquidade quaisquer: era preciso ser majoritariamente descendente de lusitanos, protagonistas da unidade nacional.

³⁴⁵SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 115.

³⁴⁶ Ver: SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ CCBB, 1996.

Mas, já que Laytano considerou em *O negro e o espírito guerreiro na formação do Rio Grande do Sul* a participação africana e afro-descendente nas principais células sociais do estado, vejamos como foram caracterizados os nossos contingentes “de cor”. Fundamentalmente, são combinadas classificações étnico-raciais baseadas na procedência desde África e em características físicas.

De início, Dante discorre brevemente sobre as reflexões de Nina Rodrigues concernentes aos negros maometanos. Relembrando a discussão que realizamos acerca das influências teórico-metodológicas sobre os trabalhos de Arthur Ramos, Nina delegou aos iorubas, procedentes da região do Sudão Ocidental, características culturais e religiosas mais complexas e sofisticadas, em comparação às demais etnias representantes da raça negra. Tratava-se, portanto, de uma hierarquização estabelecida entre os negros, baseada em padrões culturais brancos ocidentais. Segundo Laytano, o médico maranhense teria atribuído ao islamismo – principal laço de solidariedade estabelecido entre os malês – o espírito guerreiro e a capacidade de formação dos grandes impérios por eles constituídos no continente africano. Sobre esse aspecto, Dante discorda de Nina, afirmando a existência desse mesmo espírito nas origens de todos os povos negros. Com base nessas reflexões, Laytano parece justificar a pouca presença dos iorubas no Rio Grande do Sul, diante dos intelectuais presentes no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, discursivamente filiado à Escola Nina Rodrigues:

Os nossos contingentes de negros arabizados foram pequenos, mas a superioridade racial do tipo explica um fácil predomínio sobre o resto da população africana (...). Jorge Salis Goulart, na sua obra citada [*A formação do Rio Grande do Sul*], falando do povoamento do Rio Grande: ‘Quanto aos negros, a mesma diversidade, a não ser a elevada dolicocefalia.’ Os negros arabizados eram de elevada estatura e o índice de dolicocefalia foi, na escola de Chamberlain, o tipo para o homem superior. Essas meditações podem ser substituídas pela afirmação de que o negro, ao chegar ao Rio Grande procedia dos mercados de escravos do Rio ou vinham dos batalhões das outras capitanias, mas se diria que não vieram diretamente da África. Nessa mescla, os tipos inferiores cederam aos superiores.³⁴⁷

Nessa passagem, estão bem representados alguns dos modelos analíticos que perpassaram os trabalhos de Dante de Laytano, do ponto de vista das relações raciais. Em primeiro lugar, pode ser destacada a afirmação de que os negros procedentes da África teriam “cedido” à superioridade dos escravos africanos vendidos nos mercados do Rio de Janeiro e de outras capitanias. Tal interpretação afirma, implicitamente, a superioridade atribuída aos afro-descendentes que serviram como mão-de-obra no Rio Grande do Sul durante o século

³⁴⁷ LAYTANO, Dante de. *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 112.

XIX. Já devidamente miscigenados, os inferiores não teriam feito parte dos contingentes desembarcados no Brasil meridional, cabendo aos estancieiros proprietários de escravos os melhores exemplares da raça negra. Apesar de propor a substituição das reflexões de Salis Goulart no que concerne à elevada “dolicocefalia” de nossos contingentes, Dante apóia-se nessa mesma classificação biológica para hierarquizar o grupo racial dos negros e dotar o Rio Grande de uma superioridade calcada não só nos brancos lusitanos, como também nos negros misturados. Dessa forma, parece essencial explicar, em linhas gerais, as teorias e métodos sob os quais Salis Goulart se apoiou para chegar às suas conclusões.

Após considerar a superioridade cultural dos “negros arabizados” sobre as demais etnias africanas, Laytano busca nas classificações raciais da Antropologia Física as semelhanças que existiriam entre os negros do Rio Grande do Sul e os malês. Para tanto, recorre novamente aos escritos de Jorge Salis Goulart, especificamente ao oitavo capítulo de seu livro, intitulado *O problema das raças*. Neste capítulo, Goulart discorre sobre os contingentes raciais formadores do Rio Grande que seriam majoritariamente compostos de açorianos brancos com “forte dosagem de sangue germânico”³⁴⁸. Nesse sentido, às diversas etnias indígenas foi reservado o papel de colaboradoras dos dominadores portugueses: “(...) auxiliaram-nos quer na paz como na guerra, e desde então, uma enorme corrente de imitações recíprocas transmitiu de uma a outra raça idéias e sentimentos, hábitos e sistemas de vida”³⁴⁹. No entanto, na tese de Goulart a presença indígena foi restrita aos primórdios do povoamento da Capitania de São Pedro, tendo logo desaparecido devido às doenças e ao alcoolismo.

Em relação aos negros, Goulart atestou a insignificância desses contingentes no Rio Grande do Sul, devido à pouca exigência de braços para o desempenho das atividades pastoris, realizadas mais pelos estancieiros e peões do que pelos escravos. As exceções, como de praxe, ficaram por conta de Pelotas e Porto Alegre, locais marcados pela empresa do charque. Contudo, mesmo afirmando a quase inexistência de afro-descendentes no Brasil meridional, o autor considera que os poucos representantes da raça negra habitantes da região

³⁴⁸ Segundo o autor, os Açores teriam sido povoados pela raça flamenga, descendentes diretos dos brancos germânicos. Sobre a construção da idéia de um estado branco e civilizado, vale citar a perspectiva de Goulart quando compara o Rio Grande a outras regiões: “Temos reservas raciais poderosíssimas para fornecer ao Brasil fatores grandiosos de atividade capaz de formar na grande corrente nacionalista que fará desse amontoado de raças, diversas relativamente aos caracteres físicos, um grande povo com os mesmos desejos e as mesmas ambições, com os mesmos arrebatamentos de glória; uma raça espiritual em suma que há de elevar o Brasil entre as mais ricas e as mais fortes nações do mundo. Vê-se perfeitamente que ao povo do extremo sul coube um dos melhores quinhões no que diz respeito ao problema étnico e ao geográfico. Todas as vantagens se acumularam do nosso lado: um solo rico, um clima temperado, um dos povos mais eugênicos da América do Sul.” GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martim Livreiro/ Caxias do Sul: EDUCS, 1985. p. 180 – 192.

³⁴⁹ Idem, p. 178.

sul seriam, ainda assim, superiores aos demais contingentes de outras localidades, devido à sua procedência, bem como aos seus altos índices de dolicocefalia. Por sua vez, essas classificações foram buscadas nas obras do médico e anatomista francês Paul Broca, um dos fundadores da Sociedade de Antropologia de Paris, em 1859³⁵⁰.

Na segunda metade do século XIX, enquanto a Antropologia Física passava ao estatuto de disciplina científica, a politização das teorias científicas estava em andamento³⁵¹. Tal processo ocorrera precisamente na época da expansão imperialista da Europa ocidental, em direção aos continentes africano e asiático, onde os contatos entre culturas européias e não-européias suscitaram nos cientistas a necessidade de voltar as pesquisas institucionais para o estudo dos povos “selvagens” ou “primitivos”. Sob essa perspectiva, Broca passou a desenvolver o método craniométrico, com o objetivo de elaborar uma hierarquização da humanidade, calcada na relação entre o nível de inteligência dos seres humanos e o volume de seus cérebros³⁵². Associados a este primeiro procedimento, estavam outros aspectos exteriores do corpo, tais como a cor da pele, a qualidade dos cabelos e os ângulos faciais. Partindo deste quadro, Broca organizou uma pirâmide evolutiva na qual os brancos europeus ocidentais ocupavam o topo e os negros e amarelos não-ocidentais se revezavam na base. Em Broca, os termos *dolicocéfalo*, *braquicéfalo* e *mesaticéfalo* são os nomes científicos dos tipos sociais racialmente classificados. O emprego desses termos variou muito e, na realidade, nunca houve um consenso acerca de quais grupos sociais deveriam receber essas designações³⁵³.

Particularmente, em Salis Goulart, os dolicocéfalos seriam os açorianos descendentes de arianos, enquanto os braquicéfalos representariam os italianos e demais portugueses de pele mais morena e baixa estatura. Paradoxalmente, o autor identifica elevados graus de dolicocefalia nos negros vindos para o Rio Grande do Sul, cujo índice cefálico, portanto, seria semelhante ao dos brancos mais superiores. Ou seja, mesmo admitindo a presença de negros inferiores no estado - somente nas charqueadas onde, supostamente, não se desenvolveu o espírito de liberdade e de democracia nato aos estancieiros lusitanos -, essa mesma presença

³⁵⁰ STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Antropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*, v. 65, n. 3, jul., 2004. p. 483.

³⁵¹ SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Salvador, *Afro-Ásia*, n. 23, 1999. p. 112.

³⁵² Idem, p. 114.

³⁵³ Goulart, inclusive, estabelece um diálogo com Oliveira Vianna em *A Formação do Rio Grande do Sul*, contestando a tese do autor fluminense de que a dolicocefalia seria um índice absoluto de superioridade: “Se a dolicocefalia é um índice de superioridade, como compreender o fato de serem as raças negras fortemente dolicocéfalas?” A indagação foi feita com base nas afirmações de Oliveira Vianna de que os dolico-louros seriam os mais nobres representantes da raça ariana.

GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martim Livreiro/ Caxias do Sul: EDUCS, 1985. p. 182-183.

foi teórica e metodologicamente moldada aos padrões brancos. Do ponto de vista da cor, a raça era negra, mas, em termos craniométricos, era mais próxima à branca, sendo este o padrão convertido em meta evolutiva para a qual todos os “primitivos” deveriam caminhar. Assim, os africanos e afro-descendentes sulinos seriam superiores aos demais representantes de sua raça, por conta de seus índices cefálicos.

A branquidade, enquanto lugar privilegiado de classificação do “outro”, está subentendida nessa hierarquia. Embora o método de Broca englobe todas as raças da humanidade, ele parte do pressuposto da superioridade civilizatória branca, estabelecida em seus contornos físicos, culturais e sociais, como um caminho natural a ser seguido. Nesse sentido, compreende-se também o tipo de evolucionismo proferido por Broca. Como neolamarckiano³⁵⁴, o cientista acreditava que as características adquiridas, através da adaptação ao meio físico e social, poderiam ser transmitidas hereditariamente. Durante o processo evolutivo, existiriam remotas possibilidades de elevação dos índices cefálicos dos “primitivos” aos níveis satisfatórios de civilidade, já que seus antepassados teriam lhes transmitido biologicamente as características inferiorizadas somente constantes nos civilizados. Sob essa perspectiva, são incluídos, num único escopo, aspectos físicos, morais e intelectuais a serem “conquistados” pelas raças inferiores³⁵⁵.

A combinação entre a idéia de raça biológica e caracteres psicológicos aparece, por exemplo, nesta afirmação de Salis Goulart:

Consultando grande número de testamentos antigos, chegamos à conclusão de que *entre os tipos da raça negra que aqui predominaram* se destacam dois: tipo Guiné (tribo Sanga, Cassangue, Mina, habitantes da Nigricia, entre o Senegal e o Equador) e o tipo Congo, negros do Congo e de Angola, *predominando principalmente o tipo Guiné, psicologicamente superior aos outros negros.*³⁵⁶ [grifos meus]

Portanto, mesmo utilizando a procedência como critério classificatório, o autor guarda em sua interpretação o tipo de hierarquização característica do evolucionismo racista calcado em padrões de branquidade. Já Dante de Laytano, em citação quase despreziosa a Pedro Calmon, coloca um segundo fator que, somado à dolicocefalia, explicaria a superioridade dos negros entrados no Rio Grande do Sul. Após considerar a miscigenação entre negros superiores e inferiores como um dos aspectos característicos das qualidades raciais dos contingentes sul-rio-grandenses, afirma:

³⁵⁴ STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Antropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*, v. 65, n. 3, jul., 2004, p. 483.

³⁵⁵ Idem, p. 483.

³⁵⁶ GOULART, Op. Cit. p.182.

Se a importação foi direta do continente negro ou, ao menos, abundante, o Rio Grande era um bom terreno para a cultura dos instintos guerreiros do africano. ‘O *português* levara à Angola as suas roças de mandioca, para habituar o congolês ao alimento brasileiro, depois trouxe a nagô e a benguela para ter os filhos no Brasil (...). *Mudou a África e fixou-a*, como diz Pedro Calmon e dessas últimas fases do comércio de escravos talvez sejam as nossas entradas dos negros.³⁵⁷ [grifos meus]

Nessa citação, alguns dos elementos de cultura das etnias africanas, trazidas para o Brasil, são atribuídos às ações dos portugueses em África. Tal constatação, em si mesma, não apresentaria maiores complicações no sentido do estabelecimento de hierarquias racializadas. Porém, contextualizada no conjunto dos textos de Dante de Laytano, ela significa o prévio processo de civilização e melhoria da raça, empreendido pelos mesmos portugueses considerados a matriz colonizadora e a representação racial superior do Rio Grande do Sul. Seriam os negros sulinos dotados de um espírito guerreiro racialmente natural, porém apenas desenvolvido em sua plenitude no contato com os brancos e com o habitat do Rio Grande.

A essas considerações, Laytano procura acrescentar alguns pressupostos analíticos de Arthur Ramos. Curiosamente, eles não se referem às classificações étnico-culturais de Ramos, baseadas na procedência e nas manifestações materiais e imateriais de cultura, cujas referências aparecem rapidamente em *História da República Rio-Grandense*³⁵⁸. Apesar de operar um sistema classificatório baseado na procedência, junto à noção biológica de raça, é na psicologia social que Dante busca explicações para o espírito guerreiro do negro:

O negro ia para combate com uma coragem que seria impossível julgá-la apenas física. ‘O mundo mítico em que se movem os negros brasileiros é a projeção da psique primitiva, onde todas as coisas se unem por laços invisíveis, em participações místicas impalpáveis, onde o eu se confunde com o não eu, onde o microcosmo não se separa do macrocosmo, onde o real não conhece a limitação do irreal’, como ensina Arthur Ramos, o mestre da moderna africanologia nacional.³⁵⁹

Ao longo dos textos de Dante de Laytano problematizados em nossa discussão, as referências a Arthur Ramos e outros autores como Edison Carneiro, Mário de Andrade, Jorge Amado e Gilberto Freyre não possuem caráter teórico-conceitual. Nesse sentido, menções a intelectuais e cientistas sociais renomados nacional e internacionalmente não significaram a subversão ou, ao menos, a incorporação de pressupostos analíticos diferenciados nos trabalhos

³⁵⁷ LAYTANO, 1940. Op. Cit., p. 115.

³⁵⁸ Diz o autor: “A confusão étnica a respeito dos negros, na qual incidiram também dois grandes espíritos como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, foi posta nos seus devidos termos por Arthur Ramos no livro do mestre: Negro Brasileiro.” LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983. p. 204-205.

³⁵⁹ LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 112-113.

de Laytano. A historiografia proferida pelo estudioso sul-rio-grandense continuou filiada a interpretações próximas à raça biológica, ao evolucionismo e ao branqueamento, apontando para o fato de que as referências acima comentadas foram, em grande medida, situacionais e corresponderam a contextos específicos. Em se tratando da comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, naturalmente os nomes de seus principais organizadores e mentores intelectuais formaram parte da estratégia utilizada por Dante com o intuito de estabelecer diálogos institucionais e acadêmicos para além do Rio Grande do Sul. Tal estratégia, ao que parece, resultou em tentativas frustradas de operacionalização de conceitos bastante descolados dos princípios teórico-metodológicos característicos dos ambientes primeiros de produção escrita de Laytano (IHGRS e MJC), cujas elaborações historiográficas não perpassam a adoção de perspectivas de compreensão da presença negra no Brasil meridional, subversivas à racialização biológica.

Ao mesmo tempo, apesar da posição privilegiada de Dante no IHGRS como um dos sócios efetivos mais destacados da instituição - e, portanto, dotado de prestígio o suficiente para modificar os programas de trabalho do Instituto -, bem como das possibilidades analíticas inovadoras colocadas através de suas conversas com autores mais próximos ao culturalismo, as conclusões de Laytano vão noutra direção:

O Rio Grande alontanado da depressão tropical, mais a prática ao ar livre, obrigou ao negro a *adaptar-se num cenário que lembrava algumas estepes africanas* (...). O africano que entrou nas legiões luso-brasileiras de 1737, integrou-se no espírito da sociedade nascente (...). O negro, força viva, *projetou-se, com o luso-brasileiro dos fins dos setecentos e princípios dos oitocentos*, na conquista das fronteiras meridionais da pátria americana, na defesa das grandes células sociais, que foram as estâncias, charqueadas ou lavouras e na consolidação do domínio português do novo mundo, expulsando os espanhóis do Rio da Prata.³⁶⁰

Em Dante de Laytano, o lugar social dos afro-descendentes esteve invariavelmente subordinado aos contornos históricos, sociais e culturais pré-estabelecidos por uma historiografia marcadamente calcada na construção de representações brancas da população do Rio Grande do Sul. O clima ameno, a geografia do pampa, a benevolência e o espírito democrático dos estancieiros lusitanos jamais foram questionados, sendo apenas utilizados como dados a partir dos quais os afro-descendentes deveriam ter sua história e identidade representadas. Nesse sentido, ao invés de incorporar o “elemento negro” às teses sobre a formação histórico-social do Rio Grande sob um olhar que, em parte, valorizasse suas contribuições, o principal ingrediente de brasilidade, remetente ao regionalismo freyreano

³⁶⁰ Ibidem, p. 114-115.

ativado por Laytano, parece ter sido a ênfase depositada na colonização lusitana, bem como na preservação das tradições e do folclore sulinos. Esse conjunto de fatores corroborou o princípio historiográfico e analítico calcado na idéia da existência primordial de uma civilização rural, isenta de diferenças de classe e racialmente constituída pelos melhores e mais trabalhadores contingentes açorianos atuantes no princípio da formação territorial e econômica do Rio Grande. Em contrapartida, para os negros foram atribuídas reminiscências alocadas num passado distante e glorioso, onde a participação nas tarefas militares e econômicas, supostamente já empreendidas pelos latifundiários portugueses e seus peões mestiços de brancos com índios, tornou-se a única porta de entrada possível para os africanos e seus descendentes formarem parte da cultura sul-rio-grandense.

O *espírito guerreiro* - plenamente desenvolvido somente quando deslocado de um contexto onde predominava a negritude (África e mercados de escravos de outras capitanias brasileiras) para outro contexto preenchido com os padrões culturais e civilizatórios brancos - foi pensado com base nas seguintes máximas: classificação racial biológica que comprovaria, cientificamente, a superioridade dos negros sulinos em relação aos demais representantes de sua raça e conjuntura histórica marcada pela defesa das fronteiras e estabelecimento de estâncias, processos caros aos próprios estancieiros de acordo com as teses historiográficas vigentes no período. Com a imigração alemã, iniciada na década de 1820, a escravidão ficaria para trás, juntamente com a heróica e necessária contribuição afro-descendente para a formação do Rio Grande do Sul. Porém, em Laytano os processos em torno da defesa das fronteiras, da Revolução Farroupilha, bem como da substituição da mão-de-obra escrava, evidentemente, eram passado assim como os contingentes da raça negra entrados no estado, caldeados e desaparecidos com a parca miscigenação ocorrida entre negros e indígenas. No presente, teriam restado os brancos descendentes de imigrantes e da “velha gente portuguesa”, protagonista dos primórdios da formação de uma verdadeira civilização nos pampas.

Por outro lado, a afirmação das especificidades do Rio Grande do Sul frente às demais regiões brasileiras estava clara. A perspectiva relacional da construção de uma imagem branca, para o estado, perpassou a elaboração da comunicação de Dante de Laytano, bem como de outros intelectuais sul-rio-grandenses interessados em consolidar uma historiografia de cunho regionalista, desprovida de um dos ingredientes de brasilidade obrigatório nos anos 30, porém preocupada em dar conta da inclusão nacional a partir de outro viés: a comprovação da ascendência lusitana do gaúcho. Dentro deste quadro se deu, portanto, a elaboração teórica do tipo social característico do estado.

Ao mesmo tempo, é evidente que, sob o ponto de vista das relações raciais, nenhum dos autores discutidos neste capítulo se desprende completamente de noções biológicas de raça. Arthur Ramos, por exemplo, guardou em suas obras as classificações raciais de Roquette Pinto e Dante de Laytano operou uma tipologia ainda remetente à Antropologia Física de Paul Broca. Porém, para os fins de nossa investigação, mais importante do que identificar e reconstruir genealogias de matrizes teóricas é perceber como e por que essas mesmas teorias foram manipuladas de maneiras diferentes. As filiações institucionais e formações acadêmicas certamente contribuíram para a construção de interpretações distintas: é inegável a influência exercida pela medicina psiquiátrica e pela psicanálise sobre a obra Arthur Ramos. Da mesma forma, a pertença de Laytano no IHGRS como sócio efetivo emprestou aos seus trabalhos as peculiaridades da historiografia praticada nos Institutos Históricos e Geográficos, cuja produção era ainda hegemônica em diversos contextos intelectuais.

Porém, ambos os autores fizeram parte das mesmas redes sociais através das quais uma agenda de pesquisa nacional foi elaborada com base nas problemáticas colocadas aos autores em seu tempo. O sentido missionário atribuído pelos próprios intelectuais à suas práticas científicas contribuiu para o compromisso assumido por Ramos e Laytano em responder às demandas nacionalistas que se impunham naquele momento. Nesse sentido, a operação de teorias e métodos relaciona-se com essa dinâmica, a partir da qual cada intelectual desenvolveu sua própria estratégia de atuação. No caso de Arthur Ramos, a negritude foi exaltada por meio da instrumentalização de conceitos e metodologias da Antropologia Cultural, combinados à psicanálise. Em Dante de Laytano, a brasilidade ficou por conta da lusitanidade e, justamente por subjugar a presença negra na formação do Rio Grande do Sul a uma identidade branca, seus escritos não deram conta dos princípios brasílicos exigidos, ainda que o autor tenha dialogado com figuras do calibre de Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

Sobre os aspectos particulares às teorias raciais, os princípios analíticos da Antropologia Física já eram amplamente questionados por cientistas sociais e intelectuais brasileiros, devido à recepção de conceitos e métodos contrários à compreensão da condição humana com base em categorias hierarquizantes e discriminatórias. Na década de 30, a valorização da mão-de-obra nacional e a exaltação das qualidades positivas da cultura brasileira e de seu “povo” mestiço constrangeram o racismo científico e, inegavelmente, perpassaram debates políticos e querelas regionais por disputas de poder. Assim, as elaborações científicas de tipos sociais característicos das regiões do Brasil foram colocadas

nessa roda, correspondendo a um contexto político-social mais amplo que envolveu a correlação de forças entre elites estaduais.

Não é nossa intenção explorar profundamente os aspectos políticos que contribuíram para o desenvolvimento da historiografia e das ciências sociais brasileiras. Apenas gostaríamos de ressaltar a existência de tais aspectos e sua importância na construção de parte das trajetórias profissionais de autores importantes para o cenário intelectual, cuja atuação fora influenciada pelas obrigações firmadas em relação à redefinição do protagonismo a ser assumido por determinadas regiões brasileiras, no processo desencadeado durante a Revolução de 30 e consolidado com a instauração do Estado Novo. Sob essa perspectiva, as discussões acerca da presença negra no Brasil possuíram desdobramentos consideráveis nas agendas de pesquisa não só do “centro” do país, como também de suas “províncias”. Nesse sentido, no caso do Rio Grande do Sul, a principal preocupação acalentada pela intelectualidade era a de sanar a demasiada diferenciação histórica e social sulina carente de elementos de brasilidade se comparada ao todo definido como nacional. Inserir a contribuição dos negros nas interpretações historiográficas referentes à formação do Brasil meridional tornou-se, pois, um dos temas mais caros aos homens de ciência do sul.

Nesse contexto, no ano de 1940, ocorreu em Porto Alegre o III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS. Tendo como presidente de sua Comissão Organizadora o então chefe de gabinete do secretário de educação e saúde do estado, Dante de Laytano, o III Congresso do IHGRS demonstrou o quanto as elites intelectuais atentaram para os estudos de relações raciais, abordados naquela ocasião sob velhas e novas teorias muitas vezes colocadas em diálogo. Na grade de programação do conclave, as seções temáticas dedicadas à história do Brasil e do Rio Grande do Sul apresentaram uma série de comunicações nas quais, em alguns casos, é possível perceber as intenções em definir quem seriam os tipos sociais regionais mais habilitados para levar a nação ao progresso. Através de seus textos, paulistas e sul-rio-grandenses chamaram para si a tarefa de “consertar” o país, proferindo caracterizações do *gaúcho* e do *bandeirante*, enquanto heróis fundadores e mantenedores das fronteiras externas e internas brasileiras respectivamente.

No terceiro e último capítulo, portanto, abordaremos alguns casos concernentes aos desdobramentos adquiridos pelas discussões sobre raça e relações raciais. Para tanto, estudaremos dois autores: o sul-rio-grandense, Emílio Fernandes de Souza Docca e o paulista, Alfredo Ellis Junior. Ambos estiveram alocados no mesmo certame no qual a máxima autoridade em assuntos brasílicos, Gilberto Freyre, apresentou texto especialmente escrito

para o III Congresso do IHGRS, bem como proferiu sua conferência intitulada *Continente e Ilha*, cujos significados, naquele contexto, relacionam-se diretamente com as investidas de Dante de Laytano em sua atuação historiográfica nacionalizante.

Estabelecendo comparações entre o evento baiano e o rio-grandense, atentaremos para as condições político-sociais de realização do III Congresso do IHGRS e para as especificidades do programa de trabalho proposto pelos organizadores. Ao lado das diferenças, buscamos observar as semelhanças constitutivas dos conclaves pautados nesta dissertação, desvelando, para tanto, as redes sociais estabelecidas entre os autores, as problemáticas comuns aos escritos dos intelectuais, bem como os instrumentos teóricos e metodológicos manipulados para respondê-las. Assim, temos por objetivo demonstrar que ambos os eventos foram concebidos e realizados num mesmo contexto social, político e discursivo, marcado pela necessidade de atingir a unidade nacional sem, no entanto, perder de vista as especificidades regionais, elas mesmas renovadas ao longo do processo ora narrado.

Tabela 2 – TRAJETÓRIAS DE ARTHUR RAMOS, DANTE DE LAYTANO E EDISON CARNEIRO

AUTOR	NASCIMENTO	FORMAÇÃO	CARREIRA PROFISSIONAL	INSTITUIÇÕES QUE FAZIA PARTE	POSIÇÃO EM INSTITUIÇÕES	CARREIRA POLÍTICA	PARTIDO
Arthur Ramos	Pilar- AL (1903-1949)	Medicina, pela Faculdade de Medicina da Bahia	(1926) - doutorado - Tese Primitiva- Loucura; (década de 20) - psiquiatra do Hospital São João de Deus; perito em casos judiciais; (1928) - livre docência na Faculdade de Medicina da Bahia; (1928) - legista Do Instituto Nina Rodrigues, nomeado pelo chefe da polícia da BA (1928) - Manicômio Judiciário do Instituto Nina Rodrigues; (final anos 20) - redator-chefe dos <i>Arquivos do Instituto Nina Rodrigues</i> ; (1934) chefe da Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal (1935) - professor de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal (1939) prof. de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da UBR; (anos 30) editor da Biblioteca de Divulgação Científica da Civilização Brasileira; (1941) ministra curso sobre 'raça e cultura no Brasil', na Louisiana State University; (1941) Northwestern University, curso sobre aculturação ministrado por Herskovits; (1946) Faculdade Nacional de Filosofia; catedrático de Antropologia e Etnologia; (1946) recebe o título de Doutor em Ciências Sociais; (1949) cientista social da UNESCO;	(anos 20) Faculdade de Medicina da Bahia; (anos 20) clínica psiquiátrica Faculd. Medicina da BA; (anos 20) Hospital São João de Deus (1928) Instituto Nina Rodrigues; (1935) Universidade do Distrito Federal (1939) Universidade do Brasil; (1941) Northwestern University (1941) Louisiana State University (1946) Faculdade Nacional de Filosofia (1949) UNESCO. (?) Sociedade de Antropologia e Etnologia	aluno professor médico psiquiatra; perito em casos judiciais. diretor; médico legista; professor da cadeira de Psicologia Social, catedrático da cadeira de Antropologia e Etnografia; aluno do curso de Herskovits sobre assimilação; ministra curso sobre 'raça e cultura'; catedrático de Antropologia e Etnologia; diretor do Departamento de Ciências Sociais; fundador	x	X
Dante de Laytano	POA - RS (1908-2000)	Direito, pela Faculdade de Direito de POA (1935-1941)	(1928) diretor do jornal da imprensa universitária, <i>Oásis</i> ; (1935) professor de Língua portuguesa colégios Anchieta, Rosário, Júlio de Castilhos; (anos 30) Comarca de Torres: juiz municipal de Sobradinho e Torres; (anos 30) Ministério Público: promotor em Rio Pardo e Cachoeira do Sul; (1934) admitido como 1º oficial do Museu Júlio de Castilhos; (1935) admitido no IHGRS como sócio efetivo; (início anos 40) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUCRS; (1936) secretário de J.P. Coelho de Souza; (Estado Novo) consultor jurídico secretarias estaduais da Agricultura; e Educação e Cult. (1940) Seção do Arquivo do Museu Júlio de Castilhos; (início anos 40) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUCRS; (1943) professor de História da Faculdade de Filosofia da URS; (1952) assume a cátedra de História e Geografia na UFRGS; (1952-1958) dirige o Museu Julio de Castilhos; (1950-1958) dirige a Comissão Estadual de Folclore;	(1935) IHGRS; (meados anos 30) IHGRS; (1934) Museu Júlio de Castilhos; (1940) Seção do Arquivo do MJC; (anos 40) Faculdade de Ciências e Letras PUCRS; (1943) Faculdade de Filosofia da URS; (1944) Faculdade de Filosofia da URS; (1952) Faculdade de Filosofia da UFRGS; (1952-1958) Museu Júlio de Castilhos;	Sócio efetivo; com. permanente de de folclore e línguas indígenas; nomeado primeiro oficial; chefia; professor; fundador professor de português e Literatura Brasileira; catedrático de História Civilização Brasileira; nomeado catedrático da cadeira de História; diretor;	(1930) componente da <i>Agência de Notícias da Revolução</i> , que repassava informes aos jornais do RS e do restante do país; (1938) palestrante no rádio pelo Movimento Intelectual Pró-Estado Novo; (Estado Novo) chefe de gabinete do secretário da da Educação e Saúde, J. P. Coelho de Souza;	PRR PTB
Edison Carneiro	Salvador-BA (1912-1972)	(1936) Direito Faculdade de Direito da BA	(1930) - funda a Academia dos Rebeldes, com Jorge Amado e outros; (1931) edita junto à Academia dos Rebeldes a revista <i>O Momento</i> ; (anos 30) funcionário do Serviço Social da Indústria; (anos 30) funcionário da CAPES; (anos 30) atuou na Comissão Nacional de Folclore, ligada à UNESCO. (1936-1939) - colaborador e redator do <i>O Estado da Bahia</i> ; (1937) - redator de <i>Bahia Jornal</i> ; (1937) propõe a criação da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia; (1939) - colaborador de <i>A Última Hora</i> (RJ); (1939) - colaborador do <i>Jornal do Brasil</i> ; (1939) - redator de <i>O Jornal</i> (RJ) (1947) Comissão Nacional de Defesa do Folclore;	Universidade da Bahia; (anos 30) Serviço Social da Indústria (SESI); (anos 30) CAPES; (1947) UNESCO/ Itamarati;	aluno; funcionário; funcionário; secretário Comissão Nacional de Defesa do Folclore;	x	PCB

4 REGIONALISMOS E RELAÇÕES RACIAIS NO III CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (1940)

Até o presente momento, localizamos os debates ocorridos em torno das relações raciais no âmbito do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Ocorrido em 1937, o evento contou com a participação de inúmeros intelectuais e cientistas sociais brasileiros e estrangeiros dedicados ao tema. Dentro deste recorte espacial e temporal, destacamos as comunicações apresentadas por Arthur Ramos e Dante de Laytano, considerados representantes de duas perspectivas teórico-metodológicas de compreensão da presença africana e afro-descendente no Brasil. Para tanto, buscamos perceber os modelos analíticos operados pelos autores, através de aspectos importantes de suas trajetórias profissionais e intelectuais, articulando a produção escrita a diferentes espaços de enunciação. Com base nessa metodologia, analisamos os conceitos de raça e seus correlatos, presentes naqueles textos, cujos contornos interpretativos culminaram na construção das idéias de uma Bahia essencialmente negra, bem como de um Rio Grande do Sul essencialmente branco.

Ao final do capítulo anterior, também afirmamos que as discussões concernentes à raça e à cultura brasileiras estiveram inscritas no contexto político-social mais amplo da década de 30. Pelos caminhos das relações raciais, as definições de tipos sociais foram elaboradas e manipuladas por intelectuais interessados em definir o protagonismo de suas regiões em âmbito nacional. Versando sobre a construção material, cultural, social e simbólica do regionalismo sul-rio-grandense, Rubem Oliven relaciona o fortalecimento do empreendimento regionalista a uma conjuntura marcada pelas tentativas do governo central em construir, material e simbolicamente, uma ideia homogênea de cultura nacional.³⁶¹ Nesse sentido, a manutenção de particularidades regionais e o estabelecimento de intersecções entre essas mesmas particularidades e o todo nacional fizeram parte do horizonte de preocupações das elites intelectuais envolvidas nas letras e na política.

Com a Revolução de 30, o Rio Grande do Sul se viu, pela primeira vez, projetado nacionalmente. Através da liderança de Getúlio Vargas e seus correligionários, os dirigentes do estado passaram de coadjuvantes a atores principais nas instâncias de decisão mais importantes do Brasil, tendo a oportunidade de alimentar seus valores heróicos e guerreiros,

³⁶¹ OLIVEN, Ruben. *Nación y modernidad: La reinención de La identidad gaúcha en el Brasil*. Buenos Aires: EUDEBA, 1999. p. 48.

bem como de divulgar as coisas do sul.³⁶² Dessa forma, mesmo portando o compromisso de atestar os elementos de brasilidade necessários à inclusão do Rio Grande nas categorias sociais e culturais do “povo” brasileiro, os intelectuais sulinos puderam preservar em seus escritos as peculiaridades que lhe eram tão caras no estabelecimento de diferenças relevantes em relações às demais regiões do Brasil. Conforme Lígia Chiappani Leite:

(...) a propaganda da Aliança Liberal e da Revolução de 30, estava calcada na ‘pretensão superioridade moral e física do gaúcho, conquistada nas lutas heróicas do passado e conservada até o presente; e na crença de que, por ser portador das qualidades ideais, ele está destinado ao papel de regenerador da Nação corrompida e destruída pelos depredadores sucessivos da República.’³⁶³

Os principais trabalhos de Dante de Laytano, comentados no capítulo anterior e correspondentes à nascente pesquisa histórica profissionalizada, foram escritos nessa conjuntura, sob a qual o autor desvelou o papel dos negros e seu *espírito guerreiro* na formação do Rio Grande do Sul. Proferindo interpretações centradas na idéia da “opção riograndense pelo Brasil”³⁶⁴, Dante incorporou o estado à nação pela via da defesa das fronteiras lusitanas constantemente ameaçadas por invasores castelhanos. Consolidando sua atuação como escritor polígrafo e historiador, a publicação de *História da República Rio-Grandense* significou a passagem de Laytano à ainda indefinida disciplina histórica, bem como ao restrito círculo profissional de historiadores. A partir de então, o autor foi admitido no IHGRS como sócio efetivo (1935), assumiu o cargo de subdiretor do Museu Júlio de Castilhos e de chefia da Seção de Arquivo do MJC e coordenou os trabalhos do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS, em 1940.³⁶⁵

³⁶² Num de seus artigos, o professor Luiz Alberto Grijó apresenta o processo político-intelectual que possibilitou a chegada de Vargas ao poder central, quando dos embates travados durante a Revolução de 30. Segundo Grijó, as relações sociais estabelecidas pela *geração de 1907*, no âmbito da Faculdade de Direito de Porto Alegre, foram fundamentais para a construção das carreiras profissionais e das alianças partidárias que permitiram a organização do grupo liderado pelo futuro presidente. Após o sucesso da Revolução, a elite sul-riograndense passou a se apresentar como salvadora de uma nação destrozada pelos insucessos da República Velha. Nas palavras de Grijó: “(...) Getúlio Vargas apresenta o movimento que lidera com sendo algo além do faccionismo reinante até pouco tempo atrás, da mesma forma que propõe um outro princípio para os ‘riograndenses’ enquanto ‘soldados da causa’ que, enfim, estava expressa na frase de efeito do então estudante de direito Luiz Vergara, ‘rio-grandensizar o Brasil.’ Enquanto líder do movimento, Getúlio Vargas se apresentava junto com os demais riograndenses envolvidos, como a encarnação mesma desse regionalismo salvacionista da nação brasileira (...)”. GRIJÓ, Luiz Alberto. Uma cena campeira na avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 30. In: GRIJÓ, L. A.; KÜHN, F.; GUAZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. S. (orgs.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 319-320.

³⁶³ Citado em: OLIVEN, (1999). Op. Cit., p. 64-65.

³⁶⁴ NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em História Social). – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 178.

³⁶⁵ Idem, p. 178-179.

O período seguinte ao primeiro mandato de Vargas é de intensa centralização. Com a instauração do Estado Novo, em meados de 1937, o governo federal passou a controlar diversos espaços da vida pública e privada da população, através da montagem de um amplo corpo burocrático-administrativo. Setores como educação, imprensa escrita, radiodifusão e propaganda tiveram sua direção assumida por profissionais atrelados ao Estado, legitimadores do regime vigente.³⁶⁶ Sob tais contingências, a atuação da elite intelectual brasileira esteve atrelada às tarefas referentes à reorganização social e política da nação. Sobre esse aspecto, a entrada de Getúlio Vargas na Academia Brasileira de Letras (ABL) tornou-se o símbolo de uma época em que a missão dos intelectuais deveria ser a de representar a consciência nacional.³⁶⁷ Segundo Mônica Pimenta Velloso, naquele contexto, a diluição das fronteiras entre o “homem de letras” e o “homem político” possibilitou a construção de uma nova noção de “intelectual”, na qual os letrados:

(...) são vistos como os intermediários que unem o governo e o povo, porque ‘eles é que pensam, eles é que criam’, enfim, porque estão encarregados de indicar os rumos estabelecidos pela nova política do Brasil (Velloso, 1982, p.93). E essa nova política é personificada na figura de Vargas: homem de pensamento e de ação. Assim, ele é o paradigma por excelência a ser seguido por toda intelectualidade brasileira.³⁶⁸

Nessas circunstâncias, principalmente nos casos de intelectuais que exerceram cargos burocráticos e administrativos no aparelho de Estado, o sentido missionário atribuído à intelectualidade encarregada de organizar a cultura e a política brasileiras de acordo com preceitos científicos parece ter adquirido centralidade. Como parte de uma lógica própria de produção, inteligível a seus atores e explicitamente aceita e legitimada pelas elites intelectuais, o intercâmbio entre política e escrita significou, no Estado Novo, uma condição para a aceitação de interpretações elaboradas com o intuito de explicar a formação histórica, social e cultural do Brasil.

Evidentemente, os autores envolvidos nesse processo nem sempre concordaram com as diretrizes estatais e, tampouco, organizaram suas carreiras apenas em função daquela situação particular. Mesmo porque, parte dos intelectuais em atividade nos anos 30, já possuía

³⁶⁶ PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

³⁶⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 153. Neste artigo, a autora discute o papel desempenhado pelos intelectuais em duas frentes: uma, mais erudita, junto ao Ministério da Educação dirigido por Gustavo Capanema; e a outra, mais popular, no interior do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Por ambos os espaços, circularam membros da elite intelectual brasileira, interessados em engajar-se política e/ou profissionalmente nas fileiras nacionalistas.

³⁶⁸ Idem, p. 157.

produção escrita considerável em períodos anteriores. Porém, conforme salientamos acima, o cuidado em construir e instrumentalizar, politicamente, textos científicos, como forma de contribuir para a construção da unidade nacional, fez parte do próprio fazer intelectual do período, através de instituições variadas, concebidas em seus programas disciplinares, burocráticos e estatutários pelos mesmos sujeitos envolvidos em processos políticos diversos.

As experiências profissionais da intelectualidade, vividas nas situações acima comentadas, caracterizaram, em maior ou menor grau, as trajetórias dos homens de ciência brasileiros. Nesse caso, a noção de *cultura política* proposta por Daniel Pécaut ilumina alguns aspectos centrais da atuação desses personagens. Com o objetivo de dar conta da heterogeneidade da prática intelectual no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, o autor desenvolveu sua hipótese com base em três elementos: 1) posição social dos intelectuais; 2) representação do fenômeno político; 3) articulações entre o campo intelectual e a esfera política.³⁶⁹ O terceiro deles perpassou, em maior ou menor grau, os campos de enunciação dos autores a serem trabalhados neste capítulo. Nesse sentido, como parte do projeto missionário dos intelectuais, reunido na auto-atribuição da condução do Brasil ao progresso, muitos dos textos escritos por autores renomados foram concebidos nas intersecções entre a atividade política (partidária ou não) e a realização de pesquisas e ensaios.

Especialmente nos Institutos Históricos e Geográficos, as estreitas relações entre essas duas facetas foram historicamente profícuas, principalmente em tempos de elaboração de projetos de nação. Ainda, particularmente no Estado Novo, a própria construção da identidade profissional da elite letrada esteve diretamente relacionada à capacidade de seus representantes em oferecerem soluções para os problemas de uma República anteriormente fracassada, necessitada de ajustes cientificamente orientados. Nesse contexto, não foram poucos os que se prontificaram a executar um plano de reconstrução política, social e cultural nacional, cujos pressupostos teóricos foram buscados, por exemplo, no positivismo e no darwinismo social, com vistas à redefinição dos requisitos de modernidade recomendados ao desenvolvimento do país. Quanto aos setores estatais, estes reconheciam a vocação dos letrados e “conferiam à ciência o estatuto de componente primordial da política”³⁷⁰, emprestando ao fazer intelectual brasileiro um caráter específico, num período em que as instituições de produção do conhecimento eram ainda desprovidas da autonomia necessária à constituição de um pensamento social desgarrado de outros contextos.

³⁶⁹ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p.17-18.

³⁷⁰ Idem, p. 72-73.

No que tange ao Rio Grande do Sul, o professor René Gertz apontou a íntima relação de nossa intelectualidade com as imposições governamentais de Getúlio Vargas. Conforme as considerações de Gertz, “(...) não se encontrará grande número de expoentes da cultura estadual em oposição clara ou até em conflito aberto com aqueles que controlaram o governo regional no período”.³⁷¹ O autor, ainda assim, considera a possibilidade de alteração deste quadro em âmbito nacional, bem como de acordo com as “conjeturações teóricas abstratas sobre regimes de força”.³⁷²

Essas condições de produção intelectual parecem ter intermediado a operação de categorias analíticas referentes às teorias raciais e ao culturalismo, principalmente em instituições como o IHGRS, cujas relações com as contingências político-sociais, a partir das quais seus membros conceberam a história do Rio Grande do Sul, foram intrinsecamente incorporadas aos escritos de sócios das agremiações. Durante o Estado Novo, apesar dos discursos oficiais no sentido da unificação nacional, ao mesmo tempo se tinha a necessidade de alocar os sujeitos sociais em seus devidos lugares (de classe e de raça), fazendo-se respeitar os papéis designados a setores específicos da sociedade. Se, por um lado, as teorias baseadas no racismo científico pareciam dar conta desta tarefa, por outro, essas mesmas teorias passariam a ser questionadas por personalidades bastante influentes, o que imprimiu aos estudos de relações raciais um caráter paradoxal, porque comprometido com esferas institucionais e políticas diferenciadas.

Nos Institutos Históricos e Geográficos, o darwinismo social, combinado a outras tantas teorias e métodos, fez parte da construção da tradição historiográfica daquelas instituições, onde parte de seus membros estabeleceram redes de relações, justamente, com aqueles que questionaram a operacionalidade de noções biológicas de raça, como é o caso das conversas epistolares empreendidas entre Dante de Laytano e Arthur Ramos. O resultado das contradições inerentes às tentativas de dar conta, ao mesmo tempo, da pauta de debates do IHGRS, das perspectivas ascendentes e progressivamente hegemônicas do culturalismo e das tarefas políticas assumidas junto a setores políticos dos quais ele próprio fez parte, imputaram aos escritos de Dante algumas características aparentemente relativas a outros autores em posições semelhantes (e não, idênticas) às de nosso personagem.

Sob essa perspectiva, adentramos o terceiro e último capítulo desta dissertação, onde estudaremos duas comunicações apresentadas ao III Congresso Sul-Rio-Grandense de

³⁷¹ GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 115.

³⁷² Idem, p. 115.

História e Geografia do IHGRS. Tem-se por objetivo imediato perceber alguns desdobramentos específicos dos debates sobre relações raciais, no contexto de um evento perpassado pela expressão de dois importantes regionalismos: o sul-rio-grandense e o paulista. Como exímios construtores e divulgadores dessas versões da história do Brasil, selecionamos o autor sulino Emílio Fernandes de Souza Docca e o paulista Alfredo Ellis Junior. Localizando o III Congresso de História e Geografia do IHGRS também no campo discursivo e político-social dos embates travados em torno das definições da *brasilidade*, o segundo objetivo da análise é atentar para os lugares sociais destinados aos negros nas interpretações historiográficas proferidas pelos autores. Ambos apropriaram-se de noções de raça para elaborar os tipos sociais supostamente típicos do sul e do sudeste, quais sejam o *gaúcho* e o *bandeirante*.

Dessa forma, neste capítulo repetiremos a metodologia utilizada no capítulo anterior. Procederemos às análises das comunicações selecionadas apresentadas ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, a partir de um conjunto de variáveis que permitem observar a atuação de nossos autores em esferas profissionais, intelectuais e políticas. Consideramos, portanto, os seguintes aspectos de suas trajetórias: 1) formação acadêmico-institucional; 2) carreira profissional (até 1937); 3) pertencimento a instituições de produção do conhecimento; 4) posição em instituição de produção do conhecimento; 5) carreira política. Note-se que, para Docca e Ellis Junior, foi acrescentada uma quinta variável em comparação a Arthur Ramos e Dante de Laytano, devido à centralidade da participação política dos autores em episódios ocorridos durante os sucessivos governos de Getúlio Vargas. Os dados referentes a estas variáveis estão organizados na Tabela III, encontrada ao final deste capítulo.

Mesmo procedendo à observação dos elementos acima colocados, vale ressaltar o privilégio por nós dispensado às análises internas de *Gente Sul-Rio-Grandense*³⁷³ e *O Negro no Bandeirismo*³⁷⁴, por conta da ênfase depositada sobre o estudo dos conceitos de raça manipulados pela elite intelectual brasileira. Nesse caso, a atuação política serve como uma orientação para este estudo, de modo a contextualizá-lo mais amplamente no quadro da agenda de pesquisa nacional que, em maior ou menor medida, tangenciou a produção escrita

³⁷³ DOCCA, Souza. *Gente Sul-Riograndense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre.* v. 2. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

³⁷⁴ JUNIOR, Alfredo Ellis. *O negro no Bandeirismo.* In: *Anais do III Congresso Sul-riograndense de história e geografia do Rio Grande do Sul: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre.* v. 2. Porto Alegre: Editora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

de todos os autores mencionados ao longo de nossa discussão. A presença de Gilberto Freyre em Porto Alegre, naquele ano de 1940, aponta para este fato. Sua colaboração com intelectuais sulinos conferiu ao certame um caráter especial, principalmente no que se refere às discussões sobre as relações raciais brasileiras, realizadas durante o evento. Nesse sentido, antes de passarmos para as análises de Souza Docca e Ellis Junior, torna-se importante dedicar algumas palavras ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS que, certamente, apresentou em seu programa de trabalho algumas características peculiares em relação ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador.

4.1 PALAVRAS INICIAIS ACERCA DO III CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO IHGRS

Apesar de não possuir os mesmos objetivos, contar com a mesma estrutura organizativa e receber exatamente o mesmo público do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, o III Congresso de História e Geografia do IHGRS apresentou discussões relevantes para os debates acerca das relações raciais. Na Bahia, a ampla participação de cientistas sociais e especialistas dedicados à “questão do negro” possibilitou a construção de uma reunião de pesquisa bastante específica. Voltado exclusivamente para o tema, todas as comunicações, discursos e menções às relações sociais racializadas brasileiras fizeram parte de um campo de interesses compartilhados por todos os homens e mulheres que compareceram ao evento organizado por Edison Carneiro e seus pares.

Em parte, as características do congresso baiano podem ser atribuídas à atuação de Arthur Ramos, junto a cientistas sociais estrangeiros e intelectuais brasileiros organizadores do II Congresso Afro-Brasileiro; à ascensão dos temas referentes à cultura negra, numa cena letrada nacional em fase de redefinição de seus instrumentos de análise e ao surgimento de instituições universitárias que, apesar de dedicadas ao ensino em seus momentos iniciais, tornavam-se, progressivamente, fortes concorrentes na barganha pelo rótulo de cientificidade disputado pela intelectualidade. Os Congressos Afro-Brasileiros e, em especial, aquele ocorrido em Salvador, materializaram os debates travados num campo de saber em construção, marcado pela intervenção de diversas instituições, intelectuais, pesquisadores e cientistas sociais, nem sempre pertencentes aos mesmos espaços de produção escrita. Além disso, a Bahia já era vista e representada como a “Roma Negra” das Américas, fato que, por

certo, não causaria estranhamentos em relação às intenções de Edison Carneiro em organizar um congresso somente para discutir os assuntos em pauta nas ciências sociais.

Já no Rio Grande do Sul, as propostas de estudos sobre a presença negra no estado não tiveram a mesma aceitação entre a elite intelectual, fator por nós enfatizado quando comentamos a exceção, a essa regra, que foi Dante de Laytano. Num período em que os letrados sulinos estavam preocupados com os heroísmos militares e as genealogias das grandes famílias do estado, as nascentes antropologia e sociologia discutiam as influências culturais africanas e as formas particulares ou a ausência da discriminação racial no Brasil. O próprio Laytano, mesmo munido de instrumentos teórico-metodológicos suficientemente sofisticados para questionar uma historiografia calcada nas origens brancas do Rio Grande do Sul, contraditoriamente, optou por agregar a seus trabalhos os pressupostos culturalistas aprendidos com os “mestres” do centro do país, permanecendo, contudo, fiel às grades teóricas manipuladas no IHGRS, ainda que o autor possuísse influência suficiente, entre seus pares apoiadores e concorrentes, para modificar premissas calcadas no racismo científico.

Apesar de bastante recorrentes, nas teses de parte dos autores debruçados sobre a tarefa de desvelar a formação histórico-social do Rio Grande, as variações interpretativas das relações de raça brasileiras, constituídas pela intelectualidade sulina, não ultrapassavam a Antropologia Física. Ou seja, mesmo circulando por diversos espaços institucionais e tomando conhecimento de obras relativamente menos conservadoras, os sul-rio-grandenses pouco incorporaram um dos principais ingredientes definidores da brasilidade em suas construções historiográficas: a miscigenação com o sangue negro e a cultura africana.

No entanto, essa conjuntura não impediu que fossem pautados, no III Congresso de História e Geografia do IHGRS, alguns pontos de extrema relevância para os debates acerca das relações raciais. Mesmo representado historicamente como um estado composto por descendentes de lusitanos, às vezes misturados com índios e, invariavelmente, branqueados, através da mistura biológica com o sangue italiano e alemão, o Rio Grande do Sul buscou se colocar num quadro nacional mais amplo. Seja politicamente, seja historiograficamente, os estudos sobre as raças foram reunidos numa seção especial do certame organizado sob a chefia de Dante de Laytano e amplamente divulgado entre diversos setores da intelectualidade brasileira. Com um programa de trabalho e uma estrutura organizativa correspondente à tradição historiográfica cultivada nos Institutos Históricos e Geográficos, o evento sulino seguiu, em grande medida, as diretrizes temáticas e teóricas particulares às problemáticas historicamente recorrentes naquelas instituições.

Sendo assim, não estamos tratando de uma reunião de pesquisa especializada e dedicada exclusivamente à “questão do negro”, como foi o caso do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Ainda, as sete seções do III Congresso de História e Geografia do IHGRS contaram com trabalhos majoritariamente elaborados no âmbito de instituições mais “tradicionais”, como Academias de Letras, Institutos Genealógicos, Museus e demais institutos co-irmãos do IHG sul-rio-grandense. Nesse sentido, a variabilidade de áreas de saber, presentes no conclave ocorrido no Rio Grande do Sul, não correspondeu à multiplicidade de abordagens encontradas em Salvador, apesar do impressionante sucesso conquistado por Dante de Laytano na divulgação e arregimentação de autores de variadas procedências dispostos a colaborar com o III Congresso. Justamente por conta deste último aspecto, é possível verificar interlocuções importantes entre os congressos pautados em nossa discussão, cujo intercâmbio de teorias e abordagens das relações raciais foi possibilitado por meio da constituição de redes de diálogos intelectuais. Pelas seções de trabalho do conclave sulino, por vezes, circularam os mesmos personagens presentes três anos antes no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador.

De 5 a 10 de novembro de 1940, ocorreu no salão nobre da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FDPA) o III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS. Encomendado pelo prefeito José Loureiro da Silva, o evento foi realizado em comemoração ao bi-centenário da colonização açoriana de Porto Alegre, momento em que o próprio chefe do poder municipal ofereceu “um almoço festivo em homenagem aos intelectuais, com a presença não só do interventor do Rio Grande do Sul, como também do de Santa Catarina, além de representantes dos interventores de São Paulo e de Minas Gerais (...)”.³⁷⁵ O eixo temático do III Congresso do IHGRS – comemoração de um bi-centenário - se remete à tradição de celebração de centenários relativos a acontecimentos históricos ilustres, inaugurada pelo IHGB em 1892.³⁷⁶ Ainda, para os Institutos Históricos e Geográficos, a realização de congressos significavam um momento de circulação de idéias, trocas de experiências e atualização de conhecimentos.³⁷⁷ Aos moldes das universidades européias que, desde o século XIX, privilegiavam atividades desse tipo, nossos letrados buscaram fazer,

³⁷⁵ GERTZ. (2005). Op. Cit., p. 116.

³⁷⁶ Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, o tema *centenário* tornou-se recorrente no IHGB, desde 1892, quando das tentativas de d. Enrique Moreno de levar adiante um projeto de erguer uma estátua de Cristóvão Colombo no alto do Pão de Açúcar em comemoração à chegada dos espanhóis na América. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1889-1938. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2006. p. 115.

³⁷⁷ Idem, p. 80.

dessas reuniões nacionais e internacionais, fóruns de debate acerca das questões relevantes à história do Brasil e de suas regiões.

Aliás, pensar a inserção regional das “províncias” no todo nacional da “corte” foi tarefa constante no interior dos Institutos Históricos e Geográficos.³⁷⁸ No Rio Grande do Sul, tal problemática apareceu entre a intelectualidade na segunda metade do século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP).³⁷⁹

Ao analisar as relações estabelecidas entre a identidade da província e a identidade da corte, Alexandre Lazzari interrogou as razões e sentidos da criação do IHGPSP (1860), atentando para os vínculos existentes entre aquele Instituto e os antigos debates transcorridos no IHGB, bem como para as aspirações e compromissos de seus promotores e membros com o estado imperial e a política provincial.³⁸⁰ Para tanto, o autor localiza a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro num contexto marcado por diversas rebeliões provinciais, ameaçadoras da monarquia e da unidade territorial do Brasil. Do ponto de vista político, a necessidade de construir uma história oficial, baseada numa noção de tempo linear que unia o presente ao passado colonial, fazia parte de uma estratégia que “legitimava a coroa imperial (...) como continuadora da ação civilizadora no continente, em oposição a uma suposta anarquia e barbárie das Repúblicas vizinhas”.³⁸¹ Como estratégia para a montagem desse programa historiográfico, seria necessário, aos ilustres do IHGB, estabelecer veículos que possibilitassem o mínimo de unidade entre as especificidades das histórias provinciais. Com base nesse objetivo, foi fundada a Revista Trimestral do Instituto e instaurada uma diretriz estatutária que previa a “ramificação” de instituições congêneres nas províncias.³⁸²

³⁷⁸ Em artigo que versa sobre a historiografia brasileira do século XIX, Temístocles Cezar aponta para o “verdadeiro problema epistemológico” que era a compatibilização entre o geral e o específico, em se tratando da concepção de uma história oficial nacional para o Brasil. Neste artigo, o autor aborda a *Dissertação* do naturalista Von Martius, vencedora do concurso de monografias promovido pelo IHGB em 1840, cujo tema consistiu em *Como se deve escrever a história do Brasil*. Segundo Cezar, Martius proferiu uma interpretação calcada nos elementos que teriam contribuído para a formação do homem brasileiro: “a cor de cobre ou americana, a branca caucasiana, e enfim a preta e etiópica, Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”. CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.183.

³⁷⁹ Segundo Lazzari, a finalidade do IHGPSP era ““(...) coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história da topografia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e a arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas”. Além disso, o IHGPS deveria filiar-se ao IHGB e por seu intermédio ou diretamente manter correspondência com as sociedades e academias estrangeiras. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2004. p. 57.

³⁸⁰ Idem, p. 26.

³⁸¹ Idem, p. 27.

³⁸² Idem, p. 32.

Os fundadores e integrantes do quadro de sócios do IHGPSP – liberais, conservadores, ex-combatentes farroupilhas, entre outros - assumiram as diretrizes propostas pelos pares letrados do Rio de Janeiro e passaram a elaborar a história oficial da Província de São Pedro. Desde as primeiras tentativas de tal elaboração, foram assuntos recorrentes, na instituição, as glórias militares sulinas, as especificidades do português falado na região (um misto de línguas indígenas e africanas com a portuguesa) e os valores brasílicos dos homens mais civilizados da campanha.³⁸³ Dessa forma, as pretensões de nossa elite intelectual atuante em meados do século XIX consistiram, fundamentalmente, em enquadrar a história da Província nos limites sócio-culturais do Império Luso-Brasileiro, reivindicados por meio da máxima da estabilidade das fronteiras conquistada nas bandas imperiais meridionais.³⁸⁴ Portanto, as linhas historiográficas do IHGPSP corresponderam a duas temáticas principais: 1) fronteiras definidoras e defensoras do Império; 2) estudos antropológicos (no sentido de uma Antropologia Física e de uma etnologia atrelada a estudos indígenas baseados na língua e na procedência das “tribos”) dos homens que habitavam as terras do sul, com especial interesse pela formação da língua daquela “raça de homens numerosos”.³⁸⁵

Portanto, as desconfianças alimentadas a respeito dos poucos sinais de brasilidade apresentados pelo Rio Grande do Sul se remetiam a períodos anteriores aos anos 30. Nesse sentido, a montagem de um programa historiográfico, voltado para a defesa das fronteiras e para as definições do tipo social sul-rio-grandense, respondeu a contextos sob os quais se pensavam a sociedade e a cultura nacionais, bem como as condições de pertencimento a uma nacionalidade generalizada, necessitada de elementos que amalgamassem identidades diversas. Tal perspectiva parece ter acompanhado tanto o desenvolvimento das letras sulinas, quanto a construção simbólica e material dos contornos histórico-sociais da suposta excepcionalidade do Rio Grande frente a outras regiões. Esses temas e problemas também estiveram presentes nos debates internos e eventos organizados pelo IHGRS, fundado em inícios da década de 1920. Dessa forma, para compreender os significados e as discussões travadas no III Congresso de História e Geografia do IHGRS, torna-se necessária a observação dessas considerações prévias sobre a elaboração de uma historiografia peculiar, mais voltada para fatos militares heróicos, para a história das elites e para as batalhas fronteiriças supostamente constituintes e definidoras da sociedade sulina.

³⁸³ Ibidem, p. 37.

³⁸⁴ Idem, p. 55.

³⁸⁵ Idem, p. 57.

4.2 ATORES SOCIAIS E PROGRAMA DE TRABALHO

Sob essa perspectiva, nos auspícios do Estado Novo, é realizado o grande evento em questão neste capítulo, comandado por seus ilustres organizadores. Dante de Laytano - à época, consultor jurídico e chefe de gabinete de J. P. Coelho de Souza, secretário da Educação e Saúde do Rio Grande do Sul – formou parte dos trâmites preparatórios, assumindo o posto de presidente da Comissão Organizadora.³⁸⁶ Uma de suas principais tarefas consistiu em enviar convites oficiais para os “confrades” residentes em outros estados. Como figura-chave na realização do III Congresso de História e Geografia, Dante respondeu às designações colocadas pelo Departamento de Propaganda e pela Prefeitura de Porto Alegre no sentido de montar um evento de caráter nacional. Ao menos, essas são as afirmações prestadas pelo intelectual sul-rio-grandense a Arthur Ramos num dos convites a ele enviados:

Prezado e ilustre mestre (...). Realizaremos, em novembro, um grande Congresso de História, comemorativo ao segundo centenário da Capital gaúcha e fui escolhido para presidente da respectiva Comissão Organizadora, sendo que nessa qualidade, encarregaram-me o departamento de Propaganda e o Prefeito de Porto Alegre de fazer alguns convites que seriam considerados oficiais. (...) Convido-o, então, para participar do nosso Congresso, como persona grata oferecendo a V.S. desde agora, passagem do Rio-Porto Alegre (e vice-versa) e hospedagem e peço a V.S. encarecidamente que me faça sua proposta pedindo as condições. (...) Estou remetendo, pelo correio, nesta data um convite protocolar a V.S., convite acompanhado do regulamento e programa do Congresso e junto envio também diversos convites para V.S., uma vez que não tenho os endereços desses confrades. Os convites em apreço, são apenas para adesões intelectuais isto é, para remessa de teses mas precisamos realizar um trabalho de caráter nacional. Consideraria V.S. ousadia o endossar o convite do nosso Instituto?³⁸⁷

Com base nesses indícios, torna-se plausível a hipótese de que a organização do certame ultrapassou os limites institucionais do IHGRS, assumindo contornos políticos mais explícitos. Mesmo porque, além de atuar na Secretaria de Educação e Saúde, Laytano realizara na radiodifusão uma série de palestras como membro do Movimento Intelectual Pró-Estado Novo, concebido por Protásio Vargas, irmão de Getúlio.³⁸⁸

Com a outorga da Constituição Federal de 1937, a imprensa fora destituída de seu caráter privado empresarial, passando à condição oficial de instrumento de legitimação do regime político. Através de dispositivos legais instituidores da censura prévia à imprensa escrita, ao teatro, ao cinema e ao rádio, foi possibilitada à cúpula do poder federal a

³⁸⁶ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA: Comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre. v. 1. Porto Alegre: Edições da Prefeitura Municipal, 1940. p. LI.

³⁸⁷ Fundação Biblioteca Nacional - Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1620 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 20 de junho de 1940.

³⁸⁸ GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 121.

montagem de órgãos controlados de perto por agentes estatais.³⁸⁹ Nesse contexto, em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado de ampliar a capacidade de intervenção do Estado na esfera dos meios de comunicação, através da “defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”.³⁹⁰ Conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e Saúde comandado por Gustavo Capanema, a Difusão Cultural atrelada ao DIP deveria atender aos objetivos do Estado Novo, tarefa naturalmente estendida às secretarias estaduais correspondentes àquele Ministério.

Afora os jornais, a radiodifusão foi, em menor medida, objeto da reestruturação implantada pelas medidas estado-novistas, as quais transformaram o rádio “num instrumento de educação e cultura com vistas à integração nacional (...)”.³⁹¹ O uso político desse meio de comunicação incorporou a reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais reunidos no programa *Hora do Brasil*, remodelado em 1939, cuja finalidade era informativa, cultural e cívica.³⁹² Se os discursos oficiais e os atos do governo deveriam ser enaltecidos na programação sonora, o estímulo do gosto pelas artes populares, o destaque das belezas naturais do país, a descrição de características particulares e pitorescas de regiões e cidades e a irradiação da cultura brasileira também formaram parte das grades de programação da radiodifusão, previamente liberadas pelo DIP.³⁹³ Dessa forma, aparentemente, Dante de Laytano parece ter atendido, simultaneamente, suas incumbências de agente estatal e homem de ciência, atentando para as designações estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação e Saúde, bem como pelo III Congresso de História e Geografia do IHGRS. Afinal, o programa de trabalho do evento deveria ser enquadrado tanto nos marcos temáticos, teóricos e disciplinares do Instituto – eles próprios, historicamente construídos por elites intelectuais e políticas -, quanto nas normas “recomendadas” pelo poder central e seus múltiplos agentes.

Por outro lado, como sócio efetivo e membro da Comissão Permanente de Folclore e Línguas Indígenas do Instituto sulino, Dante certamente possuía credenciais suficientes para cumprir suas responsabilidades na realização do III Congresso. A organização interna do quadro de sócios do IHGRS era bastante semelhante à pirâmide de categorias instaurada no IHGB em 1912 durante a gestão do conde Afonso Celso e de Max Fleiuss, promotora de uma série de modificações estatutárias que possuíam desdobramentos em diversas esferas da

³⁸⁹ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 171.

³⁹⁰ Idem, p. 172.

³⁹¹ Idem, p. 176.

³⁹² Idem, p. 176.

³⁹³ Idem, p. 176.

instituição.³⁹⁴ Os requisitos de recrutamento de sócios passariam a obedecer uma lógica acadêmica mais rígida, procedendo, no caso da ascensão de cargos, à análise do mérito e da qualidade dos textos a serem avaliados pela Comissão de Admissão de Sócios, bem como do tempo de pertencimento à agremiação.³⁹⁵

Segundo Lúcia Guimarães, o quadro social do IHGB passaria a ser formado por quatro classes hierarquizadas de acordo com critérios de merecimento e tempo de serviço, quais sejam: 1) sócios correspondentes (residentes nos estados da federação e no exterior); 2) sócios efetivos (residentes no Distrito Federal e, portanto, participantes assíduos das atividades cotidianas da instituição); 3) sócios honorários (posto de médio escalão atingido por correspondentes e efetivos com dez anos ou mais de atividade, cujas atividades tenham sido relevantes para agremiação. Também poderiam atingir esse patamar burocratas e políticos, devido a brechas estatutárias permitidas pelos dirigentes do IHGB); 4) sócios beneméritos (cargo ocupado por honorários com vinte anos ou mais de filiação, com destaque na folha de serviços prestados e aprovação de ascensão em Assembléia Geral).³⁹⁶

Para adentrar o quadro social, os aspirantes a correspondentes ou efetivos deveriam enviar, ao menos, um trabalho de sua autoria às Comissões Permanentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, compostas de cinco sócios cada, especializadas nas áreas de saber definidas pela diretoria e pela secretaria como os eixos de estudo da instituição. Nesse caso, as Comissões eram: 1) Fundos e Orçamentos; 2) Estatutos; 3) História; 4) Geografia; 5) Etnografia e Arqueologia; 6) Admissão de Sócios.³⁹⁷ Evidentemente, os membros das Comissões deveriam ser, no mínimo, sócios efetivos, pois para avaliar o mérito dos textos era necessária a presença dos confrades na agremiação.

Ainda, os quatro campos de conhecimento estabelecidos como prioritários pelo presidente conde Afonso Celso (sócio correspondente do IHGRS)³⁹⁸ e pelo secretário Max Fleuss, refletiram, naquele contexto, as transformações programáticas e disciplinares do IHGB. Se, num primeiro momento, o objetivo da instituição era *coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil*, a partir de 1912, as operações feitas com a documentação deveriam instrumentalizar *estudos e investigações*

³⁹⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 51.

³⁹⁵ Idem, p.51

³⁹⁶ Idem, p.52-53.

³⁹⁷ Idem, p.53.

³⁹⁸ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. *Sócios do Instituto*. v. 1. Porto Alegre: Edições da Prefeitura Municipal, 1940. p. XLIX.

*concernentes à História, Geografia, Etnografia e Arqueologia, principalmente do Brasil.*³⁹⁹

Tal inovação certamente significou a formalização de novas pautas de pesquisa no IHGB, elas mesmas passíveis de redefinição pelos membros dirigentes do Instituto, bem como pelos sócios pertencentes às Comissões Permanentes, encarregados da admissão de novos confrades e, conseqüentemente, da aceitação ou rejeição de trabalhos escritos.

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, as Comissões Permanentes corresponderam às diretrizes estatutárias do IHGB, acrescidas da Comissão de Folclore e Línguas Indígenas, coincidentemente, relativa a uma das principais áreas de atuação de Dante de Laytano. Sabemos que o autor fora admitido como sócio efetivo no Instituto sulino em 1935, após a apresentação de uma comunicação sobre a história da Revolução Farroupilha no II Congresso de História e Geografia do IHGRS, realizado em comemoração ao centenário daquele acontecimento. Partidário da nacionalização da memória farroupilha, Dante formou parte da “patrulha historiográfica”⁴⁰⁰ encarregada de apagar as heranças separatistas das interpretações sobre a formação do Rio Grande do Sul que imputavam ao estado o rótulo de isolacionista e pouco dotado de elementos de brasilidade que o ligassem ao corpo da nação.

Dentro dessa proposta, os estudos de folclore representaram, na obra de Dante, a porta de entrada para a abordagem do “problema do negro”, em diálogo com pressupostos provenientes das Ciências Sociais brasileiras e internacionais, principalmente quanto a aspectos teóricos do culturalismo boasiano. Num contexto em que as coisas brasileiras deveriam ser valorizadas política, cultural e intelectualmente, a disposição de Laytano em incluir negros e mestiços nas representações escritas da história sul-rio-grandense parece ter sido reconhecida pelos membros do IHGRS, visto que, em poucos anos, nosso autor fora incluído numa das Comissões Permanentes incumbidas de selecionar novos sócios. Ângelo Guido, o coronel Luiz Carlos de Moraes e Manoelito de Ornellas também participavam da Comissão Permanente de Folclore e Línguas Indígenas.⁴⁰¹ Além disso, os contatos consolidados por Laytano junto a pesquisadores e especialistas em âmbito nacional e internacional, por certo, o ajudaram a acumular crédito considerável em seu ambiente doméstico de produção intelectual, cujos frutos, somados à posição política ocupada, refletiram-se na organização do III Congresso de História e geografia.

³⁹⁹ Citado em: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 51. Grifo da autora.

⁴⁰⁰ A expressão é de Letícia Nedel (1999).

⁴⁰¹ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Comissões Permanentes. v. 1. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940. p. XLIV.

Junto a Dante de Laytano, compuseram a Comissão Especial Organizadora do evento o padre Luiz Gonzaga Jaeger, Walter Spalding (Comissão Permanente de Estatutos), Mário Teixeira de Carvalho, o coronel João Pereira de Oliveira, Olinto Sanmartin, o coronel Luiz Carlos de Moraes (Comissão Permanente de Admissão de Sócios e de Folclore e Línguas Indígenas) e o coronel Gaston Hasslocher Mazon (Comissão Permanente de Admissão de Sócios). Membros do quadro social do IHGRS - à exceção do representante do comando militar da região sul, cel. João Pereira de Oliveira -, esse seleto grupo de senhores encarregou-se das tarefas pertinentes ao bom andamento das atividades ocorridas em Porto Alegre.

Dividido em sete seções temáticas⁴⁰² - sendo quatro dedicadas à história do Rio Grande do Sul, uma à de Porto Alegre, uma a temas não previstos no programa e outra às demais regiões do país -, o conclave encabeçado por Dante de Laytano recebeu “109 trabalhos entre teses, monografias, memórias, contribuições e comunicações”.⁴⁰³ Na Tabela IV, localizada ao final deste capítulo, apresentamos a estrutura organizativa do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, especificando temas, disciplinas e trabalhos apresentados. Dentro deste recorte, privilegiamos as Seções onde estão localizados os trabalhos de Emílio Fernandes de Souza Docca e Alfredo Ellis Junior, de modo a contextualizá-los no conjunto do evento e em relação a autores que trabalharam questões correlatas às suas.

Pelos dados apresentados na Tabela IV, podem ser percebidas as grandes proporções tomadas pelo evento, algo considerado de extrema importância, já que, segundo as palavras de Laytano, “os dois primeiros congressos tiveram trinta e poucos trabalhos cada um”.⁴⁰⁴ Todo o material referente à elaboração de relatórios, estrutura do programa de trabalho, listas de sócios, comissões permanentes, pareceres emitidos aos textos enviados, discursos de personalidades políticas e, claro, ao registro de todas as teses e comunicações proferidas foi reunido sob a forma de Anais. Divididos em quatro volumes dotados de, aproximadamente, três mil páginas, esses livros expressaram o que Lúcia Guimarães denominou de “obra de

⁴⁰² ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Programa de Estudos. v. 1. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. CXXI.

⁴⁰³ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Palavras do Sr. Dante de Laytano presidente da Comissão Organizadora. Vol. I. Porto Alegre: edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. CXIL. As classificações dos trabalhos nas referidas categorias corresponderam ao número de páginas escritas, conforme informações sobre o *Regulamento do Congresso*: “Art. 10º. O número de páginas dos trabalhos que deverão ser inéditas não ultrapassarão 16 folhas tipo almaço, datilografadas de um só lado, com um espaço. (Todos os trabalhos que ultrapassaram de 16 páginas foram considerados como memórias de monografias).” Idem, p. LVIII.

⁴⁰⁴ Idem, p. CXIL. Os dois primeiros congressos do IHGRS ocorreram em meados da década de 30. Os temas tratados foram o centenário da Revolução Farroupilha (1935) e o aniversário da cidade de Rio Grande.

referência” para os estudiosos. Representaram, portanto, uma espécie de “pedra angular”⁴⁰⁵ das disciplinas de história, geografia, etnografia, antropologia e arqueologia, bem como dos diálogos correntes entre pesquisadores associados ao Instituto Histórico e Geográfico sulino e intelectuais atuantes em outros espaços institucionais e políticos.

Dos participantes e apoiadores do III Congresso de História e Geografia do IHGRS conhecemos alguns intelectuais importantes, direta ou indiretamente envolvidas nos Congressos Afro-Brasileiros de Recife e Salvador. Em Porto Alegre, Gilberto Freyre proferiu sua conferência *Continente e Ilha* e apresentou uma comunicação intitulada *Sugestões para o estudo histórico-social do Sobrado no Rio Grande do Sul*, especialmente escrita para o evento.⁴⁰⁶ Melville Herskovits, Mário de Andrade, Edgar Roquette Pinto (diretor do Museu Nacional), Herbert Baldus (Professor de Etnologia Brasileira da Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e Percy A. Martin (Professor da Stanford University da Califórnia e autor do artigo *Brasil*, na Enciclopédia Britânica) prestaram seu apoio prestigiando seções solenes ou apresentando teses nas seções temáticas.⁴⁰⁷ Arthur Ramos não compareceu, devido à viagem previamente marcada para os Estados Unidos, onde realizaria estudos em Antropologia Cultural e africanologia nas principais universidades daquele país.⁴⁰⁸ Porém, não deixou de prestar votos de sucesso aos confrades. Demais sócios de diversos Institutos Históricos e Geográficos regionais e representantes de institutos nacionais de pesquisa e preservação de bens culturais também se fizeram presentes.

Nas dependências da Faculdade de Direito de Porto Alegre, circularam inúmeras personalidades políticas, autoridades militares e civis, representantes da Igreja Católica, professores do ensino secundário e, como não poderia deixar de ser, o próprio presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, na ocasião, agraciado com o diploma de sócio benemérito do IHGRS. A projeção política e institucional adquirida pelo III Congresso de História e Geografia foi salientada nos discursos proferidos pelas autoridades presentes na mesa de abertura da seção inaugural. Ao lado de Leonardo Macedônia, presidente do Instituto

⁴⁰⁵ GUIMARÃES Op., Cit. p. 80.

⁴⁰⁶ FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul. In: Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre. v. 1. Porto Alegre: edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. XI-XXI.

⁴⁰⁷ Relatório do Sr. Dante de Laytano, presidente da Comissão Organizadora do Congresso. In: *Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 1. Porto Alegre: edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

⁴⁰⁸ Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 16, 225. Carta de Arthur Ramos a Dante de Laytano. Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1940.

Histórico sulino, o secretário de Educação e Saúde e sócio efetivo da agremiação, J. P. Coelho de Souza, o secretário da agricultura e presidente do Diretório Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ataliba Paz, o prefeito municipal Loureiro da Silva e o chefe de gabinete de Coelho de Souza, Dante de Laytano, falaram à platéia sobre a importância e o sucesso do evento. Nas palavras de Laytano:

O êxito do nosso Congresso não tem e não pode ter mesmo um sentido local. Muito mais do que simples colheita literária de província, este conclave diz altamente do clima intelectual brasileiro no momento. O moderno ambiente do país é de intenso trabalho. Trabalho material e espiritual. O Congresso de Porto Alegre reflete essa hora (...). Meus srs. O Inst. Hist. e Geogr. do R.G.S., com a realização deste Congresso quis, no bi-centenário de colonização de Porto Alegre, fazer uma comemoração de Cultura, festa de inteligência das mais cabíveis nesta efeméride patriótica, e ao mesmo tempo prestar tributo de admiração à heróica e velha gente portuguesa que vinda dos Açores e metrópole incorporou o tão cobiçado 'continente do Rio Grande' ao resto desse Brasil de alma, sangue e coração lusitanos. (Longos aplausos da assistência).⁴⁰⁹

A análise desta passagem aponta para as diretrizes acadêmicas, intelectuais e políticas que perpassaram a construção do conclave. Com a homenagem às gentes portuguesas fundadoras da capital da província localizada nas terras meridionais do Brasil, os agentes da Comissão Organizadora, além de reproduzirem explicações históricas da formação do Rio Grande, recorrentes no IHGPSP e, posteriormente, no IHGRS, buscaram fornecer uma resposta aos debates em voga na agenda de pesquisa nacional, politicamente orientada naquela conjuntura.

A partir do Estado Novo, todos deveriam sentir-se brasileiros e parte integrante da construção de uma identidade e cultura homogeneizadas. Do ponto de vista das teses e interpretações elaboradas por cientistas sociais e intelectuais, essa identidade fora concebida com base no postulado de que os portugueses teriam sido os agentes aglutinadores das sobrevivências culturais afro-descendentes, devidamente modificadas por processos biológicos e culturais de miscigenação. Como sabemos, os textos de Gilberto Freyre foram amplamente apropriados, resignificados e instrumentalizados durante o regime autoritário de Vargas, principalmente no que tange à democracia racial, entendida como necessária para atestar a unidade nacional almejada. No caso do discurso de Dante de Laytano, a matriz açoriana, atribuída à formação histórico-social primordial do Rio Grande do Sul, parece ter sido a saída encontrada para a construção de redes de diálogos com intelectuais alocados em

⁴⁰⁹ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Palavras do Sr. Dante de Laytano, presidente da Comissão Organizadora do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia. Vol. I. Porto Alegre: edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. LXV-LXXXIV.

posições de enunciação mais privilegiadas, detentores de autoridade o suficiente para propor os ingredientes necessários à pertença nacional.

Da colaboração de Freyre com as letras sulinas, trataremos no último tópico desde capítulo, quando encaminharemos o final de nossa discussão pelas lentes desse intelectual que encontrou na expressão *Continente e Ilha* a saída metodológica para a inserção do Rio Grande no quadro identitário brasileiro.⁴¹⁰ Por enquanto, apenas destacamos a importância adquirida pela adesão de Gilberto ao III Congresso de História e Geografia, no sentido de angariar para o Brasil meridional o reconhecimento nacionalizante reivindicado por determinados setores da intelectualidade sulina. Nessa esteira, a presença de Mário de Andrade em Porto Alegre e o desejo de sucesso explicitado por Arthur Ramos podem ser interpretados como uma das possibilidades de inclusão dos “modernos” debates de relações raciais numa instituição um tanto elitista e conservadora. Além disso, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, tanto Ramos, como Andrade, procederam a estudos de folclore ao longo de suas trajetórias profissionais e intelectuais, cujos pressupostos certamente dialogavam com ensaios, artigos e textos escritos por Dante de Laytano e demais folcloristas envolvidos na pesquisa histórica.

Quanto à participação destacada de Getúlio Vargas em eventos promovidos por Institutos Históricos e Geográficos, sua ida a Porto Alegre não constituiu exceção. Segundo Lúcia Guimarães, tirante o mecenato do imperador D. Pedro II, os sucessivos governos varguistas foram os períodos de maior notoriedade e apoio financeiro vivenciados na história do IHGB.⁴¹¹ A proximidade entre a instituição e o então governador do Rio Grande do Sul teve início na década de 20, quando Vargas esteve no Rio de Janeiro para tomar conhecimento do trabalho de Francisco José de Oliveira Vianna, intitulado *Populações Meridionais do Brasil*.⁴¹² Sua intenção era a de colher informações a respeito desse livro para propor uma nova publicação, desta vez acrescentada de um segundo volume. Oliveira Vianna foi convidado a excursionar em terras sulinas, para a realização de coleta de materiais sobre a realidade do estado. Em sua visita à agremiação, Getúlio Vargas foi acompanhado pelo sócio efetivo do IHGB, o sul-rio-grandense Emílio Fernandes de Souza Docca, ocasião em que

⁴¹⁰ NEDEL, Letícia Borges. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*. v. 13. n. 1. Rio de Janeiro, Apr. 2007.

⁴¹¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p.33.

⁴¹² Idem, p. 33.

estabeleceu contatos com membros da Aliança Liberal, cuja presença nos quadros de sócios do Instituto era expressiva.⁴¹³

Mais tarde, instantes após a vitória conquistada na Revolução de 30, Vargas e seus correligionários participaram do Segundo Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB.⁴¹⁴ Naquele evento, além do oferecimento de recursos financeiros à instituição, para a realização do certame, nas seções de trabalho do Congresso foram proferidos discursos legitimadores da Revolução e apologéticos aos novos rumos que a nação estava tomando.⁴¹⁵ Ainda no sentido da propaganda política revolucionária, em seção solene de 21 de outubro de 1932, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorava “a rendição de 2 de outubro, que pôs fim à chamada *Revolução Constitucionalista de 1932*”.⁴¹⁶ Do levante paulista contra as forças centralizadoras do governo Vargas, participou o deputado eleito duas vezes pelo Partido Republicano Paulista (PRP), Alfredo Ellis Junior, cujo amor e dedicação à história regional de São Paulo perpassou, invariavelmente, todos os seus escritos.⁴¹⁷

Por fim, vale ressaltar os pedidos feitos ao IHGB, em 1936, pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, referentes à elaboração de um vasto inquérito sobre a situação da educação no Brasil. Dentro do *Programa Nacional de Educação*, “o ensino de história do Brasil (...) tornava-se um elemento-chave no (...) *intuito de favorecer cada vez mais o espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma nacional e do caráter nacional*”.⁴¹⁸ De modo que, associada à entrada de Vargas na ABL, comentada na seção inicial deste capítulo, ocorreu uma série de práticas político-intelectuais que ajudou a aproximar as atividades acadêmicas formais, recorrentes nos Institutos Históricos e Geográficos, às diretrizes governamentais em relação à cultura e à construção da nacionalidade. E, certamente, o Rio Grande do Sul, protagonista da Revolução de 30, não poderia deixar de contribuir com as aspirações de uma elite política, afinal, em alguns casos composta pelos mesmos sujeitos membros das elites intelectuais sulinas.

⁴¹³ Ibidem, p. 34.

⁴¹⁴ Idem, p. 35.

⁴¹⁵ Idem, p. 36.

⁴¹⁶ Idem, p.35.

⁴¹⁷ Segundo John Monteiro, “em 32, com 36 anos, quando perguntado se ia participar da luta armada, [Ellis Junior] respondeu: ‘Mas é claro. Incitei esta vibrante mocidade paulista a arriscar suas vidas, como eu poderia deixar de ir na frente? Eu não sou homem de retaguarda, que fica fazendo discursos no rádio ou nas arcadas da Faculdade de Direito, a proclamar-se ‘paulista de 400 anos’. O meu paulistanismo eu afirmo nas trincheiras, de fuzil nas mãos.’” MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. *Novos estudos/ CEBRAP*, v.38. p.81. De fato, Ellis Junior participou da luta armada, posteriormente abandonando o conflito por conta de um tiro levado na perna.

⁴¹⁸ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 36.

Voltando ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, a homenagem feita pelos congressistas à “velha gente portuguesa” não deve ser compreendida somente como um mero exercício de erudição, proveniente das orientações disciplinares e temáticas da instituição sulina. O intenso “momento de trabalho material e intelectual”, salientado por Dante de Laytano em seu discurso, correspondeu, igualmente, ao ambiente político vivido pela intelectualidade brasileira, na conjuntura de um regime governamental centralizador. Um olhar atento às diversas atividades político-intelectuais, realizadas por grande parte dos autores dos trabalhos enviados ao conclave, nos permite observar os múltiplos lugares sociais sob os quais homens de ciência empreendiam suas tarefas acadêmicas institucionalizadas, incluindo o exercício de cargos públicos e a direção e participação em instituições de pesquisa federais e suas respectivas representantes regionais.

A título de exemplificação, o sócio efetivo do IHGRS, Mansuetto Bernardi, dirigente da Secretaria Estadual do Interior, ao mesmo tempo, auxiliou nas exposições de mapas geográficos anexas ao III Congresso. O próprio Dante de Laytano, como vimos, ocupava uma posição de confiança na Secretaria de Educação e Saúde do Rio Grande do Sul, enquanto que diversos sócios do Instituto sulino também exerciam cargos públicos. As intersecções observadas entre práticas acadêmicas e políticas refletiram-se não só na mesa de abertura do certame sul-rio-grandense, como também na platéia presente no salão nobre da FDPA: cónsules do México, Grécia e Uruguai; prefeitos de Uruguaiana, Pelotas e Canoas; interventores estaduais; membros de associações profissionais e uma série de personalidades políticas internacionais que voltaram seus olhares para o Rio Grande do Sul.

No contexto da II Guerra Mundial, quando as relações diplomáticas brasileiras se encontravam em delicado equilíbrio internacional – e a presença na seção inaugural do técnico em assuntos da América Latina, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, e ex-professor da Universidade de Porto Rico, Richard Patee, aponta para essas relações -, o nacionalismo brasileiro deveria ser pensado não somente nos termos das aproximações entre nação e região, como também da nação em relação a outras nações.

Em 1940, por exemplo, estamos em plena Campanha de Nacionalização das comunidades de imigrantes europeus espalhadas pelo Brasil, onde o Rio Grande do Sul, devido à entrada de altos contingentes populacionais desses imigrantes, se constituiu num dos alvos mais propícios à ação cívica e militar dos agentes de Estado de Getúlio Vargas nesse

processo.⁴¹⁹ O pan-germanismo, o fascismo disseminado no estado, o racismo preconizado pelos alemães partidários do nazismo e a assimilação cultural e biológica de estrangeiros como uma tentativa de forjar o sentimento de pertencimento à nação brasileira, principalmente em alemães e italianos, tornaram-se temas de discussões exaltadas não só acadêmica, como também politicamente. Dentro da proposta de assimilação e nacionalização dos quistos étnicos (ou “colônias” refratárias às coisas brasílicas, como a língua, a religião e os costumes), os afro-descendentes desempenhariam o papel de imprimir – porém, com moderação e em graus controlados de mistura – a brasilidade naqueles ainda não considerados brasileiros o suficiente.

Nesse contexto político-intelectual, vejamos, então, onde se localizam Alfredo Ellis Junior e Emílio Fernandes de Souza Docca no III Congresso de História e Geografia do IHGRS (ver Tabela IV). Os textos selecionados para esta etapa da dissertação – *Gente Sul-riograndense*, de Souza Docca e *O negro no bandeirismo*, de Ellis Junior – foram alocados na I Seção temática, de acordo com a organização originalmente estabelecida pela Comissão Organizadora⁴²⁰. Especificamente em relação a esta Seção, os subtemas propostos, bem como o caráter não restrito a abordagens da história do Rio Grande do Sul, foram elementos que nos permitiram a observação de divisões disciplinares e temáticas internas ao programa de trabalho do evento. A partir da prévia leitura dos textos alocados nesta Seção, organizamos as comunicações em diferentes áreas do conhecimento, conforme os conteúdos apresentados pelos autores, relacionados às propostas temáticas e disciplinares apresentada na ocasião. Tais elementos forneceram indícios a respeito das definições do que se entendia, à época, por “Antropologia”, “Etnografia” e “Arqueologia”, ao menos na grade colocada pelo IHGRS.

A partir desse recorte - ainda que as próprias disciplinas fossem objeto de discussão e resignificação por parte dos intelectuais -, os conteúdos dos textos foram analisados e

⁴¹⁹ Ver, entre outros: GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005. Atentar principalmente para o sexto capítulo, especialmente dedicado aos contornos políticos e sociais de repressão às comunidades de imigrantes no estado. Sobre a imigração teuta no Rio Grande do Sul, também temos o trabalho da professora Regina Weber: WEBER, Regina. A construção da origem: os ‘alemães’ e a classificação trinária’. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs). *RS: 200 Anos: definindo espaços na História Nacional*. Passo Fundo: UPF editora, 2002. Nesse artigo, a autora apresenta algumas considerações teóricas sobre a construção de classificações para os imigrantes, do ponto de vista dos poderes de nomeação próprios ao Estado, bem como da etnicidade construída entre os grupos de imigrantes. Já o trabalho de Giralda Seyferth, também específico ao período do Estado Novo, apresenta reflexões acerca das intersecções entre etnicidade e raça, além de colocar um alentado histórico das políticas públicas discriminatórias de imigração no Brasil. SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

⁴²⁰ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Regulamento e Programa do III Congresso Sul-Riograndense. v. 1. Porto Alegre: edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. LV-LXI.

contextualizados em seus quadros de referência teóricos. Por sua vez, a escolha desses textos corresponde às possibilidades de diálogo entre pontos fundamentais da estrutura argumentativa de Docca e Ellis Junior, pois ambos tocam em pontos fundantes da historiografia sul-rio-grandense e paulista, como por exemplo, a centralidade dos portugueses na formação histórico-social de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Para que fiquem claras as perspectivas definidas pelos organizadores do III Congresso do IHGRS, serão brevemente comentados os conteúdos estabelecidos para parte das referidas disciplinas, sob as quais se desenvolveram estudos sobre os negros e demais etnias e grupos raciais. Quanto às divisões concernentes às demais Seções, suas temáticas foram discriminadas com o objetivo de proporcionar uma noção da totalidade do evento, e perceber possíveis recortes que auxiliem a compreensão de como eram pensadas as origens do Brasil em 1940 (ver Tabela IV).

Na I Seção, após os itens “Paleontologia” e “Arqueologia” - cujos conteúdos não nos interessam neste momento, senão pelo fato de estas duas disciplinas estarem colocadas junto à “Antropologia” e “Etnografia” – estão localizados os trabalhos de nossos autores, referentes às duas últimas áreas do conhecimento mencionadas. Sob a designação de “Etnografia”, foram alocados os seguintes assuntos: “Os indígenas; costumes, tradições e agrupamentos das tribos, mitologia; O português e suas diferenciações no meio brasileiro; O negro, formação moral e social e aspectos físicos; O alemão e o italiano; Outros contingentes raciais: polonês, espanhol, russo, judeu e etc.; Bibliografia”.⁴²¹

Um dos aspectos mais significativos desta subdivisão é a formação moral e social do negro, associada às características físicas da raça, cujos conteúdos não correspondem às designações dos demais grupos raciais. A observação do item destinado ao português e suas diferenciações no meio brasileiro e a associação do termo “contingentes raciais” à procedência nacional dos demais grupos etnográficos (o que não ocorre para os portugueses), complementam a prévia análise da I Seção do III Congresso do IHGRS, onde podem ser percebidas determinadas diferenças de tratamento “científico” dispensado aos contingentes populacionais em questão. Para os indígenas, os elementos de cultura - costumes, tradições e mitologia - aparecem como classificações etnográficas deslocadas de uma procedência nacional específica (que seria a brasileira), talvez indicando a compreensão da presença das “tribos” no estado como construtora da nacionalidade num passado primordial. Sob o item “Etnografia”, o negro não está referenciado nem em regiões de procedência, tais como os

⁴²¹ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Programa de Estudos. v. 1. Porto Alegre: Edições da Prefeitura Municipal, 1940. p. LIX-LX.

“agrupamentos das tribos” para os indígenas, nem em procedências nacionais, tais como os demais “contingentes raciais”.

Dessa forma, “raça”, “costumes” e “procedência” se confundem, contribuindo para o entendimento de que a “Etnografia” poderia não ser entendida como um método de pesquisa necessariamente relacionado ao culturalismo, já que, como veremos a seguir, “Antropologia” e “Antropologia Cultural” estão separadas na divisão disciplinar determinada para a I Seção. Parece ser mais coerente compreender a coexistência, ainda que contraditória, desses campos de saber no III Congresso de História e Geografia do IHGRS como um indício dos diálogos estabelecidos entre figuras-chave da intelectualidade brasileira, do que atribuí-la somente às orientações de pesquisa do Instituto sulino. Nesse sentido, a “raça” - e suas devidas classificações, que localizam os brancos no topo e os negros na base da pirâmide evolutiva da humanidade - e a “cultura” não estavam ainda formalmente em oposição teórica, sendo aparentemente legítima a explicação das diferenças entre as sociedades, através da noção biológica do primeiro conceito. Hierarquias raciais entre portugueses e demais etnias racializadas podem ser igualmente percebidas, já que o “português” não é explicitamente designado enquanto “contingente racial”. Ainda, o termo “meio [natural e social] brasileiro” é somente relacionado à “velha gente portuguesa”, o que parece apontar para as tentativas de construir uma nacionalidade “aportuguesada”, passível de ser complementada, de forma desigual, pelos demais “contingentes raciais.”

Os trabalhos de Ellis Junior e Souza Docca podem ser localizados no item “Etnografia”, pois ambos versam sobre o povoamento de São Paulo e do Rio Grande do Sul, atentando para os contingentes populacionais participantes, em desigual medida, do processo de formação histórico-social daqueles estados. Suas análises pressupõem a observação de aspectos culturais, nacionais e raciais desses contingentes, correspondendo, assim, à seleção dos critérios temáticos e disciplinares estabelecidos no Programa de Estudos do conclave.

Já o item “Antropologia” da I Seção apresenta o seguinte conjunto de temas: “Caracteres exteriores do homem, esqueleto, posição sistemática, anomalias, doenças, ornatos e deformações artificiais, desenvolvimento físico, sexo; Antropologia Cultural; Bibliografia”.⁴²² O primeiro aspecto importante a ser destacado em relação ao que se entendia por “Antropologia”, ao menos entre os sócios dos Institutos Históricos e Geográficos, é o tópico especial destinado à Antropologia Cultural. Por si só, a separação entre os conteúdos remetentes a caracteres físicos, reunidos, num primeiro momento, sob o rótulo de

⁴²² Ibidem, p. LX.

“Antropologia”, aponta para as diferentes concepções teóricas e disciplinares recorrentes, naquele momento, entre a explicação das diferenças humanas por meio de fatores biológicos e o culturalismo orientado pelo método etnográfico.

Nesse sentido, se, neste momento, atentarmos para os temas de pesquisa atribuídos à “Paleontologia”, colocados ainda no início da I Seção, a divisão entre duas perspectivas opostas de compreensão da Antropologia pode ser metodologicamente percebida. Por “Paleontologia”, nossos intelectuais entendiam: “O homem primitivo; Crânios, mandíbulas e outros fragmentos fósseis; Problemas estratigráficos; Vegetais fósseis; Fauna das idades antigas; Pintura Rupestre; Pesquisas nacionais, estadual e nos países limítrofes; Bibliografia”.⁴²³ Para além dos tipos de pesquisa empreendidos sob esta disciplina, a proximidade entre a metodologia de análise dos “crânios”, “mandíbulas”, “caracteres exteriores dos homens”, “esqueletos” e do “homem primitivo”, e as medições anatômicas associadas à Antropologia Física pode ser percebida. O estudo das coletividades humanas contemporâneas, através de “esqueletos”, “mandíbulas” e “crânios”, poderia ainda ser legitimamente empreendido em 1940. As comparações entre fósseis de “homens primitivos” pré-históricos e medidas craniométricas de povos de sociedades africanas e “aborígenes”, possibilitariam a hierarquização das raças: quanto maior a semelhança de indivíduos específicos com homens primitivos, menos evoluídos seriam os povos “bárbaros”.

Quanto às divisões de conteúdo apresentadas no *Programa de Estudos* do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, é importante contextualizar os temas e linhas disciplinares trabalhados, naquela ocasião, dentro de um quadro mais amplo, relativo às atividades especiais tradicionalmente desenvolvidas nos Institutos Históricos e Geográficos. Em inícios do século XX nos eventos acadêmicos empreendidos pelo IHGB, as abordagens referentes aos africanos presentes nas origens do Brasil eram recorrentes. O I Congresso de História Nacional de 1914, por exemplo, teve uma de suas nove seções destinada à “História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas”.⁴²⁴ Segundo Lúcia Guimarães, o conclave

⁴²³ Ibidem, p. LIX.

⁴²⁴ A grade de trabalho desse congresso foi composta das seguintes Seções: 1. História Geral do Brasil; 2. História das Explorações Geográficas; 3. História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas; 4. História Constitucional e Administrativa; 5. História Parlamentar; 6. História Econômica; 7. História Militar; 8. História Diplomática; 9. História Literária e das Artes. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 82.

fora organizado num contexto de crescente preocupação com a construção de um sentimento cívico brasileiro, devido às crises internacionais que desembocaram na I Guerra Mundial.⁴²⁵

Concebida por Edgar Roquette Pinto, a 3ª Seção do I Congresso do IHGB reuniu 7,5% dos trabalhos apresentados ao evento e possuiu como objetivo investigar as etnias formadoras da população brasileira. Cinco dos sete assuntos propostos para abordagem na Seção deveriam tratar dos habitantes primitivos da Terra de Santa Cruz, etnicamente definidos por sua localização geográfica nos tempos do descobrimento e por troncos lingüísticos particulares às tribos.⁴²⁶ Assim, a ênfase do campo etnográfico recaía sobre os estudos indígenas, desenvolvidos no IHGB desde meados do século XIX. Quanto aos negros, Lúcia Guimarães afirma que apenas um tópico fora dedicado a esta “raça”, sendo privilegiadas as pesquisas acerca das origens tribais dos africanos e sua distribuição pelas regiões brasileiras.⁴²⁷ Sob essa perspectiva, os autores dedicados ao estudo da raça negra produziram escritos sobre a constituição dos mercados negreiros, considerados agentes da dispersão (realizada para compor os lotes de venda de escravos) de indivíduos pertencentes às mesmas “tribos”.⁴²⁸ Participaram deste debate, Afonso Cláudio⁴²⁹ e Braz do Amaral⁴³⁰, cujos trabalhos, cada qual à sua maneira, pretenderam estabelecer classificações raciais baseadas em critérios anatômicos e culturais. Por fim, a 3ª Seção contou com o item *A imigração branca sob o ponto de vista etnográfico*, a partir do qual foram pensadas as origens culturais dos imigrantes alocados no Brasil, desde a sua formação, num contexto nacionalista em que, segundo Lúcia Guimarães, cresciam as preocupações com a entrada indiscriminada de estrangeiros no país.⁴³¹

O exemplo da 3ª Seção do I Congresso de História Nacional do IHGB revela o quanto o Programa de Estudos do certame sul-rio-grandense de 1940 esteve em sintonia com as tradições historiográficas próprias aos Institutos Históricos e Geográficos. Ao mesmo tempo, a estrutura organizativa do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, demonstra a

⁴²⁵ Ibidem, p. 81.

⁴²⁶ Idem, p. 82-84.

⁴²⁷ Idem, p. 84.

⁴²⁸ Idem, p. 84.

⁴²⁹ CLÁUDIO, Afonso. As tribos negras importadas. Estudo etnográfico e sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. In: *Anais do I Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. v. 2., p. 595-660.

⁴³⁰ AMARAL, Braz. Contribuição para o estudo das questões de que trata a tese sexta da seção de história das explorações arqueológicas e etnográficas: as tribos negras importadas. Estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil. In: *Anais do I Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. v. 2., p. 661-693.

⁴³¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p.84.

disposição de parte dos sócios da instituição em dialogar com especialistas e intelectuais de outras instituições e campos de saber, nem sempre condizentes com as propostas disciplinares e teóricas do Instituto sulino. Conforme salientamos anteriormente, a coexistência entre Antropologia Física e Antropologia Cultural, na I Seção do conclave ocorrido em Porto Alegre, aponta para o terreno de debate em que os estudos de relações raciais se desenvolviam no Brasil, correspondendo a perspectivas teóricas diferentes, aceitas ou refutadas de acordo com complexas disputas intelectuais, institucionais e políticas.

Nos eventos realizados no IHGB, a ênfase a ser depositada sobre a definição e exaltação da cultura brasileira adquiriu novos significados com a instauração do Estado Novo. Vimos que, durante o governo Vargas, a instituição recebeu considerável apoio financeiro, além de ter sido acionada por setores dirigentes do Estado para a feitura de pesquisas e inquéritos referentes à situação da educação nacional. A simbiose decorrente da articulação entre prática intelectual e política fora explicitada no Terceiro Congresso de História Nacional, realizado na semana de 21 a 28 de outubro de 1938, em comemoração ao centenário do Instituto, cuja presidência de honra se dividiu entre o conde Afonso Celso, o ministro da Educação e Saúde Pública, o Cardeal Arcebispo, o prefeito do Distrito Federal e Getúlio Vargas.⁴³² Na ocasião, foi deliberado que, além dos quadros sociais do IHGB, deveriam ser convidados para o Congresso autoridades do governo, sócios de institutos co-irmãos e membros de demais instituições congêneres.⁴³³

Os procedimentos formais adotados no centenário do IHGB, perpassados pela seleção daqueles que deveriam comparecer, bem como pela montagem da presidência de honra do Terceiro Congresso, é bastante semelhante àqueles observados no III Congresso de História e Geografia do IHGRS. Tal fato pode ser verificado no *Regulamento* onde foram estabelecidas as diretrizes a serem seguidas pelos confrades sulinos e seus convidados. No Artigo 2º, lê-se: “São presidentes de honra do Congresso: 1º - O Exmo. Snr. Presidente da República; 2º - O Exmo. Snr. Interventor Federal do Estado; 3º - O Exmo. Snr. Arcebispo Metropolitano; 4º - O Exmo. General Com. Região; 5º - O Exmo. Prefeito da Cidade de Porto Alegre; 6º - O Exmo. Snr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”.⁴³⁴ Na mesa de abertura do III Congresso do IHGRS estiveram presentes as personalidades mencionadas no referido Artigo, com exceção do Arcebispo Metropolitano, de Getúlio Vargas e do General do

⁴³² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 187.

⁴³³ Idem, p.187.

⁴³⁴ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. *Regulamento*. Vol.1. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940. p.LVII.

Comando Militar da Região (integrante da Comissão Especial Organizadora). Já em relação aos convites enviados, no Artigo 3º do *Regulamento* são considerados “membros de honra do Congresso” Secretários de Estado, representantes consulares, o subprefeito de Porto Alegre, autoridades e intelectuais nacionais e estrangeiros que visitassem o evento.⁴³⁵

De acordo com o *Regimento* do Terceiro Congresso de História Nacional do IHGB, moções e indicativos sobre comunicações e teses apresentadas deveriam ser suprimidos das seções de abertura e encerramento, para dar lugar às falas das autoridades presentes. Lúcia Guimarães atribui esta mudança nos programas de trabalho dos eventos do Instituto justamente à nova conjuntura política experimentada com o advento do Estado Novo⁴³⁶, quando o controle sobre os escritos apresentados aos congressos e a exaltação do regime político, por determinados setores da intelectualidade, parecem ter formado parte da construção do projeto de nação. Nesse sentido, o discurso do presidente do IHGB e a leitura do Relatório de Atividades do Terceiro Congresso foram privilegiados nas referidas seções, sendo tal protocolo repetido entre os confrades reunidos na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Assim como Dante de Laytano proferiu seu discurso em homenagem à “velha gente portuguesa” representante da nacionalidade brasileira, nas seções solenes do III Congresso do IHGRS, demais congressistas ilustres ajudaram a imputar um caráter nacional ao certame.

Conforme as designações colocadas no *Programa de Trabalho do III Congresso Sul Rio-Grandense de História e Geografia*, no dia 5 de novembro, a partir das 15 horas, ocorreu a “instalação oficial dos trabalhos do III Congresso”, seguida das “Palavras do Dr. Leonardo Macedônia, presidente do Instituto”, complementada pela “Leitura do Relatório dos trabalhos enviados ao Congresso, pelo Dr. Dante de Laytano” e pelo discurso do prefeito Loureiro da Silva.⁴³⁷ O Relatório de Dante consistiu em alentado texto informando aos congressistas a respeito de todas as instituições, intelectuais, personalidades políticas, professores e especialistas que compareceram ao evento, cujas descrições nos foram preciosas para construir a cartografia do conclave.⁴³⁸ Contudo, de fato, não houve menções qualitativas substanciais sobre os textos enviados, ao menos nas seções mencionadas.

⁴³⁵ Ibidem, p. LVII.

⁴³⁶ GUIMARÃES, Op. Cit., p.188.

⁴³⁷ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. *Programa de Trabalho do III Congresso Sul Rio-Grandense de História e Geografia*. v. 1. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940. p. CXXI.

⁴³⁸ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. *Relatório do Sr. Dante de Laytano, presidente da Comissão Organizadora do Congresso*. Vol.1. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940. p. LXVII - LXXIX.

Quanto ao discurso de Leonardo Macedônia, entre longas descrições da formação de Porto Alegre - encabeçada por açorianos e pelo mito fundador da cidade, Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcellos - o presidente do IHGRS expôs os principais temas dos estudos históricos correntes na instituição.⁴³⁹ História das legislações, História das religiões e História da vida e dos feitos dos “varões ilustres”, foram os exemplos citados por Macedônia. Ao lado da disciplina histórica, o intelectual destacou as pesquisas em paleontologia, arqueologia pré-histórica e “antiguidades de todo o gênero” como possibilidades de conhecimento “exato das raças, dos povos e das civilizações desaparecidas na voragem do tempo”, indicando, dessa forma, alguns dos principais eixos temáticos do III Congresso de História e Geografia do IHGRS. Articuladas às considerações atreladas aos conteúdos programáticos do Instituto, Leonardo Macedônia pontuou a instrumentalização de pesquisas realizadas com fontes documentais em esferas que ultrapassavam a prática acadêmica:

Na verdade, os annaes políticos, marítimos e militares de todas as nações constituem preciosíssima fonte de informações para os homens de Estado, em todos os assuntos interessantes à evolução política, à defesa nacional, e à manutenção da paz, tão necessária ao progresso, à felicidade dos povos e das nações. (...) Cultivar a história é, portanto, um dever de todos nós.⁴⁴⁰

A compreensão da História como “mestra da vida”, capacitada e necessária aos atos presentes, conforme as lições aprendidas no passado, fez parte da tradição historiográfica cultivada nos Institutos Históricos e Geográficos. Portanto, não causa surpresa a conotação do discurso do presidente do IHGRS quando se refere aos documentos históricos enquanto instrumentos de conhecimento de tempos anteriores com vistas à orientação das ações dos homens no presente. Por outro lado, durante o governo Vargas, quando a cultura brasileira, a entrada do Brasil na II Guerra Mundial e as redefinições da nacionalidade tornaram-se assuntos de Estado, a segurança nacional, o progresso e a manutenção da paz parecem ter adquirido significados referentes às experiências político-intelectuais vividas naquele momento. Nesse sentido, em relação à formação de Porto Alegre, os ingredientes necessários à construção de uma identidade brasileira aparecem no último tópico do discurso de Macedônia, momento em que o presidente do IHGRS rende homenagens aos fundadores da capital, “habitada por uma população ordeira, amiga do progresso, moralista e culta:

⁴³⁹ ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. *Discurso do Dr. Leonardo Macedônia, presidente do Instituto*. v. 1. Porto Alegre: Edição da Prefeitura de Municipal, 1940. p. CXXVII-CXXXIII.

⁴⁴⁰ Idem, p. CXXXIX - CXXX.

Finalmente, peço a todos os presentes, que concentremos o nosso espírito e o nosso coração, em uma homenagem muito sincera, do nosso reconhecimento, da nossa veneração e da nossa gratidão, aos beneméritos Jeronymo de Vasconsellos, José Marcelino de Figueiredo, pioneiros da incorporação deste trecho do território nacional à civilização lusitana e brasileira. (...) Por último, o nosso louvor e aplausos à geração presente que trabalha, labuta e se esforça em melhorar a obra do passado, para transmiti-la a seus filhos, mais rica, mais civilizada e mais valiosa no concerto da civilização do Rio Grande do Sul e do Brasil.⁴⁴¹

A indispensável articulação do Rio Grande do Sul ao conjunto da nação, nesse caso explicitada na centralidade lusitana presente no discurso de Leonardo Macedônia, parece ter se refletido não só nas apresentações oficiais do III Congresso de História e Geografia para o público em geral, como também na grade de trabalho concebida pela organização do evento. Nas notas contendo adendos ao *Programa de Estudos*, uma afirmação aparentemente despretensiosa, talvez, se refira duplamente às diretrizes estabelecidas pelos partidários da nacionalização das interpretações sobre as origens sociais e históricas do Rio Grande e ao momento vivido pelo Instituto sulino no Estado Novo. A afirmativa de que foi “alterado todo o programa, por motivo de força maior”⁴⁴² levanta a hipótese de que as Seções de trabalho dedicadas exclusivamente à história do estado - possivelmente relacionadas, por determinados intelectuais e agentes políticos, ao separatismo e aos poucos elementos da cultura brasileira encontrados na região sul - pode ser articulada à sutil inclusão de dois trabalhos sobre a história do Acre e da Amazônia na II Seção, originalmente restrita ao Rio Grande do Sul.⁴⁴³

Ao analisar a grade de programação do Terceiro Congresso de História Nacional do IHGB, 1938, Lúcia Guimarães constata a intenção da agremiação de “reforçar a problemática das origens e da formação da *cultura brasileira*”.⁴⁴⁴ As comunicações enviadas ao Rio de Janeiro foram classificadas nos seguintes eixos temáticos: Biografias; História Política e Parlamentar; História Econômica e Social; História Diplomática e Militar; Etnografia, Geografia e Arqueologia; Ciências, letras, artes e religião. Com base nesses temas, as diferentes fases da história nacional deveriam ser abordadas sob múltiplos enfoques, privilegiando-se a organização das instituições do Estado e articulando-se os aspectos econômicos aos quadros sociais do país.⁴⁴⁵ Nesse caso, os movimentos nativistas e as biografias de personalidades passíveis de servirem de exemplo para a formação do *sentimento*

⁴⁴¹ Ibidem, p. CXXXII – CXXXIII.

⁴⁴² ANAIS DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. *Programa de Estudos*. v.1. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940. p. XIX

⁴⁴³ Idem, p. LX.

⁴⁴⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 189. grifo da autora.

⁴⁴⁵ Idem, p. 188.

brasileiro foram temáticas privilegiadas entre os organizadores e colaboradores do Terceiro Congresso.⁴⁴⁶ Lúcia Guimarães articula tais pistas a ações anteriores relativas, por exemplo, ao parecer emitido pelo IHGB ao Plano Nacional de Educação concebido em 1936, no qual dezesseis proposições foram tangenciadas pela questão da cultura brasileira.⁴⁴⁷

Nos congressos organizados pelos Institutos Históricos e Geográficos, os temas, disciplinas e conteúdos distribuídos nas Seções de trabalho corresponderam a conjunturas interligadas nos pontos de tensão entre o desenvolvimento de estudos específicos a variadas disciplinas, e as contingências mais amplas sob as quais os autores escreviam. Trata-se, portanto, de instituições entrecortadas, em suas agendas de pesquisa, pelas múltiplas atividades desempenhadas pelos próprios sócios, as quais não deixaram de influenciar as discussões acadêmicas travadas em momentos especiais e no cotidiano. Sobre esse aspecto, tornam-se pertinentes as considerações de L'Éstoile, Neiburg e Sigaud acerca das relações existentes entre intelectuais e interesses estatais no processo de constituição disciplinar das Ciências Sociais em diversos países, tais como Brasil, México e África do Sul:

Em vez de conceber *a priori* os produtores de conhecimento como situados 'no exterior do Estado' – como confrontados ao Estado como um Outro –, é historicamente mais pertinente e sociologicamente mais fecundo considerá-los como parte interessada nas lutas em torno da definição do estado, do seu papel e das políticas que ele deve levar a cabo.⁴⁴⁸

Para os autores acima citados, em situações específicas, os discursos acadêmicos fornecem os instrumentos necessários à ordenação dos mundos natural e social, permitindo a identificação das populações, bem como a “construção do sentido das ações para os próprios agentes estatais, legitimando a formação de problemas sociais aos quais devem responder as políticas públicas”.⁴⁴⁹ Ao mesmo tempo, a ciência fornece “um conjunto de argumentos que podem legitimar a proposição dessas políticas”. Por sua vez, “o apoio dado pelo Estado às instituições acadêmicas permite que este reivindique uma dimensão racional e objetiva, e uma forte conexão com a ciência”.⁴⁵⁰

Ao longo da discussão acerca dos eventos e da estrutura organizativa dos quadros sociais do IHGB e do IHGRS, vimos o quanto colaborações e tensões entre intelectuais e Estado se fizeram presentes nas atividades das agremiações. Unidas a esta constatação, as

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 189.

⁴⁴⁷ Idem, p. 189.

⁴⁴⁸ L'ESTOILE, Benôit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa. In: L'ESTOILE, Benôit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 17-18.

⁴⁴⁹ Idem, p. 18.

⁴⁵⁰ Idem, p. 18.

reflexões de L'Éstoile, Neiburg e Sigaud ajudam a evitar anacronismos quanto aos significados da dupla atuação política e intelectual de personagens alocados nos Institutos Históricos, além de auxiliarem na compreensão, em seus próprios termos, da participação da elite letrada em processos sociais, aparentemente, incompatíveis com uma suposta excelência acadêmica e científica de seus escritos. Apesar de os autores referirem-se à Antropologia e à Sociologia, suas premissas iluminam, igualmente, a situação da disciplina histórica, visto que, no período recortado para esta pesquisa, as fronteiras entre áreas de saber eram parcas e nem sempre reconhecidas consensualmente entre os próprios sujeitos partícipes da construção das humanidades brasileiras. Nesse sentido, se nos anos 30 e 40 a *brasilidade* fora convertida em assunto de Estado, certamente os atores auto-definidos como antropólogos, escritores, sociólogos ou historiadores, incorporaram em suas discussões assuntos relativos a problemas político-intelectuais, cujos contornos esses mesmos letrados ajudaram a delimitar. Como, por exemplo, as relações de raça e a cultura nacional.

No Terceiro Congresso de História Nacional de 1938 inúmeros intelectuais se mobilizaram com o objetivo de formalizar um protesto contra a supressão da cadeira de História do Brasil dos programas oficiais do ensino secundário, posteriormente encaminhado para o Ministério da Educação.⁴⁵¹ Veteranos integrantes do IHGB ligados ao governo, como Oliveira Vianna, Raul Tavares e Souza Docca integraram a movimentação. Na mesma ocasião, foram homenageados os paulistas Roberto Simonsen (diretor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo) e Afonso de Taunay (diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), cujo pioneirismo em instituir cadeiras voltadas para a história nacional em cursos de ensino agradou aqueles interessados nas problemáticas políticas e sociais de seu tempo.⁴⁵²

De maneiras diferentes, atores sociais relacionados ao contexto nacional de produção escrita em processo de renovação, participaram do III Congresso de História e Geografia do IHGRS. Homens de ciência que circulavam em espaços teoricamente antagônicos do ponto de vista teórico e institucional, contribuíram com o conclave reunido em Porto Alegre, demonstrando o quanto a pauta definida em torno da cultura brasileira fora direta ou indiretamente compartilhada por grande parte da intelectualidade. Em 1940, enquanto o militar e intelectual sul-rio-grandense Emílio Fernandes de Souza Docca enviava sua contribuição escrita ao III Congresso do IHGRS, Alfredo Ellis Junior - catedrático da cadeira

⁴⁵¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 190.

⁴⁵² Idem, p. 190.

de História da Civilização Brasileira e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP -, apresentava ao evento sulino suas considerações sobre o regionalismo paulista encarnado na figura do *bandeirante*.

Ambos sócios efetivos do IHGB, bem como de suas congêneres regionais, Docca e Ellis Junior escreveram textos acerca da formação histórico-social do Rio Grande do Sul e de São Paulo, atentando para as raças constituintes dos estados em questão, analisadas sob perspectivas remetentes ao racismo científico e à Antropologia Física, tal como definida no programa de trabalho do evento sulino. Nossos autores representaram, portanto, duas concepções clássicas legítimas e concorrentes às modernas Ciências Sociais, referentes à interpretação das origens do Brasil, delimitadas de acordo com especificidades regionais construídas com base em critérios variados, como o clima, a geografia e a raça. Fundamentais para o acerto do ponto da mistura, num contexto em que a miscigenação era convertida em expressão máxima de uma brasilidade altamente recomendada pelas elites políticas e intelectuais, os negros foram racial e etnicamente classificados a partir de hierarquias biologicamente determinadas.

As reflexões sobre as relações raciais parecem ter feito parte do próprio desenvolvimento das humanidades brasileiras. Em se tratando das tradições de pesquisa dos Institutos Históricos e Geográficos, desde Von Martius e sua história calcada nas três raças formadoras da nacionalidade, até a centralidade portuguesa pautada por Varnhagen, os confrades daquelas instituições se viram familiarizados com definições das origens sociais, culturais e históricas do Brasil.⁴⁵³ Mais tarde, nos anos 1930, o processo de renovação da agenda de pesquisa nacional introduziu novas possibilidades interpretativas das relações de raça, desta vez, pelos caminhos das Ciências Sociais. Nesse interregno, as apropriações das novas teorias foram múltiplas, perpassando áreas de saber como a História, o Folclore e as nascentes Antropologia e Sociologia, todas representadas no III Congresso de História e Geografia do IHGRS, em maior ou menor medida.

Cada campo do conhecimento possui suas próprias genealogias disciplinares e temáticas, cuja importância é inegável para a contextualização das categorias e modelos analíticos utilizados pelos autores interessados nos estudos africanos e de relações raciais no Brasil. No entanto, para os fins desta dissertação, mais importante do que reconstruir a história de conceitos e disciplinas, é observar como teorias e métodos foram manipulados em

⁴⁵³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

diferentes situações, das quais os próprios autores eram sujeitos participantes da concepção e instrumentalização de escopos teóricos. Baseando-nos nesta premissa, continuaremos nossa investigação com a análise das comunicações de Souza Docca e Ellis Junior, cujos textos foram escritos a partir de suas experiências institucionais, políticas e profissionais. Para acompanhar as trajetórias dos autores, o leitor dispõe da Tabela III encontrada ao final deste capítulo.

4.3 EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA E O CARÁTER BRASILEIRO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Nascido em 1884, Souza Docca era natural de São Borja, Rio Grande do Sul⁴⁵⁴. Filho de um militar participante da resistência farroupilha, o autor ingressou no Exército ainda jovem, aos quinze anos de idade, onde realizou toda a sua formação institucional e intelectual, embora tenha sempre participado de rodas literárias e empreendido estudos humanísticos autodidatas em diferentes espaços. Durante a década de 1910, escreveu para alguns jornais, publicou textos literários e, em 1921, entrou para o IHGRS como um de seus sócios fundadores. Na condição de orador oficial da instituição, Souza Docca demonstrava suas preocupações em desconstruir a imagem do Rio Grande do Sul como um estado separatista e apartado do Brasil. Na seção inaugural de sua posse no Instituto, elogiou a fundação de “tão útil e patriótica instituição”, destacando a importância dessa iniciativa para a continuidade “da agremiação rio-grandense como ‘valor inestimável da sociedade brasileira’”.⁴⁵⁵

Essas falas foram proferidas num contexto em que se discutiam as formas de participação do Rio Grande nas comemorações do centenário da independência do Brasil, em 1922. A opinião do então presidente do IHGRS, Florêncio de Abreu e do secretário da instituição e diretor do Museu Júlio de Castilhos, Eduardo Duarte, era a de que a festa seria uma grande oportunidade para “desfazer os erros, as inverdades, as falsas apreciações que

⁴⁵⁴ As informações biográficas do autor foram buscadas, principalmente, em: ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no pensamento de Emílio Fernandes de Souza Docca*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003. Em sua dissertação, Armani propõe o estudo do pensamento de Souza Docca, sob a perspectiva da História das Idéias. Segundo o autor, Docca foi um homem preocupado com as questões do seu tempo, “como a busca constante de uma identidade que ‘refletisse o caráter nacional’”.

⁴⁵⁵ JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. O ‘sentimento brasileiro que lhes brotará na alma’: a construção da nação e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. n.º. 38, ano 21, 1. sem. 2008. p. 46.

correm o mundo em livros de autores estrangeiros sobre o Rio Grande”.⁴⁵⁶ Do Congresso Internacional de História da América promovido pelo IHGB, em decorrência daquele centenário, poucos foram os sul-rio-grandenses que participaram. Para justificar a parcial ausência, Abreu afirmou que houvera pouco tempo para a montagem de uma comissão regional que organizasse teses especiais sobre a história do Rio Grande do Sul.⁴⁵⁷ De qualquer forma, fica o registro dos primórdios da inserção de Souza Docca nos quadros do IHGRS, num momento em que, novamente, as particularidades regionais estavam sendo pensadas em relação à nação, do ponto de vista do programa de estudos próprio ao Instituto sulino, bem como dos debates políticos correntes nacionalmente.

Entre 1927 e 1937, Souza Docca fez parte do conselho editorial da Revista do IHGRS, ocupou a posição de membro da Comissão Permanente de Estatutos do Instituto, e residiu em inúmeras regiões brasileiras, devido à carreira militar. Mas, foi em Recife que, como chefe do Serviço de Intendência, encontrou um ambiente intelectual propício para a intensificação de suas pesquisas históricas. Segundo Carlos Henrique Armani, em 1931, o intelectual sul-rio-grandense percorreu todo Pernambuco em busca de sua história e arqueologia, considerando aquele estado uma terra “formosa”, ““(…) pela magia de sua natureza encantadora, pela afabilidade de sua gente; legendária, pelas suas tradições heróicas na defesa da Pátria””.⁴⁵⁸

Influenciado pelas diretrizes nacionalistas e legalistas do Exército, Docca chegou a ser preso durante a Revolução de 30, por considerá-la inconstitucional, mesmo tendo acompanhado Getúlio Vargas em suas primeiras incursões ao IHGB na década de 20. Apesar desse episódio um tanto peculiar, nosso autor prestou solidariedade à instauração do Estado Novo, mencionando num de seus textos a figura de Vargas como “síntese do homem brasileiro”. Conforme nos conta Armani, o novo regime foi por ele definido como ““(…) a realização da verdadeira revolução, posto que dissolvera os ‘providencialismos particularistas’ e as ‘gralhas do parlamento’ em nome de uma só bandeira’ (…).”⁴⁵⁹

Neste interregno, no ano de 1932, Souza Docca passou a residir no Rio de Janeiro, onde se tornou sócio efetivo do IHGB e chefe de Gabinete da Diretoria de Intendência da capital federal. Por esses tempos, publicou uma separata na Revista do IHGRS, intitulada *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, artigo no qual trava acalorado debate com as

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 46.

⁴⁵⁷ Idem, p. 46.

⁴⁵⁸ ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no pensamento de Emílio Fernandes de Souza Docca*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003. p. 48.

⁴⁵⁹ Idem, p. 48.

teses separatistas de Alfredo Varella.⁴⁶⁰ Nesse trabalho, o intelectual militar discute o posicionamento assumido pelo Instituto sulino, quanto aos “platinismos” proferidos por Varella, considerados “idéias depreciadoras dos sentimentos cívicos e desdenhosas da dignidade de nossos antepassados”.⁴⁶¹ Elogiando a atitude daqueles que, finalmente, teriam instaurado a verdade dos fatos acerca da ação farroupilha, afirma: “(...) o Instituto proclamou, por unanimidade, como se há de ver para diante, que não concorda, absolutamente, com aquelas idéias, as quais o Dr. Varela, jeitosamente, deixava transparecer haverem merecido o beneplácito daquela douta instituição”.⁴⁶² Algo semelhante à “patrulha historiográfica”, comentada por Leticia Nedel, exercida pelo IHGRS sobre as interpretações contrárias ao lusitanismo vigente entre a elite letrada regional.

Essa mesma perspectiva, próxima às considerações de Dante de Laytano sobre a brasilidade do empreendimento farrapo no século XIX, pode ser novamente percebida em conferência pronunciada no Centro Gaúcho de São Paulo, em 20 de setembro de 1936. Em *O porquê da Brasilidade Farroupilha*, Docca busca “desmentir” o que chamou de “duas lendas” inventadas sobre a história do Rio Grande do Sul.⁴⁶³ A primeira, seria a falsa idéia da formação platina do estado e a segunda, a tese do caráter separatista da Revolução Farroupilha, fatores estabelecidos como inimigos da “verdade histórica”, considerados prejudiciais à imagem sulina em âmbito nacional. Dentre esses fatores, Souza Docca arrola, ainda, a “hipertrofia regionalista, com hegemonias tendenciosas”, numa clara alusão aos demasiados castelhanismos proferidos por Varella. Paradoxalmente, como estratégia de superação desses elementos, Docca apresenta soluções que, para nós, podem soar tão regionalistas, quanto a matriz rival ao lusitanismo.

Como características da brasilidade sul-rio-grandense, o autor enuncia: a) fatores étnicos (composição racial e étnica branca lusitana, com pouca mistura indígena); b) fatores político-militares (defesa da República federativa e do Brasil, através da Revolução Farroupilha); c) fatores comerciais (trocas comerciais entre o Rio Grande do Sul, as províncias brasileiras e outros países estrangeiros, com maior intensidade em relação às transações realizadas entre o Rio Grande do Sul e os países platinos); d) fatores sociais (espaços de sociabilidade democráticos, condizentes com o espírito luso, constituídos a partir

⁴⁶⁰ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XV – II Trimestre. Porto Alegre: Globo, 1935.

⁴⁶¹ Idem, p. 3.

⁴⁶² Idem, p. 4.

⁴⁶³ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O porquê da Brasilidade Farroupilha: Conferência realizada no ‘Centro Gaúcho’ de São Paulo, a 20 de setembro de 1936*. São Paulo, 1936.

da estância e dos acampamentos militares); e) fatores culturais (língua, costumes e matriz psicossocial lusitana); f) fatores nacionalistas (mesma língua, mesmo sangue, mesma ascendência hereditária).⁴⁶⁴

O conjunto de fatores acima propostos pouco difere dos regionalismos surgidos no Rio Grande em meados da década de 30, quando a inclusão dos afro-descendentes nas interpretações histórico-sociais acerca das “partes” da nação se tornou recomendável à elite intelectual brasileira. Nesse sentido, Souza Docca parece não ter incorporado essa recomendação aos seus trabalhos, mesmo referindo-se a Gilberto Freyre e citando estatísticas de estudiosos sul-rio-grandenses elaboradas na segunda metade do século XIX, como é o caso de Aurélio Porto⁴⁶⁵ e Antônio José Gonçalves Chaves.⁴⁶⁶ Segundo Docca, os números apresentados por Chaves apontavam para a entrada de quinze mil escravos na Província de São Pedro, entre 1814 e 1823, sendo a minoria composta por negros procedentes da África.⁴⁶⁷ Entre esta minoria, o autor identificou as etnias banto (da Guiné Meridional) e mina (da Guiné Setentrional), “tribo” considerada por Saint Hilaire superior a todas as outras, por conta de seu amor ao trabalho, fidelidade e inteligência.⁴⁶⁸ Novamente, tal como nos textos de Dante de Laytano, anteriormente discutidos, percebemos tentativas de pleitear, para o Rio Grande do Sul, os “melhores” contingentes negros trazidos ao Brasil durante a escravidão.

⁴⁶⁴ Idem, p. 9-43.

⁴⁶⁵ Em 1921, Aurélio Porto publicou na Revista do IHGRS um ensaio sobre a *definitiva ocupação do território brasileiro*. Fundamentalmente, Porto afirmava que o trabalho perseverante, somado às riquezas incalculáveis que a terra propiciaria ao desenvolvimento da agricultura, caracterizariam o povo e a prosperidade da nação. Tal predominância da agricultura seria uma tradição legada pelos antepassados dos gaúchos, formada pelas condições mesológicas e étnicas do estado. A dedicação ao trabalho, portanto, provinha dos “elementos vários que entraram na formação do Rio Grande do Sul”, incluindo bandeirantes, lusitanos e demais contingentes. JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. O ‘sentimento brasileiro que lhes brotará na alma’: a construção da nação e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 38, ano 21, 1º sem. 2008. p. 48. Deduzimos que as estatísticas utilizadas por Docca sejam parte desta pesquisa de Aurélio Porto, na qual foram privilegiados elementos geográficos, humanos e econômicos para a compreensão da formação histórico-social do Rio Grande do Sul.

⁴⁶⁶ Gonçalves Chaves era natural de Pelotas, charqueador, membro do Conselho Geral da Província e vereador naquela mesma cidade, em 1832. Suas considerações sobre a escravidão foram utilizadas por alguns dos membros do Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), com o objetivo de pensar a experiência escravista na formação histórico-social do Rio Grande do Sul. Para Chaves, a escravidão seria prejudicial à segurança do Estado, aos valores morais e religiosos da população e incompatível com o sistema de trabalho livre. Segundo Regina Xavier, formava parte do horizonte de preocupações de Chaves o temor de uma possível revolta escrava aos moldes da ocorrida em S. Domingues. Os textos de Gonçalves Chaves foram lidos especialmente pelo Conselheiro Câmara, sócio do IHGPSP, embora este último discordasse do primeiro quanto a alguns pontos específicos relativos, por exemplo, às origens dos castigos dispensados aos escravos. XAVIER, Regina. Uma história que se conta: o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Rio Grande do Sul. *História Unisinos*. v.10, n. 3 – setembro-dezembro de 2006. p. 253-254.

⁴⁶⁷ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O porquê da Brasilidade Farroupilha: Conferência realizada no ‘Centro Gaúcho’ de São Paulo, a 20 de setembro de 1936*. São Paulo, 1936. p. 11.

⁴⁶⁸ Idem, p. 10.

Como freqüentemente ocorre em interpretações construídas pela elite intelectual sulina, na conferência de Souza Docca a presença negra no Rio Grande do Sul é deslocada para um tempo distante, distinto do presente. Nesse caso, a ausência de mistura biológica e cultural, entre os democráticos estancieiros lusitanos e os negros brasileiros e africanos, é comprovada com base em três justificativas: nas observações de Saint Hilaire, sobre a suposta inexistência de mulatos na Província de São Pedro; na falta de casamentos realizados entre pessoas de cor preta e de cor branca, explicitada em dados de Aurélio Porto para o século XVIII e, por fim, na incapacidade de adaptação dos negros ao “clima hostil” dos pampas, devido à constituição de seu aparelho respiratório.⁴⁶⁹

Se, para Docca, negros e mestiços eram praticamente inexistentes na sociedade sul-rio-grandense, a predominância do “elemento ariano” no estado foi amplamente reivindicada pelo autor. Considerada a raça formadora do Rio Grande do Sul, os arianos estariam representados no grande contingente de lusitanos realizadores da colonização da parte meridional do Império Português no século XVIII. Do ponto de vista “moral e físico”, Docca aclama os portugueses como grandes construtores do espírito de liberdade, heroísmo e amor à pátria, característicos do *gaúcho*. Ainda, fazendo alusão aos “brasileiros” entrados juntamente com as forças militares defensoras das fronteiras externas do Império, o autor derrama elogios sobre os paulistas, “cujas magníficas virtudes e apreciáveis qualidades foram, lá em nosso extremo meridional, como o pêssego persa da estrofe de Camões: ‘Melhor tornado em terreno alheio’”.⁴⁷⁰

Indícios relativos à proximidade de Souza Docca a modernistas paulistas conservadores do Grupo Verde-Amarelo - composto por personalidades como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Alfredo Ellis Junior – apresentaram-se na bibliografia por nós consultada. De acordo com Carlos Henrique Armani, por exemplo, as chaves teóricas e historiográficas, encontradas pelo intelectual sul-rio-grandense para a inclusão da região sul no todo nacional, aproximaram-se das versões regionalistas do verde-amarelismo.⁴⁷¹ Para esse grupo de intelectuais, rival da versão modernista Antropofágica, um regionalismo particularista, propagador de características étnicas, geográficas, históricas e raciais próprias a São Paulo, era passível de aceitação e reivindicação positiva por parte dos paulistas. Ao contrário das ideias urbanas e cosmopolitas de Mário de Andrade, Oswald de Andrade,

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 10-11.

⁴⁷⁰ Idem, p. 19.

⁴⁷¹ ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no pensamento de Emílio Fernandes de Souza Docca*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003. p. 55.

Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, entre outros, os verde-amarelos reportavam-se a uma história rural, construída pelos bandeirantes lusitanos, desbravadores e mantenedores das fronteiras internas da nação brasileira.⁴⁷²

A este último grupo, dedicaremos algumas palavras no momento em que a comunicação de Ellis Junior for analisada. O importante, neste momento, é atentar para o fato de que Souza Docca circulou em diversas rodas intelectuais e estabeleceu relações importantes em âmbito nacional. No início da década de 40, Múcio Leão e Cassiano Ricardo mostraram-se interessados em indicar o nome de Docca para a cadeira anteriormente ocupada por Alcydes Maia, na Academia Brasileira de Letras.⁴⁷³ Além disso, nosso autor publicou muitos de seus trabalhos em jornais de grande circulação e fez parte de uma série de instituições formais de produção do conhecimento espalhadas pelo Brasil.

Às vésperas de tornar-se general do Exército Brasileiro, Souza Docca enviou ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS a comunicação intitulada *Gente Sul-Rio-Grandense*. Naquele período, além de ocupar um cargo na Comissão Diretora da Biblioteca Militar do Rio de Janeiro, o autor já havia publicado inúmeros artigos, livros e ensaios. Sempre buscando articular o espírito militar ao sentimento cívico a ser alimentado por todos os brasileiros, Docca incorporou pressupostos teórico-metodológicos apreendidos em seus estudos como intelectual autodidata, bem como nas sucessivas associações por ele empreendidas junto a Institutos Históricos e Geográficos regionais e ao IHGB. Como sócio correspondente do IHGRS (em 1940 o autor residia no Rio de Janeiro), membro da Comissão Permanente de Estatutos e do conselho editorial da Revista daquela instituição, certamente seus escritos foram bem recebidos no conclave reunido em Porto Alegre. Tendo em vista a breve exposição da trajetória do autor, passamos à análise de seu texto, procurando definir seus interlocutores e perceber elementos que relacionem sua obra a contextos mais amplos.

4.4 GENTE SUL-RIO-GRANDENSE

Emílio Fernandes de Souza Docca dividiu *Gente Sul-Rio-Grandense* em cinco capítulos, nos quais são apresentadas as condições ambientais, histórias e sociais da formação do Rio Grande do Sul. Seguindo os padrões de exposição argumentativa característicos da

⁴⁷² VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993. p. 89-112.

⁴⁷³ ARMANI. (2003). Op., Cit., p. 50.

historiografia praticada no IHGRS, o autor apresenta informações sobre a constituição geográfica de parte do estado, as primeiras entradas colonizadoras do território, as relações sociais estabelecidas com os indígenas aqui encontrados no século XVIII e, por fim, as principais células sociais construídas após a fixação dos lusitanos nas terras meridionais do Brasil, quais sejam a estância e o acampamento militar. Dessa forma, a seqüência do texto segue os seguintes tópicos de análise: I - “O Habitat”, com descrições detalhadas sobre paisagem e relevo; II, -“Primeiras explorações: relações com o gentio”; III - “Informações sobre a terra: povoamento sistemático”, capítulo em que o autor narra a história oficial da colonização açoriana do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, acrescida de considerações acerca dos bandeirantes paulistas, sendo estes últimos considerados o principal contingente brasileiro no povoamento do estado.⁴⁷⁴

Dos três primeiros capítulos, já conhecemos as principais balizas interpretativas. Trata-se da construção de uma história calcada no protagonismo português nos primórdios da formação social do Rio Grande, nas condições ambientais oferecidas pela pampa, bem como nas incursões militares realizadas pelos primeiros desbravadores do território. Dentro deste quadro, compartilhado por grande parte dos autores reunidos no Instituto Histórico sulino, destacamos aspectos que não apareceram com tanta ênfase na comunicação apresentada por Dante de Laytano ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, por exemplo. Em primeiro lugar, Docca afirma veementemente a chegada dos jesuítas à Capitania de São Pedro somente após o estabelecimento dos primeiros brasileiros (bandeirantes) nesta parte do Império de Portugal.⁴⁷⁵ Do ponto de vista dos debates historiográficos, travados entre a intelectualidade rio-grandense, a eliminação ou subordinação dos padres missionários à presença luso-brasileira significava um dos pontos de tensão entre os mais próximos ao platinismo e os mais alinhados ao lusitanismo. Este seria, portanto, um dos primeiros sinais históricos e sociais que possibilitaria a desconstrução da filiação castelhana dos habitantes do lado de cá, em relação aos do lado de lá da fronteira política oficialmente delimitada entre as coroas ibéricas.

Em *O porquê da Brasilidade Farroupilha*, Souza Docca esclarece seu ponto de vista, ao fornecer explicações para a Guerra Guaranítica de 1750:

⁴⁷⁴ DOCCA, Sousa. Gente Sul-Rio-Grandense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 647-658.

⁴⁷⁵ Idem, p. 651.

(...) essa luta representa o choque de idéias completamente antagônicas, pelo espírito, pela cultura e pelos interesses. A mentalidade dos aborígenes aldeados pelos missionários da Companhia de Jesus, lá nos Sete Povos de Missões, era profundamente jesuítica, isto é, segundo os interesses da Ordem ali e, desse modo, contra a existência do Rio Grande Luso – brasileiro. Em torno dos nossos primeiros estabelecimentos na terra rio-grandense, gravitou sempre o espírito português, o nacionalismo brasílico, a defesa ardente e heróica dos pagos, enquanto lá, nas Missões Orientais, predominavam o espírito jesuítico lógico e humano. Não havia nisso nenhum mal, apenas o mencionamos para evidenciar uma diferença profunda de mentalidade e de interesses. (...) A civilização rio-grandense não procedeu do sul com o hispano-americano, acompanhado de indígenas e sim, de norte, com os povoadores e conquistadores brasileiros, seguidos de colonos lusos.⁴⁷⁶

O “nacionalismo brasílico” seria, para Docca, o resultado de três elementos principais: os vínculos hereditários, a pureza racial e a língua comum falada no Rio Grande do Sul. Combinados uns aos outros, tais elementos teriam culminado na partilha de “sentimentos nobres, profundamente afetivos e com extraordinário poder de aproximação”.⁴⁷⁷ A existência dessas atribuições positivas entre os rio-grandenses farroupilhas, pertencentes às elites latifundiárias de espírito democrático, supostamente, expressou-se nos atos de “perdoar as injustiças e os erros dos homens, para manter íntegro o culto da Pátria e sempre tiveram e hão de ter mais forças, nos caracteres de elite, que as ambições pessoais, que os desejos utilitários, que são paixões subalternas”.⁴⁷⁸ Por sua vez, essa caracterização fora delegada aos dirigentes da Revolução Farroupilha, mas parece ter perpassado as comparações feitas por Docca entre os caudilhos personalistas e déspotas do Prata e os líderes lusitanos gaúchos próximos à democracia republicana federativa.⁴⁷⁹

Em relação aos fatores sanguíneos e raciais, as diferenças observadas entre lusos e castelhanos são compreendidas como o resultado da intensidade de cruzamentos biológicos ocorridos entre indígenas e homens brancos. Sob essa perspectiva, Docca diferencia a formação racial do Rio Grande do Sul daquela existente na Argentina e no Uruguai, baseando-se nos postulados do argentino Lucas Ayarragaray⁴⁸⁰:

⁴⁷⁶ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O porquê da Brasilidade Farroupilha*: Conferência realizada no ‘Centro Gaúcho’ de São Paulo, a 20 de setembro de 1936. São Paulo, 1936. p. 40.

⁴⁷⁷ Idem, p. 43

⁴⁷⁸ Idem, p. 43.

⁴⁷⁹ Diz Souza Docca: “O Republicano, jornal farroupilha, já citado, depois de fazer apologia da forma federativa, disse: ‘Prescindindo, porém, dos exemplos que nos oferece a história antiga, vemos em nossos dias comprovadas as vantagens dessa forma de governo, pela felicidade que gozam os Estados Elvéticos e os Norte Americanos.’” DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O porquê da Brasilidade Farroupilha*: Conferência realizada no ‘Centro Gaúcho’ de São Paulo, a 20 de setembro de 1936. São Paulo, 1936. p. 37.

⁴⁸⁰ Esse historiador era conhecido entre a intelectualidade brasileira desde o início do século XX. Quando o Barão de Rio Branco assumiu a presidência do IHGB, após alguns anos de escassez de atividade intelectual na instituição, devido aos boicotes financeiros republicanos, passaram a ser estimulados os intercâmbios intelectuais e culturais com os países do “Novo Mundo”. Anteriormente, a Inglaterra era o país privilegiado nas relações diplomáticas do Império Brasileiro e os sócios da agremiação preferiam receber ingleses e frequentar reuniões

É oportuno examinar aqui o imaginário platinismo dos rio-grandenses, à luz dos fatos e da formação dos povos de aquém e além Prata. Um dos mais profundos dos historiadores argentinos – Lucas Ayarragaray – assevera que o tipo físico, o tipo moral e a índole política de sua pátria, procedem de dois fatores: as tradições espanholas e indígenas. Quem comparar o tipo moral e físico da formação platina com o da formação rio-grandense e do mesmo modo a índole política de ambos, verificará, sem grande esforço, profunda diferença, resultante da formação moral e étnica de cada um. A cruz do aborígine com o colonizador branco do Rio Grande do sul foi insignificante, enquanto na Argentina e no Uruguai foi em alta dose.⁴⁸¹

Entendendo o caudilho como um produto do “determinismo histórico e de uma lenta evolução de forças psicológicas e étnicas”, Docca estabelece um contraste entre a “raça pura” das elites sulinas e a “raça mestiça” dos castelhanos. Neste ponto, Saint Hilaire aparece com seu relato de viagem, comprovando a tese defendida pelo intelectual sul-rio-grandense: “Na Capitania do Rio Grande os habitantes do campo, filhos ou netos dos homens das ilhas dos Açores, são brancos de raça pura, enquanto os campônios espanhóis são pela maioria mestiços de europeus e de índios”.⁴⁸² Esta argumentação corresponde ao contexto historiográfico do Rio Grande do Sul, especificamente no que concerne à diferenciação estabelecida entre o gaúcho platino e o gaúcho da pampa brasileira. Ao mesmo tempo, como podemos perceber, a manipulação de noções biológicas de raça contribuiu para a elaboração do pensamento de Souza Docca, que parece ter unido categorias raciais e étnicas - estas últimas, sinônimo de procedência - em seus estudos sobre a formação do estado.

O segundo elemento que comprovaria a ancestralidade brasílica do Rio Grande do Sul seriam as trocas comerciais realizadas com a capitania de São Vicente, desde o século XVI. Na memória apresentada ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Docca afirma a anterioridade dessas trocas à chegada dos jesuítas ao território sulino, apoiando-se no *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza (1587), bem como em cartas de padres residentes em São Vicente (século XVII). Dessa forma, as relações comerciais entre os indígenas do litoral da Capitania de São Pedro e os “paulistas vicentinos” constituiriam os primórdios dos laços consolidados entre os dois futuros estados brasileiros, reforçados pelas

acadêmicas britânicas. Com a gestão de Rio Branco, as atenções se voltaram para a América e a visitação de letrados argentinos, uruguaios e norte-americanos ao IHGB tornou-se recorrente. Lucas Ayarragaray esteve entre os ilustres participantes das reuniões ordinárias do Instituto, juntamente com Ramón Carcano, Julio Fernandez, José Salgado e Henry Lang. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. p. 30.

⁴⁸¹ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O porquê da Brasilidade Farroupilha*: Conferência realizada no ‘Centro Gaúcho’ de São Paulo, a 20 de setembro de 1936. São Paulo, 1936. p. 30.

⁴⁸² Idem, p. 30.

entradas de militares bandeirantes nas sucessivas tentativas de povoamento ocorridas no Rio Grande desde o século XVIII.⁴⁸³

Munido deste quadro prévio acerca dos contornos sociais, étnicos e paisagísticos do Rio Grande do Sul, Souza Docca parte para a discussão da “Gente Sul-Rio-Grandense”. Este é o título do quarto capítulo do texto enviado ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, no qual são apresentadas as raças, em tese, formadoras do estado: o “americano” cruzado com o “amarelo”, o “branco” e o “negro”.

A mistura entre americanos e amarelos é explicada com base nas descobertas arqueológicas de Peter Wihelm Lund na região da Lagoa Santa, em Minas Gerais, no ano de 1840. No século XIX, antropólogos físicos e arqueólogos partidários da unicidade da espécie humana (monogenistas) disputaram as interpretações em torno da descoberta de Lund com cientistas defensores das múltiplas origens da espécie (poligenistas).⁴⁸⁴ Os poligenistas acreditavam que as raças humanas haviam surgido em regiões diferentes, fato que comprovaria a conformação de espécies distintas, correspondentes às suas respectivas localidades geográficas. Os dois grupos de cientistas utilizavam-se dos mesmos materiais arqueológicos e métodos de medição anatômica, com o objetivo de comparar as estruturas físicas dos fósseis com representantes contemporâneos das raças. Nesse sentido, para os monogenistas, as características craniométricas do “homem da Lagoa Santa” indicariam a antiguidade do “americano”, posto que próprias ao homem de Neandertal, ancestral comum à aos homens. Por sua vez, os poligenistas, ao contrariarem essa hipótese, continuaram a defender a origem racial diferenciada do “americano” e do “europeu”.⁴⁸⁵ Nesse caso, se para os poligenistas as desigualdades raciais eram consideradas insuperáveis, porque atribuídas a grupos humanos hierarquizados desde a sua origem, para os monogenistas os caracteres adquiridos no meio natural e social poderiam contribuir para a evolução racial.

⁴⁸³ DOCCA, Souza. Gente Sul-Rio-Grandense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 652-658.

⁴⁸⁴ Para provar a hipótese da origem única da espécie humana, os monogenistas apoiavam-se nos princípios da igualdade entre os homens, procedente do Velho Testamento. Sob essa perspectiva, os diferentes grupos étnicos e raciais estariam em posição desigual na escala evolutiva, cabendo aos cientistas classificá-los de acordo com os níveis de desenvolvimento de cada grupo. Somado a este fator, os monogenistas consideravam fecundos os cruzamentos entre raças diferentes, contrariando a hipótese da esterilidade de híbridos. Dentre os mais célebres defensores do hibridismo, estavam Lamarck, Saint Hilaire e o conde Buffon. SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Salvador, *Afro-Ásia*, n. 23, 1999. p. 96.

⁴⁸⁵ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol e SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; GLICK, Thomas e SÁ, Magali Romero (Orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 102-103.

Em finais do século XIX, durante a recepção das teorias evolucionistas de Darwin nas poucas instituições científicas existentes no Brasil, o poligenismo representou a resistência à hipótese da evolução humana via seleção natural. Entre os mais ferrenhos contestadores do darwinismo - que partia do pressuposto da origem única da espécie humana – encontrava-se D. Pedro II. Membro da Academia de Ciências de Paris, o imperador passou a trocar correspondências com Quatrefages, antropólogo físico antidarwinista.⁴⁸⁶ Entre ambos, circularam referências de leituras, textos e materiais fósseis do Museu Nacional enviados diretamente para o cientista francês.⁴⁸⁷ Devido a esses intercâmbios, o nobre português acabou por remeter o exemplar do “homem da Lagoa Santa” para a França, com o intuito de auxiliar pesquisas que fizessem frente ao evolucionismo darwinista. Afinal, conforme declaração escrita numa de suas cartas, D. Pedro II recusava-se a crer na ancestralidade negra e primata do primeiro representante do homem.⁴⁸⁸

Por outro lado, no IHGB, as interpretações acerca das raças formadoras do Brasil estiveram mais próximas ao monogenismo. Com o objetivo de “correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham”, as primeiras grandes interpretações elaboradas sob o selo do Instituto foram marcadas pelos debates evolucionistas sociais.⁴⁸⁹ Temos, por exemplo, a monografia de Karl Friedrich Philipp von Martius, intitulada *Como escrever a história do Brasil* (1844). Neste trabalho, o naturalista e sócio correspondente do Instituto se propôs a desvelar a especificidade da trajetória do “país tropical” composto por três raças mescladas: branca, indígena e negra. A cada uma delas caberia um papel específico no desenvolvimento da nação, onde o branco representaria o elemento civilizador e o indígena a raça originária do Brasil, passível de ascender alguns degraus na escala evolutiva se auxiliados pelos brancos. Ao negro, contudo, restaria o destino da detração, posto que entendido como fator impeditivo do progresso nacional: “‘Não há dúvida que o Brasil teria tido’, diz von Martius, ‘uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros’ (RIHGB, 1844)”.⁴⁹⁰

Sob uma perspectiva teórico-metodológica calcada em noções biológicas de raça, associadas ao evolucionismo poligenista, Souza Docca inicia a análise dos contingentes étnicos formadores do Rio Grande do Sul. O primeiro deles é o “elemento indígena”, cuja

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 101.

⁴⁸⁷ Idem, p. 102.

⁴⁸⁸ Idem, p. 102.

⁴⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 112.

⁴⁹⁰ Idem, p. 112.

identificação dos grupos de procedência, nos primórdios do povoamento do Rio Grande do Sul, fora buscada nas categorias lingüísticas elaboradas por Paul Ehrenreich, retocadas por Capistrano de Abreu.⁴⁹¹ A partir dessas classificações, Docca atribui, às etnias indígenas, características psicológicas, físicas, culturais (costumes, armas, alimentação, religião, língua), de organização social (família, função de homens e mulheres dentro das “tribos”, habitação, se nômades ou sedentários) e política (quem eram as lideranças, guerras, relações com outras “tribos”). Para Docca, Charruas e Minuanos teriam sido os maiores contribuintes para a construção da história e identidade dos gaúchos, embora o autor considere a participação primitiva de todas as etnias indígenas na formação do Rio Grande do Sul.

Após os caracteres físicos, psicológicos e morais “naturais” aos dois grupos principais, como o orgulho, a resistência à catequese, a generosidade e o gosto pelas lides campeiras, nosso autor explica como ambos tornaram-se parte de sociedade sul-rio-grandense. Charruas e Minuanos seriam originários das regiões pampianas do sudoeste do estado, localizadas na margem oriental do rio Uruguai, o que, em tese, teria possibilitado a prévia identificação dos indígenas com a vida no campo. Contudo, suas habilidades teriam sido plenamente desenvolvidas somente com o processo “amistoso” de assimilação biológica e cultural empreendido pelos portugueses estancieiros.⁴⁹² Após perderem suas particularidades físicas, lingüísticas, culturais e sociais originais, Charruas e Minuanos conheceram a civilização, se transformado em peões dignos de trabalharem nas estâncias ao lado de seus patrões. Enfim, através da miscigenação, teria se formado o peão mestiço do Rio Grande do Sul.

Segundo Souza Docca, os coeficientes de sangue indígena incorporados ao tipo sul-rio-grandense eram inferiores se comparados às misturas ocorridas nas populações do norte do país. Tal constatação, além de corresponder à perspectiva relacional de construção de tipos sociais regionalizados, indica o posicionamento do autor acerca dos níveis de miscigenação aceitáveis no Rio Grande. Nesse sentido, é importante atentar para o fato de que, na tese do autor, os índios mestiços somente se transformaram em trabalhadores rurais dignos, após perderem suas características étnicas e raciais, apagadas por meio da mistura com o sangue branco português e bandeirante, ainda que, nas classificações apresentadas por Docca, Charruas e Minuanos fossem, eles próprios, superiores às demais etnias. Contudo, mesmo

⁴⁹¹ São elas: (A) Tupis Guaranis (Tapes, Carijós, Caaguas, Guaianás, Arachanes); (B) Gês (Botocudos, Bugres, Caingangs, Coroados); (C) Guaicúis (Jaros, Guenoas, *Charruas*, *Minuanos*). DOCCA, Sousa. Gente Sulriograndense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 659.

⁴⁹² Idem, p. 665.

deslocando a presença indígena para um passado distante, Souza Docca coloca Charruas e Minuanos acima do “elemento negro” na escala racial evolutiva, tal como Saint Hilaire havia registrado em seus relatos de viagem:

Sobrepujavam ao negro em qualidades morais. Não aceitavam o servilismo com resignação. Como trabalhadores não eram, pelo menos no Rio Grande do Sul, inferiores ao negro (...). A vida intensa de nossas estâncias (...) onde os peões eram em quase sua totalidade indígenas ou seus descendentes cruzados, atestam o labor profícuo desses obreiros constantes e prestimosos do progresso riograndense.⁴⁹³

Partindo dessa conclusão, o intelectual abre um novo tópico no capítulo referente à “Gente Sul-Rio-Grandense”, com o objetivo de explicar a influência do “elemento negro” na formação histórico-social do Rio Grande do Sul. Para tanto, identifica duas “tribos” africanas entradas no estado durante o período escravista do século XIX: da Guiné Setentrional, os Minas procedentes da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos; da Guiné Meridional, a tribo Banto, procedente de Angola, Cassangue e Congo. Sobre os minas, nos fala Docca:

Eram fetichistas. Em geral bem proporcionados, de porte airoso, cor azeitonada (...) menos carregada que a dos negros puros, esquivos aos trabalhos pesados. Tinham temperamento dócil; eram extremamente afetivos e leais – daí procede sua nobre e notável dedicação aos seus senhores e, particularmente, aos filhos deste. Eram amantes das festas, inclinados à embriaguês e de temperamento sensual. Tinham queda especial pela arte culinária e, por isso, preferidos para os trabalhos de cozinha.⁴⁹⁴

Em seu texto, Souza Docca não apresenta as referências nas quais buscou essas classificações. Deduzimos que, talvez, as categorias empregadas para a designação dos negros do Rio Grande do Sul tenham sido retiradas dos relatos de Saint Hilaire, pois em *O porquê da Brasilidade Farroupilha*, Docca utiliza essa mesma categorização, citando uma passagem do naturalista francês: “Referindo-se aos escravos do barão de Santo Amaro, em 1820, disse Saint Hilaire: ‘são quase todos negros minas, tribo bem superior a todas as outras, por sua inteligência, fidelidade e amor ao trabalho’”.⁴⁹⁵

⁴⁹³ Ibidem, p. 666. Dante de Laytano, por exemplo, discordava desta perspectiva. Na comunicação apresentada ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Dante afirma: “Os negros, raça tão distante da nossa também são, entretanto, superiores aos índios. Seu juízo não é tão bem formado quanto o nosso. Eles conservam qualquer coisa de infantil em seus modos, linguagem e idéias, mas não são estranhos à concepção de futuro. (...) enfim, eles não são incapazes de afeição e generosidade. [Em Saint-Hilaire] o negro é apreciado com suas forças morais, com o sentido psicológico de sua generosidade e afeição e, principalmente com aquela concepção de futuro que o torna, de fato, superior ao índio”. LAYTANO, Dante de. Como Saint-Hilaire viu o negro no Rio Grande do Sul. *Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*: comemoração ao bi-centenário da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 19.

⁴⁹⁴ Idem, p. 667.

⁴⁹⁵ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O porquê da Brasilidade Farroupilha*: Conferência realizada no ‘Centro Gaúcho’ de São Paulo, a 20 de setembro de 1936. São Paulo, 1936. p. 10.

De qualquer modo, baseando-se em noções biológicas de raça para explicar a presença negra no sul do Brasil, Docca relaciona a propensão natural dos minas para a arte culinária ao gosto dos representantes desta etnia pelo trabalho doméstico. Implicitamente, tal operação exclui os minas dos contingentes miscigenados com brancos lusitanos e bandeirantes, supostamente capacitados para o trabalho no campo e representados por Charruas e Minuanos. Sendo a destreza na pampa considerada uma das principais características do tipo social sul-rio-grandense, por excelência – os gaúchos latifundiários e os gaúchos peões de estância –, Souza Docca acaba por excluir os negros minas dos primórdios da formação do estado. Ainda, valores morais e psicológicos, como a tendência à embriaguez e a sensualidade nata atribuídas à raça negra, contribuem para a construção do estereótipo de grupos sociais excluídos da típica vida nos pampas.

Já em relação aos bantos, Docca afirma:

Falavam *Bantu* e eram fetichistas e mui dados à feitiçaria. Delgados e de alta estatura; grandes palradores, de espírito irascível; tinham imaginação e primavam pela astúcia; eram sumamente inconstantes e medrosos. Só se mantinham no serviço por temor ao castigo. Eram corruptos e sensuais. Não tinham qualidades para o serviço das estâncias, foram, por isso, utilizados nos labores domésticos.⁴⁹⁶

Para além de atribuições preconceituosas como a irracionalidade e a corrupção, o autor novamente naturaliza, através da classificação racial, as características sociais de uma etnia composta pela raça negra. Mesmo não apresentando para os bantos as máximas sobre a “queda pela arte culinária”, o autor atribui qualidades supostamente naturais aos representantes dessa “tribo” para as lides domésticas. Nesse sentido, mais uma vez, os contingentes afro-descendentes estariam fadados ao desaparecimento do território sulino, já que o ambiente geográfico e as condições de trabalho campeiras não seriam adequados às capacidades raciais dos bantos. Assim, o deslocamento dessa etnia a um “não-lugar” na formação do Rio Grande do Sul é idêntico àquele operado por Souza Docca quando do estudo dos minas: se os bantus não eram aptos ao trabalho no campo, sua contribuição na construção do tipo social sul-rio-grandense não poderia ter sido relevante. Talvez, a propensão natural dos negros para os serviços domésticos justificasse a presença afro-descendente nas principais células sociais lideradas pelas elites brancas: as estâncias.

Porém, nosso autor logo adverte:

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 667-668.

Foi insignificante a contribuição do sangue etiópico na formação do tipo sul-rio-grandense. Os primeiros negros entrados no Rio Grande do Sul foram os que acompanharam, como escravos, os oficiais das forças de ocupação, em 1737. Eram poucos. Na vila do Rio Grande, no decurso de 4 anos, segundo elementos divulgados por Aurélio Porto, foram batizados 24 filhos de escravos. Em Viamão, em 12 anos, o número de nascimentos de pretos foi de 21 e outro tanto de indígenas, enquanto o de brancos foi de 308. (...) O negro ficou quase à parte do elemento branco, quanto ao caldeamento no Rio Grande do Sul e daí porque o coeficiente negro de sua população que era, em 1818, de 30,64%, baixou para 19,17% em 1862, desceu em 1890 para 8,68% e hoje é muito menor.⁴⁹⁷

Quanto ao “caldeamento”, opinião semelhante se fez recorrente nos textos de Dante de Laytano estudados no capítulo anterior. Relembrando a posição de Dante, a miscigenação biológica entre brancos e negros no Rio Grande do Sul teria sido insignificante, devido às poucas entradas de escravos no estado, bem como às misturas ocorridas majoritariamente entre indígenas e negros. Assim como Laytano, Souza Docca utilizou as estatísticas divulgadas por Aurélio Porto no IHGRS, em 1921, combinadas a estatísticas populacionais “comprovadoras” da quase inexistência de afro-descendentes no estado. Novamente, um importante intelectual postula a constituição social do Brasil meridional como resultante da ausência de misturas biológicas e culturais entre brancos e negros. Junto às explicações racializadas, o tratamento positivista das fontes documentais serviu de embasamento desta hipótese, conforme a tradição característica das operações metodológicas realizadas em fontes documentais escritas nos Institutos Históricos e Geográficos.

Do ponto de vista das relações raciais, no texto de Souza Docca, apresentado ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, a explicação para o apagamento da presença negra do Rio Grande do Sul pode ser atribuída à poligenia. Muitos dos cientistas adeptos dessa perspectiva acreditavam que a mistura entre raças de espécies diferentes poderia causar a degenerescência da raça superior, momento em que as características eugênicas benéficas à evolução biológica e social de uma nação seriam perdidas por conta da aquisição de defeitos raciais naturais.⁴⁹⁸ Como os negros não possuiriam, segundo nosso autor, a característica

⁴⁹⁷ DOCCA, 1940, Op. Cit., p. 668. Como o texto do autor está escrito sob a forma de ensaio, não apresenta referências bibliográficas e, tampouco, notas de rodapé. Por essa razão, não foi possível descobrir de onde saíram as porcentagens que atestariam o desaparecimento dos afro-descendentes da sociedade sul-rio-grandense.

⁴⁹⁸ Um dos mais famosos adeptos da poligenia foi o antropólogo físico francês Vacher de Lapouge. Membro da Sociedade de Antropologia de Paris, Lapouge postulava que a inferioridade racial seria transmitida de geração em geração, de acordo com os padrões biológicos de cada grupo representante das espécies humanas. Fez uso radical do método craniométrico de Broca e introduziu na ciência francesa as idéias do darwinismo social e da eugenia como forma de limpeza racial, através da eliminação física dos contingentes inferiores indesejáveis. Primavera pela progressiva dominação ariana sobre as outras raças e, na década de 1870, atribuiu à Alemanha o futuro da civilização, devido à sua alta taxa de sangue branco puro. SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Salvador, *Afro-Ásia*. n. 23, 1999. p. 134-135.

fundamental para sua adequação à realidade sul-rio-grandense (a propensão às “fainas” campeiras), talvez Souza Docca não quisesse arriscar a perda dos valores morais do trabalho e da honra atribuídos naturalmente à elite branca.

Tendo em vista essa perspectiva, o autor define o “elemento branco” sul-rio-grandense em total oposição ao “elemento negro”:

Os colonizadores lusitanos eram de compleição robusta, morigerados, econômicos, com verdadeiro culto pela honra, não faltando, por isso, nunca à palavra empenhada; afeitos ao trabalho; (...) Tinham culto pela liberdade, com acentuada tendência para os princípios liberais e dotados de sentimento de hospitalidade. (...) O açoriano, agricultor por excelência, em sua terra natal, no Rio Grande do Sul, adaptando-se ao meio cósmico [o vasto horizonte da terra rio-grandense ampliou-lhe todos os horizontes morais] e, sob o imperativo deste e da necessidade econômica, se fez pastor admirável e exemplar. De sua cruz com o elemento brasileiro que ali encontrou, nasceu o campeador sul-rio-grandense – inexcedível na bravura, no desprendimento, no idealismo e no amor à Pátria. Desempenado, franco, atraente, altivo, fanfarrão e amoroso; impulsivo às vezes, generoso sempre; destemido, inteligente, audaz e com grande apego ao torrão natal.⁴⁹⁹

Afora os caracteres físicos, o contraste estabelecido entre o “elemento branco” e o “elemento negro” passa pela atribuição de qualidades, em tese, intrínsecas à raça branca. Os verdadeiros povoadores do Rio Grande do Sul – a “velha gente portuguesa” homenageada por Dante de Laytano em seu discurso de abertura ao III Congresso do IHGRS – seriam os portadores dos valores morais do trabalho, honra e liberalismo, cujo amor ao progresso trouxera ao estado os verdadeiros valores de civilização. De origem portuguesa eram, igualmente, os pastores sul-rio-grandenses, descendentes de açorianos que das ilhas trouxeram a agricultura, plenamente desenvolvida nos vastos horizontes de terra sulinos.⁵⁰⁰

Por fim, em Souza Docca, o campeador gaúcho apegado aos “torrões natais” constituiria-se também através da miscigenação com o “elemento brasileiro”. Nesse sentido,

⁴⁹⁹ DOCCA, Souza. “Gente Sul-riograndense...”, p. 670.

⁵⁰⁰ No contexto das disputas regionais em torno da primazia de determinadas partes do Brasil em detrimento de outras na construção da identidade nacional, Docca proferiu a seguinte fala numa conferência realizada na Sociedade de Geografia no Rio de Janeiro (1927): “as serras ventiladas, ubertosas, nestes vales abrigados, acolhedores; nestes campos abertos, batidos de sol, a tristeza é uma nuvem errante, uma sombra estrangeira, pois que tudo, o meio, o clima, as influências ancestrais, a alimentação, os gêneros de vida, tudo nos predispõe e inclina para o trabalho, a saúde, a confiança o optimismo, a alegria”. Antônio Manoel Junior nos fala a respeito de como Souza Docca fez uso do “argumento mesológico” em seus trabalhos e conferências. Fundamentalmente, esta premissa foi construída com base na comparação entre as condições naturais do meio geográfico brasileiro e aquelas encontradas no continente europeu, cujas semelhanças e diferenças teriam imprimido algumas características à empresa colonizadora. Segundo Junior, esse argumento foi “amplamente utilizado por autores do século XIX com o objetivo de estabelecer o confronto entre dois meios geográficos e climáticos contrastantes, cuja força exerceria um efeito dramático na conformação dos homens. Em outros termos, para esta hipótese, as características naturais de um meio específico imprimem determinações físicas, psicológicas e morais no homem.” JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. O ‘sentimento brasileiro que lhes brotará na alma’: a construção da nação e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. n. 38, ano 21, 1. sem. 2008, p. 48.

pelo fato de o autor apresentar um quadro racial e étnico do Rio Grande do Sul composto por contingentes negros, brancos e indígenas, porém, em graus variados de participação na formação do estado, torna-se importante observar como Docca elabora a noção de quem eram os brancos povoadores do estado. Isto porque, as mesmas categorias racializadas utilizadas para classificar as raças de “cor”, perfizeram a elaboração teórico-metodológica do grupo racial branco. Vejamos como tal operação ocorre na comunicação de nosso autor:

O maior contingente brasileiro na formação do tipo sul-rio-grandense foi o paulistano (...). Foram esses os formadores da massa popular rio-grandense, sendo a elite constituída pelos oficiais dessas tropas, pelos estancieiros lá domiciliados antes da ocupação.⁵⁰¹

A leitura atenta desta passagem permite a percepção das relações existentes entre a idéia de raça biológica, de etnicidade (pertença à nação) e de classe. Correlacionadas, essas categorias constroem o tipo ideal sul-rio-grandense e suas matizes variantes. Os portugueses puros, pioneiros das incursões na região meridional brasileira, seriam os sujeitos sociais formadores das estâncias e, portanto, da elite dirigente do estado portadora do progresso e da civilização. Já os mestiços de brasileiros e açorianos se tornariam a massa popular, cujo apego à pátria pode ser pensado sob a perspectiva do “abrasileiramento” promovido pelos paulistas. Assim, mesmo que todos os agentes sociais considerados formadores da sociedade sul-rio-grandense sejam classificados por Souza Docca como “brancos”, o mestiço gaúcho não deixa de ocupar um lugar social inferior ao dos portugueses estancieiros.

Dotados de grande apreço à pátria brasileira seriam, igualmente, o “elemento italiano” e o “elemento germânico”. Apesar de admitir a permanência de traços culturais de difícil assimilação nas comunidades de imigrantes europeus, Souza Docca defende insistentemente a “brasilidade” supostamente consolidada entre os “enquistados” estrangeiros. Mesmo sendo desprovidos da combinação de características necessárias à plena realização da nacionalidade brasileira – principalmente a miscigenação -, o autor enfatiza a importância dos europeus durante o processo de construção histórico-social do Rio Grande do Sul, devido a elementos eugênicos extremamente benéficos que alemães e italianos teriam trazido desde o início do século XIX.⁵⁰² Nesse caso, por eugenia pode-se entender o processo de limpeza racial levado

⁵⁰¹ DOCCA, Sousa. Gente Sulriograndense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 671.

⁵⁰² Idem, p. 673.

a cabo pelas possíveis misturas entre elementos raciais superiores e inferiores ou ainda, em sua versão mais radical, pela eliminação física dos contingentes inferiores.

Na década de 40, a brasilidade dos imigrantes deveria ser atestada devido à Campanha de Nacionalização empreendida pelo governo federal a partir de 1938. Implantada no contexto da II Guerra Mundial, o objetivo da campanha era frear os possíveis desdobramentos dos conflitos internacionais passíveis de serem transferidos ao Brasil na bagagem de imigrantes alemães e japoneses. Tratada, portanto, como uma questão de segurança nacional, a incorporação dos “alienígenas”⁵⁰³ à cultura brasileira tornou-se essencial ao projeto de nação liderado por Vargas, para que fossem dissolvidas as temíveis barreiras impeditivas à integração de estrangeiros ao corpo da nação. Como método de intervenção social, o Ministério da Educação e Saúde encarregou-se de modificar currículos escolares, tornando obrigatório o ensino da língua, história e geografia do Brasil, educação moral e cívica e educação física (ministrada exclusivamente por instrutores militares).⁵⁰⁴ Também estavam incluídas, na Campanha, solenidades públicas de exaltação dos símbolos e heróis nacionais, palestras em clubes e proibição legal do ensino em línguas estrangeiras, combinada, dita proibição, com a destituição de todos os professores, diretores e demais participantes das comunidades escolares que não fossem brasileiros natos.⁵⁰⁵

O recrudescimento da Campanha de Nacionalização veio em 1939, quando o Exército passou a interferir na vida cotidiana dos imigrantes e de seus descendentes, fiscalizando as “zonas de colonização estrangeira” e encerrando todas as atividades comunitárias que pudessem estar associadas às culturas nacionais estrangeiras. A censura a programas de rádio, as restrições à imprensa escrita de língua que não a portuguesa e a substituição de nomes de lojas, ruas, escolas e fábricas⁵⁰⁶ somaram-se ao quadro apresentado, como medidas governamentais que visavam à valorização da mão-de-obra e da cultura *brasílica*, definida aos moldes da miscigenação e da assimilação biológica e cultural entre brasileiros e estrangeiros.

Por outro lado, a colonização serviu como “símbolo étnico de virtudes do ‘trabalho alemão’ e do ‘espírito pioneiro’, característico de um discurso etnocêntrico ao qual não

⁵⁰³ Este termo refere-se a “(...) categorias que indistintamente remetem a indivíduos que não nasceram no país (mesmo quando naturalizados) e aos descendentes de imigrantes portadores de identidades étnicas consideradas incompatíveis com o pertencimento à nação”. A identidade étnica presumia a participação em todas as atividades comunitárias das colônias de imigrantes, passando pela educação na língua mãe, pela orientação religiosa, bem como pela preservação e resignificação das manifestações culturais do país de origem. SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999. p. 200.

⁵⁰⁴ Idem, p. 220.

⁵⁰⁵ Idem, p. 220.

⁵⁰⁶ Idem, p. 221.

faltaram referências raciais.⁵⁰⁷ Discurso, este, especialmente elaborado no confronto com o “outro” mais próximo do colono, o brasileiro rural, “chamado de caboclo em sentido pejorativo, denotando a posição de inferioridade étnica”.⁵⁰⁸ Do ponto de vista racial, os elementos eugênicos trazidos pelos imigrantes brancos seriam úteis para “consertar” a suposta indolência e preguiça dos trabalhadores nacionais, mais próximos às “raças de cor”, do que dos brancos superiores. Em torno dos imigrantes italianos, por exemplo, além da prática religiosa fundada no catolicismo, amplamente incentivado pela Igreja nas colônias do sul, se conformou a idéia de um “*ethos* do trabalho”⁵⁰⁹, a partir do qual, por oposição aos brasileiros, afirmava-se a capacidade produtiva e o apego natural dos italianos ao trabalho.

Os perfis de imigrantes, mais ou menos assimiláveis, foram construídos e utilizados ao longo da história brasileira como critérios de admissão desses e outros contingentes populacionais no país.⁵¹⁰ Não cabe aqui destrinchar todas as classificações manipuladas pela elite político-intelectual, com o objetivo de melhorar a qualidade da mão-de-obra nacional desde, pelo menos, a abolição oficial da escravidão, quando a massa de ex-escravos deveria ser incorporada à sociedade livre. No Estado Novo, por exemplo, a limitação da entrada de estrangeiros, através de lei aprovada na Constituição de 1934 (Art. 121, seção 6) e reproduzida na Carta Constitucional outorgada em 1937 (Art.151), que estabelecia cotas para imigração, favoreceu a força de trabalho brasileira como parte de um projeto de desenvolvimento para o Brasil.⁵¹¹ Por outro lado, ao mesmo tempo em que foi elaborado todo um discurso no sentido de exaltar as qualidades culturais e sociais do “povo” brasileiro, a imigração branca européia era vista como necessária ao clareamento do fenótipo nacional.⁵¹²

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 205.

⁵⁰⁸ Idem, p. 205.

⁵⁰⁹ Idem, p. 206.

⁵¹⁰ Em importante artigo, Jair de Souza Ramos além de comentar as hierarquizações estabelecidas entre os brancos mais ou menos recomendáveis para compor a população brasileira, nos conta o episódio envolvendo um grupo de negros dos Estados Unidos e suas tentativas de migrar para o Brasil. Com as sucessivas propagandas do governo brasileiro na década de 20, acerca das grandes oportunidades que o país ofereceria àqueles dispostos a deixar sua pátria de origem para fixar raízes e trabalhar no Brasil, alguns agricultores de Chicago demonstraram interesse em comprar terras no Mato Grosso. Inicialmente, o Estado não tinha conhecimento de que os novos colonos eram negros e todos os trâmites burocráticos para proceder à imigração foram acertados. Porém, quando a cor dos imigrantes foi revelada, iniciou-se uma celeuma na imprensa e nos debates políticos da Assembléia Legislativa do Mato Grosso, cujos resultados consistiram no cancelamento das concessões de terra e dos vistos dos imigrantes negros estadunidenses, por ordem do ministro das relações exteriores, Manoel de Azevedo Marques. RAMOS, Jair de Souza. *Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996. p. 64.

⁵¹¹ SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 217-219.

⁵¹² SEYFERTH, 1999. Op. Cit., p. 212.

Dessa forma, do ponto de vista cultural e étnico, imigrantes italianos e, principalmente, alemães sofreram inúmeras restrições oficiais quanto às suas manifestações lingüísticas e culturais. Porém, do ponto de vista racial, o coeficiente branco era entendido como necessário ao progresso da nação. Portanto, a construção de representações sobre o tipo social brasileiro dependeu tanto de gradientes de sangue branco incorporados ao processo de caldeamento, quanto de gradientes de sangue negro que, insistentemente, permaneciam no ponto da mistura. Deslocando o foco de análise da negritude para a branquidade, percebemos que a concepção do tipo social miscigenado, definido como brasileiro, fora constituída com base em marcadores de civilidade mais ou menos absorvidos pelos representantes da nacionalidade. No entanto, conforme as recomendações de preservação de caracteres demarcadores da brasilidade, as tonalidades de pele bem menos negras, já devidamente clareadas, não poderiam tornar-se completamente brancas, ainda que destituídas de seus traços africanos “originais”. Nesse sentido, racialmente, o apego ao trabalho, a firmeza de propósitos e o espírito empreendedor teriam sido adquiridos pelos brasileiros mais claros, porque misturados com os contingentes raciais naturalmente portadores dessas características. Culturalmente, a língua, os costumes, a culinária e demais sinais diacríticos pertencentes aos brasileiros haveriam de sobreviver ao caldeamento, embora fosse altamente desejada a amenização das manifestações culturais “essencialmente” africanas.

Sob perspectiva relacional, em parte considerável dos textos produzidos pela elite intelectual brasileira, as qualidades atribuídas biológica e etnicamente aos brancos eram explicitamente negadas aos negros e às pessoas mais escuras do que os mulatos. Tal operação comporta duas premissas da branquidade definidas por Ruth Frankenberg: 1) a posição privilegiada de padrões e atores sociais brancos, referente à classificação do “outro” a partir de critérios sociais e culturais aceitos como nacionais ou “normativos”, mas que são, na verdade, especificamente raciais; 2) a inclusão controversa de sujeitos na categoria “branco”, cujo significado pode se tornar um marcador de fronteiras entre categorias racializadas.⁵¹³

No Brasil dos anos 30 e 40, o discurso da miscigenação geralmente apontou para a inexistência de um sistema racial hierarquizado operante na sociedade. Aqui, ninguém caberia em classificações binárias como a branca ou a negra, pois seríamos todos mestiços. Contudo, para utilizar a nomenclatura operante no período, um mulato poderia perfeitamente ser classificado como negro, dependendo de sua condição social de classe, do contexto histórico e

⁵¹³ FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004. p. 16.

de uma série de outras categorias que, combinadas umas às outras, emprestavam significado ao “ser negro” ou “ser mulato”. Ao mesmo tempo, certamente era rara a situação na qual esse mesmo mulato pudesse ser considerado branco: em suas características fenotípicas, os traços da negritude são menos aparentes, a cor menos escura, os cabelos mais lisos e o nariz mais afinado. Porém, tais marcadores eram insuficientes para a entrada no mundo branco, pois o conjunto de caracteres que as pessoas teriam de portar para se encaixarem na categoria “branca” não pressupunha graus mais ou menos intensos de mistura com o sangue negro. Junto ao fenótipo negro, os estereótipos dessa raça passavam pelas idéias da preguiça, da falta de vontade em relação ao trabalho ou ao crescimento econômico, da malandragem, indolência, sensualidade, alcoolismo, entre outras.

Assim, as próprias definições de trabalho, cultura, religião, organização social e civilização foram, historicamente, construídas com base em padrões brancos ocidentais tomados como a “normalidade”, a meta a ser alcançada e o futuro desejável para as sociedades do Novo Mundo. Em Souza Docca, por exemplo, a etnia Mina foi considerada superior às outras por conta de seu “amor ao trabalho” e “fidelidade”. Já os bantos tiveram suas manifestações religiosas definidas como “fetichistas” ou, como já vimos em Arthur Ramos, adoradoras de objetos da natureza, cuja prática tantas vezes descrita e interpretada como primitiva, incivilizada e carente de complexidade e abstração, fora reprimida material, cultural e simbolicamente. Preponderavam, portanto, valores ocidentais travestidos em condutas supostamente universais e intrínsecas à formação histórico-social do Rio Grande do Sul, igualmente, empreendida pelas mãos de imigrantes alemães e italianos que, apesar de enquistados, eram racialmente superiores.

As classificações utilizadas por Souza Docca, para compreender a presença estrangeira no Rio Grande, adquirem maior inteligibilidade quando compreendidas de maneira relacional, pois passam a iluminar todas as “pontas” das relações raciais, muitas vezes problematizadas unilateralmente. Dentro dessa lógica, o método empreendido em *Gente Sul-Rio-Grandense*, para comprovar a superioridade racial dos europeus, nos é conhecido: trata-se dos padrões craniométricos inventados por Paul Broca, em meados do século XIX, comentados no segundo capítulo desta dissertação.

Partindo de regiões geográficas de procedência, Docca classifica os alemães em duas categorias: “dolicocéfalos” e suas variantes e “braquicéfalos”. Os primeiros, definidos como o tipo germânico loiro e de pele muito branca e os segundos menos dotados de caracteres nórdicos, pois possuiriam cabelos castanhos, por exemplo. A assimilação do “elemento

germânico”, ao solo sul-rio-grandense e à pátria, teria ocorrido através de relações comerciais, familiares e militares, bem como da miscigenação biológica e cultural com os gaúchos brasileiros. Segundo Souza Docca, devido ao alto grau de dolicocefalia e procedência nacional, os alemães seriam naturalmente propensos ao trabalho, excelentes combatentes militares e dotados de alto espírito de disciplina e ordem, cujas contribuições beneficiariam não só o Rio Grande do Sul, como também o conjunto social brasileiro.⁵¹⁴

Além dos alemães, os italianos braquicéfalos figurariam entre os contingentes étnico-raciais formadores do Brasil meridional. Devido à origem latina e à consangüinidade racial, supostamente mais próxima à dos brasileiros, os italianos teriam sido assimilados à terra sulina mais rapidamente em comparação aos alemães. Docca definiu os italianos como altamente apegados à pátria que os recebera, naturalmente capacitados para o trabalho e de excelente aparência física, sendo os benefícios trazidos por esse grupo de imigrantes comprovados em taxas de mortalidade e natalidade positivas, bem como nos índices de crescimento comercial, sempre mais elevados no Rio Grande do Sul do que nos demais estados brasileiros. Nesse sentido, a construção relacional de identidades regionais aparece articulada com a idéia da constituição histórica de um estado mais branco não só por conta de contingentes portugueses majoritários, como também em função da presença de imigrantes detentores do progresso. Ou seja, se nos materiais documentais instrumentalizados pelo autor existiam números e estatísticas comprobatórios da superioridade sul-rio-grandense, esses mesmos dados, muitas vezes, foram teoricamente interpretados com base em teorias raciais. A representação de um Rio Grande do Sul branqueado por alemães e italianos perduraria durante muito tempo no imaginário coletivo brasileiro, dando a entender que aqui os negros teriam desaparecido completamente.

Por fim, no capítulo intitulado “A sociedade sul-rio-grandense”, Souza Docca discorre sobre os principais sistemas sociais constitutivos do Rio Grande do Sul: a estância e o espírito militar. As grandes propriedades rurais, construídas pela aristocracia liberal sulina, possuiriam, como característica fundamental, a formação de células sociais onde as relações entre patrões e empregados se articulariam dentro de um espírito democrático, proporcionado pelas lides no campo. Uma interpretação praticamente idêntica àquelas apresentadas por Jorge Salis Goulart, Dante de Laytano e Oliveira Vianna, todas baseadas em fontes documentais

⁵¹⁴ DOCCA, Sousa. Gente Sul-rio-grandense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 673.

oficiais e, principalmente, nos relatos de viagem de Saint Hilaire. Quanto ao espírito militar, este teria se desenvolvido com as batalhas ocorridas em sucessivas campanhas contra inimigos externos, na defesa das fronteiras do Império Lusitano. O cultivo do apreço ao Brasil entre os sul-rio-grandenses seria, assim, o resultado de alianças estabelecidas em combate, igualmente importantes para a consolidação de relações sociais democráticas:

Da vida em comum para a defesa contra o inimigo externo que, no conceito de Spencer, é um dos maiores agentes da sociabilidade, nasceu o espírito militar dos sulriograndenses, sem as características do militarismo e com todas as virtudes associativas daquele espírito, que é gerador, em alto grau, da solidariedade social, da estima, da confiança e da admiração humanas.⁵¹⁵

A alusão aos postulados de Herbert Spencer parece vincular-se à noção da luta pela sobrevivência, característica das premissas darwinistas sociais.⁵¹⁶ Sob essa perspectiva, somente os mais aptos resistiriam aos confrontos empreendidos entre superiores e inferiores em batalhas naturais (determinadas pela raça) e sociais. A evolução dos povos decorreria desse mecanismo, possibilitando a perpetuação de espécies mais capazes. Porém, no caso do Rio Grande, Souza Docca parece ter destituído os elementos de confronto desse processo, colocando em seu lugar o espírito conciliador dos brasileiros gaúchos racialmente eugênicos.

Considerando a posição de destaque ocupada por Souza Docca no Exército Brasileiro (responsável pela implantação da Campanha de Nacionalização), bem como o seu alinhamento com o governo Vargas, não é de se estranhar o compromisso assumido pelo autor com a elaboração de representações historiográficas sobre o Rio Grande do Sul, condizentes com o contexto político-intelectual vivido no Estado Novo. Afinal, de acordo com afirmação de Carlos Henrique Armani, Docca sempre apresentou em seus textos a “preocupação de apreender o caráter nacional brasileiro, suas especificidades regionais, o papel do Exército na formação da nacionalidade, bem como a própria identidade institucional das Forças Armadas e, sobretudo, do Brasil”.⁵¹⁷ Cumprindo com as diretrizes da corporação de assegurar a ordem estabelecida, o intelectual, assim como os militares de sua geração, inspirou-se em Olavo Bilac para declarar a identidade nacional como um dever cívico nacionalista a ser defendido pelo Exército e pelos intelectuais.⁵¹⁸

⁵¹⁵ Ibidem, p. 677.

⁵¹⁶ PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Estudos: Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. n.º. 7, dezembro 1996. p. 139.

⁵¹⁷ ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no pensamento de Emílio Fernandes de Souza Docca*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003. p. 52.

⁵¹⁸ Idem, p. 54-55.

O texto de Souza Docca, apresentado ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, claramente identificado com pressupostos da Antropologia Física, do evolucionismo e do darwinismo social, esteve relacionado à construção de um tipo social regional. Sob uma perspectiva comparativa, o autor elaborou étnica e racialmente a figura dos gaúchos dos pampas – estancieiros e peões -, além de ter incorporado os contingentes imigrantes europeus ao corpo da nação. Seu discurso nos remete a explicações historiográficas bastante recorrentes entre a intelectualidade sulina, não só no III Congresso de História e Geografia do IHGRS, como também no IHGRS e nas academias de letras mais tradicionais. Trata-se de um regionalismo calcado nas origens históricas da formação do estado, cujos elementos geográficos, sociais e raciais teriam imprimido particularidades às manifestações culturais e à organização social do Rio Grande. As tradições perpetuadas desde um passado distante e heróico consistiam na chave interpretativa privilegiada de autores interessados em afirmar as coisas do sul como portadoras de uma lógica própria, de atores sociais específicos, porém engajadas e aptas a realizar a nacionalidade brasileira.

Este pressuposto não correspondia somente à historiografia sul-rio-grandense. Na realidade, a construção de regionalismos fez parte da produção de inúmeros autores importantes, como por exemplo, Gilberto Freyre. No *Manifesto Regionalista de 1926*, Freyre reivindica a culinária, os costumes, o clima tropical litorâneo, a mestiçagem do povo de Pernambuco e as origens patriarcais e oligárquicas do nordeste como valores necessários e recomendáveis à brasilidade.⁵¹⁹ O modernismo Verde-Amarelo paulista foi igualmente elaborado com base em premissas semelhantes às de Docca e Freyre, embora, no caso do Rio Grande do Sul e de São Paulo, a presença negra tenha sido explicitamente excluída de interpretações historiográficas, inclusive por dentro de abordagens tendentes à miscigenação e ao branqueamento.

Entre essas três concepções regionalistas, a perspectiva freyreana conquistou posição hegemônica na cena intelectual brasileira por remeter-se às origens mestiças de Pernambuco, entendidas, nesse caso, como comuns à totalidade do país, apesar de relativas a uma das partes da nação. No primeiro capítulo desta dissertação, quando da discussão das ações estratégicas de Dante de Laytano em âmbito nacional, no sentido de desconstruir o rótulo separatista (e, nesse caso, regionalista e provinciano) imputado ao Rio Grande do Sul, afirmamos que a *região* não consiste num dado objetivo, calcado em critérios estáticos e, a

⁵¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Departamento de Imprensa Nacional/ Serviço de Documentação, 1955.

priori, concernente a determinados espaços sociais e culturais. Com base nas reflexões de Pierre Bourdieu, problematizamos a construção dessa categoria considerando-a como o resultado de lutas travadas entre cientistas concorrentes, interessados em definir os critérios de pertença ao conjunto de uma determinada nação.⁵²⁰ Dentre esses critérios, a miscigenação entre brancos e negros fora historicamente considerada o fator fundante do tipo social do país, sendo a democracia racial transformada em elemento quase primordial da formação histórico-social do Brasil, principalmente durante o Estado Novo.

Dessa forma, a designação *regionalismos*, utilizada na análise dos textos de Souza Docca e Ellis Junior, inscreve-se numa arena de disputas na qual os gradientes de mistura com o sangue negro serviram como uma espécie de “termômetro” para medir os níveis adequados de pertencimento ao corpo nacional. Particularmente no Rio Grande do Sul e em São Paulo (no que se refere ao verde-amarelismo), as elaborações historiográficas, erigidas propositalmente à margem da mistura entre brancos e negros, imputaram características específicas às interpretações da história do Brasil, sob o viés das diferenciações regionais. Para os autores aqui abordados, o aspecto diferenciador positivo dos estados em questão era, justamente, a ausência de pessoas miscigenadas ou contaminadas por contingentes populacionais inferiores. Por essa razão, os postulados de Gilberto Freyre transformaram-se em guia a ser seguido por aqueles que desejassem manter-se em posições de visibilidade intelectual. Assim, nos textos analisados neste capítulo, as mediações relativas à amenização de um racismo científico mais explícito aparecem com certa frequência não só em Souza Docca, como também em Ellis Junior, representante do modernismo Verde-Amarelo.

De caráter marcadamente conservador, o verde-amarelismo pregava a reificação do regionalismo como fator explicativo da constituição histórica e social do estado de São Paulo. Nesse caso, a definição da brasilidade não residia na defesa das fronteiras externas do Brasil e, tampouco, no caráter miscigenado (brancos com negros) da população. Para o grupo que reuniu em suas fileiras Cassiano Ricardo, Alfredo Ellis Junior, Menotti Del Picchia e Taunay, o *caipirismo* seria a verdadeira síntese da cultura nacional.⁵²¹ Avessos aos estrangeirismos dos antropofágicos, os defensores da chamada *epopéia bandeirante* preconizavam o retorno às tradições idílicas brasileiras como a única saída para a construção de um projeto cultural coeso e homogêneo para a nação. Apoiado na máxima proferida por Sérgio Milliet de que

⁵²⁰ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. [1984]. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989.

⁵²¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*. v. 6. n. 11. Rio de Janeiro, 1993. p. 97.

“para ser autenticamente brasileiro é preciso ser paulista”, o movimento se inscreve no contexto da construção dos regionalismos na década de 30, comprometidos com a condução do país ao progresso e à civilização.

No movimento Verde-Amarelo, a cultura brasileira era representada como harmoniosa, isenta de conflitos e fundada no elemento tupi, símbolo da passividade necessária à assimilação étnica e racial empreendida pelos portugueses nos primeiros tempos da colonização.⁵²² Somadas ao fator étnico-racial, as peculiaridades geográficas do planalto paulista eram vistas como as mais adequadas para o desenvolvimento do sentimento de brasilidade. Pelo fato de os rios correrem para o interior do território, os paulistas teriam caminhado em direção aos sertões, considerados a verdadeira expressão da cultura nacional em detrimento do litoral alienígena. Esses elementos ambientais, em tese, impuseram aos contingentes migrantes a condição de desbravadores ou *bandeirantes* que, nesse processo, acabaram por alargar as fronteiras internas do Brasil, cultivando os verdadeiros valores brasílicos em contato com as matas.⁵²³

Cumprindo o papel de portadores da nacionalidade, os paulistas verde-amarelos se viram na incumbência de dirigir os destinos do país. Após a queda das oligarquias, com o fim da República Velha, o prestígio político de São Paulo foi abalado e suas particularidades regionais questionadas. A empresa bandeirante, historiograficamente elaborada, serviu de alento e, ao mesmo tempo, de “cavalo-de-batalha” para as elites político-intelectuais em seus objetivos de fazer frente à ação centralizadora do Estado. Nessa conjuntura, caberia ao intelectual “criar consciência nacional, removendo os obstáculos que dificultam a comunhão homem-meio. E quais seriam esses obstáculos? As idéias alienígenas, o mal da inteligência, o mal urbano.”⁵²⁴ Numa clara oposição a Mário de Andrade e Oswald de Andrade, defensores de um modernismo cosmopolita atento às novidades europeias, os letrados verde-amarelos proferiam o discurso do retorno à civilização rural, liderada pelos descendentes dos bandeirantes desbravadores, onde o campo significaria a influência da terra e da natureza sobre o espírito do homem. Para construir o perfil étnico e racial dos bandeirantes, foram manipulados quadros teórico-metodológicos nos quais o conceito de raça se fez presente.

No III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Alfredo Ellis Junior marcou presença, juntamente com mais seis alunos da cadeira de História da Civilização Brasileira da

⁵²² Ibidem, p. 98.

⁵²³ Idem, p. 101.

⁵²⁴ Idem, p. 103.

Universidade de São Paulo (ver Tabela IV). Catedrático da disciplina desde 1934, foi como diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP que nosso último autor participou do certame organizado pelos confrades rio-grandenses. A seguir, estudaremos brevemente o texto por ele apresentado, para que a historiografia sul-rio-grandense seja inscrita num contexto de debates mais amplo e para que seja percebida a construção de tipos sociais racializados, cujos contornos perpassaram a constituição de regionalismos variados no Brasil.

4.5 ALFREDO ELLIS JUNIOR E A RAÇA DE GIGANTES

Nascido em 1896, na cidade de São Carlos, São Paulo, Ellis Junior pertencia a uma tradicional família cafeicultora proprietária de terras.⁵²⁵ Assim como parte da elite intelectual de seu tempo, Ellis Junior estudou Direito, exerceu cargos como promotor público e escreveu para jornais, em alguns dos quais conheceu os demais integrantes do que viria a ser chamado grupo Verde-Amarelo. Na década de 20, paralelamente às atividades profissionais, o autor ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP), elegendo-se deputado estadual. Tendo o mandato interrompido por conta do fechamento da Assembléia Legislativa de São Paulo, durante a Revolução de 30, passou a desempenhar a função docente em ginásios e escolas particulares importantes. No intervalo de tempo entre o primeiro (1925-1930) e o segundo cargo (1934) ocupado como deputado estadual, Ellis Junior lutou em armas na Revolução Constitucionalista de 1932, enquanto membro da Liga de Defesa Paulista, por ele fundada junto a demais políticos e intelectuais opositores de Getúlio Vargas.

Concomitantemente aos mandatos públicos, à docência e à prática do direito, o autor ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1927) e no IHGB. Nos quadros de sócios do IHGSP, o pai de Alfredo Ellis Junior figurava entre os sócios efetivos da instituição.⁵²⁶ Por sua vez, o mote da produção historiográfica do Instituto paulista consistiu, majoritariamente, na elaboração teórica e escrita da *raça de gigantes*, tal como definida por Saint Hilaire⁵²⁷ ou, em outras palavras, os bandeirantes paulistas desbravadores e alargadores das fronteiras internas do território nacional.

⁵²⁵ As informações biográficas de Ellis Junior foram retiradas, principalmente, de: MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. *Novos estudos/CEBRAP*. v. 38, p. 61-78, 1994.

⁵²⁶ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 103.

⁵²⁷ *Idem*, p. 16.

Como muitos dos intelectuais ingressos no IHGSP nos anos 20, o autor tornou-se professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP em período posterior. Quando passou a lecionar na cadeira de História da Civilização Brasileira, Ellis Junior já possuía em sua bagagem vasta produção escrita, elaborada aos moldes de uma historiografia característica dos Institutos Históricos e Geográficos, dedicados a inserir particularidades regionais na totalidade nacional. Conforme nos ensinam Maria Helena Capelato, Raquel Glezer e Vera Lúcia Ferline, sua obra adentrou a Universidade na intersecção entre a progressiva influência francesa dos *Annales* (com temas voltados para História Antiga, História Medieval, História Moderna e História da América) e a formação historiográfica brasileira, radicada em Capistrano de Abreu.⁵²⁸

Nesse contexto, John Monteiro divide a obra de Ellis Junior em duas fases distintas, sendo o seu ingresso na USP o divisor de águas entre elas.⁵²⁹ Na primeira fase, Alfredo contribuiu imensamente com as discussões geradas em torno da problemática da mestiçagem e, sobretudo, com a historiografia regional, através de uma interpretação esmiuçada do movimento sertanista do período colonial. Na segunda etapa, o intelectual paulista passou a sistematizar e, de certa forma, banalizar suas principais hipóteses em “cansativos esquemas didáticos”, reproduzindo velhas afirmações. Por outro lado, Ellis Junior aproveitou essa segunda fase de intensa produção para introduzir, em seus escritos, comentários combatendo as conclusões de outros autores e para modificar, com sutileza, algumas posturas anteriormente defendidas. Segundo Monteiro, no período de sistematização didática orientada para o programa de estudos de História da Civilização Brasileira da FFCL, percebe-se uma maior elaboração do que seria uma teoria da história de São Paulo.⁵³⁰

Sob o olhar regionalista, Ellis Junior aprofundava sua opinião a respeito da impossibilidade de se escrever a história do Brasil, a não ser através do ângulo regional. Nesse sentido, conforme as colocações de John Monteiro sobre as influências teóricas e historiográficas do autor, “basta lembrar que o lema do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo resumia-se em ‘a história de São Paulo é a história do Brasil. O próprio Ellis (...) já havia sentenciado: ‘É porque não acho que há história do Brasil, como um conjunto homogêneo’”.⁵³¹ Como exemplos da impossibilidade de se conceber uma interpretação

⁵²⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FRLINI, Vera Lúcia Amara. Escola Uspiana de História. *Estudos Avançados*. n. 8, v. 22, 1994.

⁵²⁹ MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. *Novos estudos/CEBRAP*, v. 38, p. 82.

⁵³⁰ Idem, p. 83.

⁵³¹ Idem, p. 83.

histórico-social totalizante para as origens do Brasil, Alfredo cita, em *O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano*, os casos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, sendo este último estado igualmente entendido como “um quadro à parte” do conjunto da nação. Em suas palavras: “Não deve haver motivos para estranhezas no fato de ser o gaúcho um tipo à parte na comunhão brasileira. O país é muito grande. Os elementos de diferenciação atuam com caráter permanente em muitas circunscrições do território nacional”.⁵³²

Na década de 30, as fronteiras disciplinares entre a História e as demais áreas do conhecimento não estavam bem definidas no IHGSP. Segundo Antônio Celso Ferreira, as publicações da Revista do Instituto indicam a coexistência entre campos de saber ainda em processo de transformação e especialização (História, Geografia, História Natural, Etnografia, estudos de linguagem), habilidades intelectuais herdadas da historiografia tradicional (Genealogia, Numismática, Heráldica) e disciplinas, à época, recentes e em fase de consolidação no Brasil (Antropologia, Biologia, Arqueologia).⁵³³ Com base na combinação desses conteúdos, somados a um tipo de produção ainda preso à literatura e ao ensaísmo, os intelectuais reunidos no IHGSP construíram o tipo social paulista: o *bandeirante*. Como pano de fundo, a miscigenação racial entre índios e brancos ocupou lugar destacado nas teses elaboradas pela intelectualidade paulista.⁵³⁴ A *raça de gigantes* seria o resultado do caldeamento iniciado pelos jesuítas e completado pelos portugueses, gerador de uma população forte, desbravadora e consciente de seus deveres expansionistas.

Fundado em 1894, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo emergiu num momento de “pujança econômica e política”.⁵³⁵ Devido a essa conjuntura, favorável àqueles dedicados a demarcar as especificidades do estado frente às demais regiões do país, os sócios reunidos na agremiação procederam a disputas abertamente erigidas em relação ao IHGB. Com o propósito “de restituir ao estado símbolos de ‘cultura e civilização’, até então concentrados na corte”, o IHGSP seguia as características historiográficas determinadas pela instituição carioca, enunciando um conhecimento patriótico e cívico da nação.⁵³⁶ Contudo, ao proclamar a história de São Paulo como sendo a história do Brasil, o IHGSP prescindiu da correspondência sistemática com os confrades do Rio de Janeiro, indicando sua indisposição

⁵³² ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 24.

⁵³³ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 121.

⁵³⁴ Idem, p. 138.

⁵³⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 127.

⁵³⁶ Idem, p. 127-128.

quanto à hegemonia da corte relativa às representações da nacionalidade e, ao mesmo tempo, privilegiando temas referentes, somente, à história e geografia paulistas.⁵³⁷ A eleição do *bandeirante* enquanto tipo social primordial, na formação do estado, também fez parte da construção da arena de concorrência estabelecida com a capital federal, sendo esse tipo representado como o sertanista romântico, valente e racialmente branqueado.⁵³⁸

Em *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, Ellis Junior apresenta os principais contornos da anteriormente referida construção do tipo paulista:

Procuro um ecletismo entre os deterministas do meio físico e os adeptos das raças como fator humano. Penso que as seleções diversas nos grupos humanos são os magnos elementos a marcar uma progressão ou uma regressão neles, fazendo-os escalar culminâncias, ou os obrigando a se afundar na decadência, sujeitando-os mesmo a extinção. Não fosse o núcleo primeiro de povoadores paulistas composto de indivíduos filtrados pelas seleções que atravessaram na Ibéria e na emigração da Ibéria, não teriam eles conseguido galgar o altiplano de Paranapiacaba e aí produzir os fenômenos de que somos hoje estudiosos envaidecidos. (...) Por certo foi a consangüinidade que expurgou aos poucos os maus elementos do grupo humano paulista, causando a esterilidade dos que haviam pré-determinadamente sido marcados com as taras hereditárias que se acumulavam pelo traço biológico da consangüinidade. Esta, como que funcionando como uma válvula, eliminando os nevropatas, os desequilibrados, os menos eficientes, etc., foi, uma alavanca poderosa a impulsionar progressivamente o grupo paulista.⁵³⁹

A partir dessas afirmações, referentes aos mecanismos de seleção natural, e considerando a mestiçagem um processo ocorrido, fundamentalmente, entre brancos e índios, Alfredo Ellis Junior elimina os negros da formação histórico-social de São Paulo, premissa também confirmada por Antônio Celso Ferreira e John Monteiro. Na historiografia paulista, a problemática da presença negra nas bandeiras gerou uma série de polêmicas, principalmente no grupo verde-amarelo que, mesmo concordando em aspectos importantes da interpretação da cultura brasileira, possuiu divergências internas significativas. Na comunicação intitulada *O negro no bandeirismo*⁵⁴⁰, Ellis Junior, além de defender pressupostos teórico-metodológicos da Antropologia Física e do darwinismo social⁵⁴¹, discute ferrenhamente com

⁵³⁷ Ibidem, p. 126.

⁵³⁸ Idem, p. 132-133.

⁵³⁹ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Coleção Brasileira. p. 6-7. Segundo o autor, este livro consiste numa reedição de *Raça de Gigantes*, acrescida de algumas reflexões.

⁵⁴⁰ ELLIS JUNIOR, Alfredo. O negro no Bandeirismo. In: *Anais do III Congresso sul-riograndense de história e geografia do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*: comemoração ao Bi-centenário de Porto Alegre. v. 2. Porto Alegre: Edição da prefeitura municipal de Porto Alegre, 1940. p. 1571-1594.

⁵⁴¹ Na explicação proposta pelo darwinismo social, a espécie humana evoluiria a partir da seleção no meio natural dos exemplares mais aptos da espécie. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol e SÁ, Magali Romero. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do Século XIX. p. 97-124. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero e GLICK, Thomas (orgs.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2003.

Cassiano Ricardo, um dos defensores da participação africana e afro-descendente no desbravamento do território brasileiro.

4.6 O NEGRO NO BANDEIRISMO

No texto dividido em dois capítulos enviado ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Alfredo Ellis Junior busca provar a ausência dos negros no movimento empreendido por paulistas descendentes de portugueses e indígenas, etnias consideradas fundadoras do estado de São Paulo. Para corroborar essa hipótese, o autor utiliza um conjunto de documentos oficiais, estatísticas e relatos de viajantes (principalmente Saint Hilaire), por sua vez, interpretados à luz de teorias racistas, cujas premissas atestam a inferioridade natural dos negros. Caracteres físicos, psicológicos e morais das raças são alguns dos aspectos abordados na monografia de Ellis Junior.

O Capítulo I inicia com uma discussão sobre noções de hierarquia racial. Afirmando não ser adepto de Gobineau,⁵⁴² Chamberlain e das doutrinas proferidas por Hitler na Alemanha nazista, o intelectual paulista se diz contrário à idéia da “superioridade racial”, reivindicando sua adesão à “doutrina da desigualdade racial”.⁵⁴³ Segundo o autor, a principal diferença entre esses dois sistemas classificatórios seria o caráter relativo ao qual a palavra “superioridade” remeteria. Por exemplo, os negros poderiam ser considerados superiores aos brancos em quesitos como a afetividade e a força física. Porém, os brancos seriam sempre superiores aos negros, quando o assunto fosse a capacidade de desenvolver civilização.

⁵⁴² Gobineau publicou, em 1854, um grande ensaio reunido em vários tomos, intitulado *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. Sua principal preocupação era com a mestiçagem entre raças possuidoras de níveis civilizacionais desiguais, o que, necessariamente, causaria degenerescência. Considerava a inteligência da raça branca infinitamente superior às demais, sendo os negros dotados de uma sensualidade natural à sua condição biológica. Gobineau esteve no Brasil na segunda metade do século XIX como ministro plenipotenciário da França, exercendo grande influência sobre a elite letrada local, incluindo o imperador D. Pedro II, com quem trocou correspondência. Resumindo a posição teórica do cientista francês: “‘Se admitimos que um número muito importante de seres humanos tem estado, e estará para sempre, impossibilitado de realizar mesmo um primeiro passo na direção da civilização’ e se estes povos estão dispersos sobre toda a face da terra, ‘estamos induzidos a concluir que uma parte da humanidade é, nela mesma, impotente para jamais se civilizar... porque ela é incapaz de vencer as repugnâncias naturais que o homem, como os animais, experimenta contra o cruzamento.’ (GOBINEAU, 1940, tomo I: 26).” PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Estudos: Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. n. 7, dezembro 1996. p. 136.

⁵⁴³ JUNIOR, Alfredo Ellis. O negro no Bandeirismo. In: *Anais do III Congresso sul-riograndense de história e geografia do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*: comemoração ao Bi-centenário de Porto Alegre. v. 2. Porto Alegre: Edição da prefeitura municipal de Porto Alegre, 1940. p. 1571.

Contudo, mesmo entendendo a desigualdade racial como um método de análise imbuído de relatividade, Ellis Junior mantém-se firme em suas concepções teóricas:

O negro é inferior (...) no dizente a várias partes da capacidade mental de cada raça. Por isso ele socialmente se apresenta inferior, pois mergulhado em plena civilização européia, em que vários índices de eficiência são precisos, sob o ponto de vista psíquico, moral, fisiológico e intelectual, certos níveis que o negro ainda não atingiu. Por isso esse elevado teor nas estatísticas de malandragem, de criminalidade, de anormalidade, em que o negro e o seu mestiço mulato preponderam, como se observam. (...). Assim não considero o negro, de um modo absoluto, inferior. Ele tem prismas vantajosos. O que eu acho é que ele é desigual. E sendo desigual ele é inferior sob muitos pontos de vista.⁵⁴⁴

Com base na constatação de deficiências mentais naturais à raça negra, o autor atribui, aos negros e mulatos, incapacidades fisiológicas e intelectuais, cujas conseqüências seriam a aquisição de caracteres sociais indesejáveis e condenáveis, tais como o crime e a malandragem. Por sua vez, as deficiências raciais inatas colocariam os negros e seus mestiços em posição inferior na escala evolutiva em relação aos brancos, fato que atestaria a desigualdade racial intrínseca àqueles situados no topo ou na base da pirâmide. Devido a essa desigualdade, os negros poderiam ser considerados inferiores aos brancos, o que nos remete novamente à doutrina da superioridade racial, retoricamente negada por Ellis Junior no mesmo parágrafo em que afirmou tal superioridade. Sob essa perspectiva, o autor fornece explicações extra-biológicas para a constituição física e psicológica dos afro-descendentes, bem como para a sobrevivência dos negros inferiores:

Também é preciso se reconhecer que essas vantagens e desvantagens variam de acordo com os ambientes externos. Este, com seus elementos climáticos, de composição química e conformação física dos solos etc., fazem com que cada raça de diferente conformação biológica etc., se comporte de forma diferente. Assim, cada raça pode ser superior, sob certos aspectos em alguns ambientes e inferior em outros. O próprio negro inferior na sua respiração no planalto paulista (...), o que faz com que seja selecionado, vive magnificamente com outros ambientes, que o poupam nos seus processos seletivos.⁵⁴⁵

Carregando em sua estrutura argumentativa contradições constituídas mais pela justificativa política de não compartilhar de idéias nazistas, do que por renegar a doutrina da superioridade racial, Ellis Junior complementa a exposição de suas orientações teórico-metodológicas atribuindo, às diferenças entre o meio físico e o natural, as incapacidades raciais dos negros de se adaptarem ao planalto paulista. Claramente, a seleção natural é o fator explicativo da inexistência de africanos e descendentes na região onde nasceu o bandeirismo.

⁵⁴⁴ Ibidem, p. 1571-1572.

⁵⁴⁵ Idem, p. 1572.

Remetendo-se ao darwinismo social e ao racismo científico do século XIX, do ponto de vista de doutrinas teóricas, Ellis Junior se diz imparcial quando busca justificar suas comprovações científicas, afirmando não ser “contra o negro”, mas sim um estudioso de suas características (inferiores) comprovadas por estatísticas, testes mentais e fontes documentais.⁵⁴⁶ Nesse sentido, assim como Souza Docca o faz para o Rio Grande do Sul, o autor paulista, além de mencionar teorias raciais, repousa a veracidade de seu trabalho em fontes primárias tratadas de forma positivista, conforme a tradição historiográfica dos Institutos Históricos e Geográficos. Porém, ao contrário do que o próprio Ellis afirma, as fontes primárias serviram como subsídio para a confirmação de afirmativas pré-determinadas por um escopo teórico-metodológico específico. Afinal, conforme explicitado anteriormente pelo autor, a seleção natural, por si só, explicaria a ausência negra do planalto paulista, local definido como palco da origem primordial da história e sociedade de São Paulo, construídas pelo movimento bandeirante.

Avançando para o Capítulo II, intitulado “A economia brasileira e o negro”, Ellis Junior dedica-se a arrolar explicações históricas para a hipótese da inexistência de negros no bandeirismo. Fundamentalmente, o autor coloca que, devido à marginalização da Capitania de São Vicente do principal ciclo econômico colonial dos séculos XVI e XVII (cana-de-açúcar), o desenvolvimento da região teria sido prejudicado em relação aos estados do nordeste. Por conta do subdesenvolvimento econômico, o poder aquisitivo dos vicentinos seria insuficiente para a aquisição de escravos africanos, fato que culminaria na busca de alternativas de renda, nesse caso, o apresamento e venda da “carne humana” ameríndia. Segundo Ellis Junior, garantida a subsistência de São Vicente pelos bandeirantes caçadores de índios, a compra de escravos africanos cairia em desvantagem, pois geraria concorrência no mercado interno da Capitania, calcada na contradição entre a importação de escravos negros e a manutenção dos negócios de apresamento:

Por isso é que ficou bem afirmado por mim em ‘*Raça de gigantes*’ (...) que o negro africano era *quase* inexistente na capitania vicentina. Os documentos isso afirmam além de já estar marcado pelo próprio raciocínio, pela ordem natural das coisas e pelos depoimentos das testemunhas [“primeiros jesuítas, os únicos homens em estado intelectual de escrever sobre o que viam”; cartas do pe. Manoel da Nóbrega] em unanimidade sobre o nosso passado (“Registro, “Invents e tests”, “Actas”) e pelos historiadores que cientificamente se especializaram no assunto (Taunay, etc).⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ Ibidem, p. 1572.

⁵⁴⁷ Idem, p. 1571.

Para além do tratamento dispensado às provas documentais transcritas pelo autor, como subsídio metodológico de sua argumentação, nesta passagem, percebemos claramente as conexões estabelecidas entre a teoria evolucionista darwinista e o trabalho de reconstituição histórica. A ausência dos negros no planalto paulista é explicada não só pelas fontes escritas, como também “pelo próprio raciocínio” e pela “ordem natural das coisas”: a seleção natural. No entanto, Ellis Junior parece disposto a amenizar suas conclusões enfatizando a “quase inexistência” africana no bandeirismo. O motivo da mediação feita em suas afirmações parece ser o diálogo travado com Cassiano Ricardo, membro do grupo Verde-Amarelo, cujo trabalho intitulado *Marcha para Oeste*⁵⁴⁸ apresentaria conclusões distintas daquelas de *Raça de gigantes*.

São explícitas as críticas de Ricardo às interpretações históricas mitificadas e idealizadas construídas por Ellis Junior, cujo jargão, tomado por empréstimo de Saint Hilaire, para definir a “raça de gigantes” não foi apropriado em *Marcha para Oeste*. Na introdução do primeiro volume de sua obra, Ricardo lamenta a manipulação demagógica da história de São Paulo “por oradores, por políticos em propaganda eleitoral, ou por descendentes de velhos troncos bandeirantes (que se orgulham disso)”.⁵⁴⁹ Certamente, essas críticas foram direcionadas a Ellis Junior que, em seus trabalhos, além de exaltar qualidades de dirigentes políticos do PRP, invariavelmente menciona suas origens nobres: “Tenho a sublime ventura de ser paulista da mais velha estirpe desta terra”.⁵⁵⁰ O tom apoteótico utilizado por Ellis, ao se referir à *epopéia bandeirante* no desbravamento do território brasileiro, pode ser percebido nesta passagem da segunda edição de *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*:

[a segunda edição do livro] evoca ainda os primórdios dessa gente de prodígio que é a paulista. Essa estirpe que vem de escrever a monumental epopéia das trincheiras, nessas mil Termópilas que ameaçadoramente rodeavam o sagrado território do nosso São Paulo. É nessa estirpe paulista que evidenciou com a leonina bravura, que os velhos troncos, engalhados nestas seivas ramagens novecentistas, não decaíram. Cada século que se passa é a reedição de uma página de glórias colhidas. Bendito esse povo paulista que tem uma história que é um rosário contínuo de epopéias maravilhosas.⁵⁵¹

Conforme enfatizamos anteriormente, na “epopéia maravilhosa” de Ellis Junior, a ausência dos negros foi comprovada através da combinação entre fontes documentais e teorias raciais. A ausência de entradas de africanos por conta do apresamento do “gentio da terra” e

⁵⁴⁸ RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

⁵⁴⁹ Idem, p. XXIV.

⁵⁵⁰ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 18.

⁵⁵¹ Idem, p. 17.

das parcas condições econômicas vicentinas, somada à incapacidade física e psicológica de sobrevivência dos escravos no planalto paulista, consistiu no cerne da argumentação do autor. É exatamente neste ponto que Cassiano Ricardo discorda de Ellis, apresentando em sua tese uma abordagem diferenciada que admitia a presença africana e afro-descendente nas bandeiras. A hipótese de Cassiano foi corroborada por intelectuais importantes da cena letrada nacional, conforme nos informa o autor:

Parece interessante lembrar mesmo que algumas observações, as principais, pelo menos, feitas pelo autor deste modesto ensaio, tiveram a endossá-las a crítica dos doutos, entre os quais Gilberto Freyre, mestre ilustre e insuspeito da ‘Casa Grande e Senzala’ (...). ‘Sugestivo ensaio (são palavras do autor de Casa Grande e Senzala) do qual se deve destacar a virtude de proclamar, sob boas evidências e contra caprichos quase sentimentais dos Srs. Ellis Junior e Sérgio Milliet, a participação do africano nas bandeiras paulistas.’ (...) Outros pontos por mim expendidos (...) como as conclusões a que cheguei sobre o papel do elemento índio e principalmente do elemento espanhol e negro no bandeirismo, deram a Afonso Arinos de Melo Franco a impressão – como ele diz – de ‘verdadeira originalidade’. ‘Sobre o negro (são suas estas palavras) o debate entre Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis veio dar razão ao primeiro. Sem preocupações de exclusivismo paulista, e antes aceitando que o característico do século XVII foi exatamente a ausência de exclusivismo, Cassiano mostra como sendo a bandeira a própria civilização do planalto em movimento, e sendo o negro um dos elementos de tal civilização, nada justifica a presunção de que os negros ficaram parados na retaguarda, enquanto todo o resto se movia para frente. E não o prova só com este raciocínio irrefragável, mas com documentos irrefragáveis.’⁵⁵²

Na comunicação apresentada ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Ellis Junior menciona as fontes documentais oficiais do século XVII encontradas por Ricardo, cujo conteúdo incluía a palavra “negro” para designar o gentio vicentino.⁵⁵³ Segundo Ellis, na tese de Cassiano a presença dessa classificação apontaria para a existência de africanos no planalto paulista desde os anos 1600. Contrariando esta afirmação, Ellis defende a hipótese de que o termo “negro”, isoladamente, não significava, àquela época, o sujeito procedente de África, pois para cativos africanos as classificações étnico-raciais deveriam vir necessariamente acompanhadas de sua procedência: “negro d’Angola” ou “gentio da Guiné” e assim por diante. Em contrapartida, seriam os ameríndios a receber a designação de “negros”, podendo ser deduzida desta atribuição a condição de “negro da terra” ou “gentio da terra”. Dessa forma, segundo Ellis Junior, as conclusões de Cassiano Ricardo estariam equivocadas, pois teria faltado a este último a leitura de um pesquisador experiente sobre os documentos:

⁵⁵² RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. p. XLI – XLII.

⁵⁵³ JUNIOR, Alfredo Ellis. O negro no Bandeirismo. In: *Anais do III Congresso Sul-riograndense de história e geografia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 1581-1582.

Tivesse ele essa prática de pesquisar documentos e tivesse ele tido conhecimento da carta de Nóbrega, tomaria outra diretriz nas suas conclusões e a interpretação que dá à palavra – Negro – não o levaria a confundir com – Africano – coisa que importa em gravíssima deturpação da verdade histórica (...). A não ser a autoridade de Cassiano Ricardo não se vê uma só prova documental de sua asserção. Não há dúvida que o padre João Alvares teve armação no sertão e a sua gente não foi de pura estirpe européia. Poderia ter sido mameluca. O documento citado em ‘Marcha para o Oeste’, 252, do Arquivo de Sevilha e reproduzido nos Anais do Museu Paulista, fala na ‘falta que hoy tienen de negros’. Mas esses negros são ameríndios e não africanos de Angola como o egrégio acadêmico pensa. Os tapamunhos dessa expedição seriam muito apoucados. Só o imenso desejo em ver participação maior do negro no exercício do bandeirismo, teria feito com que a proporção de tapamunhos se ampliasse enormemente.⁵⁵⁴

A palavra “tapamunho”, no texto de Ellis Junior, significa negro procedente de África e refere-se aos elementos “apoucados” daquela raça no bandeirismo. Importante ressaltar que tanto para Cassiano Ricardo, quanto para Ellis, “negro” designa o lugar social de cativo não correspondendo somente a classificações raciais. Nesse sentido, a palavra “negro” adquire múltiplos significados, pois se aplicada aos estudos históricos, sob a perspectiva racial biológica da Antropologia Física, a tese da seleção natural sofrida pelos negros reforça o tratamento dispensado por Ellis Junior às fontes documentais. Portanto, o posicionamento do intelectual paulista em relação ao máximo de miscigenação ocorrida entre brancos e índios, nos sertões vicentinos no século XVII, também pode ser entendido nos termos teóricos da instrumentalização de categorias analíticas racistas, cujos pressupostos informaram, *a priori*, a interpretação dos documentos utilizados pelo autor. Em todo caso, a discussão proposta na interlocução com Cassiano Ricardo, a respeito dos significados das classificações étnicas de índios e negros, é válida, pois auxilia a compreensão das designações raciais em discussão naquele contexto.

Dando continuidade ao debate empreendido com Cassiano - cuja tese teria apontado a compra de escravos negros por Affonso Sardinha-, Ellis afirma, em *O negro no bandeirismo*, que a presença de um ou outro africano nos séculos XVI e XVII poderia ter “quebrado a monotonia” de tantos “negros da terra” existentes no planalto paulista.⁵⁵⁵ No entanto, esses mesmos negros africanos não foram capazes de alterar a composição racial inicial de São Vicente, quando da constituição das bandeiras de apresamento⁵⁵⁶. Em Ellis Junior, a ausência

⁵⁵⁴ Ibidem, p. 1582.

⁵⁵⁵ Idem, p. 1583.

⁵⁵⁶ Sobre o apresamento de índios, Antônio Celso Ferreira afirma que os intelectuais do IHGSP jamais pautaram a maneira violenta pela qual ocorreram os contatos entre brancos e indígenas na Capitania de São Vicente. O autor também chama a atenção para a ausência de pesquisas sobre as formas de escravidão impostas aos indígenas, bem como para as “vistas grossas” dedicadas ao trabalho escravo de negros africanos no planalto. Ao invés disso, “Avolumaram-se os artigos na revista, na busca do indígena ideal que pudesse representar a contribuição da terra para a formação da raça paulista (...)”. FERREIRA, (2002). Op. Cit., p. 139-140.

de caldeamento entre brancos e negros confirma a hipótese central defendida no texto de que a mestiçagem biológica de brancos com indígenas fora exclusiva na formação histórico-social de São Paulo. Dessa forma, mesmo admitindo parcialmente a presença africana, o autor desloca os negros a um “não-lugar”, onde, nem mesmo na condição de cativos, os africanos e seus mestiços teriam feito parte da constituição daquela capitania. Operação semelhante fora realizada por Souza Docca em *Gente Sul-Rio-Grandense*, com o mesmo objetivo de Alfredo Ellis Junior em *O negro no bandeirismo*: explicar as razões da superioridade do tipo social característico de uma região mais avançada e tendente ao progresso e ao espírito colaborativo, porque composta de melhores contingentes raciais. Assim, ao Sul ou ao Sudeste caberia o papel de conduzir a nação pelos caminhos da civilização.

Em Ellis Junior, a suposta manutenção da composição racial original dos vicentinos está relacionada a um terceiro elemento, além da seleção natural e das fontes documentais. Para o autor, foi somente no século XVIII, quando do término do bandeirismo, que a profusão de africanos teria aumentado no planalto paulista, sendo sua influência somente percebida nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Goiânia. Tendo em vista que as teses mais recorrentes entre os intelectuais da primeira metade do século XX remetiam às origens de São Paulo como construídas pelos bandeirantes, podemos deduzir que, para Ellis Junior, os paulistas de seu tempo, descendentes dos bandeirantes, não possuíam misturas com o sangue negro degenerado. Essa explicação estendeu-se, inclusive, à formação da sociedade brasileira como um todo. Segundo Ellis, em alguns casos, nem mesmo nos estados do nordeste, onde o ciclo da cana-de-açúcar fora intenso, o negro figurou em contingente racial considerável.⁵⁵⁷ Nesse sentido, o autor atribui aos índios apresados em São Vicente até mesmo a reprodução do ciclo da cana, pois, em sua concepção, o número de escravos africanos importados não seria suficiente para a manutenção dos engenhos.

Para além das discussões realizadas em *O negro no bandeirismo*, as concepções de Alfredo Ellis Junior devem ser referenciadas nas diretrizes interpretativas próprias ao movimento Verde-Amarelo. Nesse sentido, apesar de a imigração italiana não ser o foco de análise no texto acima mencionado, é importante mencionar que, para a intelectualidade, o processo de modernização de São Paulo esteve diretamente relacionado à chegada da mão-de-obra imigrante no estado e sua influência no progresso econômico e na urbanização da

⁵⁵⁷ JUNIOR, Alfredo Ellis. O negro no Bandeirismo. In: *Anais do III Congresso Sul-riograndense de história e geografia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940. p. 1584.

capital.⁵⁵⁸ Se os antropofágicos Mário e Oswald de Andrade incorporaram a imigração branca à “mistura épica das três raças”, convertendo a questão racial numa “questão paulista”, entre os verde-amarelos a negação da “trindade racial se alia ao combate de uma imagem pessimista da nacionalidade”.⁵⁵⁹

Os tipos sociais portadores de variados níveis de mistura com o sangue negro não poderiam representar a construção de um estado altamente próspero, ainda que esses mesmos tipos sociais fossem necessários à consolidação da brasilidade. Ao mesmo tempo, contingentes populacionais europeus eram considerados elementos realizadores de uma industrialização altamente desejada, até mesmo pelos defensores do anticosmopolitismo das origens de São Paulo. Segundo Mônica Pimenta Velloso, para lidar com essa contradição, resumida na máxima de que o estado era uma terra conquistada por estrangeiros, os verde-amarelos buscaram uma solução. Dessa forma, para aquele grupo, “em São Paulo, o sentimento de brasilidade é tão forte e está tão profundamente enraizado que se torna mais fácil o imigrante contagiar-se por ele do que exercer qualquer ação que lhe seja prejudicial. Assim, a *‘alma coletiva’* da região é capaz de homogeneizar todas as diferenças raciais, englobando-as em um todo orgânico e coeso”.⁵⁶⁰

Com o objetivo de manter a centralidade de São Paulo como núcleo da brasilidade, Cassiano Ricardo, Ellis Junior, Menotti Del Pichia, entre outros, afirmaram a grande capacidade de absorção étnica paulista. Promovendo uma versão heróica do modernismo, esse setor da intelectualidade enunciou o discurso de um “nacionalismo integralizador” redutor dos estrangeiros ao denominador comum da nacionalidade.⁵⁶¹ Como agentes desse processo, os bandeirantes mestiços de brancos e indígenas dos séculos XVI e XVII foram elevados à categoria de heróis brasileiros, porque heróis paulistas capazes de amalgamar demais raças. Em torno dessa construção discursiva e simbólica da formação de São Paulo, os negros perderam-se nos caminhos de uma historiografia construída com base em teorias raciais que informaram o tratamento positivista de fontes documentais. Os produtos escritos dessa historiografia ajudaram a conceber idéias branqueadas do Sudeste, reforçadas pela incorporação de italianos e descendentes em elaborações textuais já marcadas pela ausência de africanos.

⁵⁵⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993. p. 105.

⁵⁵⁹ Idem, p. 105.

⁵⁶⁰ Idem, p. 106.

⁵⁶¹ Idem, p. 106.

Alguns dos aspectos da monografia apresentada por Ellis Junior ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS foram expostos nesta breve reflexão. Evidentemente, a obra do autor não se esgota nos comentários dos trabalhos aqui abordados e, tampouco, nas perspectivas teórico-metodológicas provenientes do darwinismo social. Suas discussões com Manoel Bonfim e Oliveira Vianna, por exemplo, são importantes para a compreensão do conjunto de seus escritos. Ainda, ao longo de nossas leituras, percebemos que as classificações raciais elaboradas por Ellis Junior, assim como suas estatísticas populacionais e dados demográficos para o estado de São Paulo, foram apropriados por intelectuais de renome, como Arthur Ramos e Gilberto Freyre. Certamente, a apreensão dos debates historiográficos e das tantas relações estabelecidas pelo autor paulista com membros da elite política e letrada brasileira trariam mais elementos para a análise, o que possibilitaria um olhar mais complexo sobre *O negro no bandeirismo*. Contudo, para os fins do capítulo final desta dissertação, o estudo de Ellis Junior traz elementos importantes para a contextualização das discussões realizadas em torno das relações raciais no III Congresso de História e Geografia do IHGRS.

Observando a estrutura argumentativa de Ellis, podemos afirmar que a construção de regionalismos calcados em particularidades geográficas, sociais, étnicas e raciais foi uma perspectiva compartilhada por diversos membros da elite intelectual brasileira. Não é, portanto, uma exclusividade do Rio Grande do Sul a reivindicação histórica de especificidades quanto à formação de seu “povo”, tradições e costumes. Os membros do movimento Verde-Amarelo definiram os bandeirantes como agentes expansionistas das fronteiras internas do Brasil, empreendimento levado a cabo por uma “raça de gigantes” eugênica, herdeira da miscigenação branca portuguesa e indígena tupi e nacionalizadora, porque conquistadora e integradora do território, do ponto de vista geográfico, étnico e racial.⁵⁶² Na visão de Ellis Junior, os paulistas não seriam mais brasileiros do que os representantes de outras regiões do país por possuírem sangue negro, mas sim, por conta da proximidade dos sertanistas com a natureza, o campo e as matas, onde a simbiose entre homem e natureza fora definida como símbolo de brasilidade. Na realidade, o tipo social brasílico construído pelos intelectuais consistia no tipo paulista, discursivamente convertido em exemplo para a nação.

Essa perspectiva é semelhante à de Dante de Laytano e Souza Docca, tirante as “acusações” destinadas aos sul-rio-grandenses, referentes ao baixo grau de brasilidade do Rio

⁵⁶² Ibidem, p. 104.

Grande do Sul, devido à sua proximidade com os países do Prata, bem como ao separatismo farroupilha defendido por alguns autores sulinos. Por outro lado, para os intelectuais adeptos da interpretação lusitana da formação do estado, através da Revolução Farroupilha, os sul-riograndenses teriam se transformado em mantenedores das fronteiras externas do Império do Brasil, guarnecendo as características culturais, territoriais e raciais brasileiras. Nesse sentido, os farrapos e as elites sulinas - elas mesmas brasílicas por conta da bravura demonstrada nas guerras e pelo espírito democrático e agregador para cá trazido com os açorianos - seriam, igualmente, agentes nacionalizantes, mesmo possuindo especificidades quanto à sua constituição enquanto do tipo social particular às pampas. Nesse caso, a quase ausência de negros no processo de caldeamento gerador do peão e do padrão de estância fora compensada, na historiografia sulina, pela insistente afirmação das origens predominantemente portuguesas do estado, cuja influência racial biológica e cultural preenchia, em parte, as carências de ingredientes da cultura brasileira, atribuída às terras meridionais do Brasil.

Do ponto de vista das relações raciais, a mistura no planalto paulista entre brancos portugueses e índios tupi (expressões da docilidade permissiva à assimilação portuguesa) aparece no Rio Grande do Sul sob a forma de contatos estabelecidos entre portugueses e índios minuanos e charruas, esses sim, contribuintes do espírito guerreiro e democrático característico do gaúcho. A dupla operação teórica, simultaneamente enaltecedora da colonização branca portuguesa e condenatória da presença negra e mestiça, apareceu em duas construções historiográficas regionalizadas constantes na grade de trabalho do III Congresso de História e Geografia do IHGRS. Semelhantes em seus contornos conceituais, temáticos e institucionais, tais construções fizeram parte de um contexto mais amplo, nem sempre lógico, mas certamente um tanto complexo.

As disputas entre elites regionais pelo protagonismo político em âmbito nacional, as especificidades da formação e atuação profissional dos autores em questão e as tarefas por eles assumidas enquanto membros de uma elite capacitada para organizar política, institucional e culturalmente a nação, somaram-se às possibilidades teóricas e disciplinares disponíveis aos autores quando da realização do certame sul-riograndense. Num ambiente intelectual entrecortado por contingências que ultrapassaram fatores puramente acadêmicos, as relações de raça brasileiras foram interpretadas de acordo com as múltiplas situações vividas e lugares ocupados por homens de ciência envolvidos nos problemas de seu tempo. Nesse interregno, as próprias definições racializadas dos regionalismos resultaram dos

embates travados entre os interessados em angariar posições mais prestigiosas num espaço de luta por visibilidade e autoridade.

Como é sabido, entre os cânones do pensamento social brasileiro, Gilberto Freyre foi um dos poucos a conquistar o privilégio de ditar as tendências interpretativas a serem seguidas por aqueles ansiosos em adentrar a vanguarda letrada nacional. O regionalismo nordestino, admitindo a comunhão racial biológica e cultural entre brancos e negros, subverteu as barreiras locais para lançar-se como alternativa analítica imprescindível à medição dos níveis de integração nacional entre as “partes” do Brasil. Dentro deste quadro, a ênfase recai novamente sobre portugueses e afro-descendentes que, pelos caminhos da suposta democracia racial historicamente vigente no país, teriam formado uma nação harmônica, homogênea e mestiça, na qual não haveria espaço nem para brancos puros inassimiláveis e, tampouco, para negros puros ainda não branqueados. Sob essa perspectiva, a seguir abordaremos brevemente a participação de Gilberto no III Congresso de História e Geografia do IHGRS, buscando compreender os significados de sua presença no evento.

4.7 CONTINENTE E ILHA, POR GILBERTO FREYRE

A presença de Gilberto Freyre emprestou ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS contornos especiais quanto aos temas e problemas abordados na ocasião. Num período em que a cultura brasileira tornou-se questão de Estado, os escritos do autor representavam um regionalismo apegado às tradições voltadas para um passado colonial a ser resgatado no presente, capaz de devolver às manifestações culturais brasílicas sua autenticidade e valores fundamentais. Por outro lado, Gilberto era visto como um dos porta-vozes da constituição das modernas ciências sociais brasileiras, devido a estudos sistemáticos realizados nos Estados Unidos, junto a Franz Boas e seus alunos, bem como em outras universidades estadunidenses. Além disso, o intelectual pernambucano havia realizado inúmeros intercâmbios e recebido títulos honoríficos e menções honrosas por parte de diversas instituições do Brasil e do exterior. Somam-se a este quadro, sua participação como articulista e colaborador de diversos jornais, bem como a ocupação de cargos públicos em instituições acadêmicas e de preservação de bens culturais no Brasil (ver Tabela III).⁵⁶³

⁵⁶³ Os dados biográficos do autor foram retirados do *site* oficial da Fundação Gilberto Freyre, Recife, Pernambuco. Disponível em: <<http://bvfgf.org.br/portugues/vida/cronologia.html>>.

Portando um invejável currículo construído em meio a viagens de estudos, formação superior estrangeira, condecorações internacionais e exercício de cargos institucionais importantes no Brasil e no exterior, Freyre chegou à capital sul-rio-grandense dono de uma obra amplamente consagrada. Ao público reunido na Faculdade de Direito de Porto Alegre, Gilberto apresentou a comunicação intitulada *Sugestões para o estudo Histórico-Social do Sobrado no Rio Grande do Sul*⁵⁶⁴, escrita de acordo com a premissa que identificava, em variados tipos de moradia, os elementos sociológicos característicos da formação do Brasil.

Em *Manifesto Regionalista de 1926*, por exemplo, Freyre dedica um tópico específico ao “Elogio do Mocambo”, considerado o “abrigo humano adaptado à natureza tropical”, dotado de valor regional e, por extensão, brasileiro.⁵⁶⁵ Representantes da arquitetura tradicional portuguesa do Recife - cheia de boas reminiscências orientais e africanas⁵⁶⁶ -, essas “casas de pescadores” expressariam, igualmente, a harmonização entre o homem, a natureza e a resolução econômica do problema da casa pobre, pois a palha, o cipó, o capim e a madeira eram utilizados como materiais de construção, todos ao alcance dos menos favorecidos.⁵⁶⁷ Enquanto símbolo das coisas simples da região nordeste, em comunhão com a paisagem, os recursos naturais e os homens do lugar, o mocambo articulava os elementos culturais e sociais necessários à criação da imagem mestiça pernambucana.

Para os congressistas reunidos em Porto Alegre, Freyre ofereceu algumas reflexões acerca dos sobrados do Rio Grande do Sul, afirmando as tantas semelhanças das construções sulinas em comparação às casas observadas em outros cantos do Brasil. Segundo o autor:

Os sobrados que tive ocasião de ver, no começo deste ano, no Rio Grande do Sul, nas cidades mais antigas e mais cheias de traços da colonização açoriana – Rio Pardo, Viamão, Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre – estão entre aqueles elementos da paisagem cultural brasileira que pouco ou nada variam de Norte a Sul; e que constituem o unitarismo ou unanimismo da mesma paisagem. Unitarismo ou unanimismo que se impõe ao olhar do observador ao lado do pluralismo, este em consequência já das formas diversas de vida e de cultura por que o elemento português adaptou-se às várias regiões da América por ele colonizadas, já das predominâncias, também diversas, de região para região, de outros elementos colonizadores (...) e das culturas encarnadas pela sua inércia ou pelo seu dinamismo

⁵⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Sugestões para o estudo Histórico-Social do Sobrado no Rio Grande do Sul*. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940.

⁵⁶⁵ FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Departamento de Imprensa Nacional/ Serviço de Documentação, 1955. p. 23.

⁵⁶⁶ Idem, p. 22.

⁵⁶⁷ Idem, p. 23.

social: o elemento indígena, o africano, o italiano, o alemão, o polonês, o japonês, para só falar nos de maior importância.⁵⁶⁸

Nessa passagem, o autor afirma a pertença do Rio Grande do Sul ao Brasil, destacando a preponderância da herança açoriana sobre as manifestações culturais materiais de algumas cidades do estado. Seguindo uma metodologia interpretativa regionalista, Gilberto atenta para as particularidades dos sobrados sulinos em relação às demais moradias encontradas no país, constituídas através de dinâmicas culturais específicas do sul. Baseando-se nesse postulado, o confrade nordestino conclui que as “(...) peculiaridades são mínimas, sendo mais numerosas e evidentes as semelhanças dos sobrados do Sul com os sobrados do Norte e das demais regiões brasileiras em que esse tipo de arquitetura floresceu com características nitidamente portuguesas”.⁵⁶⁹ Sendo um dos sinais de brasilidade a centralidade colonizadora portuguesa, o Rio Grande parecia dar conta deste aspecto, em seu desenvolvimento histórico e social, para contentamento dos organizadores do III Congresso de História e Geografia do IHGRS.

Durante o Estado Novo, um dos objetivos dos diálogos estabelecidos entre Gilberto Freyre e a intelectualidade sul-rio-grandense foi neutralizar as representações que compreendiam o Rio Grande do Sul como uma unidade exótica e apartada do conjunto da nação.⁵⁷⁰ Representações, diga-se de passagem, elaboradas pelos próprios intelectuais gaúchos que, em momento oportuno, buscariam alternativas que possibilitassem o enquadramento e reconhecimento de sua produção escrita no quadro da historiografia nacional. Em tempos de Campanha de Nacionalização, a afirmação da brasilidade meridional se fazia necessária, tanto para aplacar tendências separatistas e isolacionistas ainda presentes nos trabalhos de autores importantes, quanto para atestar a ascendência portuguesa da população, em detrimento da massiva presença imigrante “alienígena”.

Nesse contexto, Gilberto visitou o estado duas vezes. Da primeira, a convite do interventor Cordeiro de Farias, o intelectual pernambucano excursionou pela Serra, litoral e Missões, acompanhado de José Lins do Rego, Vianna Moog e Dante de Laytano.⁵⁷¹ Já na segunda visita, Freyre veio incumbido da missão de preparar contribuições escritas para o III Congresso de História e Geografia do IHGRS, enquanto convidado de honra do prefeito José

⁵⁶⁸ FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo Histórico-Social do Sobrado no Rio Grande do Sul. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940. p. XIII.

⁵⁶⁹ *Ibidem*, p. XIII.

⁵⁷⁰ GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 135.

⁵⁷¹ NEDEL, Letícia Borges. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*, v.13, n.1. Rio de Janeiro, Apr. 2007. mp.2. *Print version* ISSN 0104-9313

Loureiro da Silva.⁵⁷² Afora o texto concernente aos sobrados do Rio Grande do Sul, Gilberto proferiu uma conferência intitulada *Continente e Ilha*, cujas principais linhas teóricas e temáticas possuíram impacto considerável entre aqueles reunidos no conclave.

A recepção da obra de Freyre nas letras sulinas deu-se no período pós Estado Novo, quando inúmeros autores sul-rio-grandenses resolveram, finalmente, voltar-se para os temas pesquisados nacionalmente.⁵⁷³ Nesse sentido, os intelectuais dos pampas passaram a privilegiar os olhares “de fora” sobre o Rio Grande como parte do plano de inserção do estado nos debates das ciências sociais e da historiografia brasileiras, bem como da construção de suas identidades profissionais. Sob tais contingências, a supremacia das interpretações freyreanas acerca da formação histórica, social, e cultural do Brasil - nesse caso, entendido como um conjunto de “ilhas sociológicas” articuladas num grande “continente” - parece ter indicado alguns caminhos para autores de “província” interessados em responder, tardiamente, às problemáticas da brasilidade. Ao mesmo tempo, as tentativas de encaixar o Rio Grande do Sul, nesse mosaico regional, viriam subordinadas ao rótulo angariado por um Nordeste considerado a expressão máxima dos brasileirismos, devido às suas origens fundadas no período colonial e na miscigenação assimiladora de negros. A mestiçagem nordestina foi, também, analisada em seus gradientes de sangue branco, predominantemente lusitanos e livres de imigrantes, ao contrário do ocorrido em São Paulo e no Rio Grande do Sul, por exemplo.

Sobre a perspectiva metodológica freyreana, Letícia Nedel afirma:

Na verdade, a precedência afetiva da região sobre a nação é um princípio nunca abandonado por Freyre. Mesmo quando interessado em assumir a posição universalista do cientista que examina a incidência de fatores herdados e adquiridos na configuração do complexo societário brasileiro, este intérprete opera sempre em um plano de continuidade subjetiva com as tradições locais. Rodolfo Vilhena (1997:256), com base na interpretação de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), assinalou que mais além da influência boasiana, tantas vezes apontada no deslocamento do foco de análise da ‘raça’ para a ‘cultura’, a adoção da perspectiva neolamarckiana de harmonização entre contrários teria permitido a Freyre retratar a cultura brasileira como resultado de uma dinâmica estabilizadora entre ‘raça e cultura’, ‘continente e ilha’, ‘nacional e regional’.⁵⁷⁴

⁵⁷² Idem, p. 2.

⁵⁷³ Ibidem, p. 14.

⁵⁷⁴ Idem, p. 13-14.

Para além das contradições teóricas dos escritos de Freyre relativas ao deslocamento retórico do conceito de raça para o de cultura⁵⁷⁵, o autor incorporou, invariavelmente, as noções de “parte” e “todo” em sucessivas interpretações sociológicas referentes à constituição do Brasil. No interior dessa dinâmica, aconteceriam os processos de miscigenação, assimilação e aculturação específicos à brasilidade, cujos princípios emprestariam a todas as regiões do país elementos culturais reunidos na coexistência permanente entre particularidades (regionais) e semelhanças (nacionais). Na conjuntura de realização do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, *Continente e Ilha* possuiu esse significado, ou seja, o de articular com o todo nacional um estado discursivamente construído, pela elite intelectual, como desenvolvido em descompasso com o restante do Brasil, por conta dos vários motivos já discutidos nesta dissertação: a quase inexistente influência africana e afro-descendente na formação do Rio Grande do Sul; a proximidade com a fronteira platina; as condições geográficas e ambientais especiais das pampas, diferenciadas do clima tropical.

Na tentativa de incluir a historiografia e a história sul-rio-grandense em debates e interpretações mais amplas, Gilberto afirma:

(...) há de se perdoar a um simples estudioso brasileiro de história e de antropologia, um pouco de emoção diante dos fatos de cultura como o que Porto Alegre celebra, talvez um tanto fora da ortodoxia cronológica, neste momento: o bi-centenário de sua colonização, esforço, principalmente, de um grupo de ilhéus que em poucos anos, sem perderem o gosto de solidariedade ilhoa, de aconchego familiar, de concentração regional, de esforço e de conservação de valores tradicionais, adquiriram aquela consciência continental que desde o século XVI principiou a dar forças ao português e ao seu descendente híbrido, no Norte e principalmente, no Sul, para espalhar-se com seu sangue ou meio-sangue valentemente aventureiro por tanto espaço americano virgem de europeu (...). Dos ilhéus que colonizaram no século XVIII o Rio Grande do Sul todos parecem ter adquirido sem demora o sentimento continental, o gosto dos largos espaços que seria uma *condição quando não sempre física, psíquica de brasilidade e americanidade*; mas, alguns, para estilização definitiva de sua vida e de sua energia de colonos, ao continentalismo heróico, romântico e aventureiramente dispersivo e móvel – sem o qual não haveria o Brasil de hoje – preferiram continuar, até certo ponto, ilhéus (...). À sombra da boa hospitalidade de Porto Alegre, volto a afirmar hoje, no meio das alegrias de um *bi-centenário que é uma afirmação de vitalidade brasileira e de vitalidade portuguesa*, velhas idéias que me parecem de alguma importância para a interpretação da história nacional (...).⁵⁷⁶

⁵⁷⁵ MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual? In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

⁵⁷⁶ FREYRE, Gilberto. *Continente e Ilha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. Disponível em: <<http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/frances/busca.htm>>. p. 2-5 [grifos meus]. Este link pertence ao site oficial da Fundação Gilberto Freyre, Recife, Pernambuco. A Fundação disponibiliza uma série de textos, artigos e conferências de Freyre em formato integral, além de inúmeras referências de teses, dissertações e artigos de jornal sobre a obra do autor. Também podem ser buscados documentos oficiais relativos à trajetória de Gilberto e textos de outros intelectuais que com ele se relacionaram.

Para incluir o Rio Grande do Sul e sua capital no espectro da nacionalidade, Gilberto resignificou o protagonismo português característico da colonização nordestina empreendida em tempos coloniais, convertendo o ilhéu açoriano num duplo personagem carregado de atributos particularistas (“aconchego familiar” e “solidariedade ilhoa”) e universalizantes (consciência continental do colonizador).

Apesar de as relações raciais não serem explicitamente abordadas, o viés culturalista racializado é implicitamente discutido na conferência, sendo a centralidade conferida à ação civilizatória branca europeia portuguesa a prova de que a formação racial das populações brasileiras esteve sempre presente nos regionalismos defendidos pela elite intelectual. Conforme já salientamos em outros momentos, a classificação “branca” pode ser entendida como preenchida de significados raciais, no momento em que se torna um padrão a ser seguido e imitado na marcha evolutiva das sociedades. Na concepção teórica dos processos de caldeamento, supostamente marcadores de maiores ou menores níveis de pertencimento à nação, coube à branquidade o papel de definir conjuntos populacionais como mais ou menos representantes do tipo social nacional. Pelo menos nos escritos dos autores sobre os quais nos debruçamos, tal operação ocorreu de acordo com o grau de proximidade tanto de uma negritude mais ou menos “pura” (racial biológica e cultural), quanto de um estereótipo branco mais ou menos identificado com os lusos. Para gaúchos, paulistas e pernambucanos a importância da herança colonizadora portuguesa se sobrepôs à necessidade de afirmação da ascendência negra africana de seus respectivos “povos”.

Mesmo que paulistas, sul-rio-grandenses e pernambucanos reconstituíssem as formações raciais de suas respectivas localidades, as construções de interpretações regionalizadas da história e sociedade brasileiras não se dariam livres de disputas. Para verificar o quanto, nas décadas de 30 e 40, as “farpas” lançadas entre a intelectualidade foram enunciadas e apreendidas em situações diversas, bastando analisar a seguinte afirmação de Freyre sobre a reconstrução de um passado para o Rio Grande do Sul que contemplasse as tradições específicas do estado:

Que Porto Alegre continue Porto Alegre em vez de se banalizar (...) numa nova São Paulo atual de um passado já denso, os valores açorianos, portugueses, luso-ameríndios e até luso-africanos que integram esta cidade do que a cultura brasileira tem de Norte a Sul, de mais larga e caracteristicamente seu como cultura de base tradicional, comum ao Brasil inteiro. Mas, que se sinta também o que há de particular a esta área urbana e à região brasileira que ela domina o que a enriquece de influências diversas. Que se sintam aqui, como em nenhuma outra cidade grande do Brasil, o gaúcho, no pitoresco como no essencial de sua cultura, inclusive de sua

culinária; o missioneiro; a influência chamada indistintamente castelhana; a influência dessas duas culturas pós-lusitanas a que o Rio Grande do Sul e o Brasil já devem tanto: a influência alemã e a influência italiana.⁵⁷⁷

A menção à “nova São Paulo atual” talvez tenha sido despreziosa, apenas uma comparação com outra região de importância inquestionável naquele contexto. Porém, num período anterior a 1940, quando os modernismos brasileiros se encontravam em fase de constituição, torna-se pertinente considerar a coexistência entre o *Manifesto Regionalista de 1926* e o grupo antropofágico de São Paulo. Este último, inclusive, participante dos Congressos Afro-Brasileiros de Recife e Salvador e bem relacionado com Arthur Ramos, nosso primeiro autor estudado.

Enquanto, na capital paulista, ocorria a cosmopolita Semana de Arte Moderna de 1922, Gilberto Freyre reivindicava, no Nordeste, o retorno ao passado e às tradições agrárias brasileiras.⁵⁷⁸ Os pressupostos defendidos pelo intelectual pernambucano eram muito semelhantes aos elementos históricos, sociais e culturais caros ao grupo Verde-Amarelo. Em concorrência com as pretensões urbanas dos artistas e literatos mais identificados com o advento da industrialização e suas conseqüências para a composição de uma sociedade paulistana livre de regionalismos particularistas, os verde-amarelos agarravam-se ao passado colonial das plantações de café e das empreitadas bandeirantes. Aparentemente, as lembranças de Freyre, referentes ao advento capitalista de São Paulo, perduraram até o III Congresso de História e Geografia do IHGRS. O chamado à intelectualidade sulina, para que não abandonasse suas tradições folclóricas, é revelado na visibilidade dispensada ao gaúcho enquanto tipo social do Rio Grande, bem como no “pitoresco” como algo essencial à cultura.

Ao mesmo tempo, Gilberto Freyre pontuou em suas considerações alguns dos personagens caros à elite intelectual sul-rio-grandense, como o castelhano e os imigrantes italianos e alemães, símbolos do desenvolvimento histórico e social do estado, ainda que em variados graus de aceitação por parte dos autores gaúchos. Como salientamos anteriormente, a imigração branca italiana fora objeto de preocupação dos modernistas paulistas, tanto do lado antropofágico, quanto do Verde-Amarelo. Nesse sentido, é possível considerar a problemática das relações raciais como elemento comum existente entre diversas abordagens da chamada “realidade brasileira”, cujos ingredientes foram definidos com base em múltiplos aspectos da vida social e cultural, definidos como nacionais.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 9-10.

⁵⁷⁸ OLIVEN, Ruben. *Nación y modernidad: La reinención de La identidad gaúcha en el Brasil*. Buenos Aires: EUDEBA, 1999. p. 36.

No caso de São Paulo, Antônio Celso Ferreira discute algumas teses recentes de autores que questionaram a idéia de subversão do modernismo de 22 em relação a velhas interpretações do mito das três raças. Para Ferreira, mais do que uma tendência de ruptura com formas estéticas conhecidas e de destruição de conteúdos épico-nacionalistas, as obras literárias modernistas “envolvem uma ‘redescoberta’ do Brasil, pelas quais se atualiza, conforme um olhar paulista, a reflexão histórica e sociológica nacional, mantendo-se acesas, dessa maneira, as funções referenciais da elaboração literária”.⁵⁷⁹ Nesse sentido, no processo de reinvenção da questão de quem, afinal, seriam os brasileiros, os modernismos paulistas (Verde-Amarelo e antropofágico) reificaram perspectivas racializadas de compreensão da formação regional e nacional.⁵⁸⁰ As “tinturas raciais”, conforme definição de Ferreira, perpassaram os trabalhos de Cassiano Ricardo, Menotti Del Pichia⁵⁸¹, Guilherme de Almeida e Oswald e Mário de Andrade, demonstrando o quanto a definição da composição racial do “povo” brasileiro era ainda válida como chave interpretativa, mesmo passível de mediações culturalistas.

Evidentemente, as semelhanças entre verde-amarelos e antropofágicos não apagam as diferenças existentes entre os representantes desses grupos. Politicamente, Mário e Oswald se posicionaram de forma claramente mais progressista em comparação a Ellis Junior, o que, no primeiro caso, se refletiu em enunciados mais voltados para uma urbanidade virtualmente diversa, do que para a exaltação de valores das elites políticas e econômicas ligadas ao universo latifundiário de São Paulo. As interpretações calcadas na Antropologia Física e no darwinismo social, proferidas por Ellis, jamais seriam aceitas pela vanguarda modernista de 1922, dadas as orientações teóricas explicitamente racistas norteadoras da historiografia praticada pelo autor mencionado. Dessa forma, é fundamental destacar que, no contexto do III Congresso de História e Geografia do IHGRS, a hegemonia sobre as letras paulistas já não

⁵⁷⁹ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 305.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 309.

⁵⁸¹ Note-se como a definição de Del Picchia do tipo paulista é semelhante às definições de Souza Docca do gaúcho dos pampas: “ser poligenético, múltiplo, forte, vivo, culto, inteligente, audaz, fruto de muitas raças em combate, resultante de muitos sangues e adaptado, pela força das leis mesológicas, no meio em que surge, temperado pelo clima, plasmado pela força da fatalidade histórica; traz no seu organismo uma civilização multissecular, uma cultura requintada. (Apud Fabris, p.6).” Citado em: FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 309.

pertencia a Ellis Junior e seus pares do IHGSP, ainda que o catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira da USP ocupasse posições de destaque numa das principais instituições de ensino superior do país. No Rio Grande do Sul, na ausência de alternativas à tradicional produção escrita do Instituto Histórico sulino, o retorno às efemérides da Revolução Farroupilha, à formação primordial das estâncias e às heróicas batalhas militares continuou ditando as regras das elaborações teóricas relativas ao *gaúcho* enquanto tipo social representante do estado.

Com o debate em torno das premissas de Gilberto Freyre e dos modernistas paulistas, apenas gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que diversos tipos de discursos racializados, mais ou menos próximos ao racismo científico, atravessaram a produção escrita de inúmeros intelectuais brasileiros. Esses mesmos discursos fizeram parte de arenas de disputas por legitimidade e prestígio político e intelectual, num período em que refletir e apresentar soluções para os problemas brasileiros se constituiu em pauta obrigatória para aqueles que pretendessem ascender na cena letrada nacional.

No III Congresso de História e Geografia do IHGRS, Souza Docca, Ellis Junior e Gilberto Freyre representaram três perspectivas de análise inter-relacionadas, buscando dar conta dessa faceta extremamente importante para o desenvolvimento da historiografia e das ciências sociais brasileiras. Com base nos conhecimentos teóricos já existentes em suas bagagens institucionais e de formação acadêmica, os três autores preocuparam-se em dialogar com questões candentes em seu presente, privilegiando suas próprias regiões como as mais adequadas para conduzir o Brasil ao progresso. Para os intelectuais do Rio Grande, tão apartados que estavam das discussões acerca das relações raciais, *Continente e Ilha* tornou-se a grande chance de demonstrar sua inserção enquanto brasileiros diferentes (e um tanto superiores) no corpo de uma nação que já não poderia ser entendida como estranha e alheia à constituição histórica, sociológica e antropológica do Rio Grande.

TABELA 3 – TRAJETÓRIAS DE ALFREDO ELLIS JUNIOR, SOUZA DOCCA E GILBERTO FREYRE

AUTOR	NASCIMENTO	FORMAÇÃO	CARREIRA PROFISSIONAL	INSTITUIÇÕES QUE FAZIA PARTE	POSIÇÃO EM INSTITUIÇÃO	CARREIRA POLÍTICA	PARTIDO
Alfredo Ellis Junior	São Carlos - SP (1896-?)	Direito, Faculdade de Direito de São Paulo (1913 a 1917)	(1925) fez parte do Grupo Verde-Amarelo (modernista); (anos 20) promotor público em Limeira e São Carlos, SP; (1923) colaborador no Jornal <i>Correio Paulistano</i> (anos 20) colaborador da edição paulista do <i>Jornal do Comércio</i> . (anos 30) prof. ginásios São Bento, Ipiranga, Pan Americano e Paulistano; (anos 30) colaborador da revista <i>Comentário</i> ; (anos 30) colaborador da revista <i>Novíssima</i> ; (1934) prestou concurso para a Universidade de São Paulo; (1939-1941) dirigiu a Faculdade de Fil., Ciências e Letras USP	(1927) IHGSP; (anos 20) Academia Pauista de Letras; (1934) Faculdade de Fil. Ciências e Letras - USP; (1939) Faculdade de Fil. Ciências e Letras - USP; (anos 30) IHGB; (anos 30) Instituto de Estudos Genealógicos;	sócio efetivo; imortal; catedrático de História da Civilização Brasileira diretor; sócio efetivo; membro;	(1925-1930) deputado estadual; (1931) Funda a Liga de Defesa Paulista, junto com Carlos Pinto Alves, Tácito de Almeida e outros; (1932) luta em armas na Revolução Constitucionalista; (1934) novamente eleito deputado estadual;	PRP
Emílio Fernandes de Souza Docca	São Borja - RS (1884-1945)	(1899) Exército; escritor auto-didata; formação humanística não institucionalizada; cursos de caráter institucional estritamente relacionados ao Exército;	(1899-1945) permanece no Exército (década de 1910) escrevia poesias para <i>A Grinalda</i> (São Borja); (década de 1910) colaborador de <i>A Nação</i> (Uruguaiana) (1912) - escreve <i>A batalha de Tuiuti</i> (anos 20) Serviço de Intendência do Exército de Campo Grande, MS. (1930-31) - chefe do Serviço de Intendência no Recife (1933) - chefe de Gabinete da Diretoria de Intendência/RJ; (1935) - diretor do Serviço de Fundos do Exército/ RJ; (1941) diretor geral do Serviço de Intendência, já como general;	(1940) Biblioteca Militar do Rio de Janeiro. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; (1922) Instituto Histórico e Geográfico do RS; (1927-1937) Revista do IHGRS; Academia de Letras do Rio Grande do Sul; Centro de Estudos Históricos do RS; Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco; Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Instituto Heráldico Genealógico; Instituto Genealógico Brasileiro; Instituto Duque de Caxias; Instituto de Geografia e História Militar do RJ; Sociedade Brasileira de Filosofia Sociedade Capistrano de Abreu Sociedade Brasileira de Geografia do RJ; Federação da Academia de Letras do BR; Associação dos Homens de Letras Junta Nacional de História de Montevidéu; American Geographical Society;	membro da Comissão Diretora; sócio efetivo; sócio fundador; Com. permanente de estatutos; membro da Comissão de redação da Revista; sócio efetivo; sócio correspondente; sócio correspondente; sócio correspondente; sócio correspondente; sócio correspondente; sócio honorário; sócio correspondente; sócio efetivo; sócio efetivo; sócio efetivo; sócio efetivo; sócio efetivo; sócio efetivo; sócio fundador; sócio correspondente; sócio correspondente;	(1930) preso por considerar ilegal a Revolução de 30 (1937) apóia o golpe que inaugurou o Estado Novo;	apartidário;
Gilberto Freyre	Recife - PE (1900-1987)	(1918) Universidade de Bylon; Bacharel em Artes Liberais e obtém título de especialização em Ciências Políticas e Sociais; (1920) Universidade de Columbia; obtém títulos de mestr-	(1918)- colaborador do <i>Diário de Pernambuco</i> ; (1920) sócio correspondente Academia Pernambucana de Letras (1924) - funda o <i>Centro regionalista do Nordeste</i> (1928) - passa a dirigir o jornal <i>A Província</i> ; (1928) - nomeado professor de Sociologia Escola Normal do Estado de PE, (1931) - professor extraordinário na Universidade de Stanford; (1935) - professor de Sociologia da Faculdade de Direito de Recife	(1920) Academia Pernambucana de Letras; (1931) Universidade de Stanford; (1935) Faculdade de Direito de Recife; (1935) Universidade do Distrito Federal; (1935) Universidade do Distrito Federal; (1938) Academia Portuguesa de História; (1938) Universidade de Columbia;	sócio correspondente; professor extraordinário; professor de Sociologia; catedrático de Antropologia Social e Cultural; Diretor do Departamento de Ciências Sociais; membro, nomeado pelo presidente Oliveira Salazar; lente extraordinário;	(1927) - oficial de gabinete do governador de PE, Estácio Coimbra, casado com uma prima do pai de Gilberto; (1945-1950) - deputado federal (UDN-PE)	UDN

	do e doutorado em Ciências Jurídicas, Políticas e Liberais;	(1936-1939) dirige coleção <i>Documentos Brasileiros</i> , José Olympio Ed. (1935-1936) - ocupa a cadeira de antropologia Social e Cultural UDF; (1937) - inicia colaboração no <i>Correio da Manhã</i> ; (1938) - dirige na Universidade de Columbia seminário sobre Sociologia e História da Escravidão; (1939) - professor extraordinário da Universidade de Michigan; (1941) - colaborador do <i>Correio da Manhã</i> (1941) - colaborador do jornal <i>A manhã</i> (1941) - colaborador de <i>La nación</i> , Buenos Aires; (Estado Novo) - colaborador da revista <i>Cultura Política</i> (1949) - cria o Instituto Joaquim Nabuco, no Recife;	(1939) Universidade de Michigan (1945) Instituto Joaquim Nabuco; (anos 30) SPHAN	professor extraordinário; fundador, durante mandato como deputado federal; diretor da Seção de Pernambuco;	
--	---	---	--	--	--

TABELA 4 – CARTOGRAFIA DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO IHGRS (1940)

SEÇÃO	PRESIDENTE SEÇÃO	TEMAS	TRABALHOS	CLASSIFICAÇÃO	AUTORES	INSTITUIÇÃO	RELATORES	TOTAL TEMAS	TOTAL SEÇÃO
I - não restrita ao RS	prof. Ângelo Guido	1. Paleontologia	Carnívoros e desdentados fósseis no Brasil; Répteis Fósseis no Brasil	monografia monografia	Carlos de Paula Couto Carlos de Paula Couto	X	prof. Jacy Tupy Caldas prof. Jacy Tupy Caldas	2	
		2. Arqueologia	Material lítico, cerâmica e inscrições rupestres na Lapa Vermelha (MG); Arqueologia na região em que foi edificada a Capital de Minas Gerais; El problema de la distribución geográfica de las especies resuelto por la teoría de las translaciones continentales Los sambaquis y otros ensayos de Arqueología brasileña	monografia monografia monografia memória	Anibal Matos Anibal Matos Daniel Hamerley Dupuy Antônio Serrano	IHGMG Museu de Entrerios Museu de Entrerios	prof. Ângelo Guido prof. Jacy Tupy Caldas Carlos de Paula Couto Carlos de Paula Couto	4	
		3. Etnografia	O negro no Bandeirismo Como Saint-Hilaire viu o negro no Rio Grande do Sul Gente Sul-riograndense A família Brasileira e suas origens Mestiçagem euro-americana no planalto paulista	monografia comunicação memória tese x	Alfredo Ellis Júnior Dante de Laytano cel. Emílio de Souza Docca Ademar Vidal José Ferreira M. Bonilha	USP Arquivo Hist. RS; IHGRS Bibliot. Militar; IHGRS X USP	prof. Walter Spalding prof. Walter Spalding prof. Jacy Tupy Caldas prof. Ângelo Guido prof. Walter Spalding	5	
		4. Antropologia	Houve superioridade racial dos primeiros colonizadores? O problema de uma raça A questão da superioridade racial e sua aplicação aos colonizadores do BR	monografia tese tese	Daisy Brescia Geraldo Brandão Lindo Faya	USP USP USP	dr. Olinto Sanmartin dr. Manoel Duarte Carlos de Paula Couto	3	
II - restrita ao Rio Grande do Sul	prof. Jacy Tupy Caldas	1. Povoamento	Estudo do Povoamento do Rio Grande do Sul e divisas Os sete povos das Missões e o Tratado de Madri Adaptação ao novo meio dos primeiros colonizadores do Brasil	monografia monografia tese	prof. Maria Mendes Pereira Renato Mendonça José Francisco de Camargo	Arquivo Público do RS Biblioteca Militar X	cel. Haslocher Mazon Dante de Laytano Luiz Carlos de Moraes	3	
		2. Entradas	Laguna e Rio Grande Os últimos fronteiros paulistas nas terras do sul Algumas notícias dos açorianos	tese tese comunicação	Oswaldo Cabral Omar Simões Magro Laura Cepolaro	X X Arquivo Público do RS	dr. Darcy Azambuja Otelo Rosa prof. Walter Spalding	3	
		3. Sesmeiros	O Regime feudal e as capitânicas hereditárias Estância Monografias das Fazendas "Aurora" e "Anhumas"	monografia monografia monografia	Raul de Andrade e Silva cel. Manoel Duarte Maria Stela de Abreu Bergo	USP IHGRS USP	dr. Jorge Felizardo cel. Faria Corrêa dr. Manoel Duarte	3	
		4. Genealogia e Heráldica	Família Pinto Bandeira Genealogia gaúcha Possidonio Mancio da Cunha Junior Barão de Gravataí Antonio de Sousa Sardinha Bento José Martins Um caso de xipografia Daniel Ortega Ricaurte	monografia monografia monografia monografia monografia tese tese	Mario Teixeira de Carvalho Bueno de Azevedo Filho Eugenio Eggas Jorge Felizardo Jorge Felizardo Jorge Felizardo Jorge Felizardo Pedro Teixeira	IHGRS IHGRS IHGB Instituto Genealógico BR sócio correspond. IHGRS	dr. Bueno de A. Filho cel. Haslocher Mazon dr. Olinto Sanmartin dr. Mario T. de Carvalho dr. Mario T. de Carvalho dr. Mario T. de Carvalho dr. Mario T. de Carvalho dr. Manoel Duarte	8	

		x	Casais, soldados e degredados na colonização da Amazônia; Conquista do Acre	x monografia	Arthur Cezar Ferreira Reis Arthur Cezar Ferreira Reis	IHG de Belém do Pará	cel. Aurélio Porto cel. Aurélio Porto	2	
									19
III - restrita ao Rio Grande do Sul	Afonso Guerreiro Lima	1. Geologia 2. Geografia 3. Fauna e flora 4. Clima							
IV - restrita ao Rio Grande do Sul	cel. Aurélio Porto	1. Agricultura	O ciclo do pau-brasil A influência madeirense e início do ciclo do açúcar na capitania de São Vic. Formação Econômica do Amazonas Libertação dos Escravos O colono italiano e a libertação do negro	tese monografia monografia tese tese	Maria Amélia C. Aranha Enzo da Silveira Moacyr Paixão Eugenio Egas Luiz Amaral	USP IGHBA; IHGSP IHGAM IHGB revista "Economia"	prof. Jorge Bahlis dr. João Maia prof. Jorge Bahlis dr. Adroaldo da Costa dr. Jorge Felizardo	5	
		2. Indústria		x	x	x	x	x	
		3. Comércio		x	x	x	x	x	
									5
V - dedicada ao RS	Armando D. de Azevedo	1. Ciências 2. Letras 3. Artes 4. Religião 5. Ensino							
VI - dedicada a Porto Alegre	De Paranhos Antunes	1. História de POA; 2. Sua origem setecentista 3. Evolução 4. Fatos notáveis 5. Povoamento 6. Importância social, econômica e política 7. Administração 8. Urbanismo							
VII - assuntos não previstos nas seções anteriores	Manoel Duarte	Não há temas específicos.							

5 CONCLUSÃO

Em janeiro de 1937, um expressivo grupo de intelectuais brasileiros e estrangeiros, especialistas e simpatizantes dos estudos africanos e de relações raciais, reuniu-se no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. No programa de trabalho desenvolvido na ocasião, foram contempladas problemáticas referentes à presença negra no Brasil, incluindo música, cultura, religião, história, folclore, direito, psicologia social, entre outros. Contando com apresentação de comunicações, leitura de teses, atividades culturais afro-religiosas e homenagens a personalidades ilustres, o evento baiano representou o estado da arte da produção nacional sobre temas correlatos aos eixos de discussão propostos pela Comissão Executiva. Aos congressistas, foram oferecidas perspectivas teóricas e interpretativas das relações raciais, provenientes de diversos lugares de enunciação, incluindo Brasil, Estados Unidos e países da América Latina.

Quanto aos participantes do II Congresso Afro-Brasileiro, destacamos dois cientistas sociais estadunidenses, cuja atuação foi fundamental para conformação do campo de pesquisas em relações raciais e cultura africana. O primeiro deles, Melville Herskovits, trouxe às ciências sociais brasileiras teorias e métodos da Antropologia Cultural, utilizados nos estudos de *sobrevivências* culturais africanas no Novo Mundo. Através do método etnográfico, combinado com o conceito de cultura, as diferenças humanas puderam ser compreendidas em suas manifestações construídas em sociedade. Nesse sentido, o culturalismo tornou-se fundamental para a superação da noção biológica de raça, embora esta última ainda possuísse legitimidade enquanto categoria analítica no contexto das humanidades brasileiras. Entre nossos intelectuais, o antropólogo difundiu a noção de *africanismos*, método capaz de explicar as heranças africanas no Brasil, quando observados os elementos de cultura materiais e imateriais de determinados grupos sociais.

Junto a Herskovits, o sociólogo da Escola de Chicago, Donald Pierson, aderiu ao evento baiano, apresentando duas comunicações referentes às pesquisas de campo realizadas em comunidades negras de Salvador. Preocupado em desvelar o que havia acontecido com os negros que migraram forçadamente da África para a América do Sul, Pierson se propôs a estudar as trajetórias dos homens de cor da Bahia. Para tanto, utilizou uma combinação de categorias como classe, cor e *status*, de modo a perceber como se deram as relações sociais racializadas no Brasil. Por meio da comparação entre o sistema racial daqui e o estadunidense, o autor concluiu que os brasileiros não sofreriam discriminação racial (explicitamente

manifestada política e socialmente), sendo o preconceito de cor considerado o termo mais adequado para definir as situações pontuais de desigualdade racial observadas em Salvador. Proclamando a “raça” como um construto político e social, Pierson foi um dos primeiros cientistas sociais a constituir no Brasil uma sociologia das relações raciais, contribuindo, igualmente, para a superação do conceito biológico de raça.

Com base nas reflexões sobre a participação estrangeira no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, percebemos a dimensão transnacional da composição de quadros teórico-metodológicos manipulados para entender as relações raciais brasileiras. Nesse sentido, destacamos a importância da circulação de idéias e perspectivas de análise entre intelectuais brasileiros e pesquisadores estrangeiros para entender como foram construídas teses variadas referentes a concepções essencialmente negras da Bahia. Concluímos que os aspectos constituintes dessas concepções perpassaram a democracia racial, a miscigenação e a preservação de elementos culturais africanos, sendo esses os temas abordados pelos cientistas sociais em questão. Como exemplo, podemos citar as comparações realizadas por Herskovits e reproduzidas por Arthur Ramos e Edison Carneiro entre Salvador, Haiti e Suriname, cujos paralelos sociais e culturais observados ajudaram a construir a imagem afro-religiosa e africana da capital baiana. Por outro lado, a apreensão das teses freyreanas referentes à harmonia das relações de raça brasileiras, somadas à ausência da segregação oficial no Brasil, levaram Donald Pierson a concluir que, aqui, não existiria discriminação racial.

Do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, mencionamos ainda a adesão de intelectuais brasileiros de diversas regiões do país, apresentadores de teses e comunicações que coexistiram, legitimamente, com interpretações mais “modernas” enunciadas por cientistas sociais estrangeiros e intelectuais brasileiros engajados na renovação da agenda de pesquisa das Ciências Sociais. Autores de destaque foram considerados em nossa discussão, tais como Jorge Amado, Mário de Andrade, Arthur Ramos e os membros da Comissão Executiva, Edison Carneiro e Aydano do Couto Ferraz.

Porém, ao procedermos à análise dos textos apresentados ao evento, ao lado de Arthur Ramos, preferimos deslocar nossa atenção para um intelectual de projeção regional com aspirações de ascensão nacional, o sul-rio-grandense, Dante de Laytano. Como parte de suas estratégias de atuação na busca de espaços de enunciação mais amplos para a historiografia sulina, Laytano levou a Salvador um texto sobre a participação do negro na construção do espírito guerreiro atribuído aos homens responsáveis pela formação histórico-social do Rio Grande do Sul. Conservando em seu trabalho as marcas da produção escrita característica do

IHGRS, o autor procurou tomar parte dos debates em voga na agenda de pesquisa das ciências sociais, atentando para novos conceitos e métodos.

Por meio do estabelecimento de redes de relações sociais com personalidades de renome - dentre eles, Arthur Ramos - Dante buscou, em âmbito nacional, o reconhecimento positivo das características definidas, pela elite intelectual sulina, como sendo particulares ao Rio Grande do Sul. Nesse caso, as investigações folclóricas aplicadas à pesquisa histórica converteram-se na porta de entrada para a incursão do autor nas discussões tocantes às relações raciais e aos estudos africanos. Assim, a ênfase depositada sobre a participação do negro, na formação do Rio Grande, garantiria a inclusão de um estado “isolacionista” no quadro identitário e historiográfico brasileiro. Por outro lado, privilegiando o contraste existente entre as obras de Ramos e Laytano, demonstramos que, apesar das divergências teórico-metodológicas características de seus escritos, ambos fizeram parte de um mesmo campo de debates multifacetado e complexo em sua constituição disciplinar e temática.

Para perceber os lugares sociais destinados a africanos e afro-descendentes nas teses dos autores citados, no primeiro capítulo, buscamos compreender os caminhos percorridos por teorias manipuladas por esses e outros intelectuais na construção de explicações históricas, sociais e culturais calcadas na presença negra no Brasil. Através da metodologia utilizada ao longo da dissertação, cujos princípios teóricos relacionaram-se à ação dos intelectuais enquanto sujeitos, afirmamos que a recepção ou rejeição de categorias analíticas estiveram imbricadas em disputas de poder e alianças situacionais, travadas entre especialistas interessados em reivindicar, para si, o prestígio e a legitimidade necessários à consagração de suas próprias carreiras.

Dessa forma, durante os trâmites preparatórios do II Congresso Afro-Brasileiro, percebemos o quanto Arthur Ramos esteve presente na elaboração dos conteúdos trabalhados em Salvador, levando, ao evento, as perspectivas africanistas de Herskovits, bem como a exaltação ao suposto pioneirismo em estudos africanos da Escola Nina Rodrigues. Num período marcado pela institucionalização das ciências sociais, o professor de Psicologia Social da UDF, cada vez mais voltado para os estudos antropológicos, adquiriu autoridade suficiente para apresentar, aos organizadores do Congresso baiano, certas “exigências” a serem cumpridas, referentes ao eixo de pesquisa recomendado aos confrades: devia-se privilegiar o “elemento negro” em suas várias dimensões. A mestiçagem cultural e biológica entre brancos e negros ficaria relegada a um segundo plano e não figuraria entre as questões mais debatidas entre os congressistas.

Ao longo de sua trajetória profissional como psiquiatra, professor universitário e editor da *Civilização Brasileira*, Arthur Ramos esteve em constante concorrência com Gilberto Freyre. Sobre esse aspecto, enfatizamos o quanto as acaloradas discussões empreendidas pelos autores contribuíram para a construção do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro, tendo em vista a ênfase dispensada às sobrevivências culturais africanas. Para questionar a hegemonia de Gilberto, a estratégia adotada por Arthur e seus pares colaboradores foi a invenção de uma herança intelectual atribuída a Raymundo Nina Rodrigues. Somado a esse fator, seria reconvertido em prestígio intelectual, para Ramos, o estabelecimento de diálogos epistolares com antropólogos e sociólogos estrangeiros, cujas pesquisas eram consagradas internacionalmente.

Nesse sentido, fazendo frente ao I Congresso Afro-Brasileiro de Recife organizado por Freyre, Edison Carneiro, próximo a Ramos por motivos profissionais, anunciou a ampla participação de confrades brasileiros e especialistas de fora do país no conclave soteropolitano. As presenças de Herskovits, Pierson e Laytano não representaram, simplesmente, possibilidades teóricas e disciplinares atreladas a instituições determinadas. Antes disso, todos os envolvidos nos estudos africanos corroboravam e criticavam, mutuamente, os trabalhos uns dos outros, por motivos pessoais ou coletivos que envolviam suas metas de pesquisa, ascensão profissional e redes recíprocas de reconhecimento.

Nos anos 30, Herskovits perdera espaço na cena científica estadunidense, devido à conjuntura do período entre-guerras, quando fora privilegiada a discussão do programa anti-racista ocidental, do qual o antropólogo não tomou parte. Para ele, a abertura proporcionada por Arthur Ramos, no tocante à realização de pesquisas no Brasil, serviria para pleitear novos lugares de produção e prosseguir a montagem de seu quadro transnacional de africanismos. Por sua vez, Ramos necessitava de reconhecimento internacional, devido à situação conformada no contexto das disputas constituídas entre ele e Gilberto Freyre. Este último, aliás, já possuindo considerável prestígio nos Estados Unidos, o qual, em parte, pode ser relacionado aos estudos realizados junto a Franz Boas e Herskovits. Em contrapartida, Edison Carneiro, cuja filiação à Escola Nina Rodrigues fora, por vezes, renegada publicamente, necessitava do apoio de Ramos para alavancar sua carreira de pesquisador. Seus primeiros livros sobre os cultos afro-baianos, por exemplo, saíram pela *Civilização Brasileira*, editora dirigida por Arthur. Donald Pierson não deixaria de prestar solidariedade ao II Congresso Afro-Brasileiro, já que, dos colegas baianos, dependiam os contatos constituídos junto às comunidades negras, fundamentais para a elaboração da tese de doutorado defendida por

Pierson na Universidade de Chicago. Para Dante de Laytano, a participação num evento nacional resultaria na inserção da historiografia sulina num debate mais amplo, bem como no acúmulo de prestígio frente aos pares concorrentes e apoiadores rio-grandenses. Já que, no Rio Grande do Sul, o “patrulhamento historiográfico” dirigido às teses separatistas sobre a formação do estado, certamente, necessitava da legitimidade “científica”, conquistada, aos poucos, pelas Ciências Sociais.

As comunicações apresentadas por Arthur Ramos e Dante de Laytano ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador expressaram duas possibilidades de interpretação das relações raciais brasileiras, traduzidas numa historiografia mais conservadora, bem como em pesquisas mais “modernas” em ciências sociais. Por sua vez, os conceitos de raça e seus correlatos, operados pelos autores, explicitaram as condições de produção escrita existentes no cenário intelectual nacional. Apesar da inegável importância das dimensões institucionais e disciplinares para o estudo teórico-metodológico dos textos elaborados, com vistas ao evento baiano, para nós, as perspectivas analíticas de Ramos e Laytano tornaram-se inteligíveis, quando percebida a inserção dos autores nas redes sociais anteriormente comentadas. Se compreendidas em suas múltiplas dimensões – políticas, intelectuais, institucionais, e profissionais -, tais redes oferecem informações mais completas sobre a adoção de determinados conceitos em detrimento de outros.

No caso de Arthur Ramos, a formação em psiquiatria na Faculdade de Medicina da Bahia, certamente imprimiu particularidades em sua obra. A proximidade com a psicanálise e a reivindicação da Psicologia Social, considerada teoricamente complementar à Antropologia Cultural, levou para *Culturas Negras: Problemas de Aculturação no Brasil*, tanto os princípios evolucionistas de Lucién Lévy-Bruhl, quanto a subdivisão do continente africano em áreas e subáreas de cultura, tais quais aquelas propostas por Melville Herskovits. A contraditória combinação entre Antropologia Cultural e teorias evolucionistas se fez necessária no momento em que Ramos disputava com Freyre a supremacia nos estudos africanos e de relações raciais.

No contexto político-social de elaboração e implantação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, a elite intelectual tentou fornecer soluções para problemas colocados em seu próprio tempo, quando a reorganização do Estado e a definição científica dos contornos culturais, políticos e institucionais brasileiros eram urgentes. Para estabelecer os perfis dos sujeitos componentes do corpo da nação, a constituição racial do “povo” adquiriu grande importância em âmbito intelectual e político, inclusive nas primeiras

universidades do país. A partir da UDF, onde Gilberto Freyre exercia a docência em Antropologia Social e Cultural, Arthur Ramos, como titular de Psicologia Social, iniciou seus contatos com Herskovits. Em período anterior, ainda chefe da Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, Ramos havia demonstrado interesse na Antropologia Cultural. Porém, esses mesmos interesses foram consolidados somente quando o autor passou a fazer parte de um seleto grupo de intelectuais dedicados a desvelar a composição racial e cultural do Brasil.

No entrecruzamento de suas atividades como psiquiatra e pesquisador alinhado com as ciências sociais, bem como nas tensões relativas à evidente projeção nacional e internacional de Freyre, em Arthur Ramos, a Antropologia Cultural acabou sendo instrumentalizada de forma bastante peculiar. Os negros foram considerados importantes para a formação da cultura baiana, porém ainda portadores de sinais psicossociais primitivos em suas manifestações religiosas, designadas com base nas classificações étnicas de Herskovits. Nessa conjuntura, a Escola Nina Rodrigues, aclamada no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, serviu de base legitimadora de interpretações mais próximas a um culturalismo apreendido em contextos específicos de produção.

Por sua vez, Dante de Laytano se inseriu nesse debate atentando para seus próprios interesses. O autor participou do II Congresso Afro-Brasileiro escrevendo sobre uma região historicamente representada como branca e, portanto, pouco influenciada pelo “elemento negro”. Conhecendo os novos conceitos e métodos culturalistas, aprendidos através de contatos epistolares estabelecidos com autores de renome, Dante citou os nomes de Arthur Ramos, Edison Carneiro e Gilberto Freyre em *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*. Ao mesmo tempo, o autor não abandonou os pressupostos analíticos próximos à Antropologia Física, aprendidos ao longo de sua carreira profissional como folclorista e escritor polígrafo filiado ao IHGRS, cuja historiografia regionalizada conservou premissas que alimentaram a construção de uma história mais branca para o Brasil meridional. Ainda assim, como precursor dos estudos sobre os afro-descendentes no Rio Grande do Sul, Laytano desempenhou importante papel, visto que, nos anos 30, foram poucas as tentativas de se estudar a presença negra na região sul, sob perspectivas que questionassem minimamente a noção biológica de raça.

Baseando-se em teorias conceitual e metodologicamente opostas, Dante de Laytano incluiu os negros na história do Rio Grande do Sul, partindo de uma historiografia já consagrada e calcada em temas recorrentes no Instituto Histórico Sul-Rio-Grandense, onde as

batalhas militares, a história das elites políticas e a Revolução Farroupilha perfaziam as principais problemáticas abordadas. Conforme comentamos ao longo da dissertação, tais problemáticas fizeram parte de um segundo contexto de disputas, no qual o viés separatista da Revolução passou a ser questionado, dando espaço para a incorporação do estado à nação. Por meio da reivindicação da colonização lusitana do Rio Grande do Sul, Dante cumpriu a missão, dispensando aos afro-descendentes um lugar social no passado, atrelado ao espírito democrático natural aos estancieiros brancos.

Nesse contexto, a inserção parcial de poucos intelectuais sulinos, nos debates nacionais das ciências sociais, contribuiu para a construção e consolidação da idéia de um Rio Grande do Sul majoritariamente embranquecido, pouco miscigenado e fundamentalmente constituído sobre bases portuguesas. Entendida como um caso excepcional, em comparação a outras regiões brasileiras, a formação do Rio Grande foi invariavelmente discutida a partir de premissas historiográficas (do ponto de vista temático e teórico) definidas pelos próprios intelectuais gaúchos, enquanto provas das profundas diferenças que, em tese, teriam marcado a constituição histórica e social do estado.⁵⁸² No conjunto de elementos previamente escolhido como objeto de análise e considerado específico à formação do Rio Grande do Sul, encontram-se a fronteira, a estância, a vida nos pampas, a imigração branca européia e a dinâmica social democrática particular a padrões e empregados. Dentro deste quadro, pouco espaço restou para a incorporação dos estudos sobre o negro, levados a cabo nacionalmente, incluindo teorias e métodos inicialmente desenvolvidos em outros campos de saber.

Considerando a grande importância dos estudos africanos e de relações raciais na agenda de pesquisa nacional, inscrevemos a realização do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do IHGRS (1940) num contexto mais amplo. Em tempos de intensas disputas entre elites que viam, em suas próprias regiões, possibilidades políticas de conduzir o Brasil ao progresso, as construções de tipos sociais regionais foram, igualmente, perpassadas por noções de raça. Sob um olhar relacional, intelectuais de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul apresentaram, aos congressistas reunidos na Faculdade de Direito de Porto

⁵⁸² Para pensar a excepcionalidade, nos inspiramos nas considerações de Barbara Weinstein sobre a tendência da historiografia norte-americana em representar a história dos Estados Unidos com base em atributos definidos como nacionais. Segundo a autora, muitos pesquisadores estadunidenses pensam a formação daquele país a partir de um conceito de história “‘auto-suficiente’, definido pelas fronteiras nacionais e pelas linhas da narrativa histórica nacional”. Sob essa perspectiva, Barbara afirma que os estudos de relações raciais são uma exceção à regra, pois as comparações entre Brasil e Estados Unidos permitem romper com paradigmas que encaravam a segregação racial oficial como algo inevitável e essencial à constituição de identidades raciais. WEINSTEIN, Barbara. Entrevista concedida a Regina Xavier. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008. p. 394.

Alegre, a formação racial das populações de seus estados no interior de interpretações consagradas em seus respectivos espaços de enunciação.

Emílio Fernandes de Souza Docca e Alfredo Ellis Junior reivindicaram, para o Rio Grande e para São Paulo, a primazia da brasilidade existente desde tempos remotos naqueles estados, afirmada no caráter brasílico da Revolução Farroupilha e na “epopéia bandeirante”, rumo ao desbravamento e alargamento das fronteiras internas da nação. Os protagonistas das teses proferidas pelos autores – gaúchos e bandeirantes - teriam suas constituições raciais explicadas através de escopos teóricos remetentes ao darwinismo social e à Antropologia Física. Nesse sentido, a exclusão de africanos e afro-descendentes, da história sulina e paulista, seria o resultado dos dados buscados em fontes documentais tratadas de maneira positivista, aos moldes dos Institutos Históricos e Geográficos dos quais ambos faziam parte, bem como em postulados relativos às poucas condições biológicas de adaptação e sobrevivência dos negros nos ambientes climáticos e geográficos de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Docca e Ellis Junior não deixaram de responder às suas contingências de produção, travando debates com pares aliados e opositores em nível nacional e regional. Como fatores contribuintes às disputas empreendidas, as carreiras profissionais e a atuação política de ambos imprimiram, em seus escritos, características de experiências vividas durante o Estado Novo, quando a intelectualidade deveria abandonar suas “torres de marfim” e se preocupar em resolver os problemas da nação. A atuação dos Institutos Históricos e Geográficos, na elaboração de uma história oficial imbuída de valores cívicos, foi alçada à condição de colaboradora do projeto de nação encabeçado por Vargas sem, no entanto, abandonar tradições de pesquisa anteriormente existentes. Assim, a historiografia praticada nos Institutos Históricos e Geográficos, os evolucionismos e a Antropologia Física coexistiram com um incipiente culturalismo em processo de apreensão no Brasil.

Nos textos apresentados ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, em vez de referências a Herskovits ou Donald Pierson, encontramos citações a Gobineau e Spencer, apesar da circulação de muitos dos intelectuais presentes no conclave em diferentes ambientes intelectuais, bem como de seu conhecimento das discussões acerca das relações raciais. No caso de Ellis Junior, por exemplo, no momento em que Pierson levava a moderna sociologia à

Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e que Emile Durkheim entrava nos programas curriculares da USP⁵⁸³, foi mantido o racismo científico.

Naquela situação, a atuação de Dante de Laytano junto à intelectualidade brasileira ganha nova inteligibilidade. Como presidente da Comissão Organizadora do certame sulino, o autor difundiu, entre os confrades, as homenagens devidas à “velha gente portuguesa” colonizadora do estado, cumprindo as recomendações de Gilberto Freyre em localizar gradientes de brasilidade na influência branca européia representante da unidade nacional. Em *Continente e Ilha*, Gilberto forneceu a saída para a incorporação do Brasil meridional ao corpo da nação, mantendo, em parte, as supostas particularidades sócio-culturais do Rio Grande do Sul reivindicadas pela elite intelectual sul-rio-grandense.

A circulação de teorias, métodos e problemáticas referentes aos estudos africanos e de relações raciais ocorreu através de uma complexa rede de relações sociais, cujos pontos de tensão e alianças circunstanciais foram constituídos pelos sujeitos envolvidos na definição das questões relevantes a serem debatidas nas ciências sociais e na historiografia. Através de conversas epistolares, eventos acadêmicos, práticas políticas e negociações por espaços de enunciação, noções de raça e cultura emprestaram significados à “brasilidade”, constantemente reinventada em conjunturas específicas. Inscrevendo Arthur Ramos, Dante de Laytano, Emílio Souza Docca e Alfredo Ellis Junior nesses contextos, percebemos o quanto a elite intelectual brasileira buscou caminhos possíveis para o progresso da nação, num período em que a atividade intelectual era entrecortada pela prática política. Com esse propósito, esses e outros autores discorreram longamente sobre a composição racial do Brasil, tendo sempre em vista os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões do país. Nos textos analisados nesta dissertação, raça, cultura, classe e etnicidade se constituíram em categorias sob as quais foram atribuídos lugares sociais a africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil.

No caso da Bahia, as manifestações afro-religiosas e a virtual presença de pessoas negras na sociedade soteropolitana possibilitaram uma maior aceitação e resignificação das discussões acerca dos *africanismos* característicos daquele lugar, aparentemente “naturais” a uma realidade cultural marcadamente negra. Nessas circunstâncias, a realização de um Congresso dedicado exclusivamente ao “problema do negro” não causou estranhamentos, dada a sua quase obviedade em abordar temas que, afinal de contas, serviriam para

⁵⁸³ PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 1989.

compreender, “melhorar” e civilizar culturas, consideradas, por muitos, primitivas e incompatíveis com a modernização. Porém, quais não foram as surpresas e indignações manifestadas, quando poucas iniciativas de intelectuais sul-rio-grandenses apontaram para o desejo de incluir o Rio Grande do Sul nos debates de relações raciais? Ainda, quais não foram as acaloradas reações de Ellis Junior ao criticar a tese de Cassiano Ricardo, cujo ponto nodal de controvérsias consistiu, justamente, na inclusão de negros nas heróicas bandeiras paulistas?

Tais questões, longe de estarem completamente resolvidas, necessitam urgentemente de pesquisas mais aprofundadas. Precisamos de estudos comparativos que operem perspectivas de análise pensadas para além de marcos regionais e desvelem os mecanismos através dos quais as interpretações sobre a formação de uma Bahia, essencialmente negra e de um Rio Grande do Sul, essencialmente branco, foram construídas. A presumida branquidade, supostamente característica do desenvolvimento social e econômico das pampas gaúchas, foi “cientificamente” atestada por uma elite intelectual, claramente conservadora que, implícita e explicitamente, considerou o estado sulino mais desenvolvido, porque mais branco. As regiões mais negras e mestiças, entretanto, estariam à espera de intervenções civilizatórias de um povo heróico, acostumado às épicas batalhas pela defesa do território nacional. No fundo, um de nossos principais objetivos com a escrita desta dissertação, foi a pesquisa de elementos para contribuir com a desconstrução dessa idéia, ainda recorrente e profundamente calcada em princípios discriminatórios.

Por fim, encerramos nossa discussão pautando alguns elementos que escaparam ao escopo deste trabalho, referentes às dimensões sociais da construção da “raça”. Consideramos que a elite intelectual não esteve isolada no processo de definição dessa categoria. Aliás, os espaços profissionais, políticos e institucionais, a partir dos quais nossos autores empreenderam suas pesquisas, foram amplamente marcados pela elaboração de políticas públicas e discursos de exaltação do “povo” brasileiro, atravessados pelas questões das raças. Ao mesmo tempo, na sociedade brasileira, inúmeras organizações negras, lideranças afro-religiosas e militantes anti-racistas disputavam o direito de se auto-declararem negros de forma positiva, com orgulho de suas origens e de sua cor.

Assim, nos congressos afro-brasileiros, por exemplo, militantes da Frente Negra de Pelotas proclamavam a “raça etíope” como portadora de virtudes e qualidades passíveis de serem incorporadas à nação brasileira e denunciavam situações de segregação racial, na prática, vivenciadas na “democrática” sociedade sul-rio-grandense. Ainda, no contexto da intensa perseguição policial aos candomblés baianos, pais, mães e filhos-de-santo lotaram as

atividades do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, colaborando com a Comissão Executiva e, estrategicamente, abrindo as portas de suas casas para a entrada dos confrades reunidos naquela ocasião. Enquanto Alfredo Ellis Junior esforçava-se para apagar os negros da história de São Paulo e afirmava seu amor e dedicação àquela região, expresso em sua participação na Revolução de 1932, durante aquele mesmo acontecimento formava-se, em São Paulo, a Legião Negra, composta pelos soldados da “raça”.⁵⁸⁴ Em apenas quatro dias de alistamento promovido pelo Exército, cerca de quinhentos “homens de cor” entraram para as fileiras Constitucionalistas.⁵⁸⁵

Portanto, teorias e métodos referentes aos estudos de relações raciais, nacionais ou estrangeiros, racistas ou menos racistas, só fizeram sentido nas letras brasileiras, porque inscritas em contextos sociais nos quais essas mesmas categorias operavam construindo hierarquias e classificando aqueles que mereciam, ou não, fazer parte da comunhão cívica patriótica. Nesse sentido, cabe a indagação dos motivos das perseguições policiais aos candomblés; da existência da discriminação racial de pessoas negras alegada por militantes fretenegrinos e das construções historiográficas racistas, enunciadas por cânones intelectuais, num contexto em que se pensava a inclusão de todas as manifestações culturais e sujeitos sociais brasileiros nas representações da nacionalidade. Tais questões apontam-nos novos caminhos de análise e abrem algumas portas para pesquisas futuras, nas quais, talvez, tenhamos a audácia de desvelar o lugar social dos negros no complexo contexto político-social do Brasil Republicano.

⁵⁸⁴ GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 67.

⁵⁸⁵ Idem, p.68.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil* v. 1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 2001.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade nacional e fragmentação no pensamento de Emílio Fernandes de Souza Docca*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.
- BACELAR, Jeferson. Donald Pierson e os Brancos e Pretos na Bahia. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, outubro de 1997. p. 129-143.
- BACELAR, Jeferson. O legado da Escola Baiana. Para uma Antropologia da reafrikanização dos costumes. In: _____. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BARCELLOS, Daisy M. Dante de Laytano e o folclore no Rio Grande do Sul. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n.7, outubro de 1997. p. 252-275.
- BARICKMAN, Bert J.; LOVE, Joseph L. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. [1984]. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, [s.d].
- BRAGA, Julio. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FRLINI, Vera Lúcia Amara. Escola Uspiana de História. *Estudos Avançados*. n. 8, v. 22, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.
- CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazier*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso (org.). *Franz Boas: Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebeca; HOLT, Thomas (orgs.). *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 32, 2003.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CORRÊA, Mariza. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final da década de 1930. *Anais da Biblioteca Nacional. Seminário Diários de Campo*. v. 1, 1999.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a 'raça' e inventando a 'nação'. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol e SÁ, Magali Romero. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do Século XIX. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero e GLICK, Thomas (orgs.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ 2003.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Arthur Ramos, Antropologia e Psicanálise no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 119, 1999.

ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda (org.). *Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

FERLINE, Vera Lúcia Amaral; CAPELATO, Maria Helena. Escola Uspiana de História. *Estudos Avançados*. v. 8, n. 22, 1994.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FIGUEIREDO, Ângela; PINHO, Osmundo de Araújo. Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas Ciências Sociais brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

GERTZ, René E. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a faculdade de Direito de Porto Alegre*. Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Uma cena campeira na avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 30. In: GRIJÓ, L. A.; KUHN, F.; GUAZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. S. (orgs.) *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 291-320.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herkovits e Arthur Ramos (1935-1949)*. Disponível em: <www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%2520e%2520democracia%2520racial.pdf>

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*. v. 47. n. 1. São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUTFREIND, Ieda. *A Construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLT, Thomas. Making race, race-making, and writing os history. In: *The American Historical Review*. v. 1. 100, n. 1, feb. 1995. p. 1-20.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. O ‘sentimento brasileiro que lhes brotará na alma’: a construção da nação e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 38, ano 21, 1 sem. 2008, p. 45-57.

JUNIOR, Carlos Martins; TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. A marcha para o oeste de Cassiano Ricardo: um itinerário para a nação. *Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR*. Patrimônio Histórico no século XXI. Jacarezinho, dos dias 21 a 24 de maio de 2008. ISSN: 978-85-61646-01-1

L’ESTOILE, Benôit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa. In: L’ESTOILE, Benôit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LARA, Sílvia Honold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras [S.d].

LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2004.

LIMA, Vivaldo da Costa. O Candomblé da Bahia na década de 30. *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, 18 (52), 2004.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001. p. 135-221.

LUHNING, Ângela. Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. *Revista USP: DOSSIÊ POVO NEGRO – 300 anos*. n. 28, São Paulo, 2007.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual?. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

MIGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas e fuentes parcas. In: BJERG, Maria e OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CCELMA – IEHS, 1995. p. 23-34

MONTEIRO, John. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Junior. *Novos estudos/ CEBRAP*, v. 38, p. 61-78, 1994.

MUNANGA, Kabengele (org). *Cem Anos e Mais de Bibliografia sobre o Negro no Brasil: Obra revisada, Corrigida e Ampliada*. São Paulo, EDUSP/ Fundação Cultural Palmares, 2002.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos 50*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

NEDEL, Letícia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

NEDEL, Letícia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*. v. 13. n. 1. Rio de Janeiro, abril de 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Édison Carneiro a Arthur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Edison Carneiro. *Afro-ásia*, n.13. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n13_p5.pdf>

OLIVEN, Ruben. *Nación y modernidad: La reinención de La identidad gaúcha en el Brasil*. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Identidade Nacional Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 2001.

PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Estudos: Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. n. 7, dezembro 1996.

PONTES, Heloísa. Brasil com Z: a produção estrangeira sobre o país, editada aqui sob a forma de livro, entre 1930 e 1938. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e 'coleções brasileira' nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

PRADO, Maria Emília. Leituras da colonização Portuguesa no Brasil do Século XX. *Revista Intellectus*. ano 5, v. 1, 2006. ISSN 1676-7640.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

SANSONE, Lívio. Da África ao Afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. *Afro-Ásia*. n. 27. Salvador, 2002.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: EDUFBA/ PALLAS, 2007.

SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIGEL, Micol. Beyond Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*. Issue 91, winter 2005.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Salvador, *Afro-Ásia*, n. 23, 1999. p. 87-144.

SILVEIRA, Renato da. Pragmatismo e milagres de fé no Extremo Ocidente. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social*, Campinas, n. 13, 2007, p. 151-171.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária/ Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004. p. 363-386.

STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*. v. 65, n.3, jul, 2004. p. 475-495.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Funarte, 1997.

WEBER, Regina. A construção da origem: os ‘alemães’ e a classificação trinária’. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *RS: 200 Anos: definindo espaços na História Nacional*. Passo Fundo: UPF editora, 2002.

WEINSTEIN, Bárbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural. *Revista Brasileira de História*. v. 18, n. 35, São Paulo, 1998.

WEINSTEIN, Barbara. Entrevista concedida a Regina Xavier. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008.

XAVIER, Regina Célia Lima. *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional (guia bibliográfico)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

XAVIER, Regina. Uma história que se conta: o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Rio Grande do Sul. *História Unisinos*. v. 10, n.3, set. – dez. 2006.

YELVINGTON, Kevin A. The Anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: Diasporic Dimensions. *Annual of Anthropology*. v. 30, 2001. p. 227-260.

FONTES PRIMÁRIAS

- **Anais de congressos**

CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: *Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

GILBERTO FREYRE E OUTROS. *Novos estudos afro-brasileiros*. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934. v. 2. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1988. Edição Fac-similar.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia*: comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940.

- **Livros e artigos**

AMARAL, Braz. Contribuição para o estudo das questões de que trata a tese sexta da seção de história das explorações arqueológicas e etnográficas: as tribos negras importadas. Estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil. In: *Anais do I Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. v. 2. p. 661-693.

ÁVILA, Bastos de. Contribuição ao estudo do Índice de Lopicque: Trabalho do Instituto de Pesquisa do Departamento de Educação do Distrito Federal. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 29-38.

BOAS, Franz. (1896). As limitações do método comparativo da antropologia. In: CASTRO, Celso (org.). *Franz Boas: Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. p. 25-40.

BOAS, Franz. (1931). Raça e progresso. In: CASTRO, Celso (org.). *Franz Boas: Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira. [1929]. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

CARNEIRO, Edison. Homenagem a Nina Rodrigues. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos*: estudo sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CARNEIRO, Edison. O médico dos pobres. In: *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao segundo Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Edison. Situação do negro no Brasil. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 237-242.

CARNEIRO, Edison. Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 61-70

CARNEIRO, Edison. Xangô In: FREYRE, Gilberto, e outros. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. v. 2. [1934]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1988. Edição Fac-similar. p. 139-145.

CAVALCANTI, L. Robalinho. Longevidade: sua relação com os grupos étnicos da população. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 99-103.

CLÁUDIO, Afonso. As tribos negras importadas. Estudo etnográfico e sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. In: *Anais do I Congresso de História Nacional (7-16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. v. 2, p. 595-660.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O porquê da Brasilidade Farroupilha: conferência realizada no 'Centro Gaúcho' de São Paulo, a 20 de setembro de 1936*. São Paulo, 1936.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano XV – II Trimestre. Porto Alegre: Globo, 1935.

DOCCA, Sousa. Gente Sulriograndense: contribuição para o bi-centenário de Porto Alegre: III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia. *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre, Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. O negro no Bandeirismo. In: *Anais do III Congresso Sul-riograndense de história e geografia do Rio Grande do Sul: comemoração ao bi-centenário da colonização de Porto Alegre*. v. 2. Porto Alegre: Editora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. Coleção Brasiliana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Continente e Ilha*. Conferência proferida durante as comemorações do bi-centenário da colonização da cidade de Porto Alegre, no IHGRS. Porto Alegre, 1940.

FREYRE, Gilberto. Deformações de corpo nos negros fugidos. In: FREYRE, Gilberto, e outros. *Estudos Afro-Brasileiros*: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 243-248.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Departamento de Imprensa Nacional/ Serviço de Documentação: 1955.

FREYRE, Gilberto. O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. In: FREYRE, Gilberto, e outros. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934. v. 2. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1988. Edição Fac-similar. p. 348-352.

FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo Histórico-Social do Sobrado no Rio Grande do Sul. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*: comemorativo ao Bi-centenário da colonização de Porto Alegre. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940.

GOULART, Jorge Salis. *A Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martim Livreiro/ Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

HERSKOVITS, Melville. A arte do bronze e do pano em Daomé. In: *Estudos Afro-Brasileiros*: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 227-235

HERSKOVITS, Melville. Deuses africanos e santos católicos nas crenças do negro no Novo Mundo. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. [Biblioteca de Divulgação Científica, dirigida pelo professor Dr. Arthur Ramos – v. XX]

HERSKOVITS, Melville. Procedência dos negros no Novo Mundo. In: *Estudos Afro-Brasileiros*: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934. v.1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 195-198.

LAYTANO, Dante de. Como Saint-Hilaire viu o negro no Rio Grande do Sul. *Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*: comemoração ao bi-centenário da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

LAYTANO, Dante de. *Os africanismos do Dialeto Gaúcho*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – II Trimestre do Ano XVI. Porto Alegre, 1936.

PERNAMBUCANO, Ulysses. As doenças mentais entre os negros de Pernambuco. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 93-103.

PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. 2. ed. v. 243. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

PIERSON, Donald. Um sistema de referência para o estudo dos contatos raciais e culturais. Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). In: *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

PINTO, Edgar Roquette. Prefácio. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. II.

RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. v. 249. 2. ed. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª – Brasileira. São Paulo: Nacional, 1946.

RAMOS, Arthur. Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

RAMOS, Arthur. Introdução à Primeira Edição brasileira. In: PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. 2. p. 67-70.

RAMOS, Arthur. Nina Rodrigues e os estudos negro-brasileiros. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: etnografia religiosa*. v. 1. Rio de Janeiro: Graphia, 2001 [1940].

RAMOS, Arthur. Os mitos de Xangô e sua degradação no Brasil. In: *Estudos Afro-Brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. v. 1. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. p. 49-54.

RAMOS, Arthur. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto e outros. *Novos Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife*. t. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Organizado por Arthur Ramos. v. 76. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006.

TYLOR, Edward Burnett. [1871]. A Ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazier*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

VIANNA, F. J. de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, [s.d].

- **Correspondências do Arquivo Arthur Ramos**

FBN - I – 35, 15, 172 - Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1935.

FBN - I – 35, 15, 174. Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1936.

FBN - I – 35, 15, 175. Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1936.

FBN - I – 35, 15, 176 – Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1937.

FBN - I – 35, 15, 177 – Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1937.

FBN - I – 35, 16, 225. Carta de Arthur Ramos a Dante de Laytano. Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1940.

FBN – I – 35, 25, 879 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 30 de novembro de 1936.

FBN – I – 35, 25, 881 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 20 de janeiro de 1937.

FBN – I – 35, 25, 882 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 27 de março de 1937.

FBN – I – 35, 25, 885. Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 24 de maio de 1937.

FBN – I – 35, 25, 889 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 19 de julho de 1937.

FBN – I – 35, 25, 893 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 22 de dezembro de 1937.

FBN – I – 35, 25, 903 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 6 de dezembro de 1938.

FBN – I – 35, 32, 1610 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 10 de agosto de 1936.

FBN – I – 35, 32, 1611 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 10 de novembro de 1936.

FBN – I – 35, 32, 1612 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1936.

FBN – I – 35, 32, 1613 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 2 de março de 1937.

FBN – I – 35, 32, 1614 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 30 de abril de 1937.

FBN - I – 35, 32, 1615 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 14 de julho de 1937.

FBN - I – 35, 32, 1616 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 25 de setembro de 1937.

FBN - I – 35, 32, 1617 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 8 de novembro de 1937.

FBN - I – 35, 32, 1618 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 8 de dezembro de 1939.

FBN - I – 35, 32, 1619 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 1940.

FBN - I – 35, 32, 1620 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 20 de junho de 1940.

FBN - I – 35, 32, 1621 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 5 de julho de 1940.

FBN - I – 35, 32, 1633 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 1940.

FBN - I – 35, 33, 1710 – Carta de Francisco Lucrecio a Arthur Ramos. São Paulo, 30 de julho de 1937.

FBN - I – 35, 33, 1711 – Carta de Francisco Lucrecio a Arthur Ramos. São Paulo, 6 de dezembro de 1939.

FBN – I 35, 25, 880 – Carta de Edison de Souza Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 12 de dezembro de 1936.

FBN - I, 35, 15, 173 – Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 26 de março de 1936.

FBN - I, 35, 16, 239 – Carta de Arthur Ramos a Francisco Lucrecio. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1936.

FBN – I-35, 25, 873 – Carta de Edison Carneiro a Arthur Ramos, Bahia, 11 de maio de 1936.

FBN – Telegrama de Edison Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 9 de janeiro de 1937.

FBN - I – 35, 13, 52. Carta de Arthur Ramos a Dario Bittencourt. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1936.